

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO

Wazime Mfumukala Guy Baudouin

A República Democrática do Congo e sua lista de *patrimônios mundiais em perigo*: desafios entre o desaparecimento e a preservação

Juiz de Fora, agosto de 2023

Wazime Mfumukala Guy Baudouin

A República Democrática do Congo e sua lista de *patrimônios mundiais em perigo*: desafios entre o desaparecimento e a preservação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História, Cultura e Poder Linha de pesquisa: Narrativas, Imagens e Sociabilidades

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti

Juiz de Fora, agosto de 2023

Ficha catalográfica elaborada através do
programa de geração automática da Biblioteca
Universitária da UFJF, com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a)

Wazime Mfumukala , Guy Baudouin.

A República Democrática do Congo e sua lista de
patrimônios mundiais em perigo : desafios entre o
desaparecimento e a preservação / Guy Baudouin Wazime
Mfumukala . -- 2023.
286 f. : il.

Orientador: Rodrigo Christofolletti

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal
de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de
Pós-Graduação em História, 2023.

1. Lista do patrimônio mundial em perigo da Unesco. 2.
República Democrática do Congo. 3. História Ambiental. I.
Christofolletti, Rodrigo , orient. II. Título.

Wazime Mfumukala Guy Baudouin

**A República Democrática do Congo e sua lista de patrimônios mundiais
em perigo: desafios entre o desaparecimento e a preservação**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da
Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em História. Área de Concentração: História, Cultura e Poder**

Linha de pesquisa: Narrativas, Imagens e Sociabilidades

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti – Orientador (UFJF)

Prof. Dr. Bruno Miranda Zétola (MRE/Itamaraty/Unesco)

Prof. Dr. Marcos Olender (UFJF)

Dedicatória

Dedico este trabalho a Deus que me deu a Vida e a busca pelo entendimento das realidades humanas, buscando torná-las cada vez mais humanas. Aos meus irmãos e irmãs: Mimie, Colette, Marie, Gilbert, Gauthier, Sebastien, Bosco Wazime e, em especial, Toto François Wazime: partes de mim. E a todos aqueles que um dia olharam para mim de um jeito humano.

Agradecimentos

Ao chegar ao término desta larga, complicadíssima, mas, gratificante caminhada, todo o meu pensar concentra-se nos meus familiares mortos, professores e aqueles bons amigos que, desde sempre, acreditaram e me impulsionaram rumo a realização deste projeto.

Quero agradecer ao Brasil, este país que me acolheu com braços abertos, me oferecendo a vitória em cada etapa, caídas e recaídas, sofrimento e alegria, contrastes que me fizeram e me fazem me sentir vivo. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, que ao receber o meu projeto, brindou-me com a possibilidade de um estudo de qualidade e compromisso, fomentando um espaço intelectual propício ao nosso desenvolvimento acadêmico e humano. Agradeço principalmente por compreenderem minha intenção de continuar meus estudos, autorizando minha passagem de nível para o doutorado.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela sua ajuda financeira juntamente com a Pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa e a Pro Reitoria de Assistência Estudantil da UFJF; já que me ajudaram com a assistência e acolhimento. Sem essa ajuda, o trabalho não poderia ser realizado de maneira bem sucedida.

Agradeço a todos os professores do departamento de História e do Programa de Pós-Graduação da UFJF, em especial ao professor Mateus Rezende de Andrade e a professora Silvana Mota Barbosa, pelas palavras de encorajamento, bem como aos meus colegas do curso de História: Diogo Motta, Giovana Martins, Romilda Lorenzo, Leonardo Rosa Maricato e, sobretudo, minha amiga, Aguida Almeida.

Agradeço aos membros da banca de qualificação e defesa, professores Bruno Miranda Zétola e Marcos Olender, com quem aprendi coisas que apenas especialistas podem ensinar. Com profunda gratidão endereço os meus agradecimentos àquele que nunca me abandonou, mesmo nas situações mais delicadas da minha vida no Brasil: o meu amigo e orientador, Rodrigo Christofolletti. Finalmente, agradeço todos os dias da minha vida, a **dádiva de ser pai** de dois maravilhosos filhos: Louissette Wazime Nyota e Bertrand Wazime Beбето. Essa dissertação foi escrita para vocês.

Resumo

Atualmente, existem 1157 patrimônios mundiais, cinco deles, na República Democrática do Congo. E desse pequeno conjunto, quatro deles encontram-se numa lista paralela: a chamada **lista de patrimônios mundiais em perigo** pela Unesco, que atualmente congrega 52 sítios. Os parques naturais, patrimônios mundiais congolezes são: Parques Nacionais de Virunga; Kahuzi- Biega; Garamba e Reserva dos Okapi. Objetiva-se, nesta pesquisa, balizado pela história ambiental, apresentar os motivos que levaram quatro dos cinco patrimônios mundiais congolezes a serem inscritos na lista de alerta dos patrimônios considerados em perigo de desaparecerem, visando com isso compreender como o país vem se consolidando como um dos menos atuantes em âmbito africano no que tange à efetiva proteção de seus patrimônios mundiais. Busca-se, primordialmente, apresentar os fatores que desencadearam a entrada desse conjunto de patrimônios congolezes na lista de alerta da Unesco e analisar quais estruturas o estado congolês têm mobilizado para reverter a situação contemporânea de perda paulatina do seu patrimônio mundial.

Palavras-chave: Lista do patrimônio mundial em perigo da Unesco; República Democrática do Congo; Virunga; Kahuzi- Biega; Garamba; Reserva dos Okapi.

Abstract

Currently, there are 1157 World Heritage Sites, five of them in the Democratic Republic of Congo. And from this small set, four of them are on a parallel list: the so-called list of world heritage sites in danger by Unesco, which currently comprises 52 sites. The natural parks, Congolese world heritage sites are: Virunga National Parks; Kahuzi-Biega; Garamba and Okapi Reserve. The objective of this research, guided by environmental history, is to present the reasons that led four of the five Congolese world heritage sites to be inscribed on the alert list of heritage sites considered in danger of disappearing, in order to understand how the country has been consolidating itself as a of the least active in the African context regarding the effective protection of its world heritage. The aim is, primarily, to present the factors that triggered the entry of this set of Congolese heritage sites on the Unesco alert list and to analyze which structures the Congolese state has mobilized to reverse the contemporary situation of gradual loss of its world heritage.

Keywords: Unesco World Heritage in Danger List; Democratic Republic of Congo; Virunga; Kahuzi-Biega; Garamba; Okapi Reserve.

Lista de abreviaturas e siglas

AF - Agencie France Presse

AFDL - Aliança das Forças Democráticas para Liberdade do Congo

AFDL - Aliança das Forças Democráticas pela Libertação do Congo - Zaire

AWHF - Fundo do Patrimônio Mundial Africano

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBD - Convenção sobre a Diversidade Biológica

CHDA - Centro para o Desenvolvimento do Patrimônio em África

CMAP - Comissão Mundial de Áreas Protegidas

CNRS – Centre national de la recherche scientifique

COMICO - Congo Mineiration Compagnie

COP15 – Conferência de Biodiversidade das Nações Unidas de 2015

DFGF-I - Diane Fossey Gorilla Fund International

DSOCR - Lista do Patrimônio Mundial em Perigo

EAMAU - Escola Africana de Arquitetura e Urbanismo

EPA - Escola do Patrimônio Africano

FFEM - Fundo Francês para o Meio Ambiente

FFI - Fauna e Flora Internacional

GIZ - Agência da Alemanha que trabalha para o desenvolvimento sustentável.

GRASP - Projeto de Sobrevivência dos Grandes Símios

ICCN - Instituto Congolês de Conservação da Natureza

ICCROM - Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais

ICOM - Conselho Internacional dos Museus

ICOMOS - Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios

IGC - Programa Internacional de Conservação de Gorilas

IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza)

IUCN-Papaco - União Internacional para a Conservação da Natureza - "Notícias de Áreas Protegidas na África".

KOICA - Agência Coreana de Cooperação Internacional

METT - Management Effectiveness Tracking Tool

MNC - Movimento nacionalista

MONUC - Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo

MPI - Instituto Max Plank

MR3 – Movimento ruandês dos Tutsis, um grupo minoritário que busca o reconhecimento oficial com cidadãos congolese.

OCGL - Observatório Congolês para a Governança Local

ONU – Organização das Nações Unidas

PREMA - Unidade de trabalho formada pelos Arquitetos Africanos (UAA) e o Instituto Fundamental da África Negra em Dakar quem cuida da cooperação cultural entre pais africanos (IFAN).

RDC - República Democrática do Congo

SAC -Sociedade Cultural Africana

SOC - Sistema de Informação do Estado de Conservação

SOUV - Excepcional Valor Universal

TARA - Trust for African Rock Art

UCs - Unidades de conservação

UGADEC - União de Associações de Conservação de Gorilas para o Desenvolvimento Comunitário no leste da República Democrática do Congo

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unesco/RDC/UNF-UNFIP – projeto sobre a conservação da biodiversidade em áreas de conflito armado

UNF - United Nations Fund

UNFCCC - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima

UNFIP - United Nations Fund for International Protection

WAMP - Museus da África Ocidental

WCS - Wildlife Conservation Society

WHC – World Heritage Centre

WWF - Wild World Fund

ZSM - Sociedade Zoológica de Milwaukee

SUMÁRIO

Dedicatória	05
Agradecimentos	06
Introdução: uma história em desaparecimento	08
O Centro do Patrimônio Mundial, seu comitê e Fundo Gestor	25
História ambiental como ferramenta de compreensão	35
Uma geografia em disputa	42
O patrimônio natural congolês: ameaças e pressões entre guerras, corrupção e apagamento da memória	44
Como foi formada a lista dos patrimônios mundiais congolese em perigo?	45
Capítulo I - Patrimônio fundado na guerra: a lista congolese de seus patrimônios mundiais em perigos	58
1.1 - A República Democrática do Congo sob a forja da política	59
1.2 - Historicizando uma trajetória conturbada	61
1.3 - Patrimônios africanos e suas dificuldades: da compreensão dos objetos museais à consolidação dos patrimônios naturais	67
1.4 - Patrimônio mundial em continente africano?	76
1.5 - Entre a degradação dos ecossistemas e a criação de uma política de preservação	84
1.6 República Democrática do Congo na Unesco (análise das políticas de preservação)	92
1.7 - A participação da República Democrática do Congo junto à Unesco	101
1.8. Entre ameaças e pressões	105
1.9 – Aprofundamentos sobre como foi formada a lista do patrimônio em perigo congolese?	109
Capítulo II - Os Parques Nacionais Patrimônios Mundiais Congolese	113
2.1 - Sob os impactos da degradação: sete pontos para compreender o desafio de preservação da RDC	116
2.1.1 - Os Parques são grandes áreas naturais protegidas	121
2.1.2- Os Parques naturais regionais: uso sustentável dos recursos locais	122
2.1.3- Os Parques naturais peri urbanos: áreas de relaxamento perto das grandes cidades	122
2.2 - Parques e Reservas protegidas na República Democrática do Congo	124
2.2.1 – Parque 1 - Parque Nacional de Virunga	135

Percurso imagético do Parque de Virunga	148
2. 2.3– Parque 2 – Parque Nacional Kahuzi- Biega	158
Percurso imagético do Parque de Kahuzi- Biega	165
2.2. 4– Parque 3: Parque Nacional de Garamba	176
Percurso imagético do Parque de Garamba	180
2.2.5 - Parque 4: Reserva da fauna dos Okapis	191
Percurso imagético da Reserva da fauna dos Okapis	196
2.2.6 – Parque Nacional de Solanga – um ponto fora da curva	210
Capítulo III - Projeções e sugestões de salvaguarda: os atores da preservação, entraves e soluções	219
3.1 - A Red List dos animais ameaçados	222
3.2 - A prevalência dos países periféricos na constituição das listas em dos patrimônios mundiais em perigo	224
3.3 - Metodologias de preservação in loco: o que a RDC tem feito para preservar seu patrimônio mundial em perigo?	228
3.3.1 - Entre a metodologia e ação prática da preservação	229
3.4 - Complexidades palpáveis: os problemas estruturais da República Democrática do Congo e a conservação da biodiversidade em áreas de conflito armado	240
3.4.1 - Não bastasse a mineração, o petróleo também se apresenta como perigo real	242
3.5 - Dez questões para dez agentes	248
Considerações Finais	262
Referências	268
Links	280
Fontes	282
Bases de dados	283
Entrevistas	283





Hoje, torna-se evidente que a herança africana marcou, em maior ou menor grau, dependendo do lugar, os modos de sentir, pensar, sonhar e agir de certas nações do hemisfério ocidental. Do sul dos Estados Unidos ao norte do Brasil, passando pelo Caribe e pela costa do Pacífico, as contribuições culturais herdadas da África são visíveis por toda parte; em certos casos, chegam a constituir os fundamentos essenciais da identidade cultural de alguns dos segmentos mais importantes da população.

(Amadou Mahtar M'Bow, Prefácio da primeira edição portuguesa da HGA).

Introdução

Uma história em desaparecimento

Durante muito tempo, mitos e preconceitos de toda espécie ocultaram ao mundo a verdadeira história da África. As sociedades africanas eram vistas como sociedades que não podiam ter história. Apesar dos importantes trabalhos realizados desde as primeiras décadas do século XX, um grande número de estudiosos não africanos, presos a certos postulados, afirmava que essas sociedades não podiam ser objeto de um estudo científico, devido, sobretudo, à ausência de fontes e de documentos escritos. De fato, havia uma recusa a considerar o povo africano como criador de culturas originais que floresceram e se perpetuaram ao longo dos séculos por caminhos próprios, as quais os historiadores, a menos que abandonem certos preconceitos e renovem seus métodos de abordagem, não podem apreender. A situação evoluiu muito a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e, em particular, desde que os países africanos, tendo conquistado sua independência, começaram a participar ativamente da vida da comunidade internacional e dos intercâmbios que ela implica. Um número crescente de historiadores tem-se empenhado em abordar o estudo da África com maior rigor, objetividade e imparcialidade, utilizando, com as devidas precauções, fontes africanas originais. No exercício de seu direito à iniciativa histórica, os próprios africanos sentiram profundamente a necessidade de restabelecer, em bases sólidas, a historicidade de suas sociedades (...) assim, questionar as simplificações excessivas provenientes de uma concepção linear e restritiva da história universal passa a ser uma determinação imperativa.

(História Geral da África, VIII: África desde 1935, Mazrui, Ali A & Wondji, Christophe. Contracapa)

Uma África descrita por africanos. Esta dissertação se baseia fundamentalmente nesses pressupostos, expressos na coleção História Geral da África, publicada no Brasil em parceria com o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC) e a Unesco. Dela absorvemos parte significativa da

historiografia contemporânea sobre a África, aparato historiográfico que permeia nosso trabalho. Também é fruto de uma profunda imersão nos tópicos concernentes à História Ambiental, matriz teórico metodológica que nos acolhe neste tema. Portanto, vale dizer, esta dissertação é permeada pelas preocupações de ambos domínios e busca colaborar com uma história que ainda está sendo escrita.

A República Democrática do Congo (RDC) é um país que vem experimentando ao longo de seu processo de emancipação e consolidação enquanto república, uma série de degradações e violações, vistas pelos órgãos internacionais como a tônica de seus regimes políticos. A presença dos discursos e ações colonialistas ainda são marcas visíveis nas relações entre os países africanos e seus parceiros de latitudes opostas em ambos hemisférios. A integração da RDC nos fluxos econômicos e políticos contemporâneos contrasta com sua situação muitas vezes desassistida, o que explicita o problema do embate pós colonial.

Exemplo que nos ajuda a compreender a presença desse dissenso pós colonial foi uma situação ocorrida recentemente. Após anos de críticas, ativistas antirracismo que pediam à Unesco que fosse removida da lista do patrimônio mundial imaterial um festival de folclore belga, por desfilarem com personagens com rostos pintados de preto, que usam uma corrente no pescoço e um anel no nariz (Sauvage), receberam uma resposta dura da Unesco.¹ O carnaval de quatro dias na cidade belga de Ath, foi obrigado a retirar de seu rol de personagens “o selvagem”. Segundo o site oficial do

¹ Exemplo de como o discurso pós colonial ainda é vivo nas relações políticas do continente africano se deu na mais recente reunião do comitê do patrimônio imaterial da humanidade da Unesco, ocorrida em 22 de novembro de 2022, em Rabat, capital marroquina. O Brasil, como membro do comitê teve uma posição bastante atuante na decisão de retirar da lista a representação de um congolês (Sauvage) em condições absolutamente depreciativas. O governo Belga, por sua vez, moveu esforços para manter o elemento na lista, mas depois “condenou todas as formas de racismo e discriminação” durante a sessão, dizendo-se “consciente da gravidade da situação” e convidando a cidade de Ath a refletir sobre a mensagem que o seu festival transmite. Bruxelas solicitou oficialmente a retirada antes que a decisão fosse adotada. Pela primeira vez na história, a Unesco retirou um reconhecimento de patrimônio imaterial da humanidade por considerar que há elementos racistas na manifestação. Trata-se da festa Ducasse, realizada em Mons, na Bélgica, que havia sido reconhecida em 2005. O comitê ressaltou que um dos carros tradicionais usados na celebração é dedicado ao colonialismo belga na África. O presidente do comitê de especialistas, Pier Luigi Petrillo, destacou que “os reconhecimentos Unesco não são eternos e que o sentido desses reconhecimentos é facilitar o diálogo entre culturas diferentes e não afirmar a singularidade de um próprio patrimônio. Reconhecimentos não são eternos”. A decisão força um período de monitoramento, a ser discutido na próxima reunião em 2023. Isso demonstra que por vezes, essa política colonialista ainda persiste, como discurso e ação dentro de órgãos como a Unesco, que muitas vezes chancela algumas posições, voluntária ou involuntariamente, de maneira bastante heterodoxas.

festival, “o 'selvagem', acorrentado e agitado, testemunha o gosto pelo exótico do século XIX”. Como se os belgas permanecessem, com as atitudes dos anos 1950 e 60, quando o colonialismo era visto como algo bom. Isso ajuda a potencializar ainda mais a negrofobia e a supremacia branca que nasceu nos tempos coloniais, e permanecesse vigente. Na recente reunião do comite do patrimônio mundial imaterial da Unesco vários países africanos levantaram a questão na 17.^a sessão do Comitê do Patrimônio Imaterial da Unesco em Rabat, com os delegados a debaterem, em particular, o contexto do movimento "Black Lives matter" ('Vidas negras importam') nos Estados Unidos, bem como a crise dos migrantes. Isso abriu uma discussão que acabou por retirar o elemento da lista do patrimônio mundial.



Figura 1- Personagem “selvagem” aparece em um dos 22 carros alegóricos que passam pela pequena cidade de Ath no último domingo de agosto. O evento foi listado como parte do “patrimônio cultural imaterial da humanidade” pela Unesco, em 2005 e retirado em 2023. Fonte The Guardian. <https://www.theguardian.com/world/2019/aug/20/Unesco-urged-to-remove-belgian-festival-from-heritage-list-over-savage-in-blackface>

Situações como esta, que acontecem de diversas formas, mostram como a questão pós colonislista ainda é um espinho a ser removido da carne dos países africanos. Mesmo sendo denominada uma República Democrática, até o presente momento, o povo congolês não consegue celebrar essa suposta democracia. Ainda padecem de falta de avanços, áreas como a política e a economia. Da mesma forma o Meio Ambiente e mesmo da conservação de partes de seu patrimônio, vinculados à biodiversidade congoleza, padecem de problemas seculares, ainda sem perspectiva de resolução.

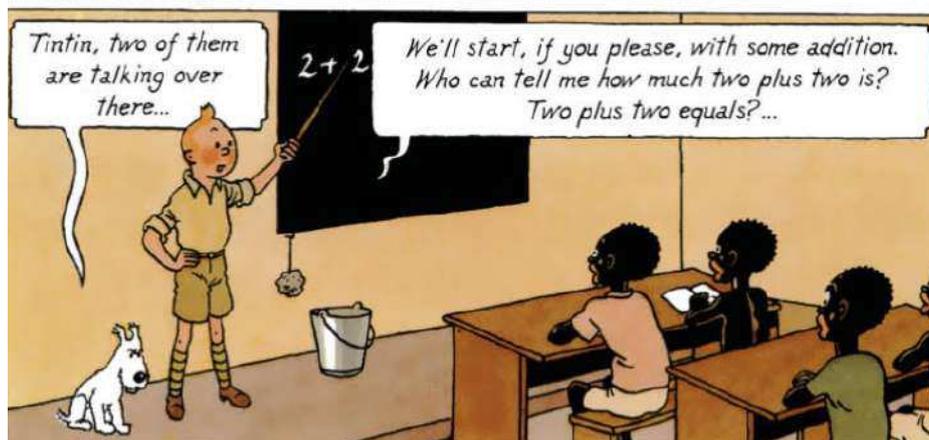
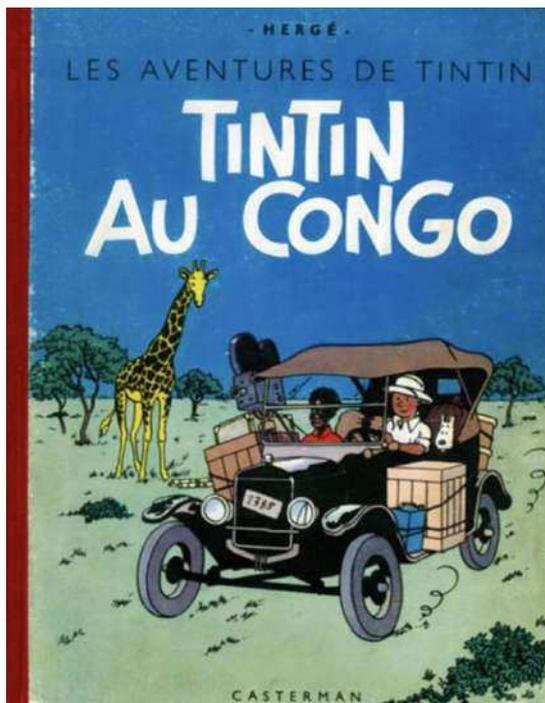


Figura 2 – Da mesma forma que o personagem Sauvage estigmatiza a figura do congolês, o personagem do desenho Tintin, criado por Georges Prosper Remi, conhecido como Hergé faz o mesmo, em quadrinho original de 1931. Acima vemos a capa da edição de 1942, ao lado, de um dos quadros do personagem sendo levado por congoleses. Abaixo, vê-se a edição proposital de um dos quadros da estória, realizado na edição de 1970. Retirou-se a menção da aula de geografia, do colonizador ensinando o colonizado, e colocou-se no lugar, uma aula de matemática.

Tanto o personagem da festa Ducasse, *Sauvage* quanto essa estória de Hergé (Tintin) escancaram uma realidade presente até os dias atuais. Muitos buscam o Congo, hoje a RDC, por causa de suas riquezas naturais e minerais insubstituíveis. Para se ter uma ideia do que estamos falando, estimativas da Organização Mundial do Comércio, dão conta de que o PIB per capita anual do Congo é de US \$ 441 (R \$ 1,7 mil), o pior do mundo - no Brasil é de R\$ 30.407 por ano. Não deveria ser assim. A riqueza natural do Congo é tão abundante quanto sua extensão territorial. Mas não é só sua riqueza mineral que chama atenção do mundo, a riqueza de sua biodiversidade também. Um quarto de todos os gorilas do planeta vivem no Parque Nacional de Virunga, um de seus patrimônios mundiais em perigo.

Ao longo de 2021 e 2023, por meio da documentação produzida pela Unesco e pela IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza) da República Democrática do Congo, bem como entrevistas com representantes da Unesco na RDC, conseguiu-se mapear informações sobre como quatro dos cinco parques naturais chancelados patrimônios mundiais congolezes chegaram a esta situação de abandono e quase irreversibilidade, com relação à sua salvaguarda e quais as possibilidades de reversão deste quadro de deterioração. **A proposta desta pesquisa é pensar em que medida as ações de proteção dos patrimônios mundiais em perigo na República Democrática do Congo tem favorecido ou dificultado a preservação desse conjunto de patrimônios mundiais e como essa proteção especial por parte do ordenamento jurídico vigente no país tem enfrentado o descaso de uma nação imersa em guerra civil, durante décadas.**

O país detém cerca de 75 por cento da reserva mundial de coltan, um mineral presente nos circuitos eletrônicos de smartphones e tablets. Latão, tungstênio, cobalto, cobre e muitos minérios usados por indústrias em todo o mundo que vêm de rios congolezes, depósitos e selvas tropicais. O Congo também é rico em diamantes, ouro, petróleo, madeira e urânio, e claro, carbono. Toda essa abundância, porém, não se reverte em benefícios à população: essa riqueza se restringe a meia dúzia de empresários associados às milícias. De acordo com a ativista, Christine Schuler-Deschryver em seu blog, *City of Joy*: “algumas empresas usam milícias porque essas conhecem a selva e sabem como protegerem as minas”. (DESCHYVER, 2021, 01)

A comunidade congolese vivencia diariamente, o desinteresse por parte de suas autoridades, pelas questões da preservação, bem como, uma acentuada deterioração de seus patrimônios mundiais, degradação que se consolida e se expande de maneira drástica, ano após ano. Nas últimas duas décadas essa situação tornou-se insustentável e o reflexo dessa situação foi a decretação, por parte da Unesco, da “interdição” de 90% dos patrimônios mundiais congolese, em clara situação de perigo. (WHC/UNESCO, 2022)

De acordo com dados fornecidos pela Unesco, é no continente africano que se encontra o maior número de patrimônios mundiais considerados em perigo, 27% do total de uma lista que cresce a cada ano. A República Democrática do Congo, é um dos exemplos mais acabados dessa situação alarmante, incluído neste rol, os cinco sítios (parques) reconhecidos como patrimônios naturais mundiais deste país. São eles: a) **Parque de Virunga**, patrimônio mundial desde 1979; b) **Parque de Kahuzi- Biega**, desde 1980; c) **Parque da Garamba**, desde 1980; d) **A Reserva da fauna dos Okapis**, desde 1996; e e) o **Parque da Salonga** (desde 1984), recentemente removido da lista (em 19/07/2021) devido aos esforços perpetrados pela comunidade e o estado congolês.

Esse conjunto complexo de patrimônios naturais conheceu processos variados de criação, consolidação e distinção, que fez com que tivesse, ao mesmo tempo, especificidades próprias e problemas comuns, o que dificulta e potencializa ainda mais a necessidade de compreensão de seu posicionamento na pirâmide das listas de patrimônios em perigo. Ou seja: **torna-se complexa a compreensão de como o estado congolês permitiu que 90% do seu patrimônio mundial se deteriorassem de maneira quase definitiva.**

A problemática que move esta pesquisa consiste na seguinte questão: **Quais as causas imediatas da destruição dos patrimônios mundiais naturais congolese, a ponto de serem incluídos nas chamadas lista dos**

patrimônios em perigo? ² Embora pretenda discorrer sobre a destruição desses patrimônios mundiais encontrados na República Democrática do Congo, a pesquisa se concentrará na análise de processos que culminaram na desvalorização e quase destruição dos quatro parques naturais chancelados patrimônios mundiais congolezes, buscando compreender como os ecossistemas e a biodiversidade congolezes, ainda sobrevivem, mesmo sendo o país ameaçado de perder a integralidade de seu patrimônio.

Conflitos armados, instabilidade política, ameaça aos biomas e a propriedade coletiva; guerras civis, corrupção, pouco apelo turístico e pobreza compõem a equação que possibilitou que a RDC negligenciasse seu patrimônio natural mundial. Por outro lado, questiona-se: **quais estratégias podem ser usadas para garantir a salvaguarda e a requalificação desses bens, junto com os instrumentos de proteção e valorização do patrimônio histórico que já existem?** Responder a esta questão ajudará a compreender outras indagações: **Quais são os motivos da intensa ameaça desses parques naturais e quais os impactos da deterioração desses patrimônios mundiais em território africano? Qual é a relação estabelecida entre as falhas da política preservacionista congoleza, no passado e no presente? Qual a perspectiva de futuro para esses patrimônios? Quais os fatores e quais são os agentes envolvidos na desvalorização desses patrimônios?** Essas questões subjazem na certeza de que um dos maiores problemas enfrentados por aqueles que lutam pela preservação do patrimônio é a falta de uma compreensão de como os

² Além da listada Unesco dos patrimônios mundiais em perigo, nos interessa também cotejar e analisar partes de outra lista, a Red List das espécies ameaçadas constituintes da IUCN, também conhecida como Lista Vermelha da IUCN, (IUCN Red List), instituição que aos moldes do ICOMOS e ICOM (preocupados com a salvaguarda dos sítios e museus) busca preservar o patrimônio mundial natural. Criada em 1964, constitui um dos inventários mais detalhados do mundo sobre o estado de conservação mundial de várias espécies de plantas, animais e fungos. Ela ajuda a nos apresentar o grau de profundidade da deterioração dos parques congolezes, objeto deste estudo. Tomamos aqui uma lista das Espécies ameaçadas em cada país: répteis, peixes, moluscos, outros invertebrados, plantas, fungos e protistas (totais por grupo taxonômico): observe que, para esses grupos, ainda existem muitas espécies que ainda não foram avaliadas para a Lista Vermelha da IUCN e, portanto, seu status não é conhecido (ou seja, esses grupos ainda não foram completamente avaliados). Portanto, os números apresentados a seguir para esses grupos deve ser interpretado como o número de espécies conhecidas como ameaçadas dentro das espécies que foram avaliadas até o momento. As espécies mais ameaçadas na República Democrática do Congo são: mamíferos; pássaros; répteis; anfíbios; peixes; moluscos; plantas e fungos, além de outras espécies, o que totaliza a incrível marca de 497 espécies em vias de desaparecimento (IUCN - Relatórios, 2021). Para mais detalhes sobre a abrangência dessa lista ver o item 3.1 dessa dissertação.

interesses coletivos devem se sobrepor aos interesses individuais e dos governantes.

A relação existente entre os processos e os agentes envolvidos na engrenagem de preservação do patrimônio mundial congolês possibilita identificar a frequência, os períodos e os porquês de tais patrimônios terem sido enquadrados nesta posição controvertida que é a “permanência na lista de perigo”. Este intento amplia a possibilidade de compreender os acontecimentos que ainda promovem a degradação do patrimônio ambiental congolês e que potencializa cada vez mais a República Democrática do Congo a virar as costas para seu patrimônio natural formado por sua história natural, seu maciço florestal constituído por diferentes espécies de biodiversidade excepcional e seu alto nível de endemismo, gerador de grande valor estético, econômico e turístico.

O recorte temporal que balizou essa análise abrange a segunda metade do século 20 e as primeiras décadas dos anos 2000, período de consolidação e multiplicação das listas de patrimônios em perigo no mundo, fruto de uma maior atenção por parte dos órgãos internacionais de proteção. Mas, afinal o que são essas listas dos patrimônios em perigo?

Os motivos que justificam a inscrição de bens do patrimônio cultural/natural na Lista de patrimônios em perigo podem corresponder a questões causadas por desastres naturais, como mudanças climáticas, conflitos armados, ocupação militar, pressões de desenvolvimento ou novas construções agressivas; bem como falta de manutenção ou abandono como que já havia sido definido como cancelado e salvaguardado pelas agências internacionais de preservação. (ICOMOS, Heritage Risk, 1999, 123)

A Inscrição na Lista do Perigo, se faz de acordo com as Diretrizes de 2008, quando se consolida a ação política do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco, que diante dos problemas enfrentados resolveu criar um mecanismo no qual bens deveriam ser inscritos numa lista de atenção mundial. Essa lista visibiliza as fragilidades do espaço e possibilita que condições de regeneração e cuidado sejam perpetradas. De acordo com o parágrafo 177 das Diretrizes de 2008, as Orientações Operacionais das Listas dos patrimônios em perigo atestam que devem fazer parte dessa lista, todos aqueles que vivenciarem: a) ameaças por perigos graves e específicos; c)

necessidades de grandes obras para salvaguardar esta propriedade.

Ou seja, ao Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco cabe a função de opinar sobre a assistência a ser assumida, expressando mundialmente suas preocupações. A inscrição do sítio, na Lista de Patrimônio Mundial em Perigo pode, por si só, constituir esta mensagem e esta forma de assistência. Por serem os sítios do Patrimônio Mundial o lar de alguns das espécies mais ameaçadas neste planeta, o último dos quatro critérios naturais que pode ser usado para selecionar o Patrimônio Mundial natural é aquele que estipula que o sítio deve “conter o mais importante e significativo habitat natural para conservação e de produtos biológicos com diversidade, incluindo aqueles contendo espécies de excelente valor universal do ponto de vista da ciência ou da conservação”. (IUCN, Red List, 2008)

Aprofundar a discussão sobre a politização do comitê do patrimônio mundial da Unesco, se torna fundamental, porque ele e antes de tudo político, com leves nuances técnicas e, por isso, requer do pesquisador certa relativização do trabalho dos órgãos de avaliação desse comitê. É preciso revelar a compreensão de que as decisões são menos uma perspectiva técnica e mais uma opção política, com certo verniz técnico. Isso precisa ser reforçado, senão corremos o risco de corroborar essa narrativa criada pela organização de maneira inocente e pouco crítica. Esta compreensão é um passo decisivo na busca por uma formulação mais equitativa das relações de poder, no interior da própria Unesco.



Figura 3 Logo do Patrimônio Mundial - sempre escrito em inglês, francês e a língua local, no caso aqui, o alemão. 2023.

Ao mesmo tempo, o desejo de obter um bem na lista do patrimônio mundial, representa a forma como esse estado quer ser visto perante a comunidade internacional. Então é fundamental averiguar em quais critérios

de seleção de valor universal excepcional cada um desses patrimônios congolezes foram inscritos, pois isso nos permitirá termos uma narrativa nacional congoleza perante a comunidade internacional, e perceber se isso se comunica ou não com as decisões subsequentes.³

É preciso lembrar que a Convenção do Patrimônio Mundial nasce no seio da cultura, (como se ela fosse dissociada da natureza). O ingresso dos elementos do patrimônio natural vem depois, a reboque, em um segundo momento, para refletir uma busca por relativizar o excesso de protagonismo dos países europeus nessas listas. Decorre, que uma crítica bastante pertinente chama a atenção para o fato de a presença do patrimônio natural apresentar-se sempre como arremedo, dentro do setor do patrimônio cultural da Unesco, seria antes um subterfúgio para equacionar o desequilíbrio da lista. Esta é uma discussão que está em aberto e mostra a qual narrativa sobre patrimônio nos filiamos.

O Centro do Patrimônio Mundial, seu Comitê e Fundo gestor

Para entender a engrenagem do **Centro do Patrimônio Mundial** e seu Comitê que gere o Fundo do patrimônio mundial é preciso estabelecer uma hierarquia. Existe uma disposição hierárquica fundamental para se compreender como funciona a distribuição das prerrogativas, funções e atribuições entre o Centro do patrimônio mundial, o comitê gestor, a assembleia e o fundo do

³ Para serem incluídos na Lista do Patrimônio Mundial, os sítios devem ter valor universal excepcional e atender a pelo menos um dos dez critérios de seleção. Esses critérios são explicados nas Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial que, além do texto da Convenção, é a principal ferramenta de trabalho sobre o Patrimônio Mundial. Os critérios são regularmente revisados pelo Comitê para refletir a evolução do próprio conceito de Patrimônio Mundial. Até o final de 2004, os sítios do Patrimônio Mundial foram selecionados com base em seis critérios culturais e quatro naturais. Com a adoção das Diretrizes Operacionais revisadas para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial, existe apenas um conjunto de dez critérios. **Virunga** foi inscrito sob os auspícios dos critérios **VII, VIII e X**. **Kahuzi Biega**: sob o **X**; **Garamba**: sob o **XVII e X** e **Okapi**: sob o **X**. O item (VII) significa conter fenômenos naturais superlativos ou áreas de excepcional beleza natural e importância estética; o item (VIII), ser exemplos notáveis que representam os principais estágios da história da Terra, incluindo o registro da vida, processos geológicos significativos em andamento no desenvolvimento de formas de relevo ou características geomórficas ou fisiográficas significativas; e o item (X), conter os habitats naturais mais importantes e significativos para a conservação in situ da diversidade biológica, incluindo aqueles que contêm espécies ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.

patrimônio mundial. Esse conjunto faz a dinâmica do patrimônio mundial da Unesco acontecer.

O **Comitê do Patrimônio Mundial**⁴ é uma organização que estabelece os locais que devem ser listados como Patrimônio Mundial da UNESCO. É responsável pela implementação da **Convenção do Patrimônio Mundial** e que define a utilização do **Fundo do Patrimônio Mundial** e aloca assistência financeira aos Estados-Membros.⁵ É composto por 21 Estados-Membros, que são eleitos pela Assembleia Geral dos Estados-Membros para um mandato de quatro anos. De acordo com a Convenção, o mandato de um membro da comissão é de seis anos, no entanto muitos Estados-Membros optaram voluntariamente ser membros do Comitê por apenas quatro anos, a fim de dar a outros Estados-Membros a oportunidade de fazer parte da comissão e experimentarem o poder de decisão.⁶ O Comitê do Patrimônio Mundial se reúne

⁴ O Comitê do Patrimônio Mundial é resultante do Fundo do Patrimônio Mundial, fundado em 1977. Seu nome oficial é: Comitê Intergovernamental para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural de Valor Universal Excepcional, daqui em diante denominado "Comitê do Patrimônio Mundial" ou "Comitê".

⁵ Cabe ao Fundo a seguinte atribuição: mobilizar apoios aos níveis nacional e internacional em prol da Convenção. O Fundo para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural de Valor Universal Excepcional, denominado "Fundo do Patrimônio Mundial" é administrado pelo Comitê do Patrimônio Mundial que toma decisões sobre o valor do orçamento do Fundo do Patrimônio Mundial, bem como sobre seu uso. O Fundo do Patrimônio Mundial ascende a 5,9 milhões de dólares para o biênio 2022-2023, mais 0,4 milhões de dólares para a Assistência de Emergência conforme definido no artigo 21.2 da Convenção do Patrimônio Mundial. O que ele financia? O comitê aloca a maior parte do orçamento do Fundo do Patrimônio Mundial para os serviços dos Órgãos Consultivos, por um lado, e para Assistência Internacional, por outro lado. Os recursos do Fundo do Patrimônio Mundial consistem principalmente em contribuições fixas pagas pelos Estados Partes, ou seja, os países que ratificaram a Convenção do Patrimônio Mundial. Esses recursos são complementados por vários tipos de contribuições voluntárias fornecidas por governos, fundações, setor privado ou público em geral. Há sobretudo, contribuições fixas pagas pelos Estados Partes. Ao ratificar a Convenção do Patrimônio Mundial, os Estados Partes se comprometem a pagar regularmente contribuições estatutárias obrigatórias (artigo 16.1) ou voluntárias (artigo 16.2) ao Fundo do Patrimônio Mundial. Como o valor da anuidade de cada estado parte é definido de acordo com o PIB do país, o Brasil se torna um dos grandes contribuintes do Fundo, diferentemente da RDC, que tem colaborado com anuidades relativamente menos expressivas, justamente pela posição que ocupa na lista dos menores PIBs mundiais.

⁶ O Bureau é composto por sete Estados Partes eleitos anualmente pelo Comitê: um Presidente, cinco Vice-Presidentes e um Relator. A eleição do novo Bureau ocorrerá no final da próxima sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, em setembro de 2023. Ao menos esta e a previsão. Atualmente (2023) os 21 Estados Partes do Comitê do Patrimônio Mundial são os seguintes: Argentina, Bélgica Bulgária, Egito, Etiópia, Grécia, Índia, Itália, Japão, Mali, México, Nigéria, Omã Catar, Federação Russa, Ruanda, São Vicente e Granadinas, Arábia Saudita, África do Sul, Tailândia e Zâmbia. (Sete países são africanos) A Princesa Haifa Al Mogrin (Arábia Saudita) e a atual residente do Comitê; Shikha Jain (Índia) e a Relatora e os Vice-presidentes são da: Argentina, Itália, Federação Russa, África do Sul e Tailândia.

uma vez por ano para discutir a gestão dos atuais sítios. A sessão é realizada anualmente em locais que estão sendo considerados Patrimônio Mundial.

Para padronizar a ação junto aos estados membros, a Unesco criou um documento orientador das demandas e acompanhamentos dos patrimônios mundiais existentes. Essas Orientações Técnicas são revistas periodicamente de modo a refletir as decisões do Comitê do Patrimônio Mundial. A Unesco sugere aos estados parte que estejam atentos a atualização desse documento que é modificado periodicamente, de acordo com as necessidades do comitê.

As orientações constantes desse documento escalam que a Convenção do Patrimônio Mundial, e a experiência coletiva ampla que gabarita os patrimônios mundiais de todos estados parte. Uma vez que o patrimônio cultural e natural faz parte dos bens inestimáveis e insubstituíveis não só de cada nação, mas de toda a humanidade como um todo, a perda, por degradação ou desaparecimento, de qualquer desses recursos eminentemente preciosos constitui um empobrecimento do patrimônio de todos os povos do mundo. Partes desse patrimônio, devido às suas qualidades notáveis, podem ser consideradas de «Valor Universal Excepcional» (conceito já discutido em artes dessa dissertação) e, por essa razão, merecem ser especialmente protegidas contra os perigos que cada vez mais as ameaçam. A Convenção prevê a criação de um Comitê do Patrimônio Mundial e de um Fundo do Patrimônio Mundial. O Comitê e o Fundo estão operacionais desde 1976/1977.

Quando um bem inscrito na Lista do Patrimônio Mundial é ameaçado por perigos graves e específicos, o Comitê considera a possibilidade de inscrevê-lo na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo. Quando o Valor Universal Excepcional do bem, que justificou a sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial é destruído, o Comitê considera a possibilidade de retirar o bem da Lista do Patrimônio Mundial.

Embora os Estados Parte na Convenção sejam encorajados a assegurar a participação de uma ampla diversidade de partes interessadas, incluindo gestores de sítios, autoridades locais e regionais, comunidades locais, organizações não-governamentais (ONG), outras partes interessadas e parceiro na identificação, elaboração de propostas de inscrição e proteção de bens do Patrimônio Mundial, há uma grande discussão sobre o quanto diverso e de fato essa organização.

Os Estados Parte são encorajados a assistir às sessões do Comitê do Patrimônio Mundial e dos seus órgãos subsidiários. Mas, o encontro fundamental desse comitê e a Assembleia Geral dos Estados Parte na Convenção do Patrimônio Mundial, que se reúne durante as sessões da Conferência Geralda Unesco. A Assembleia Geral conduz as suas reuniões de acordo com o Regulamento Interno. E a Assembleia Geral que determina a percentagem uniforme das contribuições para o Fundo do Patrimônio Mundial aplicável a todos os Estados Parte e elege os membros do Comitê do Patrimônio Mundial. A Assembleia Geral e a Conferência Geralda Unesco recebem, cada uma, um relatório do Comitê do Patrimônio Mundial sobre as suas atividades. O Comitê do Patrimônio Mundial pode ser contactado através do seu Secretariado.

O Comitê do Patrimônio Mundial é assistido por um Secretariado nomeado pelo/a Diretor/a Geralda Unesco. A função de Secretariado é atualmente assegurada pelo Centro do Patrimônio Mundial, criado em 1992 precisamente com esse fim. Cabe ao secretariado: a organização das reuniões da Assembleia Geral e do Comitê; a aplicação das decisões do Comitê do Patrimônio Mundial e das resoluções da Assembleia-geral e a elaboração de um relatório sobre a sua execução; a coordenação dos estudos e atividades no âmbito da Estratégia Global para uma Lista do Patrimônio Mundial Representativa, Equilibrada e Credível; a organização dos Relatórios Periódicos e a coordenação e execução do Acompanhamento Reativo, incluindo missões de Acompanhamento Reativo, bem como coordenação de e participação em missões Consultivas.

Para além dos membros dos estados parte há outras organizações consultivas que colaboram com Comitê do Patrimônio Mundial, como o ICCROM (Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais), o ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios) e a UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza). No caso do ICOMOS e da UICN, avaliar os bens propostos para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial em consulta e diálogo com os Estados Parte proponentes, e apresentar relatórios de avaliação ao Comitê.

O comitê, ao que nos interessa nesta pesquisa também e responsável ela manutenção da Lista do Patrimônio Mundial e Perigo e gerencia as Orientações para a inscrição de bens na Lista; os critérios e procedimento para

a inscrição de bens na Lista, além de realizar exame periódico do estado de conservação dos bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo. Essas são suas atribuições.

Um bem do Patrimônio Mundial – de acordo com a definição dos artigos 1º e 2º da *Convenção* – pode ser inscrito pelo Comitê na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo se este considerar que a situação desse bem corresponde, pelo menos, a um dos critérios num ou outro dos casos adiante descritos. Nos termos do artigo 11º, parágrafo 4, da *Convenção*, o Comitê pode inscrever um bem na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo desde que estejam preenchidas as seguintes condições: o bem em causa figura na Lista do Patrimônio Mundial: o bem está ameaçado por perigos graves e específicos; são necessárias obras de grande envergadura para a salvaguarda do bem; o bem foi objeto de um pedido de assistência nos termos da *Convenção*: o Comitê é de parecer que, em certos casos, a assistência pode assumir a forma de uma mensagem a exprimir as suas preocupações. A inscrição do bem na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo pode, por si só, constituir essa mensagem, e essa forma de assistência pode ser pedida por qualquer membro do Comitê ou pelo Secretariado.

No caso de bens naturais, a potencialidade da ameaça se dá por um perigo comprovado, específico e iminente, ou por um perigo potencial. Além disso, as ameaças e/ou os seus impactos negativos sobre integridade do bem devem ser suscetíveis de correção por intervenção humana. Em certos casos, as ameaças e/ou os seus impactos negativos sobre a integridade de um bem podem ser reduzidos através de medidas administrativas ou legislativas, tais como a anulação de um grande projeto de obras públicas ou a melhoria do estatuto jurídico do bem.

Sempre que considerar a inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, o Comitê estabelecerá e adotará, tanto quanto possível em consulta com o Estado parte interessado, um estado de conservação desejável para remoção do bem da Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, bem como um programa de medidas corretivas. Como corolário dessas medidas, o Comitê deve dedicar uma parte importante e determinada do Fundo do Patrimônio Mundial ao financiamento da assistência possível aos

bens do Patrimônio Mundial inscritos na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo.

Mas, simultaneamente que se busca a retirada a todo o custo desses bens listados nesta seleção em perigo, se considera também, como medida extrema e definitiva, a retirada simultânea do bem da Lista do Patrimônio Mundial em Perigo e da Lista do Patrimônio Mundial, desligando o bem, no caso de esse bem ter sido de tal forma alterado que perdeu as características que tinham determinado a sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, de acordo com o procedimento descrito nos parágrafos 192-198. Nesse sentido, para eventuais retiradas de patrimônios que não se converteram em bens saudáveis novamente, há um **Procedimento de eventual retirada de bens da Lista do Patrimônio Mundial**.

Em situações como essa, a Unesco adota o procedimento para a retirada de bens da Lista do Patrimônio Mundial apenas quando: o bem se tenha deteriorado ao ponto de perder as características que tinham determinado a sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial; e as qualidades intrínsecas de um bem do Patrimônio Mundial já estavam, na altura da proposta da sua inscrição, ameaçadas pela ação do homem e as medidas corretivas necessárias indicadas pelo Estado parte não foram tomadas no prazo proposto; quando um bem inscrito na Lista do Patrimônio Mundial se deteriorou seriamente ou não foram tomadas as medidas corretivas necessárias dentro do prazo proposto.

Com este arrazoado conceitual, sobre as prerrogativas do Centro do Patrimônio Mundial, seu Comitê e Fundo gestor, espera-se ampliar a compreensão de como os patrimônios mundiais congolezes foram inscritos nessa lista do patrimônio mundial em perigo e que os quatro parques congolezes inscritos na lista do patrimônio em perigo tenham o mesmo desfecho do parque de Salonga: consigam regenerar sua natural vocação de patrimônio mundial, a despeito das contradições e dos contrastes apresentados neste estudo.

Por este motivo, e vislumbrando uma oportunidade ímpar de se compreender esse nefasto sistema de absentéismo das funções do estado e

necessidade de preservação do patrimônio mundial congolês em perigo, esta pesquisa visa contribuir para uma compreensão mais aprofundada sobre o processo de permanência e manutenção desses patrimônios na lista em perigo, e com isso, espera-se colaborar para que os patrimônios culturais/naturais africanos (com foco nos congolezes) possam ser mais bem conhecidos e respeitados, política e academicamente.

Levando em consideração de maneira particular os extensos danos causados pela guerra civil, desmatamento, caça ilegal, tráfico de bens e animais e outras situações ligadas ao processo de desmantelamento político deste país, entende-se que a busca pela compreensão do porquê 90% do patrimônio mundial congolês se encontra em perigo de desaparecer, (em um universo bem mais amplo quando se pensa no continente africano) constitui uma bandeira significativa de preservação em nível internacional. A relevância e urgência de se desnudar esta questão, se dá na medida em que o Comitê do World Heritage Centre (o braço operacional das listas de preservação da Unesco) e a IUCN (o braço operacional sobre a preservação da Natureza e dos Recursos Naturais)⁷ **decidiram incluir cinco (5) dos mais importantes parques da República Democrática do Congo no grupo dos patrimônios mundiais em perigo. Desses cinco, quatro permanecem listados.**

Esses recursos culturais, naturais e patrimoniais estão agora enfrentando os principais desafios ligados às necessidades de desenvolvimento humano. Na verdade, foi prestada pouca assistência na luta contra a pobreza que continua a ser a principal preocupação dos países africanos e da República Democrática do Congo, em especial. Nesse sentido, o tema se justifica relevante porque coloca em evidência as dificuldades desse continente, bem como possibilita que europeus, asiáticos e americanos conheçam de maneira mais alargada os problemas que fazem dos patrimônios

⁷ A UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza) foi criada em 1948 e reúne governos nacionais, ONGs e cientistas numa parceria a nível mundial. Tem por missão encorajar e apoiar as sociedades de todo o mundo a conservar a integridade e a diversidade da natureza e a certificar-se que qualquer uso dos recursos naturais é equitativo e ecologicamente sustentável. O papel específico da UICN no quadro da Convenção do Patrimônio Mundial é o seguinte: avaliar os bens propostos para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, monitorizar o estado de conservação dos bens naturais do Patrimônio Mundial, analisar os pedidos de Assistência Internacional apresentados e dar o seu contributo e apoio às atividades de reforço das competências.

mundiais africanos, algo tão complexo e de difícil solução. Por esses motivos, aprofundar os estudos sobre a possibilidade na perda da chancela de patrimônios mundiais, ajudará a pensar, em nível planetário, algo que não é exclusividade do continente africano, mas que se evidencia nesta parte do mundo, dadas as fragilidades e precariedades do mesmo.

É na esteira dessa compreensão que apresentamos exemplos de identificação, proteção e valorização dos recursos patrimoniais naturais que poderão ajudar na compreensão dessa situação alarmante. Recentemente, em 22 de novembro de 2022 Brasil, Indonésia e República Democrática do Congo (RDC) lançaram um acordo de cooperação para a preservação de suas florestas tropicais. Juntos, os três países reúnem 52% das florestas tropicais primárias remanescentes do mundo, cuja conservação é fundamental para o combate às mudanças climáticas a nível global. Eles concordaram em cooperar em temas como conservação e recuperação florestal, manejo sustentável e promoção da bioeconomia. Embora ainda não esteja claro como se dará essa cooperação – o acordo estabelece que os arranjos para sua implementação ainda serão discutidos –, a Agência Pública apurou que existe a intenção dos países de atuar de maneira coordenada nas negociações climáticas, sobretudo em temas de financiamento e questões relacionadas à conservação e uso sustentável da biodiversidade. Financiamento para preservação das florestas, inclusive, é um dos focos do texto do acordo.

O documento cita ainda que Brasil, RDC e Indonésia estão alinhados em demandar novos recursos para atividades de REDD+ – o mecanismo de incentivo financeiro para que nações reduzam emissões de gases de efeito estufa por desmatamento ou degradação florestal – em países em desenvolvimento, sobretudo por meio do Fundo Verde do Clima, um dos fundos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês). O texto ainda traz uma menção à “justiça climática”, pela qual os três países enfatizam a importância de respeitar “salvaguardas sociais e ambientais” nas ações de combate à mudança do clima. Como os três países reúnem mais da metade das florestas tropicais do mundo, o acordo foi apelidado de “Opep das Florestas”.⁸

⁸ Ver: <https://apublica.org/2022/11/brasil-indonesia-e-republica-do-congo-anunciam-cooperacao-para-preservar-florestas/>

Por esta razão, **atuando com a necessidade de topofilia; que é um sentimento característico comum aos cidadãos nativos**, esta pesquisa se torna relevante na medida em que propõe destacar situações que agem como holofotes contra a negligência e a falta de cuidado com o patrimônio em perigo, potencializando a compreensão da herança patrimonial congoleza. O resultado dessa investigação poderá contribuir para o aprofundamento da compreensão sobre as medidas protetivas, os meios de usufruto e a administração do patrimônio por parte do estado congolês, mas também possibilitará que um país tão desconhecido, quanto é a RDC possa ser tema de pesquisas mais aprofundadas, num país com características tão diversas quanto o Brasil.

Nossas preocupações tem buscado compreender o planejamento da proteção desses patrimônios mundiais com ênfase em suas identificações⁹. Para tanto, utiliza-se do arcabouço teórico metodológico da Historia Ambiental e seus domínios, como ferramenta auxiliar dos fundos documentais selecionados para este propósito objetivando: **a) discutir em que medida os processos de preservação foram efetivos na conservação e na proteção dos patrimônios mundiais congolezes; b) apresentar como se deu o movimento da degradação dos parques da República Democrática do Congo e como este processo tem gerado uma deterioração constante do meio ambiente, em proporção direta da progressão da pobreza e das dificuldades decorrentes de um mundo com recursos cada vez mais escassos; c) demonstrar que os padrões de desenvolvimento atuais não serão capazes de perdurar por muito mais tempo e que é necessário alcançar um equilíbrio entre as atividades humanas e o ambiente natural; d) destacar a importância da preservação do ambiente natural congolês para todo o planeta, reconhecendo, por razões científicas e econômicas imperiosas, a contribuição das áreas naturais protegidas para a**

⁹ Tem se discutido outro elemento relevante para a contemporaneidade: os impactos da mudança do clima nos patrimônios mundiais. Embora essa preocupação foque mais os patrimônios culturais, deve-se levar em consideração o fato de que são os patrimônios naturais que mais sofrem com esses impactos da mudança climática. Isso corrobora a interpretação de que para a Unesco, o patrimônio natural e secundário, o que constitui um desafio significativo para o discurso de equidade sobre as tipologias dos patrimônios salvaguardados pela chancelada Unesco.

promoção da cultura e do bem-estar da humanidade.

Os problemas que a República Democrática do Congo teve que enfrentar e as políticas que tentou iniciar nos últimos anos para consolidar suas conquistas (reestruturação de unidades de conservação, novo conceito de desenvolvimento, etc.) nos sinaliza que estratégias inovadoras para compensar ou aliviar os sintomas da destruição é uma medida mais que necessária. O fato de a Unesco buscar reforçar sua ação protetiva no âmbito dos países africanos é apenas uma das áreas de desdobramento dessa realidade vivida pela RDC. Neste sentido, é fundamental trazer este olhar mais cuidadoso para com os patrimônios mundiais da República Democrática do Congo, especialmente, seus parques, não apenas para dar visibilidade à sua gestão (ou má gestão), mas sobretudo, para evidenciar o reflexo de que a transformação só poderá ocorrer se visões de preservação da natureza e desenvolvimento aprenderem com a coexistência.

As fontes analisadas para este propósito (memorandos, telegramas, boletins, documentação interna dos escritórios da IUCN e da Unesco, e de suas representações na RDC, Decisões do comitê patrimônio mundial e sobretudo, Atas do comitê¹⁰) fazem parte de uma coleção de memorandos e telegramas oficiais (originais em francês e l'ingala – idioma congolês) publicados pelo escritório da Unesco em Paris. Serviram de ponte para uma análise epistemológica da historiografia mais recente sobre questões internacionais, focalizando os questionamentos na linha que aproxima os patrimônios e as relações internacionais.¹¹

A partir de uma revisão bibliográfica sobre alguns intérpretes da história ambiental brasileira e africana mapearemos o conteúdo das principais convenções aprovadas no seio da preservação do patrimônio mundial, a Carta de Paris de 1972, que institui o patrimônio natural (como categoria) e a lista

¹⁰ O contato direto com as fontes nos motivou a pensar o que era exatamente esse conjunto documental, do que se constitui, pois, essa tipologia não é de conhecimento corrente da academia. Nesse sentido vale pontuar que foram analisados dois tipos distintos de fontes: uma sequência da outra. As Decisões do Comitê do patrimônio mundial, que são em última análise, as decisões finalizadas do comitê, onde aparecem as decisões consensuais, mas, sobretudo as Atas das reuniões do comitê, onde o contraditório das discussões e revelado, desvelando as disputas, as tensões e o dissenso. Trata-se de um material riquíssimo metodologicamente.

¹¹ Nesse sentido, este trabalho se aproxima das discussões realizadas no âmbito do grupo de pesquisa Patrimônio e Relações Internacionais, ligado ao CNPq, sob a liderança do Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti, que desde 2018 vem ajudando a costurar redes de especialistas sobre a temática da preservação do patrimônio em nível internacional.

dos patrimônios mundiais, e a Conferência da Unesco de 1976, quando o patrimônio natural em perigo aparece como dínamo das preocupações de quem estuda a preservação do patrimônio congolês.¹² Circunscrita à análise das relações entre as nações africanas no contexto da conservação e proteção dos patrimônios mundiais, buscou-se privilegiar a posição da RDC como membro da Unesco.

História ambiental como ferramenta de compreensão

A história ambiental, como campo historiográfico consciente de si mesmo e institucionalizado na academia de diferentes países, começou a estruturar-se no início da década de 1970. A publicação de análises substantivamente histórico-ambientais, no entanto, algo bem diferente da simples proposição de influências naturais na história humana, já vinha se delineando desde a primeira metade do século XX e, em certa medida, desde o século XIX. Para refletir sobre a gênese e evolução desse campo de conhecimento, é preciso levar em conta fatores sociológicos e epistemológicos.

As novas e crescentes pressões em escala mundial sobre os territórios e os recursos naturais em atividades agropecuárias, de infraestrutura, especulação imobiliária, recursos hídricos, energia, mineração e extração petrolífera, afetam não apenas ambientes e populações ditas tradicionais – indígenas, pequenos proprietários, comunidades rurais, quilombolas e caixaras, parques florestais – mas igualmente áreas e a vida urbanizada. Parte das demandas sociais crescentes, após a II Guerra Mundial, em diferentes países e em escala mundial o desenvolvimento da História Ambiental no Brasil e no mundo nos últimos 20 anos aparece menos como uma novidade temática e mais como uma necessidade de approach. Destaca-se dessa nova

¹² A Conferência Geral da Unesco, reunida em Nairobi, de 26 de Outubro a 30 de Novembro de 1976, em sua décima nona sessão decidiu que: “ Considerando que os conjuntos históricos ou tradicionais fazem parte do ambiente quotidiano dos seres humanos em todos os países, constituem a presença viva do passado que lhes deu forma, asseguram ao quadro da vida a variedade necessária para responder à diversidade da sociedade e, por isso, adquirem um valor e uma dimensão humana suplementares; (...) Considerando que os conjuntos históricos ou tradicionais constituem através das idades os testemunhos mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da humanidade e que sua salvaguarda e integração na vida contemporânea são elementos fundamentais na planificação das áreas urbanas e do planeamento físico-territorial.”

abordagem o caráter interdisciplinar da História Ambiental, percursos historiográficos e possibilidades de novos conhecimentos no século XXI.

De acordo com (MARTINEZ, 2021,106):

“A expressão história ambiental, tradução para a língua portuguesa do original inglês, environmental history, vem sendo cada vez mais adotada para definir uma área de pesquisa, que incorpora, em sua essência, estudos cujo foco principal são as múltiplas (inter)relações entre as sociedades e o meio ambiente. Profundamente marcada pela interdisciplinaridade, a história ambiental trouxe, desde sua origem, nas décadas de 1960 e 1970, a possibilidade de um diálogo amplo e profícuo com diversas áreas do conhecimento, especialmente a geografia, a economia e a ecologia. Entretanto, a essência interdisciplinar dessa temática não a afastou de suas bases teóricas e metodológicas; ela é, na forma como se produz e nas perguntas que formula, essencialmente “histórica”.

A historiografia brasileira dedicou esforços analíticos e interpretativos também com o fito de melhor compreender a conquista, a ocupação territorial e a exploração de recursos naturais dos trópicos nos tempos coloniais, sob o Império e a República e, já há alguns anos, também pelas populações nativas. Os que atuam neste espaço, cujas margens ainda estão em processo de delineamento, não perderam de vista os pressupostos fundamentais que balizam o trabalho dos historiadores, especialmente daquele que os distinguem: o estudo das mudanças e permanências das ações e processos humanos ao longo do tempo. A história ambiental coloca-se, antes de tudo, como “história”, ao estudar os processos políticos, econômicos, culturais e sociais a partir de suas conexões com as complexas variáveis do mundo natural.

Nas últimas duas décadas, autores como (SOFFIATI, 1990, DUARTE, 2005; MARTINEZ, 2006 e 2021; MARTINS, 2007, CAROLA, 2009; PÁDUA, 2010; HEYNEMANN, 1995, PRESTES, 2000; ASSUNÇÃO, 2001; PÁDUA, 2002; ARRUDA, ESPÍNDOLA, OLIVEIRA, 2005; JORGE, MARTINEZ, 2007 e 2023; AYRES, 2008; FADEL, FRANCO E DRUMMOND, MURARI, 2009,

BORGES, 2010; SILVA, 2017) ajudaram a consolidar um novo horizonte frente as preocupações cada vez mais amplificadas da presença da história ambiental.

A escala mundial e o ritmo que a degradação ambiental tem conhecido aguça a curiosidade e a criatividade de diferentes sujeitos sociais. As reações ultrapassam os debates das instâncias políticas científicas e dos meios de comunicação. Parece existir mesmo um entendimento, compartilhado por centenas de cientistas de todo o mundo, de que a sobrevivência das outras espécies e seus habitat está sendo ameaçada, de forma irreversível, pelo comportamento humano, e que o atual momento talvez seja a última oportunidade para dar início à mudanças estruturais que permitam a recuperação parcial dos recursos naturais, antes que grandes colapsos, de consequências inimagináveis, dificultem a manutenção da vida no planeta, pelo menos do modo como a conhecemos.

Da mesma forma, as atuais sociedades parecem subordinadas cada vez mais às demandas do capital, destituído, até o momento, de ferramentas reguladoras que garantam um equilíbrio entre as forças produtivas e a existência sustentável dos ecossistemas sobreviventes, após mais de dois séculos de espoliação desmesurada da natureza pela sociedades industriais, em suas diferentes etapas de desenvolvimento; processos já muito bem mapeados e conhecidos pelos geógrafos e historiadores ambientais (MCNEILL, 2000; DAVIS, 2007; UEKOETTER, 2010).

Nesse sentido, a chamada *environmental history*, não é uma novidade temático metodológica exclusivamente norte-americana ou brasileira. Autores africanos têm colaborado de maneira determinante para o espraiamento da temática. Os ambientes africanos foram estudados em muitas disciplinas nas ciências naturais, ciências sociais e humanas, baseando-se em questões econômicas e ambientais, bem como abordagens históricas para explorar o nexos consumo-conservação dos recursos naturais africanos. Essa preocupação da história ambiental explora as mudanças ambientais resultantes de uma série de fatores, incluindo clima, população, doença, vegetação e tecnologia. Questões ecológicas são importantes na sinopse, mas também no desenvolvimento de um registro detalhado das mudanças ambientais na África. A relação entre desenvolvimento econômico, natureza

e conservação é central, dado que o principal axioma da estratégia mundial de conservação é que o desenvolvimento depende conservação e desenvolvimento duradouro é impossível sem conservação.

Uma análise das contribuições da África para a história ambiental mundial e respetivas disciplinas irmãs, passa necessariamente pelos escritos da sul-africana, Jane Carruthers que ocupa também um lugar cimeiro na história ambiental mundial e transnacional. O seu “olhar” africano transformou as ideias internacionais acerca dos parques nacionais e das suas relações com o nacionalismo, em vários locais distintos. A sua influente obra *The Kruger National Park* foi publicada em 1995, um ano após o fim do apartheid na África do Sul. Numa altura em que a Nação Arco-Íris começava a enfrentar o mundo, *The Kruger National Park* concedeu uma alternativa significativa ao nacionalismo estadunidense associado às formulações dominantes da ideologia dos parques nacionais. A sua abordagem sensata e orientada para o futuro sensibiliza os leitores para a importância de categorias como a história local e a ecologia, ao mesmo tempo que está atenta a potenciais conflitos entre comunidades locais e regimes nacionais de terra. A dimensão humana dos parques e a justiça social integram também uma ideologia dos parques nacionais para o novo milênio, numa altura em que os próprios parques chegam a buscar garantias de uma coexistência entre as pessoas e a natureza, evento crucial para a vida na África, como também para o resto do mundo.

De acordo com a historiografia ambiental africana mais recente, que é rica em lições objetivas sobre os perigos da retórica preservacionista e a tendência dos tecnocratas externos de manterem sua posição de destaque, autoridades e representantes devem atentar para o sistemático ato de deturpar as diversas paisagens existentes. O tipo de ambientalismo estimulado por historiadores e ambientalistas no novo milênio, tem suas origens na África dos anos 1980. Nessa altura, a história ambiental africana poderia ser descrita como um campo “virtual e totalmente negligenciado,” embora tenha surgido uma discussão prolífera. Os limites da História Ambiental frente a história social, na década de 1970, a partir de uma nova geração de investigadores que aplicou o paradigma marxista das relações de classes para explicar a expropriação africana, a industrialização capitalista e a ruptura dos modos de

vida indígenas, são certamente outros focos que essa historiografia ambiental africana nos trouxe.

A história social era politicamente ativista e, ao seu redor, gravitavam temáticas ambientais, embora não fossem uma prioridade evidente. William Beinart, outro historiador ambiental crítico de uma história ambiental “chapa barca”, ou seja, financiada pelos estados, defendeu que esta genealogia da historiografia ambiental africana foi o que a distanciou da historiografia de outros locais, ao estar inserida na própria história social africana. De certa forma, a revolução ambiental desenvolveu-se na África de um modo distinto do que se verificou noutros lugares.

Na década de 1990, o ambientalismo tornou-se um movimento político internacional. A situação do continente africano nessa altura traduziu-se em sólidos debates em torno da justiça ambiental, com slogans como “o apartheid divide, a ecologia une” e “o greening do nosso país é essencial para a sua cura”, o ambientalismo gerou uma onda de euforia. Esperava-se que, após o passado político de divisão, todos africanos, independentemente da etnia, classe ou faixa etária, preocuparam-se com o ambiente físico. Contudo, este tipo de ambientalismo desvaneceu-se por vários motivos, embora as questões relacionadas com a injustiça ambiental permaneçam evidentes e a requerer atenção.

A experiência colonial foi, sem dúvida, a experiência histórica mais marcante do continente africano. O ambiente foi claramente um palco da luta pelo poder sobre as pessoas e os recursos, sendo essencial para analisar eixos de poder e injustiça. A experiência colonial é demasiado diversa para ser encapsulada numa única teoria pós-colonial meramente sustentada na dicotomia “colonizadores” e “colonizados”. Mas, faz sentido manter acesa essa dicotomia pois é dela que nascem novas formas de se olhar para o continente. De acordo com Sachs, este é:

“um argumento circular que impede qualquer possibilidade de progresso no pensamento. Bloqueia a história no estereótipo de uma relação de exploração dual inalterável entre grupos monolíticos, descurando a mudança ao longo do tempo e a especificidade do contexto histórico. É apenas através de uma análise histórica cuidada e sofisticada que é possível evitar a

armadilha pós-colonial de simples clivagens, que Sachs considera ter empobrecido a história ambiental, e fazer surgir novas perspectivas sobre as estruturas de poder colonial”. (SACHS, 2011, 56)

Tanto na África Austral como na Central, colonizados e colonizadores eram extremamente diversos e a imposição de uma “mentalidade colonial” abrangente era desigual, específica e constante, sendo fortemente desafiada pela contínua resistência. Neste sentido, a investigação dos historiadores ambientais tem percorrido um longo caminho para alterar o pensamento histórico e atual sobre as questões africanas, embora se saiba pouco sobre as estratégias autênticas de recursos naturais regionais, ou sobre os conhecimentos bioculturais que possam ter existido, ou como poderão ser ressuscitados ou integrados atualmente na biologia e gestão da conservação. Em causa estão a resiliência e a sustentabilidade ambiental e social. Estes desafios tornam-se ainda mais importantes face aos receios de que as alterações climáticas globais venham a ter efeitos desiguais e à percepção de que o crescimento e desenvolvimento económicos só terão lugar com a melhoria da saúde ambiental dos mais pobres. (MARTINEZ-ALIER, 2012, 45)

No seio da história ambiental, nomeadamente com um olhar africano, deparamo-nos com uma arena que possibilita alargar os horizontes e as fronteiras do estudo histórico. Poderá tornar-se um dos campos mais relevantes, sobretudo no mundo emergente. A história ambiental pode não só permitir uma leitura mais complexa do passado, mas também desafiar e revitalizar o sujeito da própria história”, fazendo com que a nossa compreensão fuja daquilo que Mark Carey chama de uma narrativa histórica presa em “contos trágicos”, (CAREY, 2009, Apud CARRUTHERS, 2012, 36) concedendo uma reinterpretação da nossa compreensão sobre os processos históricos africanos.

Os ambientes africanos foram estudados em muitas disciplinas nas ciências naturais, ciências sociais e humanas. As questões económicas e ambientais criaram abordagens históricas para explorar o nexos consumo-conservação dos recursos naturais africanos. Nesse sentido, a história ambiental africana tem explorado as mudanças ambientais resultantes de uma série de fatores, incluindo clima, população, doença, vegetação e tecnologia,

e atribui um papel de destaque sobre o impacto do estado africano na gestão de seu patrimônio natural, sempre sob as lentes de um olhar conservacionista, desde os tempos pré-coloniais até o presente.

A história ambiental africana também oferece modelos inovadores para pensar os nodais mais representativos da utilização indiscriminada dos parques naturais africanos. A história da gestão humana da terra no continente africano é profunda, complexa e não linear. As narrativas de degradação devem se distanciar do ceticismo, pois muitas vezes serviram a críticas coloniais e pós-coloniais de práticas africanas tradicionais de uso da terra. A relativa falta de fontes históricas tradicionais documentos notavelmente escritos significou que os historiadores ambientais africanos muitas vezes basearam-se em métodos científicos, arqueológicos e linguísticos para reconstruir o continente e sua história ambiental pré-colonial.

Ao reconstruir a história ambiental do passado a partir do manejo e uso dos chamados parques nacionais (muitos deles tornados patrimônios mundiais), os historiadores ambientais africanos têm dado maior atenção ao período pré-colonial da história ambiental da África, em vez de torná-la apenas um prelúdio. (KWASHIRAI, FOSTER, 2005, 89).

O imperialismo inegavelmente estimulou a transformação ambiental na África do século XX. O imperialismo e o colonialismo alteraram os ecossistemas e relações ambientais reordenadas: por meio de novas culturas e práticas agrícolas, silvicultura, pecuária e extração de recursos, bem como através da “conservação” esforços, regimes de conhecimento e intervenções de gestão. É notável que “a ecologia raramente ocupa o centro das atenções nas histórias do império”. Os africanistas certamente produziram excelentes histórias ambientais. Digno de nota é o trabalho de William Beinart, que abrange desde a conservação da vida selvagem e agricultura ao papel do conhecimento e experiência na formação da mudança ambiental no sul da África. (BEINART, 2000, 300)

O pensamento e as metáforas africanas expressam a gestão e a perda ambiental, mas sem ignorar a história, os processos de migração e trocas, as adoções dos próprios povos, as intervenções e a racionalidade de suas inovações. (LUIG e VAN OPPEN 1995). **No entanto, os conceitos ambientais africanos talvez tenham sido discutidos com mais**

sensibilidade não através da implantação da noção de paisagem, mas através de estudos de recursos exploração e controles ambientais religiosos tradicionais. Tais práticas também são cheias de significado cultural, sobretudo, porque não há uma dicotomia que dívida cultura a natureza.

Os africanos também conceberam seus ambientes no contexto de valores estéticos. Os parques nacionais, patrimônios mundiais naturais em perigo da República Democrática do Congo, são exemplos acabados de símbolos que congregam admiração, religião, identidade, nacionalismo e disputas de narrativas sobre as memórias e histórias africanas. São, por este motivo motes de identificação e unidade africanas, que lançam luzes para problemas que precisam ser enfrentados.

Essa história ambiental que se preocupa como a ocupação, o uso, o olhar de determinada paisagem e incorporada e percebida pelos diferentes processos humanos e nos ajuda a ter uma visão crítica de seus usos e seus limites. Será, portanto, mediado por essa bibliografia especializada, bem como do conjunto documental disponível, que o tema da fragilidade dos parques patrimônios mundiais congolezes será abordado, destacando as contradições desse país do centro africano, dono de uma geografia disputada ao longo dos últimos dois séculos, palco propício para as contendas analisadas nesta pesquisa.

Uma geografia em disputa

A República Democrática do Congo é um país cortado pelo rio Congo como um "U" invertido, que é a principal fonte de abastecimento de água do país. Nascendo formalmente na Zâmbia, entra no país ao sul e percorre sentido norte com o nome de Lualaba, formando uma das maiores bacias hidrográficas do mundo, a Bacia do Congo e sua vasta floresta equatorial, Floresta do Congo. Recebendo águas do sistema Luapula–Luvua, vindos da região norte da Zâmbia, onde se localiza seu real nascente no (Zambeze) e outras águas oriundas do lago Tanganica pelo rio Lukuga a leste. Contornando a enorme planície congoleza para oeste e novamente para sul e sudoeste, fazendo fronteira com o país vizinho, Congo - Brazzaville recebe

águas dos seus outros grandes afluentes como os Rios Ubangi e Cassai, desaguando no oceano Atlântico, fronteira com Angola.

A leste desta imensa planície florestal selvagem ergue-se os maciços e montanhas, formando vales e desfiladeiros provenientes e causados pelo tectonismo do vale do Rift Ocidental, onde se encontram os Grandes Lagos Africanos: Tanganica, Kivu, Eduardo e Alberto; e as principais cadeias montanhosas como os montes Mitumba, Virunga e Ruwenzori. Esta última cadeia faz parte da fronteira leste com Uganda, dividindo o ponto mais elevado entre os dois países: o monte Stanley (ou monte Margherita) e seus 5109 m de altitude, a terceira maior montanha da África.

Seu clima é predominantemente equatorial, quente e úmido, com chuvas frequentes quase o ano todo por conta da alta umidade da floresta densa e grande número de rios perenes. Nos planaltos e montanhas do leste, predomina o tropical de altitude e subtropical com temperatura de mais amena à fria. São poucas áreas que recorrem ao clima seco de savanas. **Essa explicação geográfica é fundamental para compreendermos o terreno no qual os parques nacionais da República Democrática do Congo foram criados: explorando a exuberância das florestas e das savanas.**

O Congo Democrático é uma República que vivencia várias violações. São esparsas em determinadas momentos e períodos, mas constantes: fruto das mudanças dos regimes políticos. Os pais vêm vivenciando há décadas violações de naturezas diversas e não há muitas possibilidades de celebrar a suposta chamada Democracia. Ainda não há sequer avanços no desenvolvimento do Meio Ambiente, da Ecologia e, pior, na conservação ou proteção do Ecossistema e a Biodiversidade natural congoleza. A comunidade social congoleza vive dia a dia um embate constante com a deterioração e a subtração de diferentes tipos de bens, um problema que se expande de maneira drástica e alarmante.

Diversas medidas foram adotadas para alcançar uma perspectiva nova pela proteção do patrimônio mundial e em particular na República Democrática do Congo, como uma fase de seu direito fundamental. A relevância dá-se nas mudanças de atitude, contra a destruição do patrimônio, bem como, algumas compatibilidades com a proteção da identidade de seu povo. Isso significa criar uma visão nova de povo vivendo no interior dos sítios e mudar suas concepções sobre o que vale seu patrimônio, entendido aqui como os animais, sua

biodiversidade e o semelhante, porque isso interfere na vida dos congolese e da humanidade em geral, pelo fato que o futuro deste país, depende da capacidade e do jeito de conservar a memória histórica do seu patrimônio e de seu povo. (WHC, Unesco/RDC, 2017)

Para dar uma amostra do que vem sendo articulado em termos de acesso às informações dos quatro parques em perigo, destacamos abaixo algumas informações que julgamos interessantes para o conhecimento geral. Joias incrustadas em serras e matas, lar de espécies endêmicas, únicas no planeta, os quatro parques congolese destacados são um manancial gigantesco para o exercício da preservação: exemplos que precisam ser estudados para compreendermos os graus de sensibilidade e fragilidade da preservação dos patrimônios mundiais em perigo. Senão, vejamos...

O patrimônio natural congolês: ameaças e pressões entre guerras, corrupção e apagamento da memória

As áreas protegidas da República Democrática do Congo estão sujeitas a pressões de várias fontes. Chamamos aqui de "pressões" as forças, atividades ou eventos que já tiveram ou estão atualmente tendo um impacto negativo sobre a integridade da área protegida, ou seja, uma área que têm diversidade biológica diminuída e inibida frente sua capacidade de regeneração. As pressões incluem atividades legais e ilegais e podem ser a consequência direta ou indireta dessas ameaças. Entendemos como "ameaças", potenciais pressões vindouras que provavelmente terão um impacto negativo no futuro, a curta ou longo prazo, mas que ainda não existem, atualmente, na área protegida.

Vale lembrar que a variabilidade e a importância dessa pressão, avaliada durante este estudo, depende de vários fatores. Em Mangai e Bushiema, por exemplo, onde restam poucos animais nas regiões, a caça furtiva é baixa provavelmente porque não há mais nada para se caçar, o que provavelmente acontecerá em Kahuzi-Biega, Maïko e Salonga, lamentavelmente. Normalmente, as pessoas envolvidas são militares, gangues ou população local, e as medidas tomadas para reduzir esta pressão dependem muito da conscientização, do lobby junto às autoridades do país pelo aumento do monitoramento das áreas mais sensíveis.

A preservação do patrimônio biológico sempre foi motivo de tensões entre os atores envolvidos em sua conservação e tem gerado tensões quase insolúveis. No entanto, existem experiências bem sucedidas de gestão compartilhadas que merecem ser lembradas. O desenvolvimento de parques naturais transfronteiriços, por exemplo, permite fortalecer a cooperação entre países com relações pouco amistosas, como acontece em diversas partes do mundo, como nos Andes e na África Austral.

A criação e gestão de parques transfronteiriços pode se tornar um vetor de desenvolvimento para o governo congolês, uma possibilidade de atração de recursos e investimentos para o país. Com isso, a valorização do patrimônio promove o desenvolvimento dos territórios e aproxima governos. A cooperação com instituições internacionais como a Unesco, propicia que a RDC desenvolva técnicas e métodos para garantir o monitoramento e alertas eficazes para ajudar a ter uma boa conservação desses patrimônios. Nesse sentido, uma das mais importantes formas de se desenvolver técnicas de preservação é nominando os potenciais perigos que sofrem um patrimônio. Fruto dessa cooperação internacional são as listas do patrimônio mundial em perigo, tema aprofundado a seguir.

Como foi formada a lista dos patrimônios mundiais congolese em perigo?

Entre o local e o universal

O primeiro elemento que devemos registrar quando se trata de avaliar a criação e a permanência da lista congolese do patrimônio em perigo é que desde 1997 todos os cinco sítios do Patrimônio Mundial na República Democrática do Congo foram inscritos na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo devido ao impacto da guerra e dos conflitos civis na região dos Grandes Lagos. De 1997 até agosto de 2023, quando esta dissertação está sendo entregue, pouca coisa mudou. Com exceção da retirada do parque de Salonga (2021) da mesma lista, pouca mudança foi verificada. Embora tenha havido ao longo dessas quase três décadas uma série de projetos de cooperação e assistência a RDC patrocinados

pela Unesco,¹³ o resultado parece inexpressivo diante de tantos desafios. Essa lista do patrimônio em perigo foi formada a partir de alguns critérios elaborados para informar a comunidade internacional sobre as condições que levaram a inscrição de um bem específico na Lista do Patrimônio Mundial, e para incentivar as medidas corretivas.

É pertinente apresentar alguns exemplos e fatores que causaram destruições dos patrimônios citados na RDC. Conflitos armados e guerras declaradas, terremotos e outros desastres naturais, poluição, caça furtiva, urbanização desenfreada e o desenvolvimento descontrolado do turismo, dentre outros problemas fazem parte dessa equação de destruição dos patrimônios congolezes. Esses fatores evidenciam as características pelas quais um sítio é inscrito na Lista do Patrimônio Mundial em perigo, demonstrando como os sítios ameaçados poderiam estar em “perigo comprovado” ou quando se tratava de ameaças iminentes específicas e estabelecidas, ou ainda, em situações em que se deparam com ameaças adversas ao meio ambiente.

De acordo com os termos da Convenção de 1972, um bem do Patrimônio Mundial que atendia à definição dos artigos 1 e 2 da Convenção poderia ser inscrito na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo pelo Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco ao considerar que a situação do bem correspondia a um dos critérios em qualquer um dos casos descritos nos parágrafos 179-180 de suas Diretrizes Operacionais: para os bens culturais os perigos comprovados são, por exemplo, o fato de o sítio estar ameaçado por um perigo comprovado, preciso e iminente, como deterioração severa dos materiais; alteração de estruturas talvez da decoração; deterioração da coerência arquitetônica e do planejamento urbano; grave deterioração do espaço urbano ou rural, ou do ambiente natural; perda significativa de autenticidade histórica; distorção do significado cultural; ameaça de extinção.

¹³ Estão disponíveis no site oficial do Centro do Patrimônio Mundial 45 projetos de cooperação e 135 relatórios de conservação de projetos de assistência a RDC. Quais foram esses projetos? Em que áreas efetivamente atuaram? Quais os benefícios desses projetos para a proteção dos parques congolezes patrimônios mundiais? Será que África está decidido onde esses recursos estão sendo empregados? Ou o continente continua sendo tutelado pelas escolhas de outros países e continentes e mesmo da Unesco, consolidando assim uma posição de objeto e não agente de seu próprio destino? Perguntas como essas (que não poderão ser respondidas nesta dissertação) serão retomadas na continuidade desta pesquisa, ao longo do doutorado.

Outras possibilidades a serem observadas para levar os patrimônios à esta lista de alerta poderia ser que o sítio enfrenta sérias ameaças que podem afetar adversamente suas características essenciais, como por exemplo: a modificação do estatuto jurídico da propriedade, de forma a reduzir o grau de proteção; falta de uma política de conservação; ameaças de projetos de planejamento do uso da terra; ameaças de planos urbanos; conflito armado chegando ou ameaçando estourar; impactos ameaçadores de fatores climáticos, geológicos ou outros fatores ambientais. Outro fator que pode determinar a adesão de um patrimônio na lista dos patrimônios em perigo é o sério declínio na população de espécies ameaçadas de extinção ou outras espécies de valor universal excepcional para a proteção do espaço em questão.

Questão fundamental que se liga à preocupação da salvaguarda, é a atribuição indeterminada de valores utilizados de forma universalizante (por parte dos órgãos multilaterais de preservação, como a Unesco) e que busca com isso homogeneizar a compreensão do patrimônio natural. Um desses valores que merecem ser discutidos é a noção de “valor universal excepcional”, que muitas vezes busca impor certa dicotomia entre o patrimônio cultural e natural.

Nesta pesquisa partimos do pressuposto de que os parques naturais são híbridos entre a natureza e a cultura. Eles mobilizam saberes, suscitam o debate público, são regidos por normas de proteção do ambiente e implicam concepções do patrimônio bastante flexíveis. Com efeito, constatamos a diversidade de escalas territoriais de ação, a confrontação de normas e usos, e a circulação de representações que ligam o local ao internacional. Entre os domínios de ação e da circulação das representações que constituem o patrimônio natural, encontramos discursos de atores ligados à Unesco que mobilizam oposições conceituais inscritas em uma tensão entre o polo do “universal” e aquele reconhecido como “local”. Assim, o saber elaborado e o saber jurídico (reconhecidos como universais) supostamente opõem-se ao saber prático (enraizado no local e, às vezes, associado à autoctonia).

A Natureza selvagem (representando um **valor universal**) se distinguiria da natureza organizada (inscrita nas ações do Homem), ou ainda, as culturas tradicionais (supostamente fixas no tempo e no espaço) se confrontariam com a modernidade (que se caracterizaria pela globalidade, circulação e evoluções).

Esses sistemas de oposição contêm modalizações: a modernidade pode assim ser criticada quando certos discursos a comparam à “boa gestão” do ambiente de povos “tradicionais”. (BABOU, 2013, 4)

Mas, seria adequado falarmos de valor excepcional universal quando se fala nos patrimônios naturais mundiais? Essa pergunta deve ser respondida. Uma das propriedades fundamentais para qualificar-se e elevar-se à condição “valor universal excepcional” é possuir um valor reconhecido por todos. Significa, antes de tudo, uma importância cultural e/ou natural tão excepcional que transcende as fronteiras nacionais e se reveste do mesmo caráter inestimável para as gerações atuais e futuras de toda a humanidade. Assim sendo, a proteção permanente deste patrimônio deve ser da maior importância para toda a comunidade internacional.

No entanto, podemos interrogar a maneira pela qual as identidades locais são negociadas no contexto de patrimonialização da natureza. Constatamos na literatura dedicada aos sítios naturais da Unesco que o local – suas identidades, práticas, seus saberes – torna-se um recurso cultural negociável no campo internacional da valorização turística e patrimonial. No caso de populações autóctones, percebe-se frequentemente a ação de mediadores: ONGs que evoluem no seio de fóruns internacionais de discussão sobre a cultura, a natureza e o patrimônio. Isso nos possibilita construir certa crítica com relação ao valor universal excepcional no sentido de indagar, qual excepcionalidade seria e de que grau de universalidade se trata?

O que demonstra o enraizamento do Valor Universal Excepcional nas contingências locais e, simetricamente, a construção paradoxal das identidades locais na dinâmica de circulação internacional ou de discursos com pretensão de universalidade, é que a oposição entre o local e o universal repousa sobre mediações que relativizam esta oposição. A tensão entre o local e o universal repousa, no entanto, sobre mediações sociais, discursivas e materiais. É somente ocultando tais mediações que se pode acreditar na partilha que pretendem operar os atores ligados à da Unesco entre o local (associado à tradição, aos povos autóctones, aos saberes práticos) e o universal (associado aos saberes elaborados e ao direito).

O processo de patrimonialização de parques naturais pode ser definido antes pela heterogeneidade e por articulações e deslocamentos entre natureza e cultura, do que por “valores” ou por categorias puras e homogêneas, fixas e em oposição, as quais imporiam um valor universal como evidência. A atribuição do Valor Universal Excepcional depende, então, em grande parte de contingências locais e de mediações internacionais. A percepção dos parques congolezes estudados nesta pesquisa revelou uma diversidade de escalas territoriais de ação, a confrontação de normas e usos, e a circulação de representações ligando o local ao internacional. Assim, é por meio de uma tessitura heterogênea de operadores de legitimação, de discursos e de saberes, e mesmo da intervenção imprevisível de uma espécie animal que se revela este jogo de estratégias humanas em torno da patrimonialização dos patrimônios naturais.

Diferentemente da abordagem ocidentalizada, na qual a dicotomia cultural versus natureza se dá de forma orgânica e “naturalizada”, (é assim, inclusive, que a aparece no seio da própria Unesco), **a visão que se tem sobre a abordagem dos parques congolezes precisa necessariamente ser tratada de forma a respeitar essa compreensão aproximativa entre patrimônio cultural e natureza, concordando com uma correspondência direta entre um e outro, entre a natureza e a cultura. Não há uma dicotomia entre ambas.** Este texto busca mostrar como Unesco trata a gestão do patrimônio congolês, impondo muitas vezes, essa visão universalista e ocidentalizada de gestão do patrimônio. Trata-se quase de uma crise epistemológica, porque tem a ver com uma compreensão que para o mundo ocidental, a dicotomia entre natureza e cultura está posta, e que para povos tradicionais essa dicotomia se mostra inócua, uma distinção pouco instrumentalizada.

Boa parte dos povos que residem nas periferias do globo, dentre os quais inclui-se os africanos, compreende que a bifurcação desse caminho de distinção entre natureza e cultura feito pela imposição eurocêntrica não é operacional. **Não se deve ter medo de assumir uma postura decolonial nesse sentido, para que possam lidar com seu patrimônio a partir de uma perspectiva correlacional, sobre seu modo cultural de olhar para o mundo, inclusive com seus próprios instrumentos de salvaguarda. Portanto, partimos da**

compreensão da interligação entre natureza e cultura e não sua dicotomização.

Em perspectiva mais ampliada, isso também resvala na inapropriada maneira de compreender o museu (essa espécie de vitrine do real) com a lente impositiva da maioria dos países de matriz europeia. Como se tentássemos responder ao questionamento: como mostrar a inapropriação do conceito de museu ou de patrimônio natural impostos pelo mundo ocidentalizado ao tempo, espaço, história e memória africanos? Mas, nesse jogo de diferenças há também a necessidade de dialogar com a compreensão hegemônica da Unesco, mesmo que a compreensão africana de simbiose entre natureza e cultura seja muitas vezes ignorada. **A gangorra entre fazer o jogo dos vencedores e conquistar vitórias (mesmo que esparsas), é sempre um movimento perigoso, mas que deve ser enfrentado.**

Nesse sentido, a destruição ou perda na população de espécies ameaçadas, declínio efetivado por fatores naturais, como doenças, ou a fatores humanos, como caça furtiva; ocupação humana, construção de reservatórios de água que resulte na submersão de área significativa da propriedade, empreendimentos industriais e agrícolas, grandes obras públicas, mineração, poluição, uso de inseticidas ou fertilizantes, exploração de florestas, coleta de lenha etc, pode e deve ser vista como um “estopim aceso”: em algum momento explodira o barril de pólvora.

Outra perigosa causa de adesão à lista de patrimônios em perigo é a invasão de assentamentos humanos nos limites ou a montante de bens cuja integridade deles é ameaçada. A modificação do estatuto jurídico de proteção da propriedade e esses projetos de reassentamento de populações nos territórios que deveriam ser preservados são dois fatores determinantes para além de tudo que foi citado, existem diferentes tendências globais que afetam e potencializam o patrimônio em perigo. Trata-se de uma contradição em termos, pois, se bem conduzida, orientada e constituída a presença de grupos humanos no interior dos parques poderia ajudar na sustentabilidade do mesmo, e não o contrário, como muitas vezes se vê nos chamados museus de território ou eco museus a céu aberto, reservas naturais que convivem pacifica e harmoniosamente com os grupos humanos lá existentes.

Os relatórios, boletins e memorandos consultados revelam uma série de tendências importantes que afetavam os patrimônios da República Democrática do Congo, o que faz com que nos perguntemos sobre o rumo e as responsabilidades do estado nesta temática.

As principais fontes de ameaças identificadas por meio deste exercício são: evolução do desequilíbrio entre valores coletivos e interesses privados; recursos humanos, financeiros e profissionais insuficientes; domínio de interesses econômicos globalizados; tendência de padronização e unificação da cultura, indústria da construção; destruição acelerada e amplificada; aumento da população e pobreza; ação contínua insuficiente; e, principalmente, mudanças sociais e econômicas que impactam diretamente nos padrões de conservação.

Mas, como é o processo de alerta sobre a potencialidade de desaparecimento dos patrimônios mundiais? De um lado, os Estados Parte da Convenção devem informar ao Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco, o mais rápido possível, sobre ameaças a seus locais. De outro, indivíduos, ONGs e outros grupos também podem chamar a atenção do referido Comitê para as ameaças existentes. Se o alerta for justificado e o problema suficientemente sério, o Comitê pode considerar a inscrição do sítio na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo. No Caso da República Democrática do Congo, existia uma emergência que levou os seus sítios serem inscritos na lista, sendo que essas propriedades do país enfrentavam sérias ameaças que afetaram suas características essenciais, dentre as quais destacam-se: a modificação do estatuto jurídico de proteção da propriedade; os projetos de reassentamento de populações nos territórios que deveriam ser preservados; os conflitos armados que ameaçavam eclodir, todos esses, motivos suficientes para tais patrimônios serem inseridos nesta lista de perigo.

A mais importante situação, a saber, é que a inscrição de um sítio na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo permite que o Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco conceda assistência imediata ao bem ameaçado pelo Fundo do Patrimônio Mundial. Foi o que aconteceu quando o parque Nacional de Salonga foi retirado da lista de patrimônios em perigo, em 19 de julho de 2022¹⁴

¹⁴ O Parque Nacional da Salonga, o maior da República Democrática do Congo (RDC), foi retirado da lista do Patrimônio Mundial em Perigo na segunda-feira, 19 de julho de 2021, em reconhecimento aos esforços empreendidos para preservá-lo. A Unesco decidiu retirá-lo da Lista



Figura 3- RDC: Parque Salonga salvo? A árvore não deve esconder a floresta. Na RDC, enquanto o Parque Nacional da Salonga foi retirado da lista de patrimônio mundial em perigo, os ativistas ambientais convidam-nos a não parar num tão bom caminho... Jeune Afrique, 22 de julho de 2021.

Longe de parecer descrever o óbvio, cabem algumas palavras sobre a mensagem emitida pelo desenho acima. Uma cartilha de boas práticas de salvaguarda sobre o Parque Nacional de Salonga tem em sua capa a seguinte manchete: “Boas novidades para os bonobos (espécie de chimpanzé anão congolês). O bonobo diz: devemos fazer algo pelas principais espécies congolesas ameaçadas! E o Gorila contra argumenta em tom de pergunta: Os humanos? Essa anedota é bastante expressiva quando pensamos que a principal espécie que patrocinou a entrada desses parques na lista em perigo, foi justamente a humana.¹⁵ Dito isso, cabe lembrar que para consolidar a retirada

do Patrimônio Mundial em Perigo devido a melhorias no seu estado de conservação. A decisão tomada pelo comitê para o patrimônio mundial em perigo foi a seguinte: Tendo examinado o Documento WHC/19/43 e relembrando a Decisão 42 COM 7A. (28, adotada em sua 42ª sessão Manama 2018), tomou-se nota das consultas realizadas entre especialistas da Unesco, os Estado Parte e os Órgãos Consultivos, para discutir a Declaração de Excepcional Valor Universal (SOUV) dos bens em questão e o estado de conservação desejado proposto para a remoção da propriedade da Lista do Patrimônio Mundial em Perigo (DSOCR), e o corretivo relacionado a essas medidas, bem como a proposta de Plano de Manejo e Conservação da propriedade. Com isso, convida o Estado Parte a continuar seus esforços para finalizar os documentos acima, retirando o dado bem da lista supracitada”. Para informações mais detalhadas ver: IUCN/WHC/UNESCO, 2021.

¹⁵ Manifesto de boas notícias para a maior reserva de floresta tropical da África, que cobre 36.000 km², tornou-se mote de antipropagandas do governo congolês. “Satisfeito!”: Se este anúncio da Unesco é uma satisfação para a RDC, é porque os perigos que pairam sobre o parque foram parcialmente atribuídos ao governo, em particular por causa da polêmica questão das licenças de perfuração de petróleo que invadem a área protegida. No entanto, as boas novas a proclamar

desse parque da lista dos patrimônios mundiais congolese em perigo, o país precisou tomar atitudes e se mobilizar para restabelecer algumas normas com assistência da Unesco. A inscrição também alerta a comunidade internacional na esperança de que se mobilize para salvar os locais em questão. Ela permite que os especialistas em conservação respondam com eficácia às necessidades específicas. A simples perspectiva de colocar um sítio nesta Lista é muitas vezes eficaz e pode desencadear a adoção rápida de medidas de conservação.

A inscrição de qualquer sítio na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo exige que o referido Comitê desenvolva e adote, em consulta com o Estado Parte interessado, um programa de medidas corretivas e, em seguida, monitore a evolução da situação. Tudo deve ser feito para restaurar os valores do sítio, a fim de permitir sua retirada da Lista do Patrimônio Mundial em Perigo o mais rápido possível. A inscrição na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo não é percebida da mesma forma por todas as partes interessadas. Alguns países solicitam a listagem de um site para chamar a atenção internacional para seus problemas e obter assistência competente para resolvê-los. Outros, no entanto, desejam evitar a inserção de algum de seus patrimônios, pois isso é considerado uma desonra.

A classificação de um sítio como Patrimônio Mundial em Perigo não deve, em qualquer caso, ser considerada como uma sanção, mas como um sistema estabelecido para atender efetivamente às necessidades específicas de conservação. Se um sítio perde as características pelas quais foi inscrito na Lista do Patrimônio Mundial, o Comitê pode removê-lo tanto da Lista do Patrimônio Mundial em Perigo quanto da Lista do Patrimônio Mundial. Até o momento, foi necessário aplicar esta disposição das Diretrizes Operacionais para a

ao mundo não são legiões numa zona da África Central onde os primos dos bonobos – os humanos – sofrem regularmente os horrores da violência devastadora, da desnutrição aguda e de várias epidemias como a cólera e do vírus Ebola. No entanto, será que está tudo para o melhor no arborizado Congo? Para o Ministério do Ambiente congolês, o anúncio de que o Parque Salonga já não está em perigo é "uma oportunidade para pensar melhor a gestão das turfeiras", este conjunto de zonas húmidas que garantem, na bacia do Congo, a biodiversidade em uma área total de 145.000 km². Atualmente, 30 bilhões de toneladas de carbono estão armazenadas ali, segundo a ONG Greenpeace. Um serviço ambiental na escala de toda a humanidade. Acreditando na palavra das autoridades e aderindo à sabedoria africana de que não se deve "enterrar um cadáver com os pés para fora", o Greenpeace África está instando as autoridades a tomar medidas semelhantes e cancelar os blocos de petróleo no parque. Virunga e o resto da Cuvette Central. Para saber mais: RDC: Parque Salonga salvo? A árvore não deve esconder a floresta. Jeune Afrique, 22 de julho de 2021.

implementação da Convenção do Patrimônio Mundial, apenas em duas ocasiões, como no caso do Santuário do Órix Árabe em Omã em 2007; e a paisagem cultural do Vale do Elba em Dresden, Alemanha, excluída em 2009.



Figura 4 - COP15 sobre biodiversidade: a RDC denuncia o copo meio vazio. A 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade deu origem a um acordo que a maioria dos países do mundo elogia. Os países africanos estão menos satisfeitos. Tartaruga apaixonada: eles são legais, os humanos organizam policiais para nos salvar. Gorila: os mesmos humanos que nos colocam em perigo?... Jeune Afrique, 20 de dezembro de 2022.

O desenho acima dispensa análise, mas evidencia o quanto a ação degradadora humana impacta decisivamente o meio ambiente. Existe uma contradição que é retroalimentada pela situação ilustrada: a ideia de que o patrimônio deve ser preservado goza atualmente de consenso global, sendo inclusive objeto de cooperação internacional. Eis a contradição: nunca se buscou tanto a preservação e jamais se degradou tanto. Entre a produção e predação dos séculos 20/21, humanos e natureza vêm construindo uma relação conflituosa.¹⁶ No entanto, os meios de preservá-lo não são óbvios: a preservação

¹⁶ Há uma compreensão muito parecida quando se pensa na distância entre o discurso e a realidade da COP 15. Que realidade ficam esquecidas por trás das promessas? Os pessimistas hoje aplaudem a fixação em 200 bilhões de dólares por ano, até 2030, de todo o financiamento dedicado aos organismos vivos, a criação de um mecanismo de repartição dos benefícios dos recursos genéticos dos países explorados por empresas dos países do Norte, a vontade

muitas vezes esbarra em questões geopolíticas e interesses econômicos. Em cada etapa da corrente patrimonial, os atores patrimoniais são obrigados a ter em conta múltiplos constrangimentos para procurar um compromisso ou um equilíbrio em que a proteção e valorização dos bens naturais não sejam percebidas como uma trava à economia ou ao desenvolvimento nacional. Em resposta à preservação do seu patrimônio, alguns países africanos, bem como a administração de seus espaços e sítios tem tomado medidas mais ou menos radicais, que continuam a ser difíceis de serem programadas devido às razões econômicas. Essas medidas abrangem ações como: incentivar o turismo responsável e sustentável; regular aluguel temporário para manter a população local; impor taxas para limitar escalas curtas de passageiros turísticos que se degradam sem contribuir em nada para a economia; limitar o acesso por cotas; além de proibir o acesso ao local. Todas essas medidas, objetivam potencializar uma gestão do patrimônio que não seja meramente contraditória com o desenvolvimento econômico.

No entanto, em países mergulhados em guerras civis, toda e qualquer modalidade de preservação enfrenta mais obstáculos e desconfianças. A criação, manutenção e extroversão das listas de patrimônios mundiais em perigo, fazem parte de um conjunto de ferramentas que nos ajuda na compreensão da efemeridade do patrimônio, que sofre com os distúrbios políticos, assim como com as inações dos governantes. Os motivos que levaram quatro dos cinco patrimônios mundiais congolezes a serem inscritos na lista do desaparecimento, são pontes que ligam ações humanas vulgares e pouco virtuosas (ganância econômica, corrupção, falta de amor pela pátria e a natureza) a atuações que visam diluir os efeitos deletérios da deterioração. Podem, inclusive, ser um dínamo no meio da escuridão: dependerá sempre de como for feito. A lista de alertada Unesco evidencia que a estrutura

declarada de reduzir em pelo menos 500 bilhões de dólares por ano, até 2030, os subsídios nocivos à vida e em pelo menos 50% os riscos ligados aos pesticidas, o objetivo de garantir a proteção de pelo menos 30% da terra, mares, costas e águas interiores até 2030 ou mesmo algumas garantias para os congolezes que vivem dos parques. Se o progresso é objetivo, sua eficácia é garantida? São justos seus efeitos? Quanto a certos países africanos dos quais a RDC se tornou porta-voz, as tão alardeadas ações lhes pareceram insuficientes assim que foram anunciadas. Para saber mais: COP15 sobre biodiversidade: a RDC denuncia o copo meio vazio. A 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade deu origem a um acordo que a maioria dos países do mundo elogia. Os países africanos estão menos satisfeitos. Jeune Afrique, 20 de dezembro de 2022.

governamental do estado congolês precisa ampliar cada vez mais suas políticas de preservação do patrimônio mundial natural do país e patrocinar um plano de reversão da situação contemporânea de perda paulatina do seu patrimônio mundial. Caso isso ocorra, não apenas a biodiversidade será salva, mas também a ancestralidade dos povos que convivem com a diversidade biológica desses parques.

Outra crítica fundamental que se faz e sobre o chamado “manto colonial”. As políticas pós coloniais que pesam sobre a RDC e mesmo sobre a Unesco, a partir das ações do comitê do patrimônio mundial, tem nas suas convenções terreno fértil para se perceber as nuances do discurso e das ações desses atores multilaterais. Trata-se de um tema ainda latente, no seio dessas discussões. Ao longo de sua história turbulenta, tais parques nacionais tiveram que enfrentar vários conflitos armados patrocinados pela ganância de milícias armadas. Centenas de guardas florestais pagaram com suas vidas pela proteção desses locais. Assim, os parques continuam configurando um espaço de disputas entre a falta de um plano de gestão e conservação, e a ação nefasta de grupos que buscam auferir lucro com a degradação da floresta.

Conclui-se que apesar do valor intrínseco reconhecido pela Unesco, tais parques ainda vivem em uma situação de fragilidade, no que diz respeito à revisão de alguns instrumentos legais dedicados ao seu uso sustentável. Nos quatro parques que estão na lista os indicadores de integridade de seus respectivos sítios mostram tendências negativas, exceto a população de gorilas da montanha. Assistimos, na última década, ao ressurgimento da pesca ilegal e ao desenvolvimento de construções ilegais nos enclaves onde essa pesca é praticada. Assentamentos e plantações ilegais ocupam uma parte significativa da área de caça por grupos que derrubam árvores e constroem casas ilegalmente com autorização de políticos locais. A relativa segurança desfrutada pela população de gorilas da montanha de Virunga, por exemplo, pode ser explicada pelo fato de não ser uma espécie animal procurada por sua carne.

No entanto, se as estimativas são bastante negativas, por outro lado, pesquisas como esta objetivam lançar luz e potencializar diálogos para que as autoridades encarem a situação com mais positividade e propostas alternativas ao nefasto modelo implementado até o momento. O fato de a comunidade congoleza vivenciar diariamente, o desinteresse pelas questões da preservação, por parte de suas autoridades, bem como, uma acentuada

deterioração de seus patrimônios mundiais, que se consolida e se expande de maneira drástica, ano após ano, não pode ser ferramenta de imobilismo. Nas últimas duas décadas essa situação tornou-se insustentável.

Cada vez que se retira de uma sociedade o escudo protetor do seu patrimônio, retira-se involuntariamente, o valor de sua dignidade. Por este motivo, nenhuma sociedade consegue subsistir sem os laços de sua ancestralidade. A lista dos patrimônios mundiais congolese em perigo pode até ser (do ponto de vista técnico e intelectual) um manancial de aprendizado extraordinário. Mas, não podemos deixar que esta lista se perpetue. A dose que será aplicada é o que determinará sua eficácia ou fracasso a médio prazo. Só não devemos nos esquecer que a diferença entre o remédio e o veneno é a dosagem. Responder às questões elencadas neste texto possibilitará que a dosagem não seja prescrita de maneira equivocada, para o bem do patrimônio em perigo.

Então, diante desses pressupostos esta dissertação visa, por meio de seus três capítulos, questionar o que vem sendo realizado no sentido de preservar o que resta da dignidade física desses parques, patrimônios mundiais congolese. Assim, no capítulo I, intitulado: **Patrimônio fundado na guerra: a lista congolese de seus patrimônios mundiais em perigo** discutem-se como os problemas internos do país otimizaram a fragilidade da gestão de seu patrimônio mundial. No segundo capítulo, denominado: **Os Parques Nacionais Patrimônios Mundiais Congolese** apresentam-se os quatro parques mundiais em perigo da RDC e como o país tem realizado esforços de preservação para a retirada dos parques da lista dos patrimônios mundiais em perigo da Unesco. No terceiro capítulo: **Projeções e sugestões de salvaguarda: os atores da preservação, entraves e soluções**, analisam-se entrevistas realizadas com dez interlocutores dessa pesquisa.

Diante do que foi possível realizar, frente a um período de pandemia, entende-se que foi dado um primeiro passo rumo à compreensão mais acurada desse problema que aflige os países do centro da África, em especial a República Democrática do Congo. Espera-se que esta pesquisa ajude a divulgar mais os desafios enfrentados pela RDC. Se jogar luz nesta questão, teremos alcançado um nobre objetivo.

Capitulo I

Patrimônio fundado na guerra: a lista congoleza de seus patrimônios mundiais em perigo



Democratic Republic of the Congo



Figura 5 - A RDC no universo do africanismo. Google Maps. 2023.

Sua capital, Kinshasa é a maior cidade do país. A população atual está estimada em 89,56 milhões, dados de 2020 e hoje, tornou-se o quarto país mais populoso do continente africano, atrás apenas da Nigéria, Etiópia e Egito, e o décimo sexto do mundo. Também ele é a mais populosa nação francófona do globo e possui a língua francesa como língua oficial.

A população Democrático-Congoleza é composta, em sua maioria absoluta, por cerca de duzentos grupos étnicos, em especial da família Bantu: 81% da população, sendo a etnia congoleza a mais popular e comum onde podemos encontrar aproximadamente 1/3 dos cidadãos congolezes. Dentre as minorias étnicas importantes destacam-se os Mangbetu-Azande, Mongo e Luba.¹⁷ Considerado um dos mais pobres países do mundo, dono dos menores índices de PIB nominal per capita, em 2013 esteve no penúltimo lugar, à frente apenas do Burundi. Uma década depois, em 2023, quase nada mudou. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) também está entre os mais baixos do mundo, com um valor de 0,435 em 2015, e o 176º entre 188 países avaliados no período deste trabalho.

Imerso num clima tipicamente equatorial e tropical, considerado um dos países mais ricos do mundo em recursos naturais, (a primeira de suas maiores contradições, pois, como é possível um país rico em minerais ser tão pobre economicamente?) a República Democrática do Congo, é por vezes apontada como o segundo mais biodiversificado do mundo, atrás apenas do Brasil. São poucas áreas que recorrem ao clima seco de savanas. Devido a sua grande extensão territorial o país conta com ampla diversidade paisagística, embora

¹⁷ Essas Etnias são de origem Bantou quem são verdadeiramente afro-congolezes, portanto, os Banyamulenge são nilóticos que não pertence ao Congo.

independência sendo chamado de República Democrática do Congo (RDC). Entretanto, um ano depois, o primeiro ministro Patrice Lumumba é sequestrado e assassinado, instaurando um Golpe de Estado no país.

De acordo com (FERREIRA, 2022), ao assumir o poder, Mobutu Sese Seko, muda o nome do território para Zaire e começa a sustentar grupos rebeldes nas regiões vizinhas. Incomodados com os subsídios financeiros ofertados pelo Governo “Zairiano”, Uganda, Ruanda, Burundi e Angola se reuniram para derrubar Mobutu do poder criando a Aliança das Forças Democráticas para Liberdade do Congo (AFDL), resultando na Primeira Guerra do Congo, matando cerca de 200 mil pessoas. Na ascensão de Laurent Kabila ao poder, seu governo foi marcado por instabilidades e pela grande presença de forças rebeldes e externas levando a Segunda Guerra do Congo ou “Guerra Mundial Africana”, conhecida assim, por conta alta quantidade de mortes, 3,8 milhões de mortos, sendo apenas superada pela Segunda Guerra Mundial.

Antes da Colonização Belga, todo este território havia sido ocupado por Bantos da África Oriental, povos do rio Nilo, que fundaram ali então, os reinos de Baluba do Congo entre outros. Em 1878, o explorador Inglês, Henry Morton Stanley fundou entrepostos comerciais no rio Congo, sob ordenamento e o pedido obrigatório do rei Belga Leopoldo II. A partir da Conferência de Berlim de 1885, dividindo a África entre as potências Europeias, o Rei Leopoldo II recebeu o território como possessão pessoal, chamando-o de “Estado Livre do Congo”.

De acordo com (M'BOW, 2001, 345) “em 1908, o Estado Livre do Congo deixou de ser propriedade da Coroa e do Rei em particular depois que as brutalidades da colonização Belga foram denunciadas e expostas na imprensa ocidental, o país consolidou-se como uma colônia da Bélgica, chamada de Congo Belga. Sobre a Independência, após muitas turbulências, violência e mortes, em 30 de junho de 1960, o Congo conquistou sua independência com o nome de República do Congo.” Também ficou conhecido naquele período como Congo-Léopoldville, para se diferenciar do Congo Francês, que havia também adotado a alcunha República do Congo como nome oficial. Para se diferenciar, em 1964 o antigo Congo belga acrescentou o adjetivo Democrático. Nas eleições parlamentares de 1960, Patrice Emery Lumumba Líder do movimento nacionalista (MNC) recebeu a maioria dos votos e assumiu o cargo de primeiro-

ministro. Joseph Kasavubu assumiu a Presidência. A maioria dos colonos europeus deixou o país.

Existe uma realidade que é inquestionável: as potências colonialistas do século XIX forjaram um caminho para conseguirem uma única coisa: um novo mercado. Quando em 1880, as câmaras de comércio britânicas estavam numa depressão sem mercadorias apropriadas, não admitiram a liberdade da Bélgica em explorar a bacia do Congo, sem deixar outra potências dividir o espaço. O Rei Belga; Leopoldo II, na sua maneira de trabalho e projeto lucrativo, usava métodos não apropriados e desumanos para com a comunidade congoleza. Então a difícil tarefa de separar ações políticas de motivos econômicos para as aquisições dos territórios coloniais acaba por criar uma estratégia de colonização que se tornou também um motivo importante para as potências rivais da Bélgica. De acordo com Hobsbawn:

“Adquirir uma colônia se tornou um Status apesar do seu valor. A Alemanha ao não ter uma colônia rica e maior se sentiu bem ofendida apesar de seu poder econômico e militar. Aconteceu que grandes potências adquiriam colônias, porém as pequenas nações não, o que de fato se tornou uma imposição frente as pequenas nações. Em 1888 foi permitido ao o Rei Belga a autorizado de demarcar seu domínio privado na África, a hoje, República Democrática do Congo com a condição de manter seu acesso aberto a todos. Já que nenhuma potências estavam dispostas a oferecer a outra uma parte significativa da bacia do rio Congo, a Bélgica reinou impassível” (HOBSBAWM, 1992, 102)

A disputa pelo Congo e a África Ocidental era bem mais econômico que política, fruto do desenvolvimento interno do capitalismo ocidental da virada do século XIX para o XX, que consistia numa pluralidade de “economias nacionais”. “A civilização burguesa se orgulha na Era dos Impérios de suas colônias da mesma forma que a mesma civilização se orgulhava do triunfo da ciência, da tecnologia e das manufaturas”. (HOBSBAWM, 1992, 105) O passivo da colonização não desaparece de uma sociedade de maneira natural, ao contrário, se complexifica cada vez mais, conforme as décadas vão se sucedendo. Reflexos inevitáveis se encrustaram na vida e sociedade congolezas.

Meio século depois, em julho de 1960 eclodiu uma rebelião contra Lumumba, rebelião liderada por Moïse Tshombe, com o apoio da Bélgica, Estados Unidos e França. Antes do final do ano, Joseph Kasavubu afastou Lumumba que havia sido eleito primeiro Ministro de forma democrática, dando um golpe de Estado. Lumumba alegou que o ato foi inconstitucional e deu-se início a uma crise.

Novamente com o apoio dos Estados Unidos, França e Bélgica, Lumumba foi sequestrado e assassinado em janeiro de 1961. Tropas de diversos países (incluindo o Brasil) foram enviadas pela ONU para restabelecer a ordem, o que ocorreu em 1963, com a fuga de Tshombe. As tropas da ONU retiraram-se do Congo em junho de 1964. A Guerra Fria teve papel preponderante na política interna do Congo isso na década de 1960, o país foi vitimado pelo conflito.

Os conflitos entre forças internacionais dos blocos capitalistas e comunistas marcaram a sua política e desenvolvimento pelas próximas décadas. As forças que apoiavam a volta do governo socialista de Lumumba eram formadas por guerrilheiros de vários países, como os rebeldes de Ruanda. Após diversos combates, Tshombe regressou e assumiu a presidência com apoio da Bélgica e dos Estados Unidos. Em novembro de 1965, ele foi derrubado num golpe liderado pelo futuro Presidente Militar. Com forte apoio militar dos governos dos Estados Unidos quem o levou ao poder, Mobutu estabeleceu uma ditadura personalista, desde o golpe e durante todos os 32 anos em que permaneceu na presidência como ditador único e soberano no Congo. Mas, a ajuda norte-americana foi encerrada com a queda do regime comunista/soviético no leste Europeu.

Desde então a partir dos anos 1970, lançou sua política de "africanização" ou à volta nos ritos ancestrais a chamada: "Autenticidade" proibindo nomes ocidentais e cristãos. Como parte da campanha, mudou em 1971 o nome do país para Zaire e da capital para Kinshasa (Kinshasa); anteriormente Léopoldville. Ele próprio mudou seu nome e passou a chamar-se Mobutu Sese Seko Kuku Ngbendu waza Banga, que significa "o todopoderoso guerreiro que, por sua resistência e inabalável vontade de vencer, vai de conquista em conquista deixando fogo à sua passagem". Dirigindo o país com "braço de ferro", a corrupção tornou-se comum até o ponto de ser considerada

pelo próprio Mobutu como o "mal do Zaire". Líderes rivais uniram-se em 1988 para organizar a oposição, mas foram presos ou exilados. Pressões internacionais levaram Mobutu a adotar o Multipartidarismo político em 1990. Em outubro de 1991, o líder oposicionista Etienne Tshisekedi foi nomeado como primeiro-ministro, mas recusou-se a prestar juramento a Mobutu e foi substituído. Os Estados Unidos puseram em dúvida a legitimidade do governo e a Alemanha cortou a ajuda financeira ao país. Em dezembro do mesmo ano, Mobutu cancelou as eleições. Tshisekedi foi reconduzido ao cargo no ano seguinte.

O país se torna conhecido como "República Democrática do Congo" entre 1965 e 1971. Zaire, entre 1971 e 1992, quando a Conferência Nacional Soberana votou pela recuperação do nome anterior, mas a alteração não foi levada a efeito. O nome do país seria restaurado em 1997, pelo presidente Laurent-Désiré Kabila (1997-2001), após o fim da longa ditadura e da saída de Mobutu Sese Seko Kuku Ngbendu Waza Banga, que ficou no poder por três décadas: (1965 – 1997).

Em 1993, o Alto Conselho da República, criado pela conferência nacional, ordenou o desligamento de Mobutu dos negócios de Estado e convocou greve geral. Mobutu ignorou a resolução. No final do mês, o Exército amotinou-se quando ele tentou pagar os soldados com notas de 5 milhões de Zaire (cerca de 2 dólares dos Estados Unidos), já recusadas em 1992 por não terem valor. Mobutu responsabilizou Tshisekedi pela rebelião, que deixou mais de mil mortos, e nomeou um governo de união nacional. Estados Unidos e União Europeia não o reconheceram e apoiaram a instalação de um regime de transição formado pela aliança oposicionista liderada por Tshisekedi. Em junho de 1995, o período de transição foi prolongado por dois anos e as Eleições gerais, previstas para o mês seguinte, não se realizaram. Após a Morte do Presidente Juvenal Habyarimana do Rwanda em 1994, mais de um milhão de Ruandeses (em sua maioria hutus) foragidos do genocídio em seu país ingressaram no leste do Zaire.

A chegada dos refugiados desestabilizou a região. Os Baniamulenges sentindo-se negligenciados por Mobutu, que tolerou a presença dos Hutus na região iniciaram uma rebelião em outubro de 1996, liderada por Laurent-Désiré Kabila. O movimento contou com o apoio decisivo da vizinha Uganda e do

regime Tutsi de Ruanda, e ganhou rapidamente a adesão da população, insatisfeita com a pobreza e a corrupção no governo. Nos meses seguintes aumentaram os choques entre a guerrilha, batizada de Aliança das Forças Democráticas pela Libertação do Congo - Zaire (AFDL) e o Exército, que enfrentou deserção em massa.

A escalada da ofensiva coincidiu com a ausência de Mobutu, que viajou para a Europa em agosto para submeter-se a tratamento médico para o câncer na próstata (que havia sido detectado 34 anos antes, em 1962). Em 1997, a guerra civil alastrou-se pelo território, nos sentidos Norte-Sul e Leste-Oeste. Em fevereiro, a Força Aérea bombardeou as cidades de Bukavu, Shabunda e Walikale, sob controle rebelde. Mobutu propôs cessar-fogo à guerrilha em março, mas a AFDL não negociou. No mesmo mês conquistou Lubumbashi e Kisangani: as duas maiores cidades depois de Kinshasa e Mbuji-Mayi, a "capital dos diamantes". Os rebeldes propuseram ao Exército a ocupação pacífica de Kinshasa e, em 17 de maio de 1997, entraram na capital sob aplausos da população com Laurent-Désiré Kabila que assumiu o poder e retomou o antigo nome do país: A República Democrática do Congo, nome adotado entre 1964 e 1971. No dia anterior à tomada de Kinshasa; Mobutu partiu para o Palácio Gbadolite o "Versalhes africano", na selva, de onde fugiu para o exílio no Togo e morreu em setembro, no Marrocos.

O líder rebelde Laurent Kabila apesar de assumir o governo do país, teve que lidar com os conflitos que permaneceram após a mudança do governo, levando ao seu assassinato, em 2001. Seu filho, Joseph Kabila assumiu o governo e tentou reduzir os impactos das constantes guerras civis, estabelecendo um acordo em 2003 com os rebeldes para cessar os conflitos, porém após tantos anos de confrontos os mais afetados foram os grupos populacionais que sofriam com a fome, falta de acesso a recursos, violência, entre outros fatores sociais negativos. Em 2006 nova constituição foi promulgada estabelecendo oficialmente um governo democrático. Joseph Kabila permaneceu no poder até 2019 quando Félix Tshisekedi assumiu a presidência, sendo a primeira transição pacífica entre governos no país. **Pois, é justamente em meio a essa conturbação política que se configura o cenário de criação dos parques nacionais que viriam a se tornar patrimônios mundiais congolese.**

1.3 - Patrimônios africanos e suas dificuldades: da compreensão dos objetos museais à consolidação dos patrimônios naturais

Antes de nos aprofundarmos no objeto de estudo dessa dissertação, é oportuno dizer algumas palavras sobre uma demanda paralela da preservação do patrimônio africano atual. Tal como no âmbito do patrimônio natural mundial (nosso foco), as discussões sobre a devolução da cultura material espoliada têm ganhado bastante destaque. O que constitui patrimônio para a África e qual é sua relação com o objeto etnográfico do continente Africano? Uma das primeiras questões que os estudiosos do patrimônio africano se fazem é a relação com o chamado objeto etnográfico. Na África o valor do objeto está subordinado ao uso e ao ambiente em que se insere. Por exemplo, alguns objetos devem ser exibidos exclusivamente durante eventos específicos. O caso de Gan yi Ahi no Benin (uma exposição das coleções reais) é um bom exemplo. O Gan yi Ahi dos antigos reis do Daomé pretendia mostrar a riqueza acumulada pela realeza. Esta exposição das coleções reais teve uma duração limitada. O historiador de arte Joseph Adande explica:

A duração da demonstração significava que nunca tínhamos visto o suficiente para nos cansarmos dela. Para manter a atração, era necessário esconder-se rapidamente da vista e, assim, dar à imaginação a chance de continuar criando. A maioria das cerimônias dos cultos voduns também mantém o mesmo princípio; garante-lhes uma massa de visitantes, em cada espetáculo. (ADANDE, 2000, 235)

Nesse sentido, se alguns objetos adquirem valor pela raridade de sua apresentação, outros pretendem ser efêmeros. O historiador da arte Opéoluwa Blandine Agbaka afirma que:

“(...) As religiões tradicionais, por exemplo, têm muito pouco foco em representações físicas conspícuas e tendem, em vez disso, a se misturar ao ambiente com marcadores imperceptíveis. A natureza é sacralizada e divinizada através de árvores, lagoas, rios, colinas, etc., com marcas discretas como um pano branco preso à árvore ou simplesmente vestígios de libações ou oferendas; “os espíritos estão por toda parte” e a descrição visual de sua representação esconde uma parte importante da herança de nossas sociedades africanas aos olhos estrangeiros. A

utilização frequente de materiais precários na materialização de altares durante eventos socioculturais, festas rituais, práticas tradicionais e a fusão dos espaços sagrados com o ambiente induzem a necessidade, em termos de patrimônio, num contexto africano de interessados no espírito de herança”. (AGBAKA, 2017, 13)

Além disso, em uma sociedade profundamente enraizada na magia, expor-se a uma estátua de família ou a uma máscara de aldeia é correr o risco de ser enfeitiçado. Como resultado, o objeto é mantido fora de vista e perto de onde é usado. A beleza e a idade de um objeto contribuem para sua eficácia, pois além de ser um vetor de memória, está impregnado das forças que lhe conferem seus usos anteriores. O historiador de arte Abdou Sylla descreve os locais de conservação e o processo de restauração: em vez de um museu, a África tradicional usava celeiros ou quintais ou até mesmo os espaços entre os telhados das cabanas e suas paredes. Nesses diferentes locais do complexo familiar foram intercalados “objetos de arte”, ferramentas e utensílios não utilizados diariamente; esses espaços e lugares serviam assim como armazéns de conservação. Ali, as obras de arte, sem cuidados especiais, sofriam o peso do tempo e do mau tempo; eles também podem ser predados por cupins e insetos.

Quando eram retirados para serem usados em cerimônias e ritos, eram então limpos, repintados ou mantidos de outra forma; depois disso, eles foram colocados de volta em seu lugar habituais, fora da vista e dos espectadores. Porque, de fato, esses lugares não eram acessíveis a estrangeiros e forasteiros.

O que é indiscutível, no entanto, é que os recursos naturais e a cultura estão sempre sobrepostos e entrelaçados especialmente na África (Abungu 1996; Abungu el 2016.). Eles podem se referir e explicar uns aos outros e abordar as mesmas preocupações, vistas de diferentes perspectivas. A visão integrada dessas perspectivas que estão na base dos argumentos apresentados aqui é que o contexto mais amplo para entender a gestão de recursos naturais

é que aborda a gestão de valores, culturas e pessoas¹⁸ (Abungu 2016 et all) Larsen e Wijesuriya, 2017).

Note-se que essa concepção do objeto entregue aos estragos do tempo tornou-se um dos argumentos para justificar a não devolução dos objetos ou mesmo o roubo considerado então como uma espécie de "resgate"... Objeto único que constitui patrimônio e, portanto, sua museificação levanta várias questões. De acordo com o *Relatório para o museu na África* (que congrega informações sobre os museus africanos) a segunda questão é, portanto, sobre a relação com o museu. Observamos certa indiferença de algumas lideranças e parte da população em relação aos museus. As razões para esta falta de interesse são múltiplas.

Deve se apresentar um quadro para uma análise teórica da divisão natureza-cultura na classificação e gestão do patrimônio em África. A Gestão de Recursos Naturais envolve o uso da terra, água, floresta e recursos biológicos, mas, no entanto, tem um significado muito mais amplo, enquanto sua gestão está fundamentalmente ligada às pessoas e meios de subsistência. Esse significado mais amplo está localizado, primeiro, no meio ambiente, segundo na cultura e, terceiro, na relação entre meio ambiente e cultura. Os recursos

¹⁸ Vale lembrar que o único patrimônio congolês inscrito na Lista dos patrimônios imateriais e a RUMBA congoleza. Isso ajuda a ter uma visão mais ampla de que imagem a RDC deseja veicular internacionalmente, por meio dessas listas. A história muitas vezes esquecida da rumba congoleza mostra o quão resilientes os africanos têm sido face à adversidade. Rumba ou "nkumba" (umbigo em Kikongo), na sua formulação original, descreve a união e fricção de umbigos, uma dança que marcou as celebrações para os povos do Reino do Kongo (que abrangeu o que hoje conhecemos como Angola, a República do Congo e a República Democrática do Congo). A Rumba Congoleza moderna, contudo, é muito mais do que apenas uma dança ou estilo musical, encarna a criatividade, espírito, filosofias e cultura do povo congolês. É o legado dos escravos, constrangidos a deixar o seu país para as Américas sem nada mais do que a sua essência para ligá-los ao continente. É o produto de uma troca entre os dois Congos e Cuba, e mais tarde um grito de movimentos de libertação. Foi ao ritmo da "Indépendance Cha Cha" do Grand Kallé que a maioria dos Congolezes celebrou a sua independência. Esta canção, amplamente difundida nos anos 1960, relata os acontecimentos que levaram ao processo de independência. Considerada como um dos primeiros sucessos pan-africanos e da rumba congoleza, esta canção encarna a força e a influência da rumba congoleza através da história. A rumba congoleza também ajudou a aproximar os dois Congos, reforçando as suas identidades culturais e abrindo o caminho para a criação de outros estilos musicais. Mais recentemente, a rumba congoleza foi reconhecida pela Unesco como Património Cultural Intangível devido à sua inegável contribuição para a música em todo o mundo, mas também para os valores pan-africanos e a memória africana. Esta nomeação promete ser um grande passo em frente ao destacar a rumba congoleza, promovendo oportunidades de emprego e empreendedorismo na indústria musical e a transmissão de valores culturais na região. Para aprofundamentos ver: <https://www.unesco.org/pt/articles/de-nkumba-rumba-o-rico-patrimonio-cultural-intangivel-dos-congos>

naturais são relativos, no sentido de que são definidos (e, portanto, existem) dentro de contextos culturais específicos. Um recurso do ambiente que é definido em uma cultura como um recurso pode não ser tão definido em outra cultura.

A falta de meios, a pobreza, as dificuldades interétnicas, a rejeição de um passado desprezado, o surgimento de religiões iconoclastas ou a dolorosa carga emocional que certos objetos geram, não favorecem o surgimento e, sobretudo a apropriação destes locais de conservação e exibição. A esta lista poderíamos acrescentar as dificuldades encontradas pelos museus em geral em relação à diversificação de seus públicos e ao próprio conceito de museus, o que não deixa de ser também uma propaganda do discurso colonial no âmbito museal.

Com efeito, uma das consequências da museificação de um objeto é a sua descontextualização. Embora isso não represente nenhum problema com as obras de arte, é bem diferente com os objetos etnográficos. Como vimos, na África o objeto está ligado ao “espírito da herança”. Além disso, a apresentação de objetos de culto em museus surge regularmente em debates na Europa. Um ícone exposto em um museu mantém sua dimensão sagrada para os crentes? Descontextualizados dessa forma, os objetos não seriam despojados de seu significado e de sua carga emocional? A museificação de objetos arrancados de seu lugar, de suas funções e de seu público originário implica sua estetização, processo que o filósofo Jacques Rancière chamou de “regime estético da arte”.

Nesse lugar de extraterritorialidade, fora do tempo, os objetos mudam de uso para que sua recepção seja necessariamente modificada. Parece que esse processo é muito mais embaraçoso quando se trata de crenças estranhas à cultura ocidental. Para se convencer disso, basta ler as inúmeras críticas feitas à estetização dos objetos no museu Quai Branly. Tomemos também o exemplo do museu etnográfico mais antigo da África Oriental, o Museu de Uganda em Kampala, inaugurado em 1908 pelas autoridades inglesas. A população rebatizou-a de Enyumbaya Mayembe, que significa “a casa dos fetiches, dos feitiços”.

A geógrafa Anne Gaugue nos revela que: “a maioria dos ugandenses ficou longe deste lugar porque acreditava que esses fetiches davam poder ao governo e é por isso que o governo os manteve. Uma verdadeira ansiedade era

muitas vezes visível entre os visitantes, e parecia urgente criar uma exposição mostrando os fetiches em seu contexto.” (GAUGUE, 1997, 67). Parece óbvio que a apropriação da noção de museu passa por um trabalho sobre a questão da descontextualização de um objeto. Como valorizar o patrimônio sem tirá-lo dos usos locais?

Para além desta questão, que é regularmente debatida na Europa, os museus em África devem também resolver a questão do patrimônio ambíguo do museu e dos objetos. Porque, por um lado, o nascimento dos museus em África remete para a história colonial, pelo fato de os primeiros museus terem sido fundada pelas potências coloniais para fins de estudo e conservação de objetos qualificados como etnográficos. No entanto, como aponta Opêoluwa Blandine Agbaka sobre o patrimônio colonial em Benin: “Ainda que a perspectiva dos responsáveis políticos e administrativos tenha evoluído sobre a conservação do patrimônio pelo seu potencial turístico ou pelo lobby construído paulatinamente pelas elites e profissionais do patrimônio, a vinculação das populações locais a este tipo de patrimônio está longe de ser adquirido.” (AGBAKA, 2017, 15)

Tal como no patrimônio arquitetônico congolês, o patrimônio natural musealizado também recebe críticas. Em um momento em que ampliação do conceito de museu, tem alargado seu escopo e sua utilização (em diversos espaços sociais), o museu busca ser “uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus promovem a diversidade e a sustentabilidade” (ICOM, 2021), ganha força no contemporâneo a virada de compreensão grassada no passado de que o museu era apenas um depósito de elementos. No caso dos museus de História Natural, por mais que busquem criar uma identificação mais apropriada à resistência do colonizado, suas narrativas museais continuam reproduzindo nuances europeizadas e coloniais. Como criar uma nova curadoria ou museografia a partir de questões próprias? Eco museus e museus de território, que nascem europeus, (VARINE, 2005, 33) talvez possam trazer subsídios para um diálogo com a compreensão do museu de história natural de forma alargada.

No caso específico dos museus de História Natural, espaços onde se tentam domar a natureza, isso se dá de maneira mais acabada, como no caso do Museu Nacional da República Democrática do Congo, em Kinshasa, (um híbrido não muito bem resolvido entre museu cultural e natural) ¹⁹ que por mais que busque romper essa dicotomia, ainda promove a memória do colonizador,



bem aos moldes dos chamados museus universais e sua museologia tradicional e anti decolonizada.

Figura 7 – Trilha das tormentas, também conhecido como Monumento do Rail. O Monumento Ferroviário é um baixo-relevo de bronze do escultor belga Arthur Dupagne. Este baixo-relevo representa a "batalha dos trilhos": a construção da linha férrea Kinshasa-Matadi. Desde 1930 homens, europeus e congoleses, ali perderam suas vidas. Colocado pela primeira vez na parede da estação central, foi movido pelo ditador Mobutu em 1971. Encontra-se hoje no recinto do parque presidencial de Mont Ngaliema. Pode ser vista ao mesmo tempo que as outras estátuas dos colonizadores (Leopold II, Albert I, Stanley, Monument du Souvenir Congolais). República Democrática do Congo, Kinshasa, 2023.

O Museu Nacional da República Democrática do Congo é um museu dedicado à história cultural e natural das muitas etnias, espaços e às épocas históricas do país. Construído com recursos da Agência Coreana de Cooperação Internacional (KOICA), foi finalizado em 14 de junho de 2019, após três anos de construção. Em três salas de exposições públicas de 6.000 m² com capacidade para 12.000 objetos, o museu foi projetado com os objetivos de conservação, transmissão e valorização do patrimônio cultural/natural congolês. O acervo do museu é composto por máscaras, esculturas, objetos tribais do cotidiano, objetos arqueológicos e históricos, gravações etnográficas, instrumentos musicais tradicionais do Museu Nacional de Kinshasa, bem como obras de arte modernas. Foi para este museu que o Rei Belga devolveu uma antiga máscara ritualista congoleza, roubada nos tempos da colonização. Para saber mais veja: Rei belga

¹⁹ Camille Mello .8 jun 2022. Leia mais em: <https://veja.abril.com.br/mundo/rei-belga-devolve-mascara-roubada-do-congo-durante-periodo-colonial> <https://veja.abril.com.br/mundo/rei-belga-devolve-mascara-roubada-do-congo-durante-periodo-colonial>

devolve máscara roubada do Congo durante período colonial. Artefato pertencente a um povo tradicional da África Central é o primeiro de cerca de 84.000 objetos que serão entregues ao país. Mas, por que mesmo eles entendem ser este um museu de história natural? Diferentemente do Museu Nacional da RDC, o Museu Real da África Central é um museu de história natural e etnografia, localizado em Tervuren, Bélgica. É especializado no conhecimento do antigo Congo Belga, uma colônia que corresponde hoje à República Democrática do Congo. O museu foi fundado por ocasião da Exposição Universal de Bruxelas, de 1897, cuja "secção colonial" teve lugar em Tervuren. No ano seguinte, passou a ser chamado de "Museu do Congo", sendo posto ao serviço do rei Leopoldo II, que foi proprietário particular do Estado Livre do Congo até 1908. Quer conhecer um museu de história natural congoleza, vá para a Europa. Ações de permanência pós colonial a olhos vistos.

Por outro lado, a história da circulação de objetos pode remeter a uma experiência amarga, às vezes dolorosa. Podem ser uma história de roubos, espólios de guerra, coleções etnográficas ou compras mais ou menos forçadas por administradores coloniais. Em outros casos, a circulação desses objetos emana diretamente da população, seja por motivos econômicos, políticos ou religiosos. Por exemplo, a guerra de Biafra na Nigéria, durante a qual a população, passando fome, vendeu certos objetos em troca de alimentos, ou durante a ascensão do Islã, onde objetos tradicionais foram entregues como prova de conversão. Sobre este assunto, o antropólogo Jean-Loup Amselle se pergunta: "Se tomarmos o exemplo do Mali, podemos de fato nos perguntar o que o retorno das estatuetas ou máscaras de Bambara, Senufo ou Dogon pode significar para comunidades agora profundamente islamizadas e que rejeitam objetos considerados pertencentes à era das trevas antes do Islã". (AMSELLE, 2019, 34)

Portanto, a recepção de objetos envolve muito trabalho de memória, pois trata da apropriação de um patrimônio ambíguo entre os nativos e os colonizadores. Então, por que e como se apropriar dessa herança colonial? De fato, a situação dos museus na África varia muito de um país para outro. Enquanto alguns museus nacionais preservaram as características essenciais do museu herdado, outros se desenvolveram, integrando em particular a arte contemporânea, como o Museu Nacional do Mali ou o Museu das Civilizações

da Costa do Marfim, outros países beneficiaram de iniciativas emanadas de associações, comunidades aldeãs ou artistas, totalmente integradas no desenvolvimento local, como o museu da mulher em Gorée no Senegal, os museus das chefias nos Camarões ou a cultura dos bancos no Mali.

É certa que o museu não é uma tradição autóctone, mas isso não impede que seja considerado um pilar para o futuro da África. Seu desenvolvimento às vezes é motivado por um desejo oportunista. O patrimônio tornou-se um recurso econômico decisivo para os países em desenvolvimento. Este é também um dos argumentos apresentados às populações locais para obterem um apoio mais forte à conservação do patrimônio. O desenvolvimento cultural (assim como o natural) é assim justaposto à promoção do turismo. Deve-se notar, no entanto, que alguns relutantes em devolver os objetos evocam uma possível poluição de especulação no mercado de arte.

O interesse por determinados objetos dependeria de seus valores financeiros. Devemos, portanto, privar os países africanos de aproveitar esta oportunidade? Além disso, o desenvolvimento dos museus emana, sobretudo de um desejo de reconstrução da memória. Além disso, os primeiros pedidos de restituição datam do momento da independência. É também neste sentido que associações como o projeto Museus da África Ocidental (WAMP) ou a Sociedade Cultural Africana (SAC) têm realizado ações de reapropriação e revalorização cultural.²⁰

Assim, na continuidade de sua problemática da negritude, Léopold Sédar Senghor, que se tornou o primeiro presidente do Senegal, organizou em Dakar o Primeiro Festival Mundial de Artes Negras em 1966, com o tema “Função e importância da arte negra e africana para os povos e na vida dos povos”. Este festival foi uma vitrine para todas as formas, passadas e presentes, de criatividade artística implantada por negros na África e na diáspora, bem como um fórum para afirmar o papel fundamental da cultura no futuro da África. Este projeto de valorização do patrimônio resultou na recente abertura do Museu das Civilizações Negras em Dakar. É como Amadou-Mahtar M'BOW, Diretor-Geral da Unesco, expressou em 1978:

²⁰ WAMP e SAC são dois projetos dos Museus da África Ocidental (WAMP) ou a Sociedade Cultural Africana (SAC) quem realizam ações para reapropriação e revalorização cultural.

Os povos que são vítimas desta pilhagem por vezes secular não só foram despojados de obras-primas insubstituíveis; eles foram despossuídos de uma memória que sem dúvida os teria ajudado a se conhecer melhor, certamente a se fazer melhor compreendido pelos outros. Essas pessoas sabem, é claro, que o destino da arte é universal; sabem que esta arte que conta a sua história, a sua verdade, não a conta só a eles, nem só a eles. Eles se alegram que outros homens e mulheres em outros lugares possam estudar e admirar o trabalho de seus ancestrais. E eles veem claramente que certas obras compartilharam por muito tempo e muito intimamente a história de sua terra emprestada para que se possa negar os símbolos que as prendem a ela e cortar todas as raízes que lá puseram. (M'BOW, 1978)

Esta fala de Amadou-Mahtar M'BOW se dá em convergência com acontecimentos fundamentais que estavam se configurando em finais da década de 1970, como a consolidação do Comitê para Repatriação de Bens Culturais da UNESCO. O Comitê foi criado em 1978, composto por 22 representantes eleitos pela Conferência Geral da UNESCO, possuindo como objetivo a luta contra a pilhagem e o tráfico de bens culturais. Isso demonstra como em finais dessa década esses elementos emergem como foco prioritário no posicionamento pós-colonial dentro da Unesco, atitude que vai se enfraquecendo conforme o passar das décadas subsequentes. Além disso, esses homens e mulheres destituídos exigem que lhes sejam devolvidos pelo menos os tesouros artísticos mais representativos de sua cultura, aqueles a que atribuem maior importância, aqueles cuja ausência lhes é psicologicamente mais intolerável. Esta afirmação é legítima. Que sejam de um desejo oportunista ou de um desejo de recuperar a memória, as demandas de restituição hoje respondem principalmente ao desejo de educação da geração mais jovem. Cabe a eles definir sua visão de patrimônio enquanto continuam a se reinventar.

Para concluir esse preâmbulo de paralelismo entre o patrimônio etnográfico e o natural africano, esses objetos determinam que sejamos exigentes em sua narração, no dever de verdade dos vínculos entre os países.

Acima de tudo, eles implicam que instituíamos uma nova ética relacional que não seja mais assimétrica. Esta assimetria expõe também os problemas enfrentados pelo patrimônio natural congolês. Ou nos conscientizamos da necessidade de diminuirmos essas assimetrias, ou será cada vez mais difícil reverter essa situação. Toda comunidade internacional tem responsabilidade, com o que acontece no continente africano, sobretudo os que contribuíram para o aprofundamento de seus problemas (seus colonizadores) e a Unesco. **Esses agentes, por sua vez precisam desenvolver programas que deem conta de patrocinar a tão propalada, mas pouco executada “Política de prioridade África”, que nunca foi efetivada, restringindo se apenas ao discurso teórico.** Nesse sentido, a nova ética relacional que busca fugir das assimetrias encontra-se com os novos equilíbrios necessários diante da cartografia geopolítica contemporânea. Este torna-se então, o *leitmotiv* deste trabalho. É sobre essa história que pretendemos nos debruçar a partir de agora

1.4 - Patrimônio mundial em continente africano?

Discursos colonialistas continuam permeando as decisões do Comitê do Patrimônio Mundial, no caso dos naturais, sobretudo. Esses discursos, revestidos de um verniz de modernidade permanecem contendo abordagens paternalistas, evidenciando uma África mais objeto e menos sujeito das discussões e resoluções do comitê. Nesse sentido faz-se necessário sinalizar a importância de se ter um comitê mais pro africanos, no sentido de que os representantes dos países africanos presentes neste comitê possam trabalhar por uma política mais coesa de preservação e protagonismo africanos, pois isso impacta diretamente na falta de uma política comum africana para seu patrimônio natural mundial.

A África ainda é um continente sub representado na lista dos patrimônios mundiais da Unesco. Todos os relatórios da Unesco reconhecem esse triste fato: **a África está sub representada no Patrimônio Mundial. O continente representa pouco menos de 9% de todos os patrimônios a ser inscritos. Ao mesmo tempo, o continente soma quase 30% das propriedades em perigo.** Mas, por que a África tem tanta dificuldade em ver seus ativos avaliados e como podemos explicar esse fato tão indesejado e injusto? **Apesar do Comitê do**

Patrimônio da Unesco continuar se reunindo para tratar do assunto da assimetria, as desigualdades permanecem flagrantes: no total, apenas 94 dos 1.157 sítios reconhecidos como Patrimônio Mundial são africanos, menos de 9%. Em comparação, a outros continentes como a Ásia e área do Pacífico, que possuem 257, e as região da Europa e América do Norte que registram 513, a soma dos meros 94 (dentre os 47 países do continente) chega a ser um absurdo e deve se apresentar um quadro para uma análise teórica da divisão natureza-cultura na classificação e gestão do patrimônio em África.

a Unesco também tem ciência disso e o reconhece há mais de vinte anos, em todos os seus relatórios: "É uma tendência que não é fácil de reverter, dado o ritmo de candidaturas de cada região, que continua forte", lamenta o camaronês Lazar Eloundou Assomo, atual diretor do Centro do Patrimônio Mundial da Unesco. Primeiro africano a ser nomeado para este cargo, em 2021, garante como arquiteto que os lugares construídos não são os únicos bens comuns universais e faz campanha para o turismo sustentável nos parques patrimônios mundiais espalhados ao redor do planeta.

Em entrevista recente ao jornal francês *Le Figaro*²¹, Eloundou Assomo atesta que há diferenças fundamentais entre a percepção do patrimônio gerido em diversos continentes. Cinquenta anos depois da Convenção do Patrimônio Mundial da Unesco, menos de 1/10 dos patrimônios mundiais estão na África. Questionado se a definição de patrimônio difere de país para país, e se por isso devemos "reinventar o universal", como dizia o escritor senegalês Leold Sedar Senghor, respondeu:

Nossa convenção é universal, porque 194 países a ratificaram. É um instrumento aceito e compartilhado por todos. Agora as ferramentas para sua implementação foram esclarecidas. Os primeiros estavam certamente mais orientados para a valorização do carácter monumental, arquitetônico do patrimônio, levantando a questão do génio criativo humano... Mas, ao longo dos anos, os países que aderiram à convenção trouxeram outras perspectivas: onde não há Era uma questão

²¹ Para ler na íntegra: <https://www.lefigaro.fr/voyages/lazare-eloundou-assomo-tout-le-monde-est-responsable-de-la-protection-de-la-planete-20230426>

de autenticidade da pedra, os japoneses integraram a madeira que está na sua cultura. Outros estados desenvolveram o conceito em know-how. Foi assim que "paisagens culturais" se tornaram uma categoria. Falando em África, estou a pensar nas sagradas florestas de kaya de Mijikenda, na costa do Quênia. Essas florestas são protegidas pelas comunidades, e você entra nelas, você as visita, tirando os sapatos. Com este gesto, respeitamos imediatamente o local. Temos todos esses valores que nos remetem à importância da humildade e da vontade de aprender. Então, devemos reinventar a universalidade da convenção? Eu diria antes que é necessário afirmá-lo ainda mais. (Le Figaro, 2023).

Nessa entrevista, Eloundou Assomo responde a uma série de questionamentos que ajudam a compreender o estado da arte da preservação em termos multilaterais. Indagado sobre por que afirma que os sítios patrimônios mundiais não são safaris, responde:

Porque se viermos ver animais, seja na Tanzânia, no Ruanda ou na Índia, não é, mais uma vez, para tirar fotografias, mas para que esta experiência sirva para aprender com eles, para compreender que não se pode fazer sem eles. A segunda mensagem é sobre a preservação do meio ambiente. Se hoje um turista visita o Kilimanjaro, ou um parque como Salonga, na RDC, é também para se aperceber do degelo dos glaciares ou do perigo do desaparecimento de espécies endêmicas. Isso faz lembrar que todos somos responsáveis pela proteção do planeta. (Le Figaro, 2023)

Embora esta entrevista sinalize o esforço que autoridades tem feito para serem bem compreendidos pela imprensa, responsável pelo papel de extroverter o que os órgãos de preservação têm feito ao redor do planeta, cabe destacar que ao nosso entender, esta resposta se deu de maneira anódina, pois não responde de fato ao que lhe foi indagado. Trata-se de um malabarismo semântico.

Ao ver o lado dos problemas administrativos, podemos falar que as primeiras inscrições do patrimônio africano datam de 1978, durante a primeira

sessão. Três sítios sobre um total de doze foram então tombados como Patrimônio da Humanidade, a saber: a ilha de Gorée no Senegal, do século XV ao XIX, o maior centro de comércio de escravos da costa africana; as igrejas escavadas no século XVIII na rocha de Lalibela, a Jerusalém Etíope; e o Parque Nacional Simien com seus animais raros em Etiópia. Um início bom e positivo, mas a África tem sempre ficado para trás.

Inicialmente, existem os problemas de compilação dos arquivos, que devem ser apoiados pelos Estados e a falta de recursos in foco para a constituição de comitês de especialistas. Acima de tudo, muitos países africanos demoram a ratificar a Convenção do Patrimônio de 1972, que determina o registro de sítios como Patrimônio Mundial. Mesmo que cada vez mais Estados sejam signatários, alguns países como Burundi, Guiné Equatorial ou Libéria nunca listaram uma propriedade, embora, só a França tenha 43 sites listados. "É matemático, explica Lazare Eloundou, para um reequilíbrio, seria necessário que os países já bem representados registrassem menos". Por este motivo torna-se cada vez mais difícil a recuperação dos atrasos. A questão do estabelecimento de cotas para países super-representados é discutida regularmente pelo Comitê do Patrimônio.

Qual é a herança que a África pode deixar? Todos os anos essa discussão sobre a prioridade África aparece no âmbito da Unesco. Devemos nos perguntar sobre como resolver a equação que junta no território africano 9% dos patrimônios mundiais, mas 27% do total de patrimônios em perigo. Há um elemento sub-reptício que precisa ganhar visibilidade. Toda transição energética europeia está sendo realizada a base do cobalto, para alimentar as baterias dos carros elétricos, minério explorado em solo africano, ainda sob métodos muito invasivos que privilegiam dinâmicas de conflito e que são essencialmente exploratórias. Nesse sentido, a África continua pagando a conta da transição energética europeia, a despeito do discurso de utilização dessa nova matriz como resposta as mudanças climáticas. O mesmo acontece com a indústria de eletrônicos e celulares que usam a grande produção de minérios raros exaurindo cada vez mais o solo africano. Portanto, essa discrepância entre a porcentagem de patrimônios mundiais no continente versus a porcentagem de patrimônios em perigo é fruto dessa política que explicita as

diferenças e que seguem a dinâmica pós colonial em curso, no âmbito da própria Unesco.

Para além dos problemas administrativos e de gestão da propriedade, a própria noção de "patrimônio" na África está sujeita ao debate. Segundo Benoit Hazard, antropólogo, investigador do CNRS e diretor-adjunto dos Cadernos de estudos africanos, a noção de patrimônio é muito centrada na Europa e muito ligada à construção da nação. "A África precisa da escolha da narrativa nacional que os estados pós-coloniais querem construir. O que faz sentido, pois no Quênia, por exemplo, onde coexistem 80 grupos étnicos diferentes, qual é a base comum que define a história nacional?" (HAZARD, 2021, 98).

Outro problema é que a visão do patrimônio na Europa também é muito assentado na dinâmica "pedra e cal", muitas vezes de valor monumental, que guardam memória. "No início, as inscrições diziam respeito principalmente a cidades, monumentos, catedrais, e este não é o tipo de patrimônio importante para África" explica Lazare Eloundou. É também a questão da autenticidade: "É fácil registrar uma catedral porque ela não se moveu, é original. Mas se você pegar a arquitetura de barro. Uma casa pode datar do século XVII, mas foi reconstruída várias vezes", analisa Eloundou. "Os jihadistas destruíram mausoléus de santos no Mali, em 2012, nós os reconstruímos. Não são mais os mesmos materiais, mas por tudo isso o significado cultural, o lugar, o lugar na vida social, a mensagem de tolerância... o que importa, o valor desses sites continua universal", argumenta.

Desde 1994, a Unesco está atenta a esses equívocos em relação a afirmação das singularidades. E lá se vão quase três décadas. Retoma um estudo do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios que mostra que "as culturas vivas, e em particular as "culturas tradicionais", estão sub-representadas". Também tem novas categorias de sites quem aparece. A lista inclui agora rotas culturais, ou mesmo paisagens culturais, como por exemplo, o sítio de Sukur na Nigéria inscrito em 1999 com o seu palácio do Hidi (o chefe), os seus socalcos e os seus símbolos sagrados... Uma paisagem que reflete uma sociedade secular e cultura espiritual.

Em 2008, as florestas sagradas do Quênia tornaram-se Patrimônio Mundial, algo que se arrastava desde 1999. Por enquanto, o pesquisador Benoit Hazard lamenta uma rotulagem, que ainda hoje, segundo ele, leva muito pouco

em conta as populações locais. Decisões políticas, por trás de participações financeiras, "anuidades" ligadas à obtenção da chancela (selo do patrimônio mundial da Unesco). (HAZARD, 2015, 13). Ele alerta para o impacto que a lista pode ter sobre os povos: "Se fizermos um patrimônio florestal, do qual a população local depende para seus meios de subsistência, para a madeira, para a água... e que "ao mesmo tempo, esses povos não são acompanhados, então o patrimônio está fadado ao fracasso. "A Unesco deve entender o que faz sentido para as comunidades".

Benoit Hazard defende que se leve em conta o trabalho de pesquisa realizado no campo. Depois de muito tempo trabalhando com pastores nômades no deserto de Chalbi, no Quênia, ele se pergunta por que os 150 sítios megalíticos associados à arte rupestre da região não são classificados: "Esses sítios são objeto de práticas de conservação dos criadores, não os usar como recursos, mas mantê-los, zelar por eles. Não estamos aqui a lidar com o patrimônio? Para sermos eficazes na definição e gestão do patrimônio em África, devemos estar ao nível local, apoiando as redes locais!" A África está logo atrás do Oriente Médio com 41% dos locais em perigo. Este ano (2023), a única propriedade classificada como "em perigo" pela Unesco, é um sítio africano, registrado desde 1997: o maior dos lagos salgados africanos, o maior lago deserto do mundo, o lago Turkana, no Quênia. Em particular: uma barragem hidrelétrica e infraestrutura desenvolvida pelas autoridades etíopes no rio Omo, que deságua no lago. Isso eleva para 42 os bens africanos tombados como Patrimônio Mundial em situação de vulnerabilidade.

Estradas, exploração de petróleo e mineração, mudanças climáticas são fatores que colocam em risco os locais africanos. Há também conflitos e guerras. Em 2016, cinco sítios líbios listados como Patrimônio Mundial desde a década de 1980 foram reconhecidos como em perigo. No Dia do Patrimônio Mundial Africano, para reequilibrar a situação e dar um impulso à África, a Unesco tomou várias iniciativas, incluindo a criação em 2006 de um fundo africano, o AWHF. Entre as suas missões: identificar locais potenciais para figurar na lista, mas também reabilitar locais-chave, como o local de Timbuktu ou o projeto de reabilitação do Lago Chade.

Em 2015, a Organização também lançou o *Dia do Patrimônio Mundial Africano*, estabelecido em 05 de maio de cada ano, para celebrar a riqueza

cultural e natural do continente. Em 2023, a Diretora Geral da Unesco, Audrey Azoulay, lembrou que “África é uma prioridade para a Unesco”. Lazare Eloundou insiste: “O patrimônio tem uma vocação universal. Não queremos uma visão centrada na Europa. Precisamos de uma participação ainda maior da região africana na Convenção”. Neste ano de 2015, 5 dos 21 membros do Comitê do Patrimônio Mundial eram africanos. Temos, a saber, que cada vez que se retira de uma sociedade o escudo protetor do seu patrimônio, retira-se involuntariamente, o valor de sua dignidade. Por este motivo, nenhuma sociedade consegue subsistir sem os laços de sua ancestralidade.

Hoje na África, existem mais de 7.000 áreas protegidas pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN-Papaco), que representam uma área equivalente a cerca de 14% das terras do continente, segundo o banco de dados global de dados sobre áreas protegidas, o Banco de Dados Mundial. Área protegida é um espaço geográfico claramente definido, consagrado, reconhecido e gerido, por qualquer meio eficaz, legal ou não, de forma a garantir a conservação em longo prazo da natureza, dos serviços ecossistêmicos, mas também dos valores culturais. **Os principais sítios naturais e culturais inscritos na lista do patrimônio mundial em perigo no continente africano encontram-se em 13 países: 4 sítios na RDC, 5 na Líbia, 4 no Mali, 2 na Costa do Marfim e 1 sítio para cada um os seguintes países: Egito, Etiópia, Guiné, Madagascar, Níger, Uganda, Chad, Tanzânia e Senegal.**

A realidade é, sem dúvida, mais alarmante pois, “alguns territórios foram negligenciados, como desertos ou mesmo zonas costeiras que, embora importantes para a biodiversidade, são relativamente mal protegidas simplesmente porque estão sobrelotadas e são difíceis de trabalhar”, aponta Geoffrey Mauvais, coordenador do Programa Africano de Áreas Protegidas e Conservação da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN-Papaco), em relatório editado pela IUCN, sob o título “Notícias de Áreas Protegidas na África”.

Para Aimé Joseph Nianogo há uma avaliação positiva do tempo em que esteve à frente da IUCN: “Passamos de uma equipe de cerca de 90 pessoas para cerca de 200 pessoas. Duplicamos o volume financeiro da região”, afirma. Há vinte anos, as questões ambientais não afetavam muitas pessoas, recorda Nianogo. Mas, agora dentro dos governos, da sociedade civil, existem atores

que atuam em prol do meio ambiente. Uma grande conquista; sempre no domínio do ambiente, pois como afirma: “tudo o que produzimos vem da natureza”. Tornou-se uma marca registrada, uma de suas palavras chaves frente à preservação e conservação do meio ambiente e dos patrimônios mundiais.

Além dos conflitos e da pobreza das populações que as obriga a se envolver em atividades ilícitas, como caça furtiva e extração de madeira, existem outros desafios que complicam ainda mais a gestão das áreas protegidas na África. A corrupção é um desses tipos de tráfico, de acordo com alguns observadores. Luc Mathot, um especialista da Eagle, uma estrutura que reúne ecos-ativistas para governança e aplicação da lei, fala da corrupção como um fenômeno "devastador". Ele afirma, em artigo publicado pelo site Info Congo sobre caça furtiva, que “nessas áreas protegidas há um alto grau de corrupção”. O especialista baseado em Libreville associa este fenômeno aos "salários dos ecos-guarda que não são muito altos enquanto a tentação exercida por forças negativas está muito presente". Daí a persistência de vários níveis de corrupção e cumplicidade, em benefício de caçadores ilegais ou grupos armados.

A gestão eficaz das áreas protegidas na África, no entanto, não é uma tarefa impossível. Paul Estève, gerente de projeto do Programa de Pequenas Iniciativas do Fundo Francês para o Meio Ambiente (FFEM), contatado pela Anadolu, concorda: "Devemos envolver melhor as populações locais na gestão e proteção de áreas protegidas. Essas populações há muito tempo foram excluídas desse processo, mas a contribuição deles é muito importante".

Quando questionado se os Estados africanos em causa seriam capazes de preservar estes sítios contra todo o tipo de pressões antropogênicas como conflitos, tráfico, corrupção etc., o perito da FFEM respondeu que seria benéfico para todos apostar na educação ambiental, para apoiar os esforços dos Estados. Desse ponto de vista, ele observa que as brincadeiras de conservação da natureza são regularmente programadas pela FMM, a UICN-Papaco, e continuam sendo um meio educativo de conscientização, em regiões e áreas remotas da África. O objetivo primeiro deste questionamento é incutir nas gerações mais novas e futuras, a importância das áreas protegidas na preservação do ecossistema e das economias nacionais.

Para preservar seu patrimônio, alguns sítios tomam medidas mais ou menos radicais, que permanecem difíceis de tomar ou implementar por razões

econômicas. Proibir o acesso ao local; limitar o acesso por meio de cotas; impor taxas para limitar escalas curtas de passageiros de cruzeiros, que se degradam sem contribuir com nada para a economia; regulamentar aluguel temporário para manter a população local; incentivar o turismo responsável e sustentável. Essas são algumas medidas que podem causar os impactos na preservação.

A ideia de que um patrimônio deve ser preservado é agora um consenso geral, e é até mesmo objeto de cooperação internacional. No entanto, os meios de preservá-lo não são óbvios: a preservação, muitas vezes, esbarra em questões geopolíticas e interesses econômicos. Em cada etapa da cadeia do patrimônio, os atores do desenvolvimento do patrimônio são forçados a levar em consideração várias restrições para buscar um compromisso ou um equilíbrio em que a proteção e a valorização dos bens culturais ou naturais não sejam percebidas como um obstáculo à economia ou ao desenvolvimento.

1.5 - Entre a degradação dos ecossistemas e a criação de uma política de preservação

O território atual que abriga a República Democrática do Congo congrega uma gama de ecossistemas de alta relevância global, o que fez com que o país ratificasse a convenção do Patrimônio Mundial de 1972²², cerca de dois anos depois, em 23 de setembro de 1974, tornando seus locais históricos elegíveis para inclusão na lista dos Patrimônios Mundiais. É a partir desse movimento que o Parque de Virunga passa a ser reconhecido como relevante sítio de interesse natural, configurando-se no primeiro sítio da República Democrática do Congo inscrito na lista do Patrimônio Mundial, na III Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizada em Luxor, em 1979. Desde a mais antiga adesão à lista até os dias atuais, a República Democrática do Congo conta com um total de cinco sítios inscritos como Patrimônio Mundial da Unesco, classificados como bens naturais. Em função dos escassos investimentos em

²² A integração da República Democrática do Congo como membro da Unesco foi aprovada em 1972, sob um plano de proteção aos bens culturais do mundo, através do Comitê sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural. Portanto, faz cinquenta anos. Uma lista do Patrimônio Mundial existente na República Democrática do Congo foi estabelecida e especificamente classificada pela Unesco e elaborada de acordo com dez principais critérios cujos pontos foram julgados por especialistas na área.

conservação natural e em decorrência dos conflitos locais recorrentes que assolaram o país, a exemplo das duas guerras ocorridas do país, as regiões dos bens listados foram utilizadas como campo de conflito e refúgio de partes dos beligerantes causando uma forte degradação das áreas conservadas.

Os patrimônios naturais a ser considerados estão constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico. As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação. Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou beleza natural também podem ser considerados patrimônios naturais. Porém, a proteção nacional e internacional do patrimônio natural no seu art. 4º afirma que:

“Cada um dos Estados parte na presente Convenção deverá reconhecer que a obrigação de assegurar a identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do patrimônio cultural e natural referido nos artigos 1.º e 2.º e situado no seu território constituem obrigação primordial. Para tal, deverá esforçar-se, quer por esforço próprio, utilizando no máximo os seus recursos disponíveis, quer se necessário, mediante a assistência e a cooperação internacionais de que possa beneficiar nomeadamente no plano financeiro, artístico, científico e técnico.” (Unesco.org)

Como já demonstrado na introdução dessa dissertação (**O Centro do Patrimônio Mundial, seu Comitê e Fundo gestor**), o Fundo para a proteção do patrimônio mundial natural é sempre constituído de um valor universal excepcional, denominado Fundo do Patrimônio Mundial. O Fundo, é constituído de depósito, em conformidade com as disposições do regulamento financeiro da ONU. Tais recursos serão constituídos pelas contribuições obrigatórias e voluntárias dos Estados parte na presente Convenção ou pagamento, doações ou legados que qualquer Estado parte na presente Convenção poderá ferir. Ao

falar sobre a difícil caracterização do crime de destruição deliberada do patrimônio da humanidade à luz dos crimes internacionais, devemos antes apresentar suas generalidades para contextualizar o surgimento da infração em estudo. Em geral, quando se trata de crimes internacionais a qualificação é um processo técnico-jurídico pelo qual se classificam os fatos da vida relativamente das instituições criadas pela lei ou pelo costume, a fim de enquadrar os primeiros nas segundas, encontrando-se, assim, a solução mais adequada e apropriada para os diversos conflitos que ocorrem nas relações humanas. Assim, a conceituação e a classificação dos comportamentos deliberados contra o patrimônio da humanidade são de cardinal importância para a boa e justa aplicação das normas jurídicas.

A ideia fundamental na base do direito penal é a de proteção ou de defesa da ordem social de um grupo social. A tendência de criminalização do direito internacional, apesar de ser nova, parece natural no cenário global. O primeiro passo, em conformidade com o princípio de legalidade das penas, foi criar as infrações internacionais. O crime internacional pode ser definido como uma violação do direito internacional, o qual tem um caráter tão prejudicial para os interesses protegidos por este direito que requer uma repressão penal no patamar internacional. Porém, durante séculos, a comunidade dos Estados relutou em configurar as infrações à ordem internacional e suas respectivas sanções. Finalmente, o movimento de internacionalização foi iniciado. Até recentemente, as únicas condutas incriminadas eram as ligadas ao uso da guerra.

Após décadas de guerra, as condições necessárias para a preservação da vida selvagem permanecem relativamente estáveis no Parque Nacional da Garamba e alguns relatórios positivos também foram recebidos de Virunga e Salonga. Em Virunga, um exercício de monitoramento conjunto realizado pelo Programa Internacional de Conservação de Gorilas (IGCP), Fauna e Flora Internacional (FFI), WWF-International e Diane Fossey Gorilla Fund International (DFGF-I) revelou que a montanha da população de gorilas subiu de 320 espécimes antes da guerra (1989) para 355 em 2001. Vinte anos depois a população chega a mais de quinhentos indivíduos.

No parque de Salonga, o Diretor Geral do ICCN desenvolveu vários projetos para preservar as principais espécies da vida selvagem, em cooperação

com novos parceiros, como a Sociedade Zoológica de Milwaukee (ZSM) e o Instituto Max Planck (MPI) da Alemanha. Uma delegação do ICCN em Kinshasa na República Democrática do Congo juntou-se a diferentes parceiros como WCS (Wildlife Conservation Society), ZSM (Zoological Society of Milwaukee) UNF (United Nations Fund) e UNFIP²³(United Nations Fund for International Protection) para organizar um encontro nas Nações Unidas, em Nova Iorque, para sensibilizar os representantes da ONU sobre as ameaças que pesam sobre a preservação do Patrimônio Mundial e outras áreas protegidas no país.

Durante reunião importante cuja pauta era os patrimônios foram discutidos a necessidade de programas de monitoramento eficazes para avaliar o estado da biodiversidade, incluindo espécies emblemáticas como gorilas, elefantes, rinocerontes e chimpanzés bonobos. Para fazer uma pesquisa de qualidade; identificar, inventariar o seu patrimônio, ter uma Imagem geral da riqueza patrimonial de uma cidade ou território, é o primeiro passo a empreender, um passo fundamental. A tarefa essencial de um inventário deve ser constituída de um determinado território, um acervo documental, acessível a todos, tanto para sensibilização e formação do público, bem como para ajudar os responsáveis pela gestão e o desenvolvimento adequado do território culturalmente, economicamente e socialmente.

O trabalho de inventário aplica-se a todos os bens, sejam imóveis, móveis, material, imaterial, naturais e intangíveis. Ferramentas regulatórias são necessárias para a integração do patrimônio nas estratégias de desenvolvimento, mas também é necessária a criação das ferramentas adequadas e aplicáveis a essas condições. As autarquias locais, em conjunto com o Estado, preparam e programam políticas de desenvolvimento econômico, da infraestrutura, da mobilidade, dos estabelecimentos comerciais, das habitações e serviços à população.

Aquelas políticas são preparadas por documentos de planejamento urbano ou territorial, dos esquemas de desenvolvimento regional e planos de desenvolvimento local. É antes de tudo nesses documentos que os recursos devem ser integrados quando a riqueza cultural e patrimonial existe no território. Se o patrimônio for particularmente digno de nota, o plano pode ser

²³ WCS (*Wildlife Conservation Society*), ZSM (*Zoological Society of Milwaukee*) UNF (*United Nations Fund*) e UNFIP (*United Nations Fund for International Protection*)

complementado por um plano de salvaguarda e reforço específicos, incluindo, em particular, uma identificação e localização de tecidos que apresentam interesse turístico e cultural, e recomendações específicas para sua conservação e seu uso.

As medidas de salvaguarda específicas dos elementos patrimoniais mais notáveis serão salvaguardadas por medidas específicas tipo; proteção legal dos monumentos, estabelecimento das reservas naturais, parques naturais ou arqueológicos, com as equipes especializadas e abertas à visita ou reaproveitadas para habitação ou das instalações públicas. As ferramentas de gestão são tão importantes quanto às regulamentações e, por isso, é útil criar órgãos de direção para projetos urbanos e territoriais, locais de aconselhamento e informação para a população como as chamadas “casas de Herança”²⁴; espaços que representam a ponte entre as políticas de salvaguarda e a ancestralidade. Portanto, não é apenas a conservação do patrimônio que conta, mas uma gestão mais complexa de cidades ou paisagens, em que os recursos culturais e o patrimônio tornam-se, assim, ferramentas do desenvolvimento local.

O patrimônio não se opõe à modernidade. É comum que a proteção do patrimônio, a preservação dos centros históricos e tradições, sejam consideradas um freio à modernização e melhoria das condições de vida. Alguns moradores, que agora vivem em casas de terra, pedra ou madeira, idênticas às que seus antepassados haviam construído, anseiam viver em habitações de cimento, concreto e aço que as cidades modernas produzem. Por outro lado, aos olhos de alguns profissionais da conservação, a globalização econômica e a necessidade de modernização são às vezes apreendido como uma ameaça à identidade e especificidade local.

O patrimônio não deve ser colocado em contradição com a modernidade, com as aspirações dos habitantes a melhores condições de vida, correndo o risco de serem rejeitadas por eles. O desafio de uma política patrimonial é útil, portanto, para beneficiar a população e mudar a visão negativa que por vezes prevalece em relação às construções antigas, mostra que é possível conciliar os vestígios do passado com as necessidades do presente e do futuro. A conservação do patrimônio pode e deve ser dinâmica e atender às demandas de

²⁴ São lugares, parecidos com bibliotecas onde o povo teria que ir para ter informações apropriadas sobre a proteção dos sítios ou patrimônios.

mudança, ao mesmo tempo em que nos colocamos numa continuidade que permite preservar os valores que sustentam a identidade local. É muito importante programar uma política dos projetos da proteção, preservação do Patrimônio, nas autarquias e do desenvolvimento regional.

Os Serviços dos Estados responsáveis pela cultura e o patrimônio existentes nos países africanos, têm competência em matéria de cultivo e da preservação do patrimônio. Sobre a cooperação pan-africana²⁵ no nível regional, os países africanos estabeleceram órgãos políticas e econômicas comuns. No que respeitam ao patrimônio, várias iniciativas testemunham os esforços de especialistas, pesquisadores e profissionais para unir suas experiências em um determinado campo e formar uma unidade de trabalho: a União dos Arquitetos Africanos (UAA) e o Instituto Fundamental da África Negra em Dakar (IFAN)²⁶, são dois exemplos significativos. Essas organizações culturais concordam em trabalhar de acordo com um programa comum e unir seus esforços para realizar atividades conjuntas, como encontros científicos e culturais, festivais, exposições.

No campo mais específico do patrimônio, importa referir que instituições como a Escola do Patrimônio Africano (EPA), a Escola Africana de Arquitetura e Urbanismo (EAMAU) ou o Centro para o Desenvolvimento do Patrimônio em África (CHDA)²⁷, são - amplas instituições de treinamento e consultoria. Universidades como as de Alexandria, no Egito, Harare, no Zimbábue ou Cidade do Cabo, na África do Sul têm programas de formação na área do patrimônio e recebe regularmente estudantes de todo o continente. Existem outras iniciativas, como a chamada Trust for African Rock Art (TARA)²⁸, cuja missão é promover a proteção e conservação de pinturas e esculturas rupestres Africanas. No âmbito do Programa África 2009, a cooperação regional também é favorecida para compartilhar experiências em sítios semelhantes.

Por outro lado, convenções estabelecidas pela Unesco sobre o Patrimônio Mundial em (1972), Patrimônio Imaterial (2003) e Diversidade

²⁵ Serviços dos Estados responsáveis pela cultura e o patrimônio existentes nos países africanos.

²⁶ Uma unidade de trabalho formada pelos Arquitetos Africanos (UAA) e o Instituto Fundamental da África Negra em Dakar quem cuida da cooperação cultural entre pais africanos (IFAN).

²⁷ Coletivo de instituições avaliadoras dos patrimônios africanos, acionadas pela Unesco caso seja necessário.

²⁸ Programa que promove a proteção e conservação de pinturas e esculturas rupestres Africanas.

Cultural (2005), são guias e suporte valioso. O ICCROM, um organismo internacional responsável pelo estudo e promoção da conservação do patrimônio, também realiza diversos projetos e programas em prol da herança. Entre estes, os mais conhecidos em África são o programa PREMA²⁹ e o programa África 2009-2029. Este último é realizado em parceria com o Centre do Patrimônio mundial da Unesco, CRATerre-ENSAG e das instituições africanas responsáveis da conservação do patrimônio cultural. Outra forma de parceria diz respeito a grandes entidades como a Commonwealth ou a Francofonia. A Agência Intergovernamental da Francofonia, em particular, é um parceiro potencial das autoridades locais na África para ações de preservação e valorização do patrimônio, o combate ao tráfico, bem como a intercâmbios entre museus, formação, organização de exposições. Algumas organizações privadas, como o Getty Conservation Institute, estão desenvolvendo parcerias em operações muito concretas para melhorar a conservação.

Dos determinados sites a realizar projetos internacionais, finalmente, uma série de órgãos especializados como museus, órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio, departamentos de arqueologia das universidades têm programas de cooperação internacional e apoiar atividades locais, nacionais e, em alguns casos, regionais. A Bacia do Congo e o grupo formado por cinco países que aí se encontram e representam o patrimônio natural mundial, constituem dois dos maiores maciços de floresta tropical do mundo, ficando apenas atrás da Amazônia. O Maciço é constituído por diferentes espécies de biodiversidade excepcional também de um nível de endemismo muito elevado e de grande valor. A região é uma região muito importante para o planeta, de acordo com a regulação do clima e via a queima ou sequestro de carbono. Nela estão dispostos oito sítios localizados em cinco estados ou países, a saber: Camarões, República Centro-Africana, Congo/Brazzaville, República Democrática do Congo/ Kinshasa e Gabão.

Todos esses territórios têm 14% de espaço bem protegido onde se encontram os chamados “Patrimônios Mundiais congolezes”. Após avaliações técnicas e diferentes questões, os Estados Parte ou o grupo dos países que ratificaram a Convenção do Patrimônio Mundial, se referindo ao “valor universal

²⁹ Convenções estabelecidas pela Unesco sobre o Patrimônio Mundial, Patrimônio Imaterial e Diversidade Cultural

excepcional” dos bens culturais encontrados neste espaço, dos critérios que podem servir de base para essas avaliações, para que esses bens sejam candidatos à inclusão na Lista do Patrimônio Mundial, a República Democrática do Congo chegou a ser um o primeiro país a responder aos critérios da Avaliação. Assim, eles concordaram em identificar e propor bens localizados em seu território nacional e com probabilidade de serem inscritos na Lista do Patrimônio Mundial.

Quando um Estado Parte indica um bem para inscrição, ele deve ao mesmo tempo, fornece detalhes de como o bem está legalmente protegido e fornecer um plano de manejo para sua manutenção. Os Estados Parte devem proteger os valores para os quais suas propriedades foram inscritas na Lista; eles também são incentivados a enviar relatórios à Unesco sobre o estado de conservação dessas propriedades. Desde a data de 23 de outubro de 2020 havia 194 países membros da Convenção. Ao se basear sobre os patrimônios em perigo na República Democrática do Congo/Kinshasa e como os salvar do perigo, teremos aqui que apresentar como se realiza a busca pela sobrevivência e a conservação do patrimônio mundial congolês.

Um cidadão congolês da etnia Tswa ou Pigmeu de sessenta anos, chefe de terras da aldeia Ikita, nos conta uma anedota sobre a ONG, REDD-Era-Congo do grupo Wildlife Works.: "Ele me trouxe conservação e eu aceitei. Desde que aceitei, comecei a recuperar tudo o que estava perdido: os animais que viviam aqui na época e quem fugiram começam a voltar. Antigamente, para conseguir mel, precisava cortar árvores, mas hoje o projeto me trouxe iniciativas onde com a colmeia posso encontrar mel atrás da minha casa e hoje tenho uma escola, também tenho algumas perfurações”. A anedota contada por Basongo, traz à baila a conscientização do povo autóctone do país. Várias aldeias envolvem-se na conservação ambiental usando as plantas novas das árvores do jardim botânico durante a celebração do Dia Mundial do Meio Ambiente.³⁰

Na mata do Norte Kivu, no território de Walikale tem agora uma nova reserva, de conservação dos gorilas de Grauer³¹, com uma área de mais de 2300

³⁰ Cfr.Rádio OKapi/Ph. João Bombengo. 05/05/2022.

³¹ O gorila-de-grauer (*Gorilla beringei* Grauer) é uma das duas subespécies da espécie *Gorilla beringei* (gorila-do-oriental), atualmente encontrada apenas nas florestas do leste da República Democrática do Congo.

quilômetros quadrados, cerca de cinquenta quilômetros a norte de Walikale-Centre. Esta é a “Área de Conservação de Nkuba” (NCA). A população se mobiliza sempre de qualquer forma para avaliar a conservação da nova reserva dos gorilas em Nkuba quase ao lado do parque de Virunga. Iniciado pela ONG Dian Fossey Gorilla Funds International, reuniu representantes dos clãs de proprietários florestais, que compõem esta reserva, autoridades locais e outros parceiros, incluindo o Instituto Congolês de Conservação da Natureza (ICCN³²), para pensar sobre a conservação e a preservação da natureza. Essa reserva de “Nkuba Conservation Area” reforça a conservação da única população de gorilas de Grauer no mundo, cujo único habitat está localizado entre os parques nacionais de Kahuzi-Biega, Maiko e Tayna.³³

Diferentes formas de conservar e retomar a biodiversidade estão sendo executadas. A seguir, o exemplo da ONG Observatório Congolês para a Governança Local, OCGL que com o apoio da GIZ³⁴ e seu programa para manter a biodiversidade das florestas lançou o trabalho de plantação de árvores frutíferas e não frutíferas de rápido crescimento nos arredores da cidade de Kindu (Maniema). As árvores de crescimento rápido ajudarão a comunidade no momento a combater o desmatamento, a manter o equilíbrio climático e as árvores frutíferas ajudarão a comunidade na redução da pobreza também no aumento da ingestão de vitamina C.

1.6 República Democrática do Congo na Unesco (análise das políticas de preservação)

Analisando as políticas de preservação e a cooperação com a Unesco, temos primeiramente que falar da legislação florestal do país, do seu Ecossistema para então, falarmos da participação controvertida da Unesco em favor de sua preservação. O Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM), em parceria com a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), com o apoio do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Ambiente da Noruega iniciou um programa que coloca

³² Instituto Congolês de Conservação da Natureza (ICCN), quem cuida da conservação e da preservação da natureza.

³³ Radio Okapi. Net. 05/05/2021.

³⁴ GIZ: agência da Alemanha que trabalha para o desenvolvimento sustentável.

Pessoas-Natureza-Cultura como um amálgama no centro da gestão do patrimônio. Por vários anos, houve um chamado para desmistificar a divisão natureza/cultura na prática da gestão do patrimônio, incluindo a propriedade do patrimônio mundial, trazendo as pessoas para o centro dessa prática de gestão (Larsen, 2015, Larsen e Wijesuriya, 2017).

Há leis relacionadas com a conservação e a preservação da natureza, por esta razão algumas leis são de particular importância, como, por exemplo: lei nº82.008, de 28 de maio de 1982, que fixa a lista de espécies animais totalmente protegidos, bem como várias outras licenças sobre a caça. Esta lei é aplicável em propriedades e reservas de caça, e rege a gestão de áreas e temporadas de caça, instrumentos e métodos de caça, cinematografia e guias de caça. Há também outra lei, nº 75-024, de 22 de julho de 1975, relativas à criação de "setores protegidos". Nos termos desta lei, qualquer setor não sujeito a servidão humana legalmente reconhecida e de particular interesse do ponto de vista da conservação, restauração ou desenvolvimento devem ser apoiados.

Embora o artigo 3º da lei supracitada, especifique que o órgão responsável pela gestão desses setores seja designado pela portaria de sua criação, nada foi feito ainda nesse sentido. Mas, de todas as leis citadas neste trabalho, as Leis nº 011/2002, de 28 de maio de 2002, sobre o Código Florestal, especialmente em seus artigos: 10, 11, 12, 13/14, 15 e 16; e a legislação fundiária, denomina a lei nº80.008 de 18 de julho de 1980, adaptada da lei Bakajika de 20 de julho de 1973, determina que o solo e o subsolo pertencem ao Estado. Por fim, deve-se notar que um projeto de lei sobre conservação está sendo analisando e estudando pelo parlamento. Por isso, e antes de tudo, devemos entender sobre o que é a Biodiversidade da República Democrática do Congo, seus ambientes, sua fauna e sua flora.

Os Recursos Naturais envolvem o uso da terra, água, floresta e recursos biológicos, mas, no entanto, tem um significado muito mais amplo, enquanto sua gestão está fundamentalmente ligada às pessoas e meios de subsistência. Esse significado mais amplo está localizado, primeiro, no meio ambiente, segundo na cultura e, terceiro, na relação entre meio ambiente e cultura. Os recursos naturais são relativos, no sentido de que são definidos (e, portanto, existem) dentro de contextos culturais específicos. Um recurso do ambiente que é

definido em uma cultura e tão importante, é claro, muitas características do ambiente são específicas do ecossistema.

Essa variação pode ser altamente específica para cada pessoa: uma encosta florestada, por exemplo, pode ser vista como uma bacia hidrográfica que protege os campos de arroz, habitat para a vida selvagem, um recurso para postes e materiais de construção para as comunidades locais, uma fonte potencial de madeira de alto valor para exportação, uma fonte de carvão para áreas urbanas distantes. moradores, um local sagrado de significado simbólico e espiritual para uma comunidade ou um incômodo cobrindo o solo superior perfeitamente bom.

O Rio Lwilaka se encontra totalmente no Parque Nacional de Salonga, na República Democrática do Congo e se estende do Oceano Atlântico ao Planalto Oriental. Corresponde à maior parte da Bacia do Rio Congo, sendo o segundo maior rio do mundo, depois do Amazonas. Devido à sua grande área, a sua localização no centro da África, suas enormes riquezas naturais e sua grande população, a República Democrática do Congo é um dos "gigantes" da África, onde coexistem três climas: o clima equatorial, tropical e de montanha. O complexo florestal da Bacia do Congo, que abrange a República Democrática do Congo e outros cinco países, é o segundo pulmão verde do planeta constituído por florestas tropicais. O Sul e o centro são domínios de savanas arborizadas, que forma um alto planalto. O leste do país faz fronteira com o Great East African Rift, um domínio de montanhas, colinas, Grandes Lagos, mas também vulcões. Muitos rios irrigam todo o território. Os principais lagos da República Democrática do Congo são geralmente divididos em três grupos que citaremos aqui: Lagos de planalto (Moero, Tshangalele e Delcommune); Lagos residuais (Tumba, Mai-NDombe) e Lagos de montanha (Tanganyika, Kivu e Albert).

Encontramos também a maior turfeira tropical³⁵, de 11.000 anos, localizada na bacia central da Bacia do Congo, abrangendo o Congo - Brazzaville e a República Democrática do Congo. Sua área é de cerca de 145.000 km², e a profundidade de 2 a 6 metros. Sobre sua fauna e a flora, a República Democrática do Congo possui uma importante diversidade florística e faunística. Existem mais de 4.000 espécies de plantas nativas. Pelo fato se explica ou se

³⁵ É um tipo de solo, feito de turfa. Fósseis relativamente comuns em mata tropical.

disse que a transição para um modelo sustentável da vida humana, pode ser possível até a década de 2050, desde que mudemos radicalmente nossa alimentação.

Para atender às necessidades alimentares da população congoleza, preservando o meio ambiente em um mundo fragilizado pelas mudanças climáticas e as guerras, propõe-se uma transformação completa do modelo agrícola até 2050. A transição para a agricultura orgânica ocupa espaço relevante, e deve ser o carro chefe de uma mudança em nossos padrões de consumo. Aumentar os rendimentos e reduzir a área de terra cultivada pode limitar o impacto nos organismos vivos. Como alimentar dez bilhões de seres humanos preservando o máximo possível de vida na Terra? Um análise e estudo feito para entender a realidade da vida congoleza mostra que o uso equilibrado do solo, em um mundo cada vez mais explorado, será um dos desafios do século.

A questão já estava despertando um acalorado debate entre os cientistas no mundo. Alguns defendem uma agricultura diversificada, sem agrotóxicos ou fertilizantes sintéticos, mais respeitadora do solo e da biodiversidade, ocupando mais espaço para compensar sua menor produtividade. Outros defendem um modelo intensivo de agricultura, portanto menos sustentável, mas mais concentrado, para permitir o desligamento de parte do planeta. Muitas espécies de mamíferos são encontradas ali, incluindo espécies de território restrito como o Gorila da Montanha, o Gorila da Baixada, o Bonobo ou Chimpanzé Anão, o Okapi, o Rinoceronte Branco do Norte, o Pavão Congolês. Para além do descrito acima, já em 2019 existia 1.107 espécies de aves conhecidas no País. Também existem muitas espécies de batráquios e répteis.

A fauna ictiológica é representada por cerca de quarenta famílias de peixes com cerca de mil espécies, das quais cerca de 80% vivem no sistema fluvial e o restante nos lagos oriental nesta grande linha. Entre os muitos insetos, alguns mosquitos são vetores da malária, que assola o país. Os Territórios protegidos da República Democrática do Congo, nessas áreas de conservação compreendem 11% da área do país (2014). O Parque Nacional de Virunga (PNVi), no leste da República Democrática do Congo, localizado na fronteira com Ruanda e Uganda, abrange 7.800 km² na província de Kivu do Norte. Reserva

natural mais antiga da África inaugurada em 1925, o Parque Virunga é um santuário para gorilas de montanha muito raros, com uma população estimada de 350 indivíduos dentro do parque. Os impactos em ambientes naturais e as atividades humanas, somados ao desmatamento, a mineração de cobre, cobalto e diamantes ameaçam a floresta que também sofre ameaçada por projetos hidrelétricos.

De acordo com um relatório de 2015 da ONG Global Witness, as empresas madeireiras no Congo desrespeitam completamente as leis internacionais de comércio de madeira. A taxa de destruição de florestas primárias na República Democrática do Congo é considerada particularmente preocupante em 2022. Os Grandes flagelos são: a guerra e a paralisação do turismo. Os combates e as expulsões das populações nesta Segunda Guerra do Congo³⁶ tiveram consequências para a natureza e a ocupação das terras do país. Parado pelas guerras, o turismo é uma atividade cujo desenvolvimento é uma linha de trabalho para o governo.

A agricultura continua sendo o principal setor da economia do país e os recursos agrícolas protagonistas são café, madeira afronesia e diversos tipos dos arvores para exportações: ébano, wenge, iroko, sapelli, sipro, tiama, tola, kambala, lifaki borracha etc. A República Democrática do Congo é um dos países africanos com maior apropriação de terras e também está entre os países do mundo com maior captação de água. A maioria das comunidades congolosas se envolve na agricultura de corte e queima. Em contraste, 60% dos elefantes na Bacia do Congo foram mortos nos últimos vinte anos (anos 2000/2020). Nas principais cidades existem e funcionam indústrias alimentícias, têxteis, químicas, de montagem e estaleiros. Os transportes na República Democrática do Congo não são os melhores, menos de 20% da estrada nacional (N1) que liga os dois extremos do país é asfaltada.

Viagens rodoviárias são quase suicídio em algumas rotas. Isso retarda a certo nível o desenvolvimento de setores econômicos como agricultura, pesca turismo etc. Pressões sobre recursos não renováveis: exemplos são o diamante cobre, zinco e o coltan. A mineração acaba por impor um impacto no ambiente, mas também na estabilidade econômica e geopolítica do país. Além disso, cerca

³⁶ Quando teve a guerra, as populações foram expulsas das casas deles e fugiram para o mato.

de quarenta mil crianças trabalham sem proteção e em condições extremamente duras no setor informal de minas de cobre e cobalto, que se desenvolveu de forma caótica desde a década de 1990, em benefício de varejistas e empresas privadas, sem respeitar o código de mineração ou a lei do trabalho internacional.

A República Democrática do Congo detém 10% das reservas mundiais de ouro conhecidas. Explorado em minas a céu aberto, como perto de Mongbwalu, o minério é objeto de todo o tráfico. A Rand gold Resources, uma empresa sul-africana, acaba de lançar a construção de uma das maiores minas de ouro de África na mesma região. Seguemos em baixo uma lista de recursos de mineração por província ou Estados: Diamante: Kasaï Oriental, Kasaï Occidental, Bandundu, Equateur, ProvinceOrientale; Ouro: Província Orientale, Maniema, Katanga, Bas-Congo, Norte-Kivu, Sul-Kivu, Equateur; Cobre: Katanga; Estanho: Katanga, Kivu do Norte, Kivu do Sul, Maniema; Colombo tantalita (coltan): Norte-Kivu, Sul-Kivu, Katanga, Maniema; Bauxita: Baixo Congo; Ferro: Banalia, Katanga, Luebo, Kasaï-Oriental; Manganês: Katanga, Bas-Congo; Carvão: Katanga; Petróleo: Bacia Costeira de Moanda (em operação), CuvetteCentrale, Ituri, Bandundu (indicações); Gás metano: Lago Kivu; Xisto betuminoso: Mvuzi (no Bas-Congo); Cobalto: Katanga

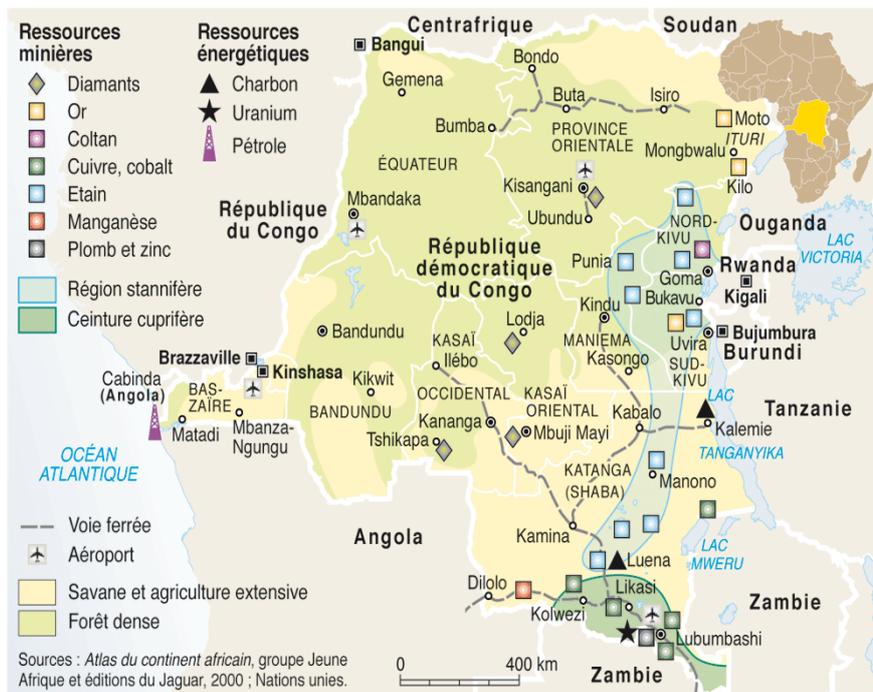


Figura 8 - Mapa: As cobizadas riquezas da República Democrática do Congo. Por Philippe Rekacewicz (cfr. Le Monde Diplomatique). Março de 2022.

Em 2000, foi lançado o projeto Unesco/RDC/UNF-UNFIP sobre a conservação da biodiversidade em áreas de conflito armado, o que possibilitou condições para que a Unesco interviesse na proteção e preservação dos patrimônios deste país. Ao falar sobre o projeto Unesco\RDC\UNF-UNFIP esse será um primeiro passo para elevar o moral dos funcionários que estavam engajados na conservação dos sítios da República Democrática do Congo, e que continuariam a trabalhar em uma região com alto risco para a vida humana e a propriedade.

No que diz respeito aos parques de Kahuzi-Biega e Salonga, as autoridades de gestão dos dois projetos GTZ que deviam celebrar contratos como Unesco para a execução do projeto Unesco/RDC/UNF-UNFIP não foram autorizadas pelos seus superiores a assinar os contratos e, foi, portanto, necessário encontrar outros parceiros contratuais. Cerca de vinte anos atrás, no final da vigésima quinta sessão da Repartição em junho de 2001, o estado de conservação dos cinco sítios praticamente não havia mudado, a conferir nos parágrafos V.12 – 15 e V.18 do Relatório, com ênfase para o documento de trabalho WHC-01/CONF.208/3). A IUCN informou que os funcionários de Virunga deveriam receber uma soma mensal de apoio e bônus de desempenho

no âmbito do projeto Unesco/RDC/UNF, com assistência do WWF. O moral da equipe melhorou consideravelmente. O Wild World Fund (WWF), identificou a necessidade de mão de obra para equipamentos e apoio às famílias de cerca de 100 guardas florestais mortos durante as campanhas anti caça e montou instalações de produção para mais de quinhentas mil mudas em 58 viveiros para ajudar a revegetar áreas de desastre e fornecer meios de subsistência para as comunidades locais.

Em agosto de 2021, foi observado um derramamento significativo de substâncias tóxicas das minas de diamantes angolanas nos afluentes dos rios da República Democrática do Congo. Acredita-se que a descarga, que tornou afluentes do rio Congo por centenas de quilômetros de cor avermelhada, tenha matado pelo menos 12 pessoas na República Democrática do Congo. Análises de imagens de satélite indicaram que as descargas estavam provenientes da mina de diamantes de Catoca, na província angolana da Lunda Sul.

A Gestão de resíduos no país, a cerca de 10 milhões de habitantes de Kinshasa produzem 7 mil toneladas de resíduos todos os dias, ou cerca de 260 quilos por habitante a cada ano. A capital lançou com a ajuda da União Europeia, um programa de combate à insalubridade, que inclui a inauguração de uma estação de tratamento de resíduos plásticos (compactação) em 2015, e a instalação de 61 estações de lixo. Parte do lixo está enterrada no aterro sanitário de Mpassa, fora da cidade. Em 2017, a principal artéria fluvial de Kinshasa estava ou foi coberta por uma espessa camada de resíduos, constituída principalmente por garrafas de plástico. O lixo vem do espaço público e levado pelas fortes chuvas com um impacto maior para a urbanização.



Figura 9 - Boulevard ou Avenida 30 de junho em Kinshasa a Capital da República Democrática do Congo.

Em 2021, foram registrados na capital Kinshasa, mais de 14.970 milhões de habitantes. Além das 26 capitais provinciais, a República Democrática do Congo tem 9 cidades consideradas centros econômicos que são: Baraka, Bandundu, Beni, Boma, Butembo, Likasi, Mwene-Ditu, Uvira e Zongo. Sem infraestrutura urbana, cidades são expostas ao risco de toda sorte. Serão apresentados, a seguir, os aspectos de uma assistência internacional da Unesco referentes ao propósito de nosso trabalho. A pergunta que fica é: como é possível apoiar o desenvolvimento do ecossistema e da biodiversidade da República Democrática do Congo? A participação da RDC nos projetos de preservação patrocinados pela Unesco nos dá pistas sobre como responder a esta questão.

1.7 - A participação da República Democrática do Congo junto à Unesco

Quando um país requer sua adesão na Convenção, então a data de depósito de ratificação deve ser marcada por um: (R). A aceitação (Ac), por uma adesão (A), a notificação de sucessão (S). Com dois asteriscos: ** indicam-se os Estados Partes para os quais, de acordo com o Artigo 33, a Convenção ainda não entrou em vigor.
(Convenção do Patrimônio Mundial de 1972)

Os códigos apresentados na epígrafe mostram como a leitura do dossiê de solicitação de acesso à Unesco deve ser feita. São códigos que mostram como os estados membro devem votar, aquiescer ou descartar uma candidatura. Esta Convenção no seu âmbito global entrou em vigor em 17 de dezembro de 1975. Posteriormente, entraria em vigor para cada Estado três meses após a data de depósito de seu instrumento, exceto nos casos de declaração de sucessão aqui indicada pela letra (S) em que o lançamento de sua entrada em vigor ocorrera na data em que o Estado assumira a responsabilidade pela condução de suas relações internacionais.

No caso de nossa análise, a República Democrática do Congo, entrou nesta convenção, em 23 de setembro de 1974. A ONU havia imaginado ações que também estavam no nível do arcabouço legal. Uma resolução de 2015, apelando à proteção e defesa do patrimônio cultural contra pilhagem, tráfico e destruição em todas as zonas de conflito, incentivando os Estados membros a propor listas de grupos envolvidos nesses delitos, bem como inventários de patrimônio. Em 1999, uma campanha internacional de salvaguarda foi lançada pela Unesco com várias ONGs conservacionistas internacionais para proteger o habitat de espécies ameaçadas de extinção como o gorila da montanha, o rinoceronte branco e a okapi um mamífero ruminante da mesma família da girafa que resultou em um programa de resgate urgente de quatro anos para os cinco locais na República Democrática do Congo, com um orçamento de 3,5 milhões de dólares, financiado pela Fundação das Nações Unidas e pelo governo Belga.

Em 2004, doadores internacionais, ONGs e os governos belgas e japonês prometeram US\$ 50 milhões adicionais para ajudar a República Democrática do Congo a restaurar esses parques do Patrimônio Mundial. Mas os referidos locais ainda estavam ameaçados, por causa dos conflitos e tráfico

de toda espécie, o que prejudicava a região. A pobreza sofrida pelas comunidades só piorava a situação. Existiam múltiplas fraquezas da rede da segurança na conservação. Os riscos e ameaças ao patrimônio decorriam, principalmente, de pressões de seu ambiente natural, social ou econômico. No entanto, muitos dos danos ou perdas mencionados nos relatórios davam a avaliar e corrigir as fragilidades dos instrumentos de proteção disponíveis para fazer frente às ameaças ao patrimônio. Essas fragilidades variavam a partir da ausência de legislação de proteção adequada até a competição entre disciplinas no contexto de uma divisão rígida de tarefas, ou até uma atitude corporativista que nem sempre priorizava a conservação, manutenção e preservação contínuas.

As questões profissionais também eram essenciais para a eficácia desta "rede de segurança" protetora à qual o patrimônio era confiado; as malhas desta rede eram constituídas por seres humanos qualificados e dispostos a atuar na proteção e conservação de lugares, monumentos e patrimônios em circunstâncias normais ou excepcionais. A falta de integração das preocupações patrimoniais com outras ações do poder público- a gestão de bens públicos ou a recuperação de desastre foi outro ponto fraco desta rede. Na convenção sobre a proteção do patrimônio mundial Cultural e natural; também conhecido como: Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, que se reuniu em Paris no dia 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, foi detectada que o patrimônio cultural e natural estava cada vez mais ameaçado de destruição não só pelas tradicionais causas de degradação, mas também pela evolução da vida social e econômica que as agravavam por fenômenos de deterioração ou destruição formidáveis.

Depois de descobrir que a degradação ou desaparecimento de um bem do patrimônio cultural e natural constituía um empobrecimento prejudicial do patrimônio e de todos os povos no mundo, a proteção desse patrimônio em nível nacional muitas vezes permanecia incompleta devido à escala dos meios que requeria os insuficientes recursos econômicos, científicos e técnicos do país no território do qual se localizava o bem para salvaguardar. Através da Constituição da Organização disposto a ajudar e a manter, avançar e difundir o conhecimento, garantindo a conservação e proteção do patrimônio universal e recomendando aos povos interessados as convenções para o efeito, eles perceberam que as

convenções, recomendações e resoluções internacionais existentes a favor dos bens culturais e naturais demonstravam a importância que representava, para todos os povos do mundo.

A Unesco considerava que determinados bens do patrimônio cultural e natural eram de excepcional interesse e que exigia sua preservação como patrimônio mundial de toda a humanidade, a convenção decidia então que dada a extensão e gravidade dos perigos e novas ameaças, caberia a toda a comunidade internacional de participar da proteção do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional, mediante a concessão de uma assistência coletiva que, sem substituir a ação do Estado interessado, a complementar. Efetivamente, o grupo considerou que era imprescindível a adoção de uma assistência ao fim de novas disposições contratuais que deveria estabelecer um sistema efetivo de proteção coletiva do patrimônio cultural e natural em circulação, e dar um valor organizado de forma permanente e segundo métodos científicos e modernos. Por isso que nesta sessão foi decidido que esta questão seria objeto de uma convenção internacional, adotada no décimo sexto no dia 21 de novembro de 1972, após ter definido o que significava ou significa: “O patrimônio cultural e natural”. Desde então foram mobilizadas etapas para proteger o patrimônio Mundial em Perigo no mundo, e em particular, no continente africano, com foco ainda mais especial, na República Democrática do Congo, que passava a ser efetivamente, membro da convenção.³⁷

Lembraremos que existe um gráfico e algumas datas no espaço e tempo referindo ao momento quando o grupo dos países, mas poderosos do mundo, se reuniram para decidir e ver a importância da conservação de natureza, da biodiversidade e sobre tudo dos patrimônios mundiais através o mundo. Faremos um resumo bem sintético desta conferência. A partir da conferência internacional que aconteceu em Abu Dhabi foi adotada uma resolução pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. A comunidade internacional, liderada pela França se mobilizou fortemente em favor da proteção do patrimônio em perigo. Em 30 de março de 2017, uma reunião restrita do G7 para a cultura reafirmou a tomada a decisão e a necessidade de proteger o patrimônio cultural.

³⁷ Cf: <https://www.culture.gouv.fr/Actualites>.

A Itália, país em que se iniciou o encontro, convidou uma reunião do G7 de ministros da cultura, na cidade de Florença, nos dias 30 e 31 de março de 2017. Esta iniciativa, a primeira no nível internacional, deu origem a uma posição comum sobre a proteção do patrimônio cultural e da cultura como um fator de tolerância. Na “Declaração de Florença”, os Ministros da Cultura dos sete países mais industrializados recordaram “a necessidade de preservar a diversidade cultural” e apelaram a todos os Estados para que “adotem medidas fortes e eficazes de combate ao tráfico e pilhagem dos Bens culturais”. “É nossa responsabilidade, dos países membros do G7, continuar a atuar além de nossas fronteiras, onde houver necessidade, manter o diálogo com outras nações, outros povos”, de acordo com a Ministre Francês da cultura a Senhora Audrey Azoulay. Em 20 de março de 2017, o valor de € 69,8 milhões foi reservado para financiar a preservação do patrimônio ameaçado de extinção da biodiversidade.

Estabelece-se aqui uma contradição importante de ser destacada, pois é notório os impactos causados pelas políticas anti ambientalistas praticadas pelo G7 ao longo de sua história, tornando-se praticamente impossível (uma verdadeira antinomia) estabelecer uma compatibilidade política entre o G7 e a preservação ambiental, tendo em vista o histórico os impactos de mudança climática praticados pelos países deste grupo. Em essência, depõe contra a busca de novos equilíbrios e uma nova ética relacional simétrica entre os países africanos e o resto do mundo.

Sob o impulso de Paris e Abu Dhabi no Ano 2016, uma conferência internacional sobre “patrimônio em perigo” reuniu representantes de cerca de quarenta Estados e instituições privadas que aprovaram a criação de um fundo financeiro e de uma rede de refúgios para proteger o patrimônio em tempos de conflito. Recentemente, entendemos que podemos mobilizar a justiça internacional para punir os autores de “crimes” contra o patrimônio. Assim, o Tribunal Penal Internacional (TPI) proferiu em 2016 um julgamento histórico contra os jihadistas do Mali que admitiram ter destruído mausoléus protegidos em Timbuktu, em 2012. A patrimonialização é um ato de tornar-se um bem com valor de patrimônio, ou seja, proteger ou resguardar um bem material ou imaterial. O patrimônio também contribuiu para o desenvolvimento do turismo. Por outro lado, o interesse dos turistas deu início ao desenvolvimento do patrimônio, de espaços naturais, bens culturais e intangíveis tipos: carnavais,

canções, danças. A valorização do patrimônio pode ser um fator de desenvolvimento econômico. Ela Promove o surgimento de serviços que geram benefícios para os moradores. O turismo também oferece uma estratégia de reconversão para regiões em dificuldade. Seus benefícios econômicos permitem a manutenção do patrimônio. (BELOT, 2017, 89)

Na sua declaração do capítulo 11, o Conselho de Segurança da ONU define como “Crime de guerra” a destruição intencional do patrimônio cultural durante o conflito. Um patrimônio pode ser um vetor de desenvolvimento nuns Pais determinado. A sua promoção promove a atratividade turística e, em contrapartida, a frequência turística incentiva a sua proteção. A patrimonialização está no cerne das políticas culturais dos territórios, mas pode revelar-se um fator de competição e aumento das desigualdades. Em tempos de conflito, o patrimônio é frequentemente ameaçado e explorado. Mas, como proteger o patrimônio contra os riscos de degradação e conflito? Respostas precisam ser dadas e para isso, conhecer o problema é o primeiro passo visando uma resolução menos conflitiva.

1.8. Entre ameaças e pressões

O binômio apresentado neste item constitui o pesadelo dos parques patrimônios mundiais congolezes. Ameaças de naturezas diversas têm se tornado terreno fértil para a deterioração das políticas de salvaguarda dos patrimônios mundiais naturais do país. Por outro lado, chamamos aqui de "pressões" as forças, atividades ou eventos que já tiveram ou estão atualmente tendo um impacto negativo sobre a integridade da área protegida (ou seja, têm diversidade biológica diminuída, inibida a capacidade de regeneração e/ou recursos naturais da área protegida). As pressões incluem atividades legais e ilegais e pode ser a consequência direta ou indireta de uma atividade. Aqui, chamamos de “ameaças”, potenciais ou pressões futuras que provavelmente terão um impacto negativo no futuro, a curta ou longo prazo, mas que ainda não existem, hoje, na área protegida. Devemos saber que cada pressão ou ameaça pode ter uma pontuação entre bem específica. O resultado é igual à multiplicação da magnitude localizada, espalhada, amplamente dispersa ou em todos os lugares; pelo impacto a escala é leve, moderado, forte ou grave pela duração.

As áreas protegidas da República Democrática do Congo estão sujeitas a fortes pressões de várias fontes. As principais pressões identificadas são: caça furtiva, atividades humanas que levam à conversão do uso da terra, incêndios florestais, uso excessivo de recursos vegetais e poluição. A caça furtiva ocorre em todas as áreas protegidas avaliadas e tem aumentado nos últimos dos últimos cinco anos em metade dessas UCs (Unidades de conservação). Vale lembrar que a variabilidade e a importância dessa pressão, avaliada durante este estudo, depende de vários fatores: em UCs (Unidades de conservação) onde restam muito poucos animais nas regiões de Mangai e Bushiema e, por exemplo, a caça furtiva é baixa provavelmente porque não há mais nada para se caçar, o que provavelmente acontecerá em Kahuzi-Biega, Maïko e Salonga, lamentavelmente.

Diz respeito a espécies terrestres, mas também a espécies aquáticas (pesca ilegal) em muitos casos. Normalmente, as pessoas envolvidas são militares, gangues, exércitos, ou populações locais, e as medidas tomadas para reduzir esta pressão dependem muito da conscientização, do lobby junto às autoridades do país pelo aumento do monitoramento das áreas mais sensíveis. Ao falar da importância biológica das áreas protegidas da República Democrática do Congo, as áreas protegidas avaliadas variam muito em importância biológica.

De acordo com os gestores, as áreas protegidas possuem espécies raras, ameaçadas ou em perigo. A seguir fizemos uma breve e não exaustiva lista que abarca o parque de Salonga: Neste parque há os bonobos (raro e ameaçado de extinção), elefantes (ameaçados). Mas há ainda no Lago Tumba: bonobos (raros e ameaçados), elefantes (ameaçados); okapis. Em Nsele: Sitatunga e macaco de Brazza; no Monte Hoyo: ocapí, elefante, búfalo; nos Manguezais: tartarugas marinhas e peixes-boi; no Virunga: Gorila da Montanha, Ocapí, Água Chevrotain, leão, leopardo, hipopótamo, elefante; no Mangai: hipopótamo, bonobo, elefante, leopardo, pavão; em Kunde-lungu: chita, hienamalhada e leão; no Lower Kando: hipopótamo, macacos, búfalos; no Bombo Lumene: búfalo, Sitatunga, alces do Cabo, elefantes da savana e os leões teriam desaparecido; no Bushimaie: búfalos, hipopótamos, antílopes, water buck defassa, colobus de Angola; em Kahuzi-Biega: Gorilla Graueri (do Oriente), Elefante; no Garamba: girafa do Congo (raro, 200 indivíduos); em Maiko: Okapi,

pavão congolês, elefante da floresta, gorilas da planície oriental, pangolim; em Upemba: zebra (seriam menos de 20 indivíduos); em Itombwe: gorila da Planície Oriental, chimpanzé, colobus vermelho, elefante e, finalmente em Lomako: bonobo, elefante, bongo e pavão congolês

Todas essas áreas protegidas avaliadas têm um alto nível de diversidade biológica. A partir da decisão da ONU a definir como "crime de guerra" a destruição intencional do patrimônio cultural durante o conflito e bem melhor que as instituições pensam a reconstruir os múltiplos patrimônios destruídos, por exemplo. "A "nobre causa inspira duas escolas concorrentes: os partidários do" status quo" contra os "reconstrutores". "Esses dois nichos devem ser mantidos vazios para que a nova geração saiba como a ignorância uma vez venceu neste país". (TARZI, 274-275 - Doc 2 p. 274)

A preservação do patrimônio sempre é motivo de tensões entre os atores, já que o patrimônio é uma fonte de tensão entre os atores políticos. Por isso, a sua valorização pode ser utilizada a serviço da afirmação do poder. Ao mesmo tempo, a destruição do patrimônio, às vezes, é usada como uma demonstração de força por atores políticos em busca de visibilidade internacional: Jihadistas no Mali e no Oriente Médio, Os Mai-Mai e o Interhamwe no sul e norte de Congo/Kinshasa são bons exemplos disso. A patrimonialização também alimenta tensões entre atores políticos e habitantes.

Ao ver, por exemplo, o despejo de mendigos, organizado pelas autoridades em Lalibela (Etiópia), ou a interferência da Unesco na restauração de alguns edifícios religiosos (Mali) mostram que a gestão do patrimônio pode levar à exclusão das populações locais às vezes dos desfavorecidos. Para salvar a herança patrimonial na República Democrática do Congo, país recorrentemente em guerra, isso não é coisa fácil, já que a valorização e a proteção geram tensões internas.

O patrimônio e o turismo tinham uma boa relação ambivalente. O patrimônio sempre se torna no tempo do conflito um objeto de competição entre usuários de um mesmo território. A patrimonialização de centros históricos pode levar ao despejo de habitantes em benefício de turistas, o turismo de massa um exemplo pratica das classes sociais abastadas. Essas pressões sobre o patrimônio estão levando alguns atores públicos a legislar para melhor fiscalizá-lo. Os múltiplos fatores de tensões e competição vinculados ao patrimônio, bem

como o valor simbólico do patrimônio o tornam alvo de tensões políticas. Ele pode, portanto, ser apontado como a personificação dos valores do inimigo. Sua destruição é uma forma de negar a memória de um grupo social ou de um período histórico para estabelecer uma nova ordem social (Mali, Síria, Iraque).

Os usos econômicos do patrimônio também estão sujeitos à concorrência. O desenvolvimento de barragens no Chile ou projetos de mineração na Austrália e no Congo Democrático põe em perigo o patrimônio natural. O novo urbanismo ou os excessos do turismo, usura em Petra e outras incivildades também podem degradar as heranças patrimoniais. As funções sociais e culturais do patrimônio também promovem certas tensões. A folclorização das práticas tradicionais vemos os contadores de histórias em Marraquexe no Marrocos e a profanação do sagrado lugares; Uluru na Austrália testemunham os danos que o turismo excessivo pode causar ao patrimônio naturais.

A valorização do patrimônio promove o desenvolvimento dos territórios e também contribui para o desenvolvimento do turismo, desde que sustentável e não predatório. Por outro lado, o interesse dos turistas deu início ao desenvolvimento do patrimônio, de espaços naturais, bens culturais e intangíveis tipos: carnavais, canções, danças. A valorização do patrimônio pode ser também um fator de desenvolvimento econômico. Ela Promove o surgimento de serviços que geram benefícios para os moradores. O turismo também oferece uma estratégia de reconversão para regiões em dificuldade. Seus benefícios econômicos permitem a manutenção do patrimônio. Para ajudar a ter uma boa conservação desses patrimônios na República Democrática do Congo a cooperação com instituições internacionais como Unesco e ONU considerou que o país deveria desenvolver técnicas e métodos para garantir monitoramento e alerta eficazes. Uma das mais importantes formas de se desenvolver técnicas de preservação é nominando os potenciais perigos que sofrem um patrimônio natural. É dessa necessidade que nasce a criação das chamadas listas de patrimônios em perigo, tema que será discutido a seguir.

1.9 – Aprofundamentos sobre como foi formada a lista do patrimônio em perigo congoleza?

O primeiro elemento que devemos registrar quando se trata de avaliar a criação e a permanência da lista do patrimônio congoleza em perigo é que desde 1994, todos os cinco sítios do Patrimônio Mundial na República Democrática do Congo foram inscritos na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo devido ao impacto da guerra e dos conflitos civis na região dos Grandes Lagos. Essa lista do patrimônio em perigo foi formada a partir de alguns critérios elaborados para informar a comunidade internacional sobre as condições que os ameaçaram e as próprias características que permitiram a inscrição de um bem específico na Lista do Patrimônio Mundial, incentivando as medidas corretivas.

É pertinente apresentar alguns exemplos e fatores que causaram destruições dos patrimônios citados no Congo (RDC). Conflitos armados e guerra, terremotos e outros desastres naturais, poluição, caça furtiva, urbanização descontrolada e o desenvolvimento descontrolado do turismo e do tudo que representava grandes problemas para os sítios do patrimônio mundial, fazem parte dessa equação de destruição dos patrimônios congolezes. Esses critérios comprometiam as características pelas quais um sítio foi inscrito na Lista do Patrimônio Mundial, demonstrando como os sítios ameaçados poderiam estar em “perigo comprovado” ou quando se tratava de ameaças iminentes específicas e estabelecidas, ou em situação de “perigo” e mesmo se se deparavam com ameaças que poderiam afetar adversamente o meio ambiente. De acordo com os termos da Convenção de 1972, um bem do Patrimônio Mundial que atendia à definição dos artigos 1 e 2 da Convenção poderia ser inscrito na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo pelo Comitê ao considerar que a situação do bem correspondia a um dos critérios em qualquer um dos casos descritos abaixo, nos parágrafos 179-180 das Diretrizes Operacionais, ao saber: para os bens culturais os perigos comprovados são, por exemplo, o fato de o sítio estar ameaçado por um perigo comprovado, preciso e iminente, exemplo: deterioração severa dos materiais; alteração de estruturas talvez da decoração; deterioração da coerência arquitetônica e do planejamento urbano; grave deterioração do espaço urbano ou rural, ou do ambiente natural; perda significativa de autenticidade histórica; distorção do significado cultural; ameaçadas de extinção.

Outras possibilidades a serem observadas para levar os patrimônios a serem inscritos nesta lista é que o espaço/propriedade estejam enfrentando sérias ameaças que podem afetar adversamente suas características essenciais, como por exemplo: a modificação do estatuto jurídico da propriedade, de forma a reduzir o grau de proteção; falta de uma política de conservação; ameaças de projetos de planejamento do uso da terra; ameaças de planos urbanos; conflito armado chegando ou ameaçando estourar; impactos ameaçadores de fatores climáticos, geológicos ou outros fatores ambientais. Outro fator que pode determinar a adesão de um sítio na lista do patrimônio em perigo é o sério declínio na população de espécies ameaçadas de extinção ou outras espécies de valor universal excepcional para a proteção do espaço em questão.

Uma destruição ou perda seria declinada na população de espécies ameaçadas ou outras espécies de valor universal excepcional para a proteção da qual a propriedade em questão foi legalmente estabelecida, declínio devido a fatores naturais, como doenças, ou a fatores humanos, como caça furtiva; uma espetacular alteração grave da beleza natural ou do interesse científico da propriedade, decorrente, por exemplo, de ocupação humana, construção de reservatórios de água que resulte na submersão de área significativa da propriedade, empreendimentos industriais e agrícolas, tais como: grandes obras públicas, mineração, poluição, uso de inseticidas ou fertilizantes, exploração de florestas, coleta de lenha etc. Outra perigosa causa de adesão é a invasão de assentamentos humanos nos limites ou a montante de bens cuja integridade deles é ameaçada. Fora de tudo que foi citado anteriormente, existia ou existem diferentes tendências globais que afetam também o patrimônio.

Os relatórios recebidos revelaram uma série de tendências importantes que afetavam os patrimônios da República Democrática do Congo, o que faz com que nos perguntemos sobre o rumo e as responsabilidades do estado nesta temática.

As principais fontes de ameaças identificadas por meio deste exercício são: evolução do equilíbrio entre valores coletivos e interesses privados; recursos humanos, financeiros e profissionais insuficientes; domínio de interesses econômicos globalizados; tendência de padronização e unificação da cultura, indústria da construção; destruição acelerada e amplificada; aumento da

população e pobreza; ação contínua insuficiente; e, principalmente, mudanças sociais e econômicas e falta ou fraqueza dos princípios e padrões de conservação.

Outros atores também participam da construção dessa lista do patrimônio em perigo. Do ponto de vista protocolar, as informações sobre patrimônios em situação de perigo são comunicadas ao Comitê do Patrimônio Mundial, da seguinte maneira. Mediante solicitação dos secretários do comitê, os Estados Parte da Convenção do patrimônio mundial informam, o mais rápido possível sobre ameaças a seus locais. Por outro lado, indivíduos, ONGs e outros grupos também podem chamar a atenção do Comitê para as ameaças existentes. Se o alerta for justificado e o problema suficientemente sério, o Comitê pode considerar a inscrição do sítio na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo. No Caso da República Democrática do Congo, existia uma emergência que levou os seus sítios a serem inscritos na lista dos patrimônios em perigo, sendo que essas propriedades do país enfrentavam sérias ameaças afetando adversamente suas características essenciais, dentre as quais destacam-se: a modificação do estatuto jurídico de proteção da propriedade; os projetos de reassentamento e de desenvolvimento de populações concernentes aos próprios espaços, localizados de forma que suas consequências ameaçam sua sobrevivência e os conflitos armados que ameaçavam eclodir, todos esses, motivos suficientes para tais patrimônios serem inseridos nesta lista de perigo.

A mais importante situação, a saber, é que a inscrição de um sítio na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo permite que o Comitê conceda assistência imediata ao bem ameaçado pelo Fundo do Patrimônio Mundial. Foi o que aconteceu quando o parque Nacional de Salonga que foi retirado da lista de patrimônios em perigo em 19 de julho 2021. Para que se consolidasse essa retirada o país precisou tomar atitudes e se mobilizou a restabelecer algumas normas com assistência da Unesco.

A inscrição também alerta a comunidade internacional na esperança de que se mobilize para salvar os locais em questão. Ela permite que os especialistas em conservação respondam com eficácia às necessidades específicas. Na verdade, a mera perspectiva de colocar um sítio nesta Lista é muitas vezes eficaz e pode desencadear a adoção rápida de medidas de conservação.

Para a inscrição de qualquer sítio na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, se exige que o Comitê desenvolva e adote, em consulta com o Estado Parte interessado, um programa de medidas corretivas e, em seguida, monitore a evolução da situação. Tudo deve ser feito para restaurar os valores do sítio, a fim de permitir sua retirada da Lista do Patrimônio Mundial em Perigo o mais rápido possível. A inscrição na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo não é percebida da mesma forma por todas as partes interessadas. Alguns países solicitam a listagem de um site para chamar a atenção internacional para seus problemas e obter assistência competente para resolvê-los. Outros, no entanto, desejam evitar uma entrada que consideram desonra.

Como já explicitado em nossa introdução, a classificação de um sítio como Patrimônio Mundial em Perigo não deve, em qualquer caso, ser considerada como uma sanção, mas como um sistema estabelecido para atender efetivamente às necessidades específicas de conservação. Se um sítio perde as características pelas quais foi inscrito na Lista do Patrimônio Mundial, o Comitê pode decidir removê-lo tanto da Lista do Patrimônio Mundial em Perigo quanto da Lista do Patrimônio Mundial.

Após discorrer sobre a participação das agências internacionais pela proteção e preservação do patrimônio Mundiais na República Democrática do Congo, voltaremos nossa análise para cada um dos parques que estão na lista congoleza de patrimônios em perigo. No próximo capítulo, os quatro parques e sua realidade contemporânea servirão de mote para nossa busca por compreender como chegaram ao estado de abandono em que se encontram no momento.

Capítulo II
Os Parques Nacionais Patrimônios
Mundiais Congolese

Nós ainda estamos aprendendo sobre os benefícios de proteger a natureza. Em 1872, Yellowstone, no oeste dos Estados Unidos, tornou-se o primeiro parque nacional do mundo. Dois milhões de acres de vida selvagem nas montanhas rochosas. O lar da maior concentração de vida selvagem dos 48 estados dos EUA. Uma das melhores ideias dos Estados Unidos, de acordo com especialistas do meio ambiente. Criado para entreter e divertir as pessoas, acabou desencadeando um movimento global. De acordo com WWF, atualmente, cerca de 15% da terra e 8% dos oceanos estão protegidos, a maior parte recentemente. Entendemos o valor dessas últimas áreas selvagens e o que acontece nesses parques afeta a todos neste planeta.

Fator interessante que nos afeta diretamente é que grande parte desses parques são formados por florestas tropicais. Elas são o lar de metade da vida terrestre existente neste planeta. Um quarto de todos os medicamentos conhecidos veio das florestas tropicais. Ainda estamos descobrindo novos avanços médicos, escondidos das vistas de todos. Por isso, estudar a situação atual dos parques nacionais congolese é colaborar para que a discussão da preservação não fique restrita aos espaços de maior visibilidade mundial. O continente africano precisa e merece atenção especial e essa tentativa de estudar os parques congolese caminha na direção de jogar luz em um tema quase não explorado. O que se segue é a busca por interpretar as condições que fizeram desses quatro parques, a ponta de uma montanha submersa que precisa ser conhecida.



Figuras 10 e 11- E possível um logotipo falar por si?

É possível ler a realidade da República Democrática do Congo de várias formas, sob diversos matizes. Duas delas nos interessa pontuar. 1ª) ver a RDC como pano de fundo das tensões territoriais, numa abordagem, digamos, marxista (que vincula estrutura e super estrutura) pela exploração de minérios e recursos naturais, mas que inevitavelmente desdobra-se numa visão ideologizada, que seria em última análise “a narrativa da paisagem”, do opressor pelo oprimido (o que nos gera certa simpatia, mas não o suficiente para adotá-la); ou uma 2ª) abordagem que privilegia uma visão mais voltada a história cultural, de viés *Braudeliana* com foco na compreensão da longa duração e que tem em seus historiadores da paisagem e do ambiente, seus autores mais representativos. **Dessas duas opções viáveis para se entender o objeto desse estudo, busca-se dialogar com a segunda compreensão, tendo em vista não apenas as afinidades intelectuais, que nos trazem para próximos desse approach, mas sobretudo as aproximações metodológicas que as concerne.**

Portanto, neste segundo capítulo buscaremos mostrar como as ações de preservação e salvaguarda dos sítios naturais congolezes considerados em perigo são reportadas pelos interlocutores mais interessados em sua manutenção. Discutiremos problemas e sugeriremos possibilidade de atuações que devem redundar em maior visibilidade para o tema proposto. Para prosseguirmos, uma pergunta guiara nossa busca: **Como a RDC, por meio de seus governantes tem se comportado em relação aos parques patrimônios mundiais naturais em perigo?** O que efetivamente tem feito para mitigar os impactos da mudança climática, os problemas internos e viabilizar sua preservação como vetor de desenvolvimento sustentável e identidade nacional?

2.1 - Sob os impactos da degradação: sete pontos para compreender o desafio de preservação da RDC

Os problemas atuais em muitos países africanos começaram durante períodos de agitação civil e provavelmente continuarão muito depois do fim do conflito. Mesmo que a infraestrutura e o gerenciamento do parque possam ser restaurados rapidamente, as populações de animais levam muitos anos para se recuperar. Os sítios naturais são particularmente vulneráveis durante os períodos de agitação porque são vistos pelos habitantes locais como uma fonte gratuita de carne e outros recursos. Nestes momentos a gestão de parques e áreas protegidas torna-se quase impossível e a proliferação de armas permite que grupos rebeldes, exércitos de defesa ou populações civis oportunistas explorem os recursos. De maneira geral, além dos impactos óbvios da agitação civil e da guerra, as 'dez principais' ameaças aos patrimônios mundiais naturais, de acordo com o *Natural World Heritage Site*³⁸ se enquadram nas seguintes categorias:

Desenvolvimento de Estradas e Infraestrutura

Muitos projetos de desenvolvimento de infraestrutura – estradas, ferrovias e linhas de energia – estão progressivamente erodindo os valores naturais dos patrimônios naturais da humanidade, às vezes cortando-os diretamente ou servindo para isolá-los de áreas adjacentes de habitat natural na paisagem mais ampla. Os planos para novas estradas importantes através de locais de patrimônio mundial – como a nova rodovia Serengeti proposta – tendem a atrair forte oposição internacional e podem ser evitados, mas as pressões de desenvolvimento são muitas vezes esmagadoras.

Caça furtiva, extração de madeira e exploração de recursos

A maioria dos sítios do patrimônio mundial natural – especialmente aqueles nos trópicos – são afetados até certo ponto pela caça ilegal e outras formas de uso de recursos. Isso se torna um problema sério quando o nível de consumo excede a taxa natural de reabastecimento. Grandes mamíferos que são alvo de seus valiosos troféus, como rinocerontes e elefantes, são particularmente vulneráveis e foram seriamente afetados pela caça furtiva em locais de patrimônio mundial em seus estados de distribuição na África e na Ásia. A exploração comercial da vida selvagem para fins

³⁸ Para saber mais: <https://www.naturalworldheritagesites.org/the-list/sites-in-danger/>.

medicinais e de carne é comum em muitas áreas tropicais da África, Ásia e América do Sul, e isso tem um sério impacto sobre as populações de vida selvagem nessas áreas.

Mineração e exploração mineral

O atual boom nos preços das commodities resultou em um grande aumento na atividade de exploração mineral em muitas partes do mundo e, apesar das disposições da Convenção, muitos governos consideram os sítios do patrimônio mundial como lugares legítimos para exploração. Somente na África, existem oito locais importantes atualmente ameaçados pela mineração ou exploração mineral, incluindo o Monte Nimba, as Montanhas Rwenzori, Virunga, Lago Turkana, Banc D'Arguin, iSimangaliso, Mana Pools e Selous. Outras regiões do mundo também são afetadas, apesar das campanhas em andamento de grupos da sociedade civil para garantir que os sítios do patrimônio mundial natural sejam considerados áreas “proibidas” para mineração e exploração mineral.

Construção de barragens, desvio e captação de água

A água é necessária em todos os lugares – para geração de energia, irrigação agrícola e desenvolvimento industrial. Os rios e zonas húmidas que sustentam os sítios do patrimônio mundial são muitas vezes represados, afetando os regimes de cheias e a dinâmica dos ecossistemas a jusante. Onde a água também é desviada para esquemas de irrigação agrícola ou usos urbanos, os locais são alterados ainda mais severamente. O grande custo da construção de barragens pode ter desacelerado o ritmo de tais desenvolvimentos no passado, mas muitos agora estão atraindo atenção renovada, ameaçando um número cada vez maior de locais.

Assentamento humano desordenado

É um requisito que os sítios naturais satisfaçam rigorosas “condições de integridade” antes que possam ser inscritos na lista do patrimônio mundial e isso muitas vezes significa que as áreas com assentamento humano não se qualificam. Os assentamentos humanos tendem a criar pressões sobre os recursos naturais do cultivo e do pastoreio de animais domésticos que são difíceis de controlar e podem rapidamente se tornar incompatíveis com as necessidades de manter os valores naturais e a condição primitiva de um local. Em alguns casos, onde as pessoas viviam em um local antes da inscrição, há uma tensão contínua entre os requisitos de vida dessas pessoas e o desejo de proteger os valores patrimoniais.

Alterações Climáticas

O impacto a longo prazo das mudanças climáticas é difícil de avaliar, mas os patrimônios naturais da humanidade já estão sendo significativamente alterados à medida que as temperaturas globais aumentam. As geleiras em muitas montanhas altas estão derretendo rapidamente e provavelmente desaparecerão completamente, em alguns casos, dentro de duas ou três décadas. Comunidades ecológicas em áreas montanhosas “migrarão” para elevações mais altas, expulsando as plantas e animais raros que atualmente ocorrem perto dos cumes das montanhas. Enquanto isso, o aumento do nível do mar pode submergir áreas costeiras, afetando a sobrevivência de tudo, desde recifes de corais a comunidades de manguezais e impactando fenômenos naturais, como as congregações de pombas migrantes em locais costeiros.

Espécies invasivas

Plantas e animais têm sido transportados por pessoas em todo o mundo há séculos, sendo carregados deliberadamente para novas áreas porque são úteis ou chegando “acidentalmente” como caronas. Em alguns casos, essas “alienígenas” se adaptam extraordinariamente bem ao seu novo ambiente e, na ausência de predadores, doenças ou competição que os manteriam sob controle em suas terras nativas, começam a “assumir o controle” em seu novo ambiente. O problema das espécies exóticas invasoras tornou-se particularmente agudo na Austrália, Nova Zelândia e muitas ilhas oceânicas, mas ocorre muito mais amplamente do que é comumente reconhecido. A maioria dos sítios do patrimônio mundial natural são afetados, até certo ponto.

Desenvolvimento do turismo mal regulamentado

O turismo traz enormes benefícios econômicos, e o status de patrimônio mundial geralmente serve para aumentar o perfil internacional de um local e as demandas dos visitantes. Requer uma gestão cuidadosa para garantir o desenvolvimento de infraestrutura apropriada e regulamentação dos impactos dos visitantes, de modo a manter os valores centrais de um site.

Falta de vontade política e liderança

A proteção do patrimônio natural requer uma forte liderança política em vários níveis, desde decisões sobre orçamento e alocação de recursos até questões mais controversas, como grandes “projetos de desenvolvimento” que podem ter impactos

negativos em um sítio. Frequentemente, os ganhos econômicos e sociais de curto prazo de alguns “projetos de desenvolvimento” podem parecer mais atraentes do que os objetivos de longo prazo que protegem os valores patrimoniais. O status de patrimônio mundial pode ajudar a trazer uma visão mais equilibrada para as decisões de desenvolvimento que afetam os sítios listados, mas há muitos exemplos de projetos de desenvolvimento sendo realizados à custa do valor de longo prazo de um sítio.

Capacidade de gerenciamento e recursos limitados

Relativamente poucos sítios do patrimônio mundial natural têm pessoal treinado, equipamentos e financiamento suficientes para garantir uma gestão de “classe mundial”. O problema é particularmente agudo nos países mais pobres, onde os programas sociais (tais como educação e saúde), bem como o desenvolvimento de infraestruturas e as despesas militares recebem frequentemente uma prioridade muito maior na atribuição do orçamento. Como resultado dessas restrições, as autoridades de gestão muitas vezes não conseguem lidar com as ameaças listadas acima de forma eficaz.



Figura 12 - Representação imagética dos parques congolezes da lista dos Patrimônios Mundiais em Perigo. IUCN-RDC.2023.

Mapa dos parques em perigo



Figura 13 - Mapa que localiza os arques patrimônios mundiais em perigo na RDC, todos a noroeste do território congolês. Fonte: IUCN/RDC, 2023.

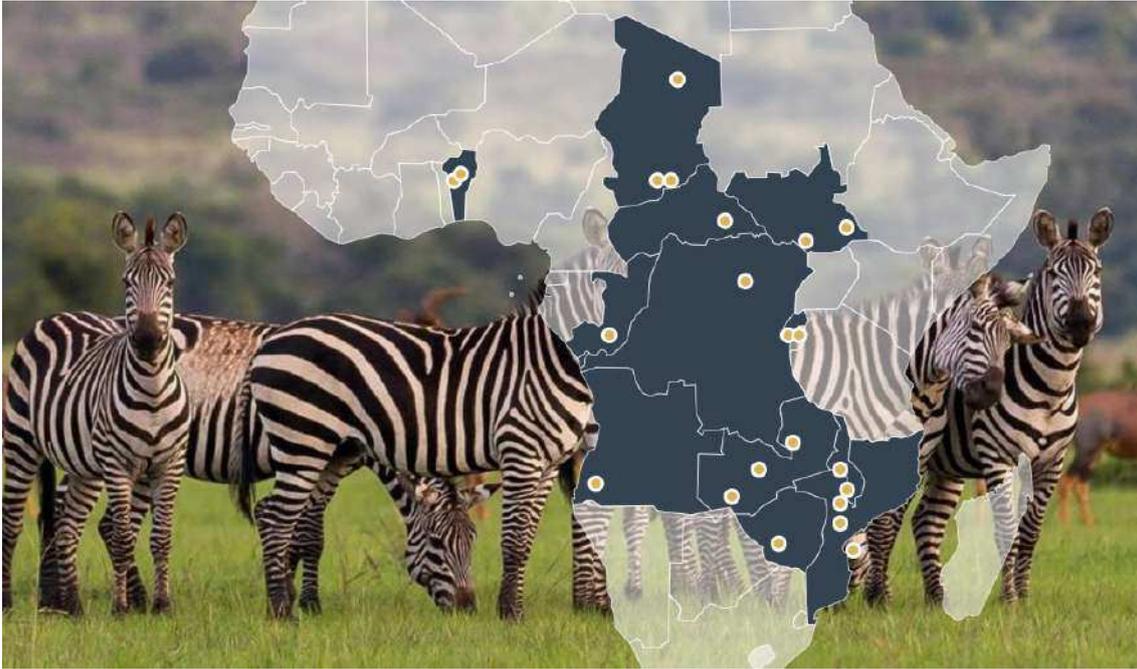


Figura 14 - Os quatro parques na lista de perigo somam cerca de 60% da área protegida da RDC. Fonte IUCN - RDC. 2023.

2.1.1 - Os Parques são grandes áreas naturais protegidas

O papel dos novos parques nacionais é de fornecer um habitat intacto para a flora e a fauna nativas e permite que a paisagem natural se desenvolva livremente. Eles são úteis para a educação ambiental e a pesquisa. Compostos por uma zona central e uma zona periférica, constituem mananciais únicos de sobrevida natural. A zona central deve ter uma área mínima de 100 km² nos Pré-Alpes e Alpes, 75 km² no Jura e 50 km² no Planalto. Nessa região, a princípio, a natureza estaria protegida de qualquer intervenção humana. Nos locais onde a proteção da fauna e da flora o exige, o acesso público é estritamente limitado.

A zona periférica é geralmente de 75 a 150% da área da zona central. A paisagem desta área não foi danificada por nenhuma infraestrutura técnica e os ecossistemas não sofreram nenhuma perda notável. Nesses espaços o principal objetivo é incentivar a exploração do solo e dos recursos naturais segundo métodos de gestão sustentável, que também regem as atividades de turismo e lazer. Esta zona desempenha duas funções biológicas importantes: uma transição que protege os processos naturais da zona central e um espaço para a diversidade de espécies e ambientes graças à exploração comedida das paisagens rurais tradicionais.

2.1.2 - Os Parques naturais regionais: uso sustentável dos recursos locais

Os parques naturais regionais são vastas áreas rurais, com pouca urbanização, com um patrimônio natural e cultural particularmente rico. Eles têm pelo menos 100 km². Os parques naturais regionais destacam o patrimônio natural e cultural da região, dinamizam as relações comunitárias e, portanto, fortalecem a identidade regional. Participam concretamente na criação de condições favoráveis ao desenvolvimento sustentável, na sensibilização do público para o ambiente, bem como na promoção de tecnologias inovadoras e amigas do ambiente.

Eles permitem preservar paisagens particularmente belas e de grande valor ecológico. Os parques naturais regionais criam e mantêm empregos. As atividades econômicas estão particularmente focadas no uso dos recursos locais de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável. As localidades situadas nos parques naturais regionais mantiveram essencialmente o seu caráter rural. A arquitetura tradicional regional continua a ser predominante e evolui com a construção de novos edifícios de qualidade. As instalações de infraestrutura atendem principalmente às necessidades regionais e não prejudicam a paisagem.

2.1.3 - Os Parques naturais peri urbanos: áreas de relaxamento perto das grandes cidades

Como os parques nacionais, os parques naturais Peri urbanos incluem duas zonas: uma central e uma de transição. Devem ter uma área total de pelo menos 6 km², incluindo pelo menos 4 para a área central. Isso está sujeito às mesmas regras dos parques nacionais. Os parques naturais Peri urbanos são espaços seminaturais próximos a regiões densamente povoadas. Na zona central, a natureza se desenvolve de acordo com sua própria dinâmica. Na zona de transição, o objetivo prioritário é oferecer ao público oportunidades de descoberta da natureza. Os parques naturais Peri urbanos devem, portanto, ser facilmente acessíveis por transporte público. Grandes reservas florestais, rios com margens naturais e áreas aluviais não desenvolvidas são particularmente adequadas para a criação de parques naturais Peri urbanos.

A metodologia utilizada na preservação desses parques é a desenvolvida pelo World Wide Fund for Nature (WWF), que congrega uma avaliação rápida com estabelecimento de prioridades para a gestão de áreas protegidas. Este método de avaliação desenvolvida pela Comissão Mundial de Áreas Protegidas (WCPA) fornece aos tomadores de decisão uma ferramenta para avaliar rapidamente a eficácia geral da gestão de áreas protegidas em um determinado país ou região, para que possam tomar decisões visando melhorar as práticas de gestão. Essa metodologia possibilita identificar os pontos fortes e fracos da gestão, analisando a extensão, gravidade, prevalência e distribuição de uma variedade de ameaças e pressões, identificar áreas onde a importância e vulnerabilidade são altas, indicar a urgência e prioridade a ser dada a conservação de áreas protegidas particulares, auxiliar no desenvolvimento e priorização de intervenções políticas apropriadas e etapas de acompanhamento, para aumentar a eficácia da gestão de áreas protegidas e dos patrimônios supostamente em perigo.

Após esclarecer sobre o que é um parque e sua importância, nesta abordagem do segundo capítulo descreveremos detalhadamente os parques e algumas reservas protegidas na República Democrática do Congo, avaliando sua existência a partir de suas dimensões por hectares. Há atualmente, na República Democrática do Congo, sete (7) parques nacionais: **Parque Nacional da Garamba** (PNG) com 490.000ha; **Parque Nacional Kahuzi-Biega** (PNKB) com 600.000ha; **Parque Nacional Kunde-lungu** com 760.000ha; **Parque Nacional Maïko** (PNM), com 1.083.000ha; **Parque Nacional da Salonga** (SNP) com 3.600.000ha; **Parque Nacional de Virunga** (PNVi) com 784.368 ha e finalmente, **Parque Nacional de Upemba** (UNP) com 1.773.000 ha. **Vemos aqui que toda essa área protegida cobre 19.279.918 ha ou 8% do território congolês**, de acordo com a distribuição indicada, uma avaliação da eficácia da gestão de áreas protegidas na República Democrática do Congo, abrangendo 19 locais listados. **Mas, nosso interesse nessa pesquisa será focalizado apenas em quatro parques/reservas chancelados pela Unesco como patrimônios mundiais, analisados a seguir.**³⁹

³⁹ Para balizar esta parte da pesquisa tomamos contato com: Áreas protegidas da África francófona. BEYERS, 2011, CHARDONNET, 2021, VERMEULEN, 2021 e <https://fbliu.org/>.

2.2 - Parques e Reservas protegidas na República Democrática do Congo

Para esclarecer a história da criação dos parques na República Democrática do Congo nos deteremos na Legislação protetiva do país. Antes da independência, as áreas protegidas eram criadas por decreto régio, ao abrigo do decreto geral de conservação de 1937. Em 22 de agosto de 1969, a Portaria-Lei nº 69-041 sobre a conservação da natureza confirmou as áreas protegidas existentes. O texto foi modificado pelo decreto N°244 de 21 de fevereiro de 1972, decreto N°023 de 22 de julho de 1975 e Portaria nº 73-190 de 15 de maio de 1978. Porém, a Portaria nº 69.041 de 1969, permanece em vigor até nos dias atuais e estipula que os parques nacionais são criados por portaria após eleições presidenciais, por proposta do governo após votação no parlamento e sem procedimento da instrução prévia. O mesmo texto ao saber, estabelece que qualquer parte do território da República pode ser constituído por portaria como "Reserva Integral" para fins de conservação: (art.1). Os parques nacionais são regidos por textos especiais e por um decreto-lei específico (art.2º) específico de cada um deles. A Legislação não prevê a criação de zonas buffers reais, mas dá às autoridades do parque o poder de encontrar infrações até 50 km além dos limites.

Todos os atos suscetíveis de prejudicar diretamente os componentes do ecossistema são proibidos (art.5). No entanto, a organização do turismo e das viagens essenciais para o desenvolvimento da economia da população é permitida. Os parques nacionais foram, portanto, todos instituídos por ordenanças-leis específicas que confirmam o seu estatuto de "Reserva Natural Integral", embora certas atividades a caráter científico e turístico estão autorizadas hoje dias. Como mostramos anteriormente existem sete parques nacionais: Parque Virunga, Parque Garamba, Parque Kahuzi-Biega, Parque Salonga, Parque Upemba, Parque Kundelungu e Parque Maiko.



Figura 15 - Mapa fronteiriço entre Salonga e Kahuzi Biega, centro oeste da RDC. 2023.
<https://www.iccnrdc.org/carte.html>

Os quatro primeiros estão inscritos na lista do patrimônio mundial da Unesco. Sobre esses sítios, o Comitê de preservação da Unesco foi informado das últimas notícias sobre o estado de conservação de cada um desses sítios e dos resultados da missão liderada pelo Diretor do Centro na RDC, de 24 de novembro a 3 de dezembro de 2021.

O Parque Nacional de Virunga foi significativamente afetado pela guerra e seus impactos no leste da RDC. Mais de vinte mil famílias residem nos setores centrais e norte do Parque e vivem da pesca e da agricultura. Grupos de milicianos dissidentes estão escondidos na mata dos setores centro e norte do Parque e subsistem graças à caça furtiva de animais silvestres. Acredita-se que várias espécies-chave na região – incluindo elefantes e hipopótamos – sejam caçadas regularmente. A pesca está se intensificando nos lagos do Parque Nacional de Virunga. As florestas são desmatadas para dar lugar à agricultura e aos assentamentos.

No setor norte, os funcionários do ICCN na cidade de Beni estão começando a expandir suas operações de patrulha e os guardas estão agora recebendo seu salário fornecido pelo projeto Unesco/RDC/UNF. O estado de conservação no setor central é muito preocupante porque os funcionários não

podem entrar para patrulhas e rondas regulares. O setor sul de Virunga é relativamente estável e regularmente patrulado. A população de gorilas da montanha é estável neste setor e aumentou de 325 para 355 espécimes em dez anos. Funcionários de áreas protegidas na parte sul do Virunga cooperam com seus homólogos de Uganda e Ruanda sob a égide do Programa Internacional de Conservação de Gorilas (IGCP). Os setores norte, centro e sul estão sob a autoridade de dois governos rebeldes separados.

Os funcionários do ICCN nesses dois territórios estão desenvolvendo gradualmente contatos e colaboração mútua para implementar as atividades planejadas para o Projeto Unesco/RDC/UNF. Os guardas florestais do Parque Nacional da Garamba não conseguiram receber o seu salário mensal no âmbito do mesmo Projeto Unesco/RDC/UNF devido a mal-entendidos entre o Garamba Conservation Officer e a ONG parceira – International Rhino Foundation (IRF). Essas questões foram discutidas por ambos os lados, na presença de outros funcionários do ICCN de Kinshasa e da área de Beni/Bunia controlada pelos rebeldes, em uma reunião em Nairóbi, pouco antes da missão liderada pelo Diretor do Centro, após a reunião decidiram junto agora a poder pagar os salários do pessoal da Garamba sem qualquer problema. Apesar dessas dificuldades na implementação do Projeto Unesco/RDC/UNF, os guardas continuam realizando patrulhas e vigilâncias regulares. A população de rinocerontes brancos do Norte continua a se estabilizar em cerca de 30 espécimes.

O Parque Nacional Kahuzi-Biega, é, talvez, o mais ameaçado dos locais, apesar da presença permanente de funcionários financiados pelo projeto alemão GTZ que pagam a funcionários de conservação e outros funcionários treinados; guardas e trabalhadores agrícolas recebem pagamentos no âmbito do Projeto Unesco/RDC/UNF. Os funcionários só têm acesso a 10% da área; a maior parte do setor de várzea 90% da área total do Parque é inacessível devido à presença de grupos rebeldes armados. A mineração de coltan continuou a prevalecer na época da vigésima quinta sessão da Repartição em junho de 2001, mas desde então desacelerou devido à queda acentuada no preço do coltan. Os garimpeiros que acamparam no Parque, no entanto, permaneceram e subsistem graças à caça furtiva e à mineração de ouro. Na Reserva de Vida Selvagem dos Okapis, os guardas florestais e trabalhadores agrícolas têm sido pagos retroativamente no âmbito do projeto Unesco/RDC/UNF desde outubro de 2000 e a ONG parceira

que apoia o Projeto fazendo pagamentos no local – Gilman International Conservation (GIC) – continuou a pagar outros executivos, como oficiais de conservação. O moral da equipe é hoje dia bem muito melhor. No entanto, um terço da área continua inacessível, o que já é melhor do que no ano passado quando mais de metade da área da Reserva estava inacessível ao pessoal.

A cooperação entre o pessoal e as autoridades militares está a melhorar e a equipa da missão reuniu-se com o governador responsável pela área que se comprometeu a visitar a área para se envolver com grupos militares e comunidades locais para continuar a melhorar a conservação do local. O oficial de conservação da Reserva informou a missão que após um longo período, não houve relatos de caça furtiva de elefantes em outubro de 2001 a curta e médio prazo, este local tem o melhor potencial de recuperação dos cinco locais da República Democrática do Congo, desde que as tendências atuais continuem.

O Parque Nacional da Salonga, com uma área de 36.000 km², é o único local sob responsabilidade direta do ICCN Kinshasa, embora 20% da área do setor sudeste seja controlada pelas autoridades rebeldes de Goma. A ONG parceira, a Sociedade Zoológica de Milwaukee (ZSM) recrutou funcionários locais que precisam viajar longas distâncias e têm acesso limitado ao local para pagar guardas, trabalhadores rurais e outros funcionários com fundos disponíveis no âmbito do Projeto Unesco/RDC/UNF. A caça furtiva continua no local. A equipe é muito pequena para esta área enorme que é muito difícil de acessar. ICCN Kinshasa deverá ser mais capaz de administrar esta área protegida e outras sob sua autoridade quando um projeto GTZ, temporariamente suspenso em junho de 2001, provavelmente será reiniciado em janeiro de 2002. Este projeto GTZ poderia resultar na retomada dos pagamentos a vários ICCN-pessoal de Kinshasa e atender a outras necessidades essenciais, como veículos e subsídios de viagem, que permitiriam ao ICCN proteger melhor Salonga e outras áreas protegidas sob sua supervisão direta e no final de ano 2021, esse parque foi removido da lista dos Patrimônios em perigo. (UNESCO, IUCN, 2022)

Ciente de tudo que se passa a ação do governo sobre a biodiversidade e a reabilitação de áreas protegidas deveria ser a primeira prioridade da Estratégia Nacional de Conservação: reabilitar parques nacionais e sítios do Patrimônio Mundial. Nesta área se tudo está sendo bem realizado e bem feito,

será possível capitalizar os esforços feitos pelo Instituto Congolês pela Conservação da Natureza o ICCN e ONGs parceiras durante as hostilidades decorrentes.

Todos os parques sofreram muito, mas, em vários casos, uma ação rápida provavelmente poderia conter essa perda de biodiversidade. Os esforços deveriam ser direcionados para os sítios que oferecem a maior probabilidade de sucesso. As ações prioritárias incluem, entre outras: Restabelecer um mínimo de presença dos agentes da segurança e as infra estruturas dentro dos parques; pôr fim à caça furtiva intensivo de gangues armadas; revisar os limites do parque de forma participativa; restabelecer as relações positivas com as comunidades locais desenvolvendo atividades geradoras de renda e modelos de gestão comunitária; e reassentar milícias e garimpeiros que entraram recentemente nos parques e proporcionar-lhes melhores condições de vida e fontes alternativas de renda fora dos parques. Estabelecer parcerias com ONGs e operadores privados pode ser uma abordagem relevante, especialmente em um contexto em que o ICCN (Instituto Congolês pela Conservação da Natureza) não é capaz de lidar com ameaças como a caça furtiva em larga escala. Ampliação da rede de áreas protegidas. Um segundo eixo da estratégia do ICCN (Instituto Congolês pela Conservação da Natureza) consiste em reavaliar toda a rede de áreas protegidas, com vista à criação de novas ou desclassificação daquelas que se mostrem irreversivelmente degradadas.

Esse esforço ajudaria a avançar em direção ao objetivo do território sob status de proteção, estabelecido pelo Código Florestal. A rede deve ser representativa da diversidade de habitats naturais e espécies encontradas no país e levar em conta sua raridade em escala global. Isso poderia exigir uma análise da representatividade da rede existente, na qual certos ecossistemas podem estar em uma sub-representação. Da mesma forma isso também exigirá sensoriamento remoto e pesquisas socioeconômicas para identificar locais potenciais, bem como amplas consultas locais e mapeamento participativo para garantir que quaisquer novas áreas protegidas reflitam as percepções das comunidades locais, respeitem os direitos de uso que dependam de cada um de usuário.

Como extensas consultas nos locais definidos e mapeamento participativo para garantir que qualquer nova área protegida reflita as percepções

das comunidades locais respeitem os direitos de uso e se baseie em um código Floresta da República Democrática do Congo Pós-Conflito para um Análise de uma Agenda Prioritária. Na Reserva Natural da Comunidade de Tayna, uma nova abordagem foi testada: dois grupos étnicos no Kivu do Norte, os Batangi e os Bamates, lançaram um programa de conservação comunitária em 1998 para preservar o seu patrimônio biológico e estimular o desenvolvimento local.

Com o apoio de Dian Fossey Gorilla Fund International, em 2001 eles criaram uma ONG local: a Tayna Gorilla Reserve (RGT). O trabalho deles era realizar um mapeamento participativo de suas duas “comunidades” e Eles estabeleceram um plano de zoneamento incluindo uma zona de proteção integral de 900 km², uma zona periférica de 5 km de largura e uma zona de desenvolvimento cobrindo o restante da superfície. Após cinco anos de conscientização e educação da população local, e depois de ter desenvolvido um programa de proteção e monitoramento científico, foram iniciadas as discussões com o Ministério do Meio Ambiente e o ICCN (Instituto Congolês pela Conservação da Natureza) no final de 2005.

Esses intercâmbios, bem como o permanente diálogo com as partes interessadas locais, resultaram em um novo esquema de conservação da comunidade que parecia atender às necessidades locais e nacionais. Em abril de 2006, a ‘Reserva Natural Tayna’ foi estabelecida por decreto do Ministro do Meio Ambiente, e a zona integral incorporada oficialmente à rede nacional de áreas protegidas. A gestão da Reserva ficou a cargo das comunidades locais, ao abrigo de um contrato de longo prazo com o ICCN (Instituto Congolês pela Conservação da Natureza) pelo qual o governo a delegou à RGT. À medida que este programa evoluiu de 2001 a 2005, cinco outras comunidades adjacentes formaram suas próprias ONGs para criar outras reservas naturais, enquanto se uniram como a União de Associações de Conservação de Gorilas para o Desenvolvimento Comunitário no leste da República Democrática do Congo (UGADEC). Um segundo decreto ministerial criou a Reserva Natural Kisimba-Ikobo, cuja gestão foi delegada à ReCoPriBa, uma outra ONG membro da UGADEC.

O monitoramento desde 2002 indicava que os índices de encontro de gorilas, chimpanzés e elefantes aumentaram durante esse período, enquanto a perturbação humana diminuiu. Isso sugere e demonstra que a conservação da

comunidade, quando combinada com o reconhecimento formal dos direitos tradicionais, o controle pelos atores locais e as iniciativas de desenvolvimento local, se torna em nossa opinião um caminho bem-sucedido para a conservação.⁴⁰

Com consentimento prévio vários tipos de áreas protegidas devem ser considerados, incluindo novos esquemas, como reservas naturais comunitárias. Preservar a biodiversidade fora das áreas protegidas só que essa proteção da biodiversidade não deve se limitar a áreas formalmente protegidas. Estes provavelmente permanecerão modestos em tamanho em comparação com os outros usos do solo e dificilmente sobreviverão isolados dos espaços que os cercam. Há já algum tempo que o governo e os seus parceiros tentam desenvolver parcerias com aldeias, administrações locais, operadores econômicos e sociedade civil. Duas abordagens promissoras dizem respeito às reservas comunitárias e parcerias com operadores privados. Essas abordagens provavelmente fortalecerão os esforços de proteção da biodiversidade em termos de escopo geográfico e sustentabilidade ao longo do tempo. Primeiro, as reservas naturais às vezes são criadas pelas comunidades para proteger a floresta e a vida selvagem com base em direitos costumeiros dos autóctones e com o apoio de ONGs locais ou internacionais, as comunidades locais se desenvolvem.

O Parque de Virunga, criado em 1925, é o Parque mais antigo de África. É um dos principais centros de biodiversidade e endemismo da África. Ele abrange uma paleta única de paisagens: vulcões, savanas, lagos, florestas e geleiras. Seus arredores também são uma das regiões mais densamente povoadas do país. Contígua a Ruanda e Uganda, é uma das regiões que mais sofreu com os conflitos. Sua população pagou um alto preço e acolheu quase um milhão de refugiados ruandeses.

Os guardas do parque foram desarmados e deixados à própria sorte, enquanto o parque foi ocupado por várias milícias e grupos armados. Hoje, o parque está sujeito à invasão agrícola e pastoral e à coleta de lenha por uma população arruinada sem alternativa pela guerra. Ele também está sujeito a intensa caça furtiva por facções armadas descontroladas. Embora o impacto da

⁴⁰Ver: <https://whc.unesco.org/fr/soc/2463>

guerra na vida selvagem tenha sido desastroso, o carismático gorila da montanha sobreviveu em número considerável, e o potencial para o ecoturismo continua alto. Na verdade, este parque e a região circundante ilustram muitos dos desafios que a República Democrática do Congo enfrenta nesta fase pós-conflito.

É também um terreno fértil para a colaboração transfronteiriça entre a República Democrática do Congo, Ruanda e Uganda sobre um tema relativamente consensual. Esforços rudimentares de colaboração transfronteiriça foram realizados durante a guerra, e o conceito de parques de paz poderia ou deveria ser aplicado daqui até no futuro. Todos os atores parecem concordar que a reabilitação deste parque e o desenvolvimento rural na sua periferia são prioritários. Bem gerido, este parque poderá contribuir para a recuperação da economia local e o bem-estar das comunidades nomeadamente através da pesca no Lago Eduardo, do Turismo, da observação de gorilas e outros diferentes programas de desenvolvimento ligados a projetos de conservação. O parque é um terreno complexo que requer uma coordenação estreita entre o ICCN: Instituto Congolês pela Conservação da Natureza e outras instituições públicas, autoridades locais, organizações da sociedade civil, autoridades tradicionais e parceiros de desenvolvimento.

De acordo com os escritos de Jean-Pierre d'Huart (1977 & 2021), uma medida fundamental importante será de apoiar e ampliar o Comitê de Coordenação do Local, um órgão de consulta entre todos os atores. Tendo em conta as fortes pressões que continuarão a ser exercidas sobre esta região densamente povoada, parece que o sucesso exige imperativamente um forte apoio das populações locais e uma abordagem integrada entre os parceiros de desenvolvimento.

Já que a metade da superfície total das florestas tropicais da África está na República Democrática do Congo, para o desenvolvimento de uma efetiva política da conservação foi criado um *Programa para Preservação das Integridades dos Sítios do Patrimônio Mundial Naturais da República Democrática do Congo*. A excepcional biodiversidade das florestas congolêsas, que abrigam muitas espécies endêmicas como o Bonobo, o gorila da montanha e o Okapi, motivou a inscrição de cinco áreas protegidas do Estado Parte na Lista do Patrimônio Mundial entre 1979 e 1996.

Diante de ameaças que podem ter efeitos prejudiciais sobre seus valores do Patrimônio Mundial, esses cinco sítios foram inscritos na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo entre 1994 e 1999. Portanto há quase três décadas... Corolário dessa situação foi que apenas em 2000, o Centro do Patrimônio Mundial da Unesco iniciou um programa de Conservação da biodiversidade em zonas de conflito armado na República Democrática do Congo, preservando os sítios do patrimônio mundial, a fim de preservar a integridade dos cinco sítios num país em situação de conflito.

O objetivo deste programa era evitar a perda do Valor Universal Excepcional dos sítios e criar as condições favoráveis para sua remoção da Lista do Patrimônio Mundial em Perigo. O programa foi implementado e funciona, desde então, junto ao (ICCN) Instituto Congolês de Conservação da Natureza e órgão responsável pela gestão de áreas protegidas, sob a supervisão do Ministério do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Turismo; sendo este um apoio significativo as ONGs conservacionistas que trabalham em parceria com o ICCN.

Porem a primeira fase do famoso programa se concentrou simplesmente, na manutenção das atividades de conservação dos cinco sítios e no estabelecimento da “diplomacia conservacionista”, ou seja, apoio político e diplomático para a promoção da conservação. Com base na Convenção do Patrimônio Mundial, fazendo todos os esforços para obter a cooperação das várias partes envolvidas no conflito para a salvaguarda dos sítios do Patrimônio Mundial.

Algumas realizações tiveram certo impacto positivo, como por exemplo: a criação de um órgão responsável pelo fortalecimento da segurança nos Parques Nacionais Parque Nacional de Virunga. (cfr. Nuria Ortega.) De fato, em 15 de junho de 2015, a RDC publicou o Decreto nº 15/012 sobre a criação de um órgão responsável pela proteção dos Parques Nacionais (CorPPN) e reservas naturais relacionadas. Este Corpo deverá garantir a proteção dos Parques Nacionais e Reservas Naturais relacionado. O órgão responsável da segurança dos parques, irá garantir a proteção dos Parques Nacionais e Reservas Naturais e apoiar a luta contra a caça furtiva e os crimes contra a vida selvagem em todo o país. A instituição ficará sob a tutela dos Ministérios da Defesa Nacional, Ambiente e Turismo e a sua coordenação serão geridos pelo Instituto Congolês

de Conservação da Natureza (ICCN). O CorPNN será composto por elementos do exército nacional, polícia, serviços especializados de segurança, conservadores e guardas do ICCN.

As brigadas serão implantadas em cinco locais dos diferentes patrimônios mundiais da República Democrática do Congo, a saber: 1. Parque Nacional Virunga; 2. Parque Nacional Kahuzi-Biega; 3. Parque Nacional Garamba; 4. Reserva de Vida Selvagem Okapi; 5. Parque Nacional de La Solanga. Também como nos outros parques nacionais de menor importância no ambiente universal, a exemplo dos parques de Maiko, Upemba, Lomami e Kundelungu.

Temos que saber que a decisão fazia parte da implementação da Declaração de Kinshasa, co-assinada pelo Diretor-Geral da Unesco e pelo Primeiro-Ministro Congolês durante a Reunião de Alto Nível de 2011. Nesta declaração, as autoridades congolêsas se comprometeram, entre outras coisas, a programar medidas corretivas, incluindo as relativas à segurança dos sítios, ao combate à caça furtiva comercial e à exploração ilegal dos recursos naturais. “Esperamos que a adoção do decreto melhorasse a gestão dos bens do Patrimônio Mundial e dos parques nacionais na República Democrática do Congo”, disse Edmond Moukala, chefe da Unidade da África do Heritage Centre. “E a implantação desse órgão vai restaurar a segurança dos locais. A insegurança é um dos principais fatores que afetam os bens do Patrimônio Mundial e seus Valores Universais Excepcionais, colocando também em risco pessoas e funcionários do ICCN”, acrescentou. O CorPNN ajudará a enfrentar o aumento crescente da caça furtiva, afetando particularmente os elefantes africanos e rinocerontes, que continua devido ao aumento do comércio ilegal de espécies da flora e da fauna selvagens. É necessária uma cooperação intensiva para garantir uma ação eficaz para combater essas ameaças à integridade dos sítios do Patrimônio Mundial e esse flagelo que afeta muitos Estados Partes na África, fim de citação.

Para completar totalmente a lista dos Patrimônios mundiais na República Democrática do Congo iremos terminar nossa descrição com a depressão da Upemba na Katanga a leste do País. Esta vasta depressão rendeu os maiores cemitérios conhecidos ao sul do Saara. Mais de quarenta sítios arqueológicos foram listados lá, mas apenas seis deles foram parcialmente escavados até

agora. Seu estudo permite retratar a sequência completa da ocupação da região ao longo de mais de dois milênios e, assim, reconstruir a história de um importante grupo étnico da África Central: os Luba. A cronologia baseada em mais de 55 datas de radiocarbono e termo luminescência é, portanto, estabelecida na metade norte da depressão. **Entremeada pelas tessituras da arqueologia, da ecologia e da etnologia alguns parques naturais congolesees, tornaram-se patrimônios mundiais. Agora, esses parques estão em perigo e é sobre a fragilidade dessa situação que discutiremos a seguir, apresentando cada um dos parques patrimônios mundiais da República Democrática do Congo.**

2.2.1 – Parque 1 - Parque Nacional de Virunga

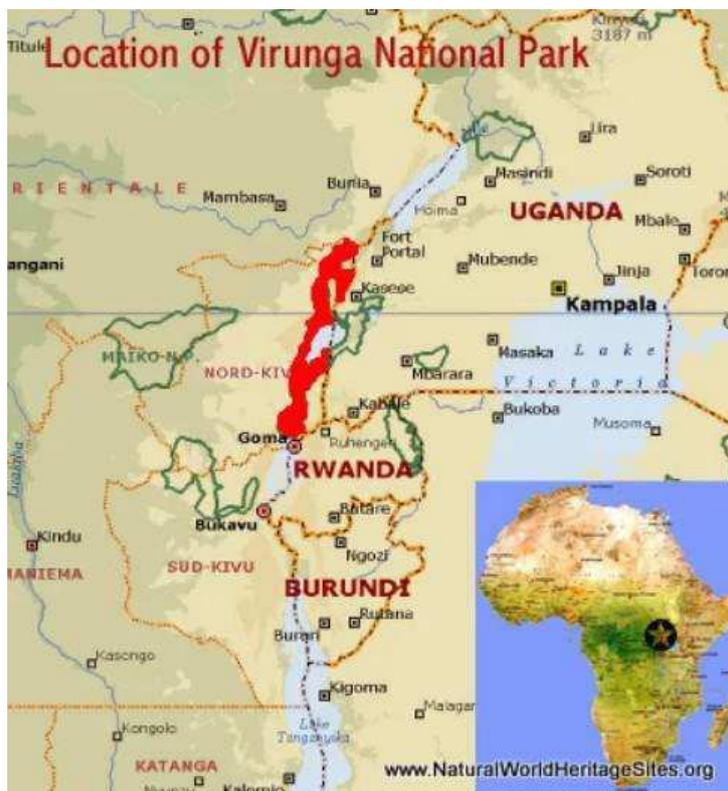


Figura 16 – Domínios do Parque de Virunga. Fonte: Natural World Heritage Site in Danger. 2021.

Primeiro parque fundado na África, o Parque Nacional de Virunga foi criado em 1925 e tornou-se patrimônio mundial em 1979. Localizado no Norte Kivu, este parque é uma das joias africanas em termos de biodiversidade. Criado em 21 de abril de 1925, o Parque Nacional de Virunga – então chamado de Parque Nacional Albert - se estende sobre os

vulcões adormecidos do maciço de Virunga e sua vocação primordial é a proteção dos gorilas da montanha Gorilla beringei beringei. Em junho de 1960, na independência da RDC, o Parque Nacional dos Vulcões foi dividido em duas partes, aproximando a área da parte congoleza em seu tamanho atual de 790.000 ha

Apresenta diversidade de habitats, que vão desde pântanos e estepes até as neves eternas de Ruwenzori, a mais de 5.000 m acima do nível do mar, passando por planícies de lava e savanas nas encostas de vulcões. Cerca de vinte mil hipopótamos frequentam seus rios, o gorila da montanha encontra refúgio ali e pássaros da Sibéria vêm passar o inverno. Sobre sua história podemos dizer que o Parque Nacional de Virunga distingue-se de seus congêneres por possuir uma cadeia de vulcões ativos e pela riqueza da sua diversidade de habitats que ultrapassa a de qualquer outro Parque Africano, com a sua gama de estepes, savanas e planícies de lava, pântanos, planícies e cinturadas florestais.

O local inclui os espetaculares maciços Ruwenzori e Virunga, que abrigam os dois vulcões mais ativos da África. A grande diversidade de habitats deu origem a uma biodiversidade excepcional, incluindo espécies endêmicas e raras ameaçadas globalmente, como o gorila da montanha. O Parque Nacional de Virunga oferece algumas das paisagens montanhosas mais espetaculares da África. São locais de excepcional beleza natural. Vulcões, que manifestam sua atividade por erupções em intervalos regulares de alguns anos, constituem as formas terrestres dominantes desta paisagem excepcional. O Parque apresenta vários outros panoramas espetaculares, como os vales erodidos das regiões de Sinda e Ishango. Também abriga concentrações significativas de vida selvagem, incluindo elefantes, búfalos e sabugo de Thomas, e a maior concentração de hipopótamos da África, vivendo nas margens do Lago Edward e ao longo dos rios. Rwindi, Rutshuru e Semliki no Estado de North Kivu, em Goma.

A análise deste parque demonstrou que a situação da sobrevivência humana das famílias da parte sul do Parque Nacional de Virunga, não se revela tão crítica em comparação à das famílias da parte Norte do Parque. Notou-se como alternativas, o turismo ecológico que pode criar os empregos no entorno do Parque Nacional e a inclusão das famílias no planejamento da gestão do Parque Nacional de Virunga para isentar o parque de várias pressões e ameaças humanas externas.



Figura 17 Um gorila-da-montanha bebê. No Maciço de Virunga, uma área de cerca de 450 km² que atravessa a República Democrática do Congo, Ruanda e Uganda, a população de gorilas-das-montanhas foi ameaçada de extinção pela caça furtiva, doenças e desmatamento. Medidas eficazes de conservação envolvendo as comunidades locais levaram a um aumento de indivíduos dessa espécie icônica.

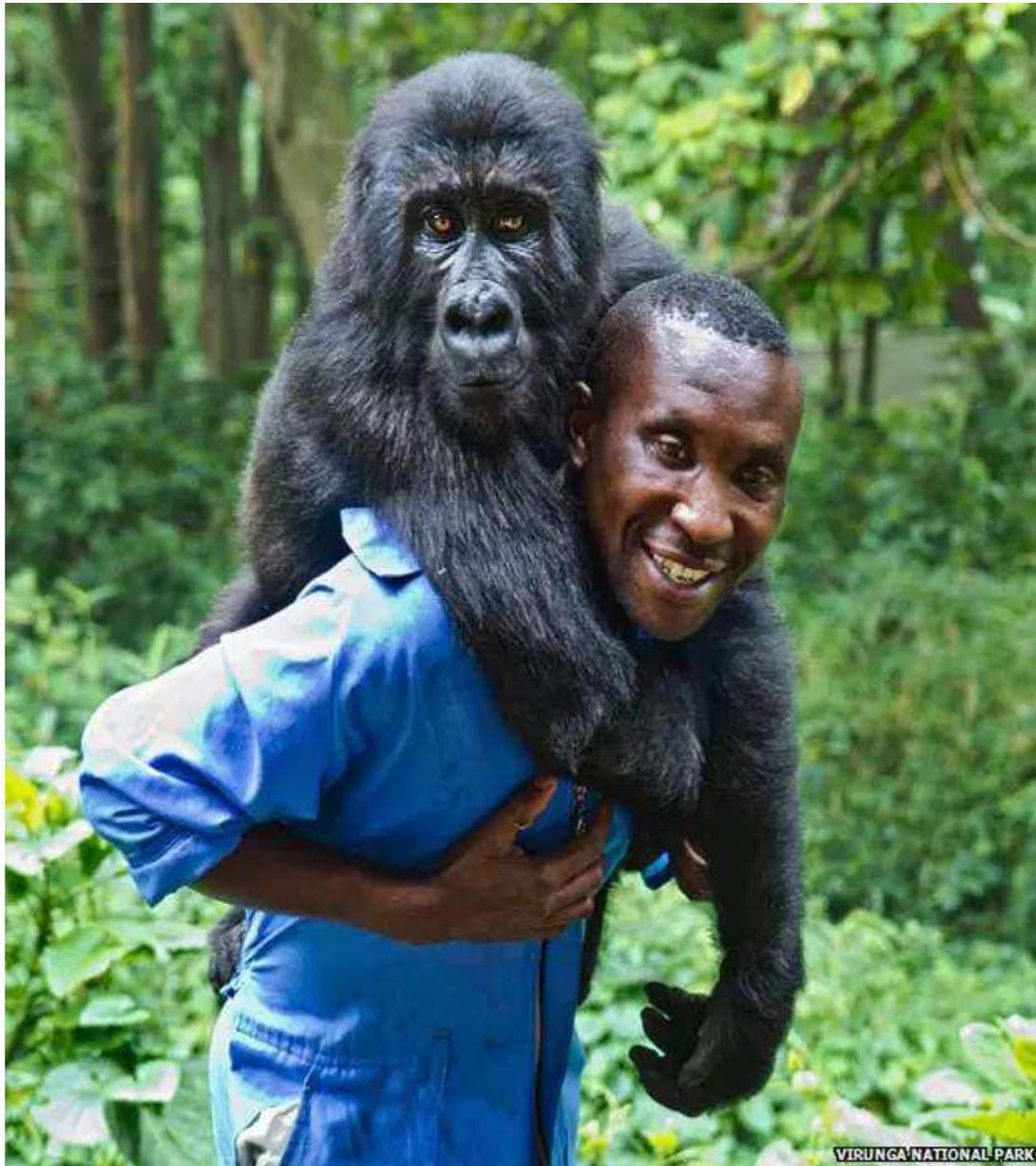


Figura 18 - Andre Bauma e um de seus 'filhos': guarda florestal cuida de quatro órfãos O guarda florestal Andre Bauma cuida, há sete anos, de gorilas da montanha dos órfãos, em Virunga, o mais antigo parque nacional da África, na RDC. Foto: Virunga National Park.



Figura 19 - Emmanuel de Merode, ladeado pelos guarda parques na sede do parque de Virunga. Merode dirigiu o parque nacional durante uma década particularmente sangrenta. Foto de Brent Stirton: Getty, National Geographic Creative. 2015.

Localizado no centro do Rift Albertine, esse parque depende do Vale do Grande Rift. Na parte sul do Parque, a atividade tectônica devido ao prolongamento da crosta terrestre nesta região fez surgir o maciço de Virunga, composto por oito vulcões, sete dos quais se encontram total ou parcialmente no Parque. Entre eles estão os dois vulcões mais ativos da África - o Nyamuragira e o vizinho Nyiragongo - os únicos responsáveis por dois quintos das erupções vulcânicas históricas no continente africano e que se caracterizam em particular pela extrema fluidez de sua lava alcalina. A atividade de Nyiragongo tem importância global como testemunho do vulcanismo de um lago de lava: o fundo de sua cratera é de fato ocupado por um lago de lava quase permanente, que se esvazia periodicamente com consequências catastróficas para as comunidades e as cidades ao redor.

O setor norte do Parque inclui aproximadamente 20% das montanhas Ruwenzori - a maior região glacial da África e a única cordilheira verdadeiramente alpina do continente. Adjacente ao Parque Nacional das Montanhas Ruwenzori em Uganda, um Patrimônio Mundial, com o qual

compartilha o Pico Marguerite, o terceiro pico mais alto da África (5.109 m). Conseqüentemente com suas variações de altitude (de 680m a 5.109m), precipitação e tipo de solo dentro deste Parque Nacional de Virunga, se encontra uma diversidade muito grande de plantas e habitats que o colocam na primeira classificação dos Parques Nacionais Africanos em diversidade biológica. Mais de duas mil plantas superiores foram identificadas, 10% das quais são endêmicas do Rift Albertine. As florestas afro montanas representam cerca de 20% da vegetação. O Albertine Rift também é o lar de mais espécies de vertebrados endêmicas do que qualquer outra região do continente africano e o Parque têm muitos exemplos.



Figura 20 - Cancela de entrada do Parque Virunga. 2021. Getty Imagess. Foto de JUNIOR D. KANNAH.

O Parque de Virunga abriga 218 espécies de mamíferos, 706 espécies de pássaros, 109 espécies de répteis e 78 espécies de anfíbios. O Parque serve de refúgio para 22 espécies de primatas, incluindo três espécies de grandes macacos - o gorila da montanha (*Gorilla beringei beringei*), o gorila de planície oriental (*Gorilla beringei graueri*) e o chimpanzé oriental (*Pan troglodytes schweinfurthi*) e um terço da população mundial de gorilas das montanhas. As

áreas de savana do Parque abrigam uma população diversificada de ungulados e a densidade de biomassa de mamíferos selvagens é uma das mais altas do planeta (27,6 toneladas / km²). Entre os ungulados, existem alguns animais raros como o okapi (*Okapi johnstoni*), endêmico da República Democrática do Congo (RDC), e o duiker vermelho (*Cephalophus rubidus*), endêmico das montanhas Rwenzori.

O Parque também possui importantes áreas úmidas essenciais para a sobrevivência da avifauna paleártica. A integridade do parque é caracterizada por um mosaico de habitats extraordinários que abrangem 790.000 ha. A propriedade está claramente delimitada pela portaria de 195441. A riqueza ali está bem protegida apesar dos desafios econômicos e demográficos em sua periferia. Existem no parque dois corredores ecológicos de grande importância porque eles conectam os diferentes setores: o corredor Muaro conecta o setor Mikenko ao setor Nyamulagira, a costa oeste conecta o setor norte ao setor central do maciço de Virunga.

A presença do Parque Nacional Rainha Elizabeth, uma área protegida contígua em Uganda, também constitui um corredor ecológico terrestre conectando os setores centrais e norte. Finalmente, o Lago Eduardo constitui um importante corredor aquático. Alguns requisitos importantes servem para a proteção e gerenciamento do parque de Virunga, a saber que a propriedade goza do status de Parque Nacional desde 1925. Sua autoridade de gestão é o Instituto Congolês para a Conservação da Natureza (ICCN), uma organização que perdeu muitos oficiais que morreram em serviço.

O parque enfrenta problemas de gestão e para garantir a sustentabilidade da propriedade deve ser gerido com base científica e ter um plano de gestão que facilite, entre outras coisas, um melhor delineamento das várias zonas. A vigilância aprimorada garantiria a integridade dos limites do parque. Isso reduziria a caça ilegal, o desmatamento e a pressão sobre os recursos pesqueiros (que provavelmente aumentarão), atividades em particular por grupos armados isolados. Para tanto, é fundamental o fortalecimento da equipe e dos equipamentos disponíveis, bem como o treinamento do pessoal trabalhando no parque. Melhorar e fortalecer a infraestrutura administrativa e de

vigilância ajudaria a reduzir a pressão sobre espécies raras e ameaçadas de extinção, como gorilas da montanha, elefantes, hipopótamos e chimpanzés. 42

Tendo em vista o significativo crescimento da população humana, o estabelecimento de zonas tampão em todos os setores é essencial e urgente. Outra prioridade é o estabelecimento de um Fundo Fiduciário⁴³ que assegure recursos suficientes para a proteção e gestão da propriedade em longo prazo. A promoção do turismo localizado e controlado pode aumentar as receitas e contribuir para o financiamento regular da manutenção da propriedade.

Exemplo positivo em várias instâncias, por vezes, o parque de Virunga se torna um exemplo negativo frente às destruições e a repercussão que as atividades ilegais da caça, desflorestamento, extração ilegal de recursos tem para esse patrimônio mundial e natural. Ainda que o parque abarque uma diversidade incomparável de habitats e que tudo isso seja parte significativa de sua história e da República Democrática do Congo, cujo valor universal excepcional resulta exatamente das infraestruturas derivadas dessa multiplicidade quem o colocam na primeira classificação dos Parques Nacionais Africanos em diversidade biológica e ultrapassa a de qualquer outro Parque, sua permanência e sobrevivência sempre está em perigo. Ao longo de sua história turbulenta, o Parque Nacional de Virunga teve que enfrentar vários conflitos armados e tem sido uma área de recuo para milícias armadas. Assim, mais de 200 guardas florestais pagaram com suas vidas pela proteção deste local excepcional, hoje na Lista dos patrimônios em perigo.

A falta de um plano de gestão e conservação também ajudam a dificultar a preservação do patrimônio, mas um plano de manejo assistido foi exigido desde que o parque recebeu o título de Patrimônio Mundial. Concluímos que apesar do seu grande valor e o reconhecimento da Unesco, o parque de Virunga com seus relatórios de estado de conservação bem confusos e seus dados variáveis em diferentes períodos, infelizmente, este parque acabou tornando-se fruto da revisão de alguns instrumentos legais dedicados ao uso deste Patrimônio Natural. Em Virunga, todos os indicadores de integridade do sítio – exceto a

⁴² United Nations Foundation (UNF) Broadens Support for World Natural Heritage.

⁴³ Fundo de Resposta a Emergências (RRF)

população de gorilas da montanha – mostram tendências negativas. Assim, o setor central do Parque é invadido em 45% por lavouras.

Cerca de 2.500 moradores residem ao longo dos limites do Parque no setor central e estão destruindo a cobertura florestal ao longo da escarpa de Kabasha. Há um desenvolvimento de culturas alimentares nos setores orientais do Parque – inclusive para exportação, como é o caso do chá ou do café. O setor leste serve como um corredor ecológico de transição entre Virunga e o Parque Nacional Rainha Elizabeth em Uganda; elefantes os usam para migrar entre os dois locais. Assistimos ao ressurgimento da pesca ilegal e ao desenvolvimento de construções ilegais nos enclaves onde está a pesca praticada.

Assentamentos e plantações ilegais ocupam uma parte significativa da área de caça de Rutshuru. No setor norte, a floresta de 67.700 hectares entre Lubilia e Kasindi foi invadida por grupos que derrubam árvores e constroem casas ilegalmente com autorização de políticos locais. Em 2000, mais de 1.500 animais de várias espécies foram mortos com armas automáticas. Vinte anos depois a cifra continua alta. Os guardas não são pagos há vários meses e estão desarmados. A relativa segurança desfrutada pela população de gorilas da montanha de Virunga pode ser explicada pelo fato de não ser uma espécie animal procurada por sua carne.

Exemplo negativo de preservação, devido à destruição de suas florestas e as atividades ilegais da caça e desmatamento, além da extração mineral desenfreada, o parque de Virunga tem lutado para não deixar de existir. Ainda que o parque possua uma diversidade incomparável de habitats e que tudo isso seja parte significativa da história do parque e da República Democrática do Congo, cujo valor universal excepcional resulta exatamente das infraestruturas derivadas dessa multiplicidade que o colocam na primeira classificação dos Parques Nacionais Africanos em diversidade biológica e ultrapassa a de qualquer outro Parque, ainda assim, Virunga clama por socorro. Ao longo de sua história turbulenta, o Parque Nacional de Virunga teve que enfrentar vários conflitos armados e tem sido uma área de recuo para milícias armadas. Assim, mais de 200 guardas florestais pagaram com suas vidas pela proteção deste local excepcional, hoje na Lista Vermelha. Apesar disso, continua sendo o maior local e capaz de conter essa diversidade natural. A falta de um plano de gestão

e conservação, e outro detalhe que dificulta a preservação do patrimônio, plano que foi exigido desde que o parque recebeu o título de Patrimônio Mundial.

Apesar do seu grande valor intrínseco reconhecido pela Unesco, o parque de Virunga, com seus relatórios de estado de conservação bem confusos e seus dados que são variáveis nos diferentes períodos, infelizmente, se mostra um espaço que gera preocupações no que diz respeito à revisão de alguns instrumentos legais dedicados ao uso deste Patrimônio Natural. Em Virunga, todos os indicadores de integridade do sítio – exceto a população de gorilas da montanha – mostram tendências negativas. Assim, o setor central do Parque é invadido em 45% por lavouras. Cerca de 2.500 moradores residem ao longo dos limites do Parque no setor central e estão destruindo a cobertura florestal ao longo da escarpa de Kabasha. Há um desenvolvimento de culturas alimentares nos setores orientais do Parque – inclusive para exportação, como é o caso do chá ou do café.

Por outro lado, o setor leste serve como um corredor ecológico de transição entre Virunga e o Parque Nacional Rainha Elizabeth em Uganda. Elefantes o usam para migrar entre os dois locais. Assistimos ao ressurgimento da pesca ilegal e ao desenvolvimento de construções ilegais nos enclaves onde está pesca é praticada. Assentamentos e plantações ilegais ocupam uma parte significativa da área de caça de Rutshuru. No setor norte, a floresta de 67.700 hectares entre Lubilia e Kasindi foi invadida por grupos que derrubam árvores e constroem casas ilegalmente com autorização de políticos locais. Em 2020, mais de 2.500 animais de várias espécies foram mortos com armas automáticas. Os guardas não são pagos há vários meses e estão desarmados. A relativa segurança desfrutada pela população de gorilas da montanha de Virunga pode ser explicada pelo fato de não ser uma espécie animal procurada por sua carne.

Por fim, o Comitê do Patrimônio Mundial, após examinar o Documento WHC/21/44.COM/7A, recordando a Decisão 43 COM 7A.11, adotada em sua 43ª sessão, chama a atenção do mundo sobre a atual situação dos parques congolezes, em especial, o de Virunga. Apesar de notar que atualmente nenhuma atividade de exploração de petróleo está ocorrendo na localidade, lamenta que o Estado Parte não tenha confirmado seu compromisso de não autorizar nova exploração e exploração de petróleo dentro dos limites da propriedade, conforme estabelecido no momento da inscrição no World

Patrimônio em 1979, e reitera o seu pedido ao Estado Parte para cancelar as concessões petrolíferas concedidas no interior da propriedade. Reitera, por fim, a posição de que toda a exploração mineira, petrolífera e de gás é incompatível com o estatuto do Patrimônio Mundial, e que o petróleo e a mineração são uma dupla nefasta que não geram ativos quando exploradas dentro dos limites do Patrimônio Mundial.

2.2.2 - O petróleo que assombra Virunga⁴⁴

“Virunga é uma força vital para a esperança no Congo (...) Não podemos deixar que este símbolo de esperança caia em face de interesses petrolíferos. Peço que todos se juntem a nós e tomem atitudes para defender o Parque para as futuras gerações”.

(Emmanuel de Merode, 2015)

Reportagens do mundo todo ficaram estarecidas com a crueza da história contada pelo documentário Virunga, produzido pela indústria de streamings Netflix, em 2015. “No leste da República Democrática do Congo, o parque mais antigo e com a maior biodiversidade do continente africano abriga os últimos gorilas-das-montanhas do planeta. E também grande quantidade de petróleo”. Essa é a sinopse do documentário que trata da questão do desaparecimento do parque de forma bastante crítica, realizando um evento jornalístico aplaudido ao redor do planeta.

A exploração ilegal do recurso no local, pela empresa de exploração petrolífera britânica Soco deu origem a um conflito tenso entre funcionários do parque e grupos armados —que chegam a matar os gorilas na esperança de que sem os símios acabe a proteção na área. O entrevero é documentado por "Virunga" - o nome do parque -, filme exibido pela Netflix e dirigido pelo britânico Orlando von Einsiedel. Pelo longa, o serviço de vídeo sob demanda concorreu, em 2015, ao Oscar de documentário. "Era uma história positiva sobre o Congo e me atraiu. Fui para lá tentar contar uma história de renascimento do país após

⁴⁴ Existe uma campanha para que as pessoas ajudem o parque de Virunga. É possível, por exemplo, fazer uma doação para os gorilas órfãos. Mas, de acordo com os diretores do documentário: divulgar o filme (que só pode ser visto no Netflix), compartilhar essa matéria, o que acontece na RDC e especialmente denunciar o risco de extinção que correm os gorilas das montanhas é também uma ajuda muito importante.

anos de guerra civil e vi que havia uma história muito maior acontecendo", conta o cineasta à Folha⁴⁵.

Pensado inicialmente como uma história simples sobre a preservação de um parque, o filme virou uma mistura de documentário de natureza estilo National Geographic e de investigação jornalística. Durante as filmagens, Von Einsiedel conheceu uma jornalista francesa, Mélanie Gouby, que coletava evidências de que a Soco estava subornando funcionários do parque para não fazerem o trabalho de proteção, e se juntou à equipe. Com uma câmera escondida, Gouby registrou conversas com empregados da Soco e revelou as táticas corruptas da empresa para tentar explorar o óleo na área do parque.

Em meio a tudo isso, a milícia M23⁴⁶, atrás de uma porcentagem do dinheiro obtido pela Soco, segundo membros afirmam a Gouby, dominou a província onde o parque está — tudo documentado pelas lentes de Von Einsiedel. O conflito chega a Virunga, onde os gorilas sofrem com a falta de alimentos e de cuidados de veterinários, que não conseguem chegar lá. "Foi incrivelmente assustador", diz. "Mas os personagens do filme assumiram riscos muito maiores do que eu." "Nos últimos 15 anos, cerca de 140 funcionários do parque foram assassinados. "No Congo, quem fala algo contra a exploração do petróleo recebe ameaças de morte." Um empregado que tentou impedir a construção de estruturas ilegais foi preso e torturado. Outro, após enviar ao

⁴⁵ Documentário não levou o Oscar, mas a luta de Virunga continua Agência de Notícias de Direitos Animais – ANDA. 2015. Por Fátima ChuEcco (da Redação) Andre Bauma com um dos gorilas órfãos (Foto: Divulgação). Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/documentario-nao-levou-o-oscar-mas-a-luta-de-virunga-continua/169982278>

⁴⁶ O Movimento 23 março (M23) e um movimento ruandês dos Tutsis, um grupo minoritário que busca o reconhecimento oficial com cidadãos congolese. O movimento significa: M= Movimento, B significa: Balcanização; e C significa: Congo. Então, M23 é um Movimento insurrecional ruandês que busca balcanizar o Congo e tomar seus mineiras. Para entender as diferenças entre os dois países (Ruanda e RDC) sobre a rebelião M23, devemos também voltar ao genocídio dos tutsis em Ruanda em 1994. Esta tragédia está na origem de um êxodo maciço de ruandeses hutus, acusados de terem massacrado os tutsis, na RDC. Desde então, Ruanda tem sido regularmente acusada por Kinshasa de incursões no Congo e de apoio a grupos armados no leste do país. O reconhecimento dos tutsis na sociedade congolese é um antigo problema fundamental que remonta aos anos de Mobutu e nunca foi resolvido. O M23 surgiu do Congresso Nacional para a Defesa do Povo, mais conhecido por sua sigla francesa CNDP, de um grupo rebelde que lutou contra o governo da RDC entre 2006 e 2009. Ambos os grupos baseiam sua reivindicação na discriminação contra os tutsis congolese e outras comunidades étnicas no norte e no sul de Kivu, que são, com ou sem razão, considerados de origem ruandesa e comumente referidos como "ruandofones". Uma das consequências dessa discriminação contra essas comunidades é a presença de dezenas de milhares de refugiados na região dos Grandes Lagos africanos. Para Ruanda, trata-se de um "conflito intracongolês, o que a RDC discorda, entendendo o conflito como uma afronta aos eu território.

governo congolês um relatório sobre as atividades da Soco no parque, foi baleado. Por esse motivo, o cineasta só pediu esclarecimentos à Soco quando a filmagem estava terminando. "A ideia de chegar no começo do projeto e dizer ao pessoal da empresa 'ei, estamos investigando vocês' era impossível", afirma. "No fim, apresentamos aquilo que íamos falar deles e pedimos uma resposta. "A empresa enviou ao diretor um documento de 20 páginas negando qualquer atividade ilegal. A resposta da Soco está no final do filme."

O documentário mostra a mais recente ameaça aos gorilas na RDC: a SOCO International, uma empresa britânica ávida para explorar petróleo justamente no Parque Nacional de Virunga, declarado oficialmente Patrimônio da Humanidade. Caçadores, agricultores e rebeldes (o país vive mergulhado em violenta guerra civil há décadas) já tornam a sobrevivência dos gorilas das montanhas um verdadeiro milagre, mas agora o inimigo chega de forma mais ameaçadora ainda porque pode destruir o último refúgio dessa espécie que, ao contrário do que muitos pensam, é totalmente pacífica e, inclusive, vegetariana. No filme estão personagens reais, ou seja, pessoas de fato envolvidas com os gorilas como os corajosos guardas florestais. Para a festa de entrega do Oscar a escolha não poderia ser mais justa: passaram pelo tapete vermelho Andre Bauma, um carismático congolês que cuida noite e dia dos gorilas órfãos, e Rodrigue Katembo, gerente do Parque Nacional de Virunga que foi capturado e torturado por 17 dias, mas sobreviveu. Aliás, desde que as investigações em cima da empresa SOCO começaram, os defensores dos gorilas também passaram a ser alvo de violência. O diretor do Parque, Emmanuel De Merode, levou vários tiros em abril do ano passado e quase morreu. Outros personagens, Andre e Rodrigue, merecidamente, levaram até o evento de cinema mais importante do mundo, um pouco de suas vidas, na verdade, missões que abraçaram. "Você deve justificar por que está nesta terra. Gorilas justificam porque estou aqui. Eles são a minha vida", diz Andre Bauma que protagoniza algumas das cenas mais encantadoras do filme ao lado de seus "meninos" ou gorilas órfãos, sendo dois deles, Ndakasi e Ndeze, sobreviventes de um massacre ocorrido em 2007, quando uma família inteira de gorilas foi executada na RDC.

Porém, é necessário ressaltar que o futuro de Virunga ainda é muito questionável, até mesmo frágil, e a proposta do filme é manter a pressão para

garantir que as reais intenções da empresa SOCO não sejam esquecidas. “Meu grande medo é que as pessoas sigam com suas vidas e nada seja feito a respeito disso tudo que há no filme”, disse Melaine. “O Parque pertence a todos, então minha esperança é que o documentário mostre ao mundo inteiro as ameaças que esse lugar enfrenta e que nos ajude a melhor protegê-lo.” salientou Orlando.

Neste caso, todos esperam que a vida real imite o cinema.

Percurso imagético do Parque de Virunga

(Todas as Imagens utilizadas neste percurso foram destacadas dos sites da Getty Images, Google fotos e Natural World Heritage Sites in Danger)





[www.NaturalWorldHeritageSites.org/Peter Howard](http://www.NaturalWorldHeritageSites.org/PeterHoward)

Figuras 21 e 22 - Placas perfuradas por tiros contrastam com a presença das forças de segurança da ONU, aos arredores do parque Virunga, 2019.



[www.NaturalWorldHeritageSites.org/Peter Howard](http://www.NaturalWorldHeritageSites.org/PeterHoward)



Figuras 23, 24 e 25 - Entre a pluralidade e a amplitude das paisagens, o homem se equilibra como um corpo estranho. Fotos de 2019.



[www.NaturalWorldHeritageSites.org/Peter Howard](http://www.NaturalWorldHeritageSites.org/PeterHoward)

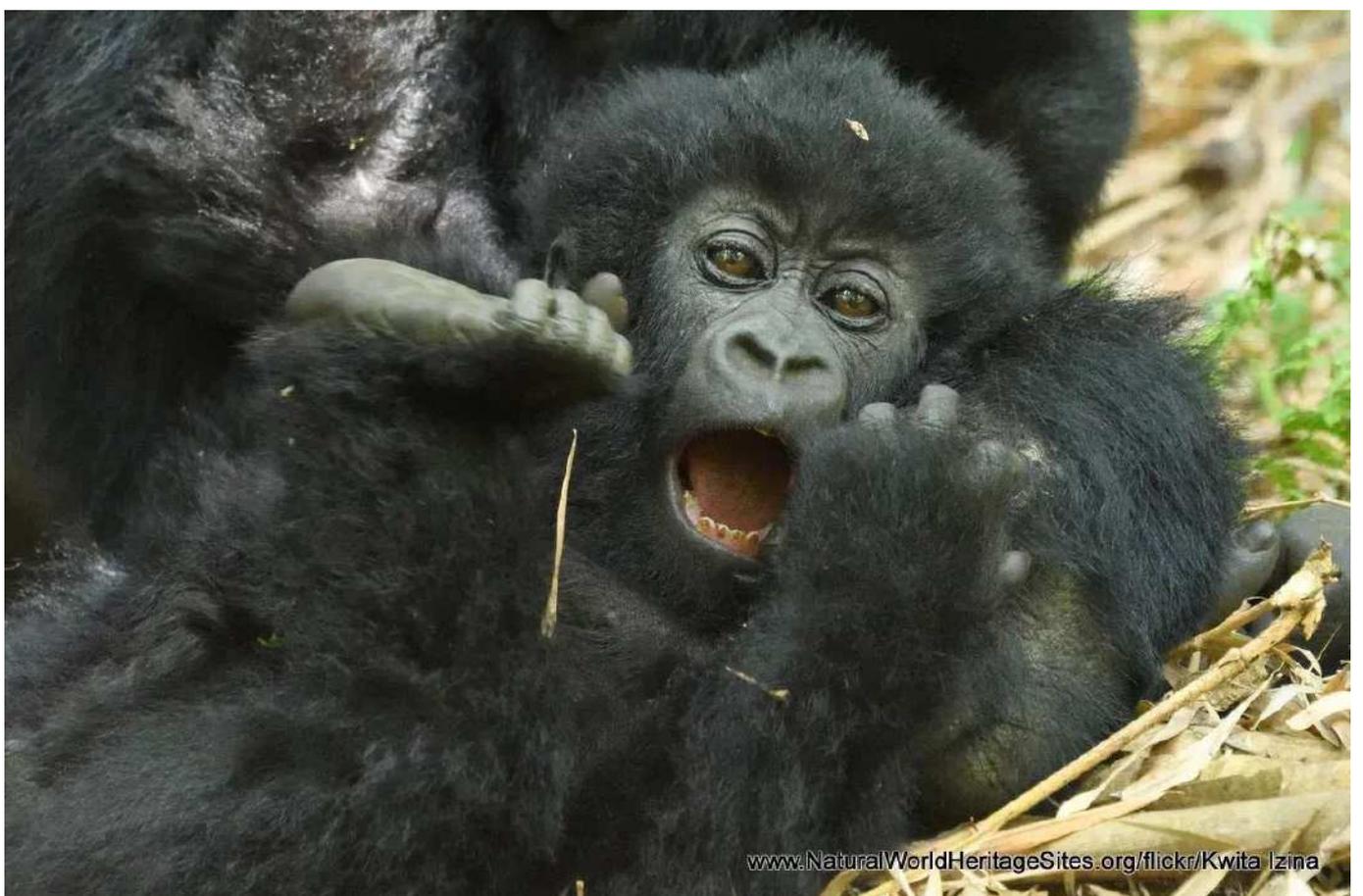


[www.NaturalWorldHeritageSites.org/Peter Howard](http://www.NaturalWorldHeritageSites.org/PeterHoward)

Figuras 26 e 27 – Acima, Guardas parque fiscalizam a mata leste do Virunga, lar de diversas famílias de gorilas da montanha. Abaixo, uma das milhares de espécies centenárias de árvores presentes na floresta tropical do parque. 2019.



Figuras 28 e 29- Acima a exuberância da floresta, lar de diversas espécies ameaçadas e abaixo, a luta pela sobrevivência das familiares de pescadores moradoras do parque. 2021.



Figuras 30 e 31 - Animais ainda jovens lutam pela sobrevivência. Detalhes da presa ainda pequena desse elefante adolescente e do filhote de gorila em plena brincadeira. 2019.



Figuras 32 e 33 - Gorila adulta se alimenta (acima) enquanto um bonobo jovem (abaixo) se emaranha pelos bambuzais do leste de Virunga. 2021.



Figura 34 - Forças armadas do Congo protegem área do parque de invasão da milícia M23 (Foto: Orlando von Einsiedel)



Figura 35 -. Gorilas órfãos adotam guarda florestal como 'mãe' no Congo. Tratador optou por viver com primatas mesmo quando parque de Virunga foi tomado por milícias. Estes tempos turbulentos foram documentados no filme Virunga. 14/11/2014



Figura 36 - Vulcão Nyirangongo. Parque Nacional de Virunga. Fotografia de Guy Debonnet. WHC. UNESCO. 2019.



Figura 37 - Close raro de um casal de gorilas da montanha. Apenas os conhecidos podem chegar perto. Virunga, 2021.



Figuras 38 e 39. Acima, o vulcão Nyiragongo em erupção no Centro da RDC. 2020. Fonte: Getty Images/AFP. Abaixo, o estado de conservação das placas de localização do parque dá a ideia de como o mesmo se encontra. 2021.





Figuras 40 e 41 – Acima, placa reaproveitada do antigo Parque Rei Alberto I - Primeiro nome do parque Virunga, note as marcas em relevo na placa. Abaixo, placa do limite do parque sendo recolocada após manutenção. 2022.



Figura 42 -Logo do Parque de Virunga



Figura 43 - Fim de tarde na terra do Virunga.

Figuras 44 e 45 - A vida renasce das lavas endurecidas do vulcão Nyarigongo, aqui em plena atividade sísmica...lavas que renovam a vida. Lava derretida na cratera do Monte Nyarigongo, um dos vulcões mais ativos da África, que fica no setor sul do Parque Nacional de Virunga.



2. 2. 3 – Parque 2 – Parque Nacional de Kahuzi- Biega

O Parque Nacional Kahuzi-Biega (KBNP) é uma das áreas protegidas com maior biodiversidade no leste da República Democrática do Congo (RDC), abrigando a maior população remanescente do gorila-de-grauer endêmico e criticamente ameaçado. Quando o KBNP foi estabelecido como Parque Nacional, há mais de 50 anos pelas autoridades coloniais, a designação significou que os indígenas Batwa perderam o acesso às



Figura 46 - Domínios do Parque de Kahuzi Biega. Fonte: Natural World Heritage Site in Danger. 2021.

suas terras ancestrais. O parque está localizado na região fronteiriça problemática e insegura do leste da RDC, o que resultou em violência contínua e deslocamento dos Batwa e outras comunidades locais, bem como na perda da biodiversidade e das florestas do parque. Por mais complexa que a situação permaneça, tem se visto nos últimos anos certos motivos para esperança – para o Parque, sua vida selvagem e habitat globalmente importantes, e para as milhares de pessoas cujas vidas estão tão intricadamente entrelaçadas com este lugar incrível e desafiador.¹

¹ De acordo com o site da organização WCS que trabalha em parceria público-privada com o governo da RDC, “Esta Parceria procura estabelecer um modelo publicamente transparente e responsável para a conservação da natureza que garanta que os direitos dos Povos Indígenas e das comunidades locais sejam respeitados e protegidos. Demonstrar que esta abordagem baseada em direitos humanos é o melhor caminho para garantir a sobrevivência da flora e fauna únicas e ameaçadas do Parque Nacional Kahuzi-Biega a longo prazo. A WCS espera dar este passo vital que nos permitirá mobilizar os recursos e conhecimentos necessários, não apenas na gestão do Parque, mas através de investimentos diretos na posse da terra, educação, saúde e oportunidades econômicas para os Batwa e comunidades locais que procuram abordar as desigualdades estruturais e sociais de longa data”. A WCS se arvora de ser um paradigma de conservação baseado em valores indígenas. Para saber mais ver: https://www.wcs.org/our-work/regions/central-africa-gulf-of-guinea/kahuzi-biega?gclid=Cj0KCQjw0tKiBhC6ARIsAAOXutkuUCQmWYLYETy4voRpgVWjv9bh2YyKRkb6Jy3vmdX23l6dOLF9wkaAr4UEALw_wcB

Fundado entre os anos de 1970 e 1971, situado no Sul Kivu, o Parque Nacional Kahuzi-Biega conta com 600.000 ha e sua primeira área protegida, criada neste local em 1937 foi uma Reserva Integral Zoológico e Florestal, conhecida como Kahuzi-Biega que se estende por uma área de 75.000 ha. Em 30 de novembro de 1970, a reserva integral foi classificada como parque nacional (PNKB) pela Portaria n° 70/316, reduzindo o parque a uma área de 60.000 ha. Suas medidas foram novamente tomadas para realocar as populações que realmente se encontravam dentro das fronteiras. “Em 1975, para ligar as populações de gorilas de altitude às da floresta de baixa altitude que ainda não fazia parte do parque, a superfície do PNKB foi aumentada para 600.000 ha pela Portaria n° 75/238 de 22 de julho de 1975”, segundo Fofolo², estudioso do parque, Kahuzi-Biega Essa extensão foi feita sem consultas prévias às populações em causa.

O parque nacional de Kahuzi-Biega se encontra na República Democrática do Congo, 50 km a oeste da cidade de Bukavu, na região de Kivu, perto do lado ocidental do lago Kivu, fronteira com Ruanda. Para descrever a situação deste parque, devemos levar em consideração, que se trata de vasta extensão de floresta tropical primária. O parque é dominado por dois espetaculares vulcões extintos, o Kahuzi e o Biega. É povoado por uma fauna abundante e variada e está localizada entre 2.100 e 2.400 m acima do nível do mar. É o lar de uma das últimas populações de gorilas das planícies orientais (graueri), cuja quantificação não chega a 250 indivíduos.³

Outro elemento relevante de sua história é que esse parque ocupa o Rift Albertine e a Bacia do Congo, habitat excepcional para a proteção da floresta tropical e dos gorilas das planícies orientais. Essa espécie, conhecida como Gorilla Berengei Graueri, vive na extensão de aproximadamente 600.000 ha, cobertos por densas florestas tropicais úmidas de baixa altitude, bem como florestas afro-montanas misturadas com florestas de bambu e algumas pequenas áreas de prados subalpinos e urze nas montanhas Kahuzi (3.308 m) e Biega (2.790 m).

²Cfr: ICCN Chef de site / gestionnaire du site,0992505100/ 0812633778/ gabrielfofolo@yahoo.fr.

³ O Gorila chamado Ninja, tem o um valor excepcional. Parque Nacional Kahuzi-Biega (República Democrática do Congo) ©Unesco.

O parque também abriga uma flora e fauna excepcionalmente diversa que o torna um dos locais mais importantes do Vale do Rift Albert, em si uma das regiões ecologicamente mais ricas da África e do mundo. Em particular, a maior população mundial de gorilas das planícies orientais (ou Grauer), uma subespécie endêmica da República Democrática do Congo (RDC) e classificada como ameaçada na Lista Vermelha da IUCN, usa o mosaico de habitats encontrados na propriedade. Seu Critério particular é que o Parque Nacional de Kahuzi-Biega é o lar de mais espécies de mamíferos do que qualquer outro local no Rift Albertine.

Ele é o segundo sítio mais importante da região tanto para espécies endêmicas quanto em termos de riqueza de espécies. O parque tem 136 espécies de mamíferos, incluindo “a estrela do gorila de planície oriental” e outros treze primatas, incluindo espécies ameaçadas de extinção, como o chimpanzé, o colobo da baía e os cercopitecos de Hoest e Hamlyn. Outras espécies extremamente raras das florestas do leste da República Democrática do Congo, também estão presentes lá, como a Geneta gigante (*Genettavictoriae*) e a Geneta aquática (*Genettapiscivora*). Mamíferos característicos das florestas da África Central também vivem no parque, como o elefante da floresta, o búfalo da floresta, o besouro alcoólatra e o bongô. Este parque está localizado em uma importante Área de Aves Endêmicas identificadas pela BirdLife Internationale. A Wild Life Conservation Society compilou uma lista abrangente de pássaros para o parque em 2003, com 349 espécies, 42 das quais são endêmicas. Da mesma forma, o parque também foi reconhecido como um Centro de Diversidade Vegetal pela IUCN e WWF em 1994 com pelo menos 1.178 espécies registradas na área de alta altitude, com partes ainda por serem inventariadas.

O parque é um dos raros locais na África Subsaariana onde a transição da flora e da fauna de baixa para alta altitude pode ser observada. Inclui todos os estágios de vegetação florestal que variam de 600 m a mais de 2.600 m, de florestas densas úmidas de altitudes baixas e médias a florestas submontanas a florestas de montanha e bambu. Acima de 2.600 m do topo das montanhas Kahuzi e Biega, a vegetação de urze subalpina se desenvolveu, abrigando a planta endêmica *Seneciokahuzicus*. Ele por enquanto abriga formações de

plantas globalmente incomuns, como pântanos e turfeiras em altitude e pântanos e matas ciliares em solos hidro mórficos em todas as altitudes.

A conservação e a integridade do parque passam pelas florestas da propriedade caracterizadas por uma continuidade da vegetação desde o topo das montanhas até às zonas baixas. Um corredor conecta uma área de grande altitude de 60.000 ha a uma área de baixa altitude de 540.000 ha. A área da propriedade é considerada suficiente para a manutenção de sua fauna. Manter a continuidade da vegetação é essencial para evitar a fragmentação das populações de animais, em especial os grandes mamíferos.

Os requisitos necessários pelo gerenciamento e a proteção do parque fazem com que a propriedade seja protegida pelo status de parque nacional e administrada pelo Instituto Congolês para a Conservação da Natureza (ICCN). Possui infraestrutura de gerenciamento e monitoramento, além de um plano de manejo⁴ que está sendo finalizado. Embora a maior parte da propriedade esteja desabitada, algumas aldeias foram incluídas no parque quando foi ampliado em 1975, gerando disputas com as populações. Esses problemas devem ser resolvidos para aumentar a eficácia das ações de conservação. Os limites da propriedade também devem ser materializados, especialmente onde não são constituídos por limites naturais. Isso é particularmente importante tanto em baixa altitude quanto no nível do corredor nevrálgico que conecta as partes superiores e inferiores do parque.

O setor de altitude é atravessado por uma estrada nacional de baixo tráfego. Controlar a intensidade desse tráfego é importante para evitar impacto nas populações de espécies ameaçadas de extinção do setor, em particular de gorilas. No momento da inscrição da propriedade em 1980, os desafios foram destacados, incluindo problemas econômicos que resultaram em uma grave diminuição da eficácia do manejo e proteção necessária para garantir a sobrevivência das espécies no parque e a continuidade dos seus ecossistemas. Também foi observado que, devido a problemas logísticos, grandes partes do parque raramente eram visitadas por guardas-florestais com falta de pessoal, e

⁴O Plano de Manejo visa levar a Unidade de Conservação a cumprir com os objetivos estabelecidos na sua criação; definir objetivos específicos de manejo, orientando a gestão da Unidade de Conservação; promover o manejo da Unidade de Conservação, orientado pelo conhecimento disponível e/ou gerado.

a caça ilegal aumentou; por causa da instabilidade política na região, isso causou um grande deslocamento de milhares de pessoas, representando uma ameaça muito séria à integridade da propriedade e as populações de grandes mamíferos no parque diminuíram drasticamente. Como o parque não possui zona de amortecimento, garantir a cooperação das populações ribeirinhas para a conservação da propriedade é uma das principais tarefas de manejo, principalmente em áreas com alta densidade humana.

Deve-se registrar também que outra questão importante de gestão é o controle da caça furtiva e da mineração artesanal em antigos locais de mineração, tem se tornado cada vez mais um problema a ser combatido. A caça, bem como a reconversão de habitats são consideradas consequências da presença de pessoas desautorizadas no parque. Como os recursos financeiros e humanos são insuficientes, torna-se imperativo obter recursos adicionais para fortalecer a eficiência da gestão, inclusive, idealmente, por meio da criação de um "Fundo Fiduciário". Outro ponto que deve ser enfrentado é a conservação da biodiversidade em áreas de conflito armado⁴⁵: preservando sítios do Patrimônio Mundial na República Democrática do Congo, criando para isso um Fundo de Resposta a Emergências (RRF) para o Patrimônio Mundial na Bacia do Congo.

No que diz respeito aos requisitos de proteção e gestão, a Paisagem Cultural do parque de Kahuzi- Biega também suas limitações geográficas são dominadas por dois espetaculares vulcões extintos, o Kahuzi e o Biega. No entanto, a determinação dentro do ministério técnico oscilou durante o período de transição política de 2002 a 2006 e algumas medidas sofreram graves torções. Parece que cerca de 15 milhões de hectares foram trocados ou realocados apesar da moratória, resultando em um aumento líquido da área sob concessão aproximadamente 2,4 milhões de hectares. Essas transações refletem a força dos interesses em jogo.

45. Guerras civis congolenses: desde meados dos anos 1990, uma série de conflitos armados sangrentos na República Democrática do Congo teve um efeito devastador sobre as populações de animais selvagens, que têm sido fonte de carne silvestre para combatentes, civis que lutam pela sobrevivência e comerciantes. Como Consequência, pequenas espécies como antílopes, macacos e roedores, assim como grandes espécies como gorilas e elefantes selvagens, tiveram que arcar com o ônus da guerra. Enquanto havia muitas causas para esses conflitos: causas históricas, étnicas e políticas, a busca por controle, acesso e uso de recursos naturais e suas receitas associadas tem sido fator-chave para a violência. Os conflitos e a ilegalidade resultante também encorajaram criminosos a promover desmatamentos e processos prejudiciais de mineração.

Finalmente, as florestas, vastas áreas escassamente povoadas, às vezes são percebidas como regiões anfitriãs de soldados desmobilizados e populações deslocadas, por esta razão podemos dizer que ainda o parque de Kahuzi-Biega se insere neste grupo, lutando vagarosamente por um equilíbrio. Apesar desses fracassos, o endosso oficial da agenda de preservação por todo o governo e o crescente interesse da sociedade civil por essas reformas (Declarações Conjuntas 2005, 2006) parecem ter retrocessos limitados e progressos contínuos em algumas frentes. No geral, desde 2002, a área total sob concessão diminuiu de 43,5 para 20,4 milhões de hectares. O Código Florestal estabelece as bases para uma gestão florestal mais justa e equilibrada.

Por outro lado, entre suas inovações estão a preservação de todos os direitos consuetudinários de uso, inclusive dos povos indígenas. A gestão sustentável em todas as florestas, incluindo proteção da vida selvagem; além do direito das comunidades locais de manejar diretamente as florestas que detêm por costume; a devolução às províncias e territórios de 40% dos royalties de superfície; o fornecimento de bens sociais isso deveria continuar as ações corretivas e preventivas para limpar o passado e manter a moratória. Este conjunto de medidas deveria vigorar até a conclusão da revisão legal dos títulos antigos, a adoção de um sistema de adjudicação transparente e a adoção de uma programação de médio prazo de alocações futuras. A moratória deve permanecer em vigor até que sejam alcançados padrões satisfatórios de gestão e governança nas concessões existentes. Na ausência de uma justificativa claramente estabelecida, a moratória deve ser prorrogada. Todas essas etapas, e as anunciadas para o futuro, estão em alinhamento com a Estratégia Florestal do Banco Mundial (Banco Mundial 2002). Esta estratégia florestal se mostra muito mais como espécie de meia culpa (um passivo a ser quitado) que mais uma vez, tal como no caso do G7, cristaliza a contradição dessa instituição que representa a zeladoria de muitas ações degradadoras do meio ambiente. Parece-nos claro que o Banco Mundial não possui legitimidade para definir as estratégias florestais do território africano.

No dia 11 de abril de 2019, o Diretor provincial do Instituto Congolês de Conservação da Natureza (ICCN), da província de Kivu do Sul e gerente do Parque Nacional Kahuzi-Biega (PNKB), Byaombe De Dieu, indicou que a Feira de Berlim, na Alemanha, classificou este Parque como o terceiro melhor destino

de turismo ecológico da África. Em entrevista à ACP, ao afirmar que em África os dois primeiros lugares são ocupados pela Ilha de Felicite das Seychelles e pelo parque de Tchumbi da Tanzânia, classificando assim os três parques no top 100 destinos do mundo. Falando do PNKB, o Sr. Byaombe indicou que este possui não só uma extraordinária variedade de ecossistemas, mas também flora e fauna endêmicas que constituem um patrimônio biológico de excepcional diversidade.⁶

Depois das reuniões o comitê reiterou seu pedido ao Estado Parte para fornecer detalhes sobre o estado do corredor ecológico e desenvolver um plano para a reabilitação do corredor ecológico para facilitar a regeneração da vegetação natural e submeter ao Centro do Patrimônio Mundial, para revisão pela IUCN, todas as informações, incluindo mapas, para avaliar o impacto da invasão no Valor Universal Excepcional (VUE) do bem. Além disso, o comitê solicitou ao Estado Parte que fornecesse uma atualização sobre o status dos inventários de vida selvagem com urgência, e reiterou seus pedidos para enviar os resultados do inventário de vida selvagem ao Centro do Patrimônio Mundial para revisão pela IUCN e finalizar, em cooperação com o Centro do Patimônio Mundial e a IUCN, indicadores do estado de conservação pretendido para a retirada do bem da Lista do Patrimônio Mundial em Perigo. O mesmo comitê decidiu manter o Parque Nacional Kahuzi-Biega na Lista do Patimônio Mundial em Perigo.

⁶Cf: CIFOR, Banque mondiale et CIRAD, 2007.

Percurso imagético do Parque de Kahuzi-Biega

(Todas as Imagens utilizadas neste percurso foram destacadas dos sites da Getty Images, Google fotos e Natural World Heritage Sites in Danger)





Figuras 47 e 48 - Proximidades de uma das entradas do Parque. “Santuários dos gorilas” que se desgasta como tempo. Note a exploração da marca Patrimônio Mundial nas placas. Fonte: Kahuzi Biega National Park. 2019.





[www.NaturalWorldHeritageSites.org/Peter Howard](http://www.NaturalWorldHeritageSites.org/PeterHoward)

Figura 49 - Armadilhas e armas recolhidas dentro do parque Kahuzi Biega. A luta contra os caçadores ilegais e um dos flagelos do parque. 2021.

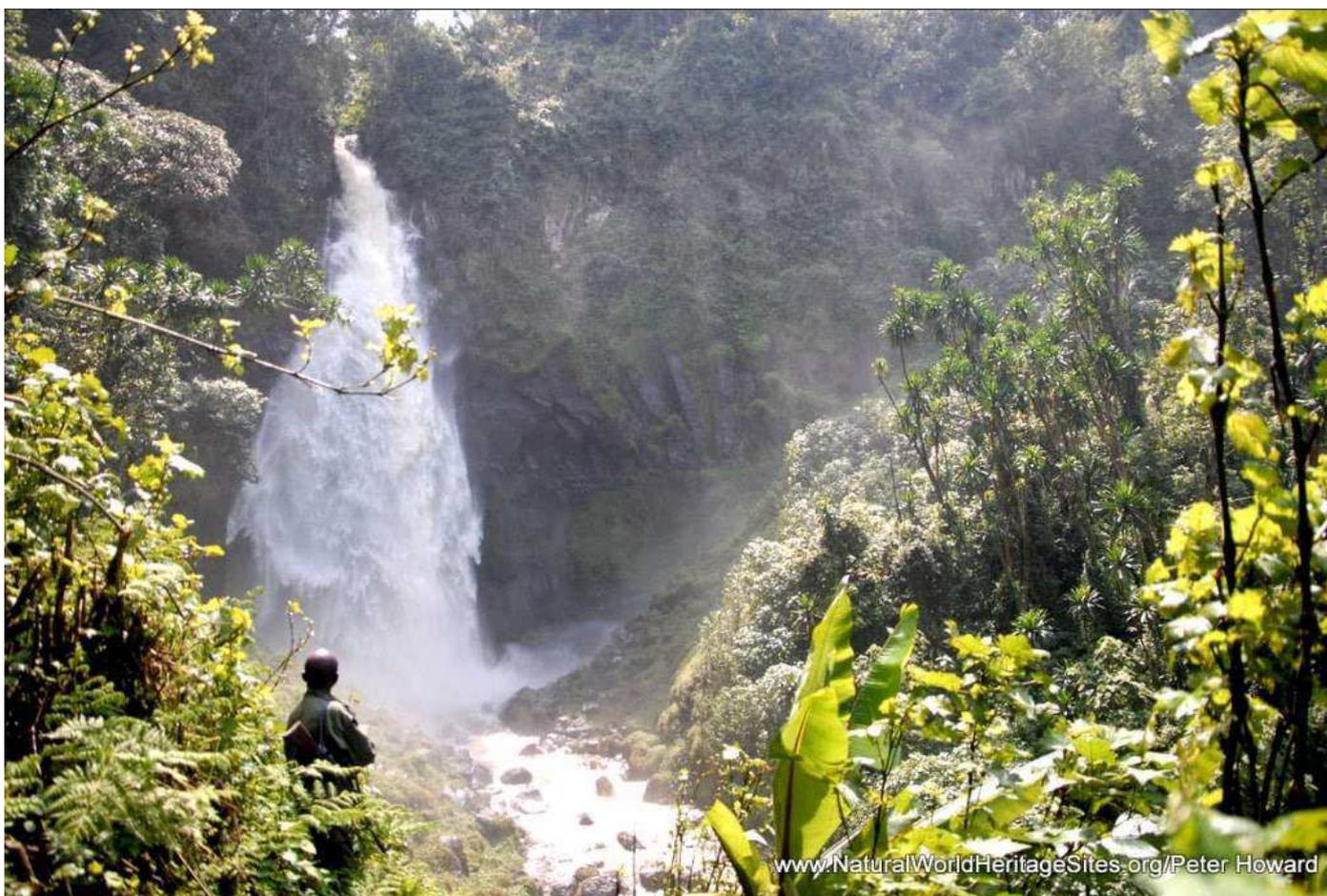


[www.NaturalWorldHeritageSites.org/Peter Howard](http://www.NaturalWorldHeritageSites.org/PeterHoward)

Figura 50 - Guarda parque mostra as apreensões realizadas em julho de 2021.



Figuras 51 e 52 – Entre contrastes e contradições. Acima, outro flagelo de Kahuzi Biega, o rastro de destruição das mineradoras, em destaque na parte leste do parque, abaixo, umas das exuberantes cachoeiras, das dezenas presentes no parque. 2021.





[www.NaturalWorldHeritageSites.org/Peter Howard](http://www.NaturalWorldHeritageSites.org/PeterHoward)

Figuras 53 e 54- Acima, Ativistas e turistas são recebidos anualmente no parque para visitas exploratórias nos territórios onde residem os gorilas. Abaixo, guarda parque sinalizando local de descanso de um gorila. Atenção para a área apontada pelo guarda, que pelo tamanho provavelmente, seja de um indivíduo macho alfa dominante de costas prateadas.



[www.NaturalWorldHeritageSites.org/Peter Howard](http://www.NaturalWorldHeritageSites.org/PeterHoward)



Figuras 55 e 56 - Cena rara: Mãe e filha gorilas da montanha são observados por ativistas e guardas parques, ao leste de Kahuzi Biega. 2021.



[www.NaturalWorldHeritageSites.org/Peter Howard](http://www.NaturalWorldHeritageSites.org/PeterHoward)

Figuras 57 e 58 - Acima, moradores do parque com sacos de sementes e frutas que serão vendidas nas feiras da região. Famílias em comunidades indígenas Batwa Abaixo, moradores dos arredores do parque se confraternizam dançando músicas típicas e trajados com roupas especialmente confeccionadas aras a ocasião. Fonte: Availability of land around Kahuzi-Biega National Park, 2021.





KAHUZI BIEGA NATIONAL PARK

Figuras 59, 60 e 61 - Logos do parque, que aparecem em camisetas, adesivos para carros e canecas vendidas na sede do parque, outra fonte de renda para os moradores dos arredores do parque. 2023.



KAHUZI BIEGA

National park

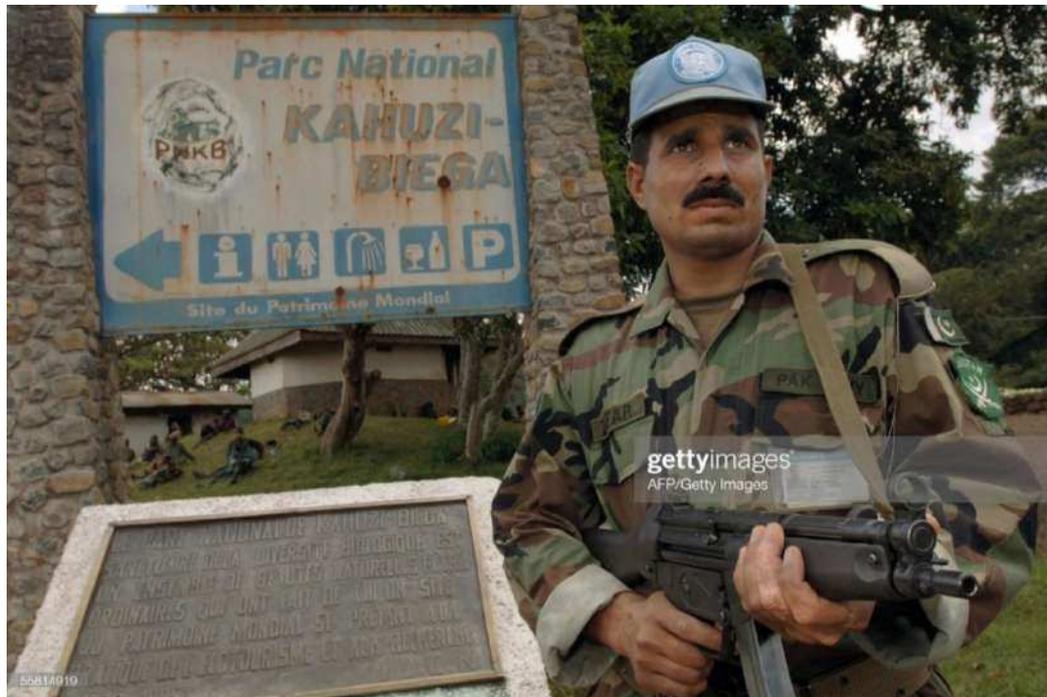




Figura 62 -Por 50 anos, o Parque Nacional Kahuzi-Biega protegeu uma das regiões mais biodiversas de toda a África. Este parque é onde os primeiros gorilas – os gorilas de Grauer – foram habituados à visita de turistas. Esta região é globalmente importante para os primatas. E os gorilas de Grauer, primos dos gorilas-das-montanhas, existem apenas nas florestas do leste da República Democrática do Congo. Hoje, Grauer está criticamente ameaçado, com menos de 3.800 restantes. Como esses gorilas estão em perigo de extinção, as parcerias entre ONGs, o governo e comunidades locais nunca foram tão importantes. 2020/2022 foi um biênio difícil por muitos motivos. Para Kahuzi-Biega, o COVID-19 causou uma suspensão abrupta do turismo para manter a vida selvagem e as pessoas seguras. Embora seja um movimento importante e necessário, também eliminou um importante fluxo de receita para atividades de conservação e meios de subsistência locais.



Figura 63 - DR Congo-unrest-gorillas-pygmyes. De-Dieu Bya'Ombe Balongelwa, Chefe do Parque Nacional Kahuzi-Biega, no pátio da sede do parque ladeado por sua escolta armada em 30 de setembro de 2019. - Desde 2018, ele conduz uma operação militar contra atividades ilegais nesta área protegida área que abriga os gorilas de Grauer, criticamente ameaçados, no nordeste da República Democrática do Congo. (Foto de Alexis Huguet/AFP, via Getty Images)



Figuras 64 e 65 - MONUC soldiers of the Pakistan Brigade. Soldados da MONUC da Brigada do Paquistão Bukavu, República Democrática do Congo: Soldados da MONUC da Brigada do Paquistão protegem o perímetro da entrada do Parque Nacional Kahuzi-Biega na província de Kivu do Sul do RDCongo, durante uma patrulha. Esta floresta tropical que no passado abrigou vários exércitos e grupos guerrilheiros que lutavam na área, é uma área ameaçada onde vive uma fauna variada e abundante e onde reside uma das últimas espécies de gorilas de terras baixas. 27 de setembro de 2005. Esta floresta tropical que no passado abrigou vários exércitos e grupos guerrilheiros que lutavam na área, é uma área ameaçada onde vive uma fauna variada e abundante e onde reside uma das últimas espécies de gorilas de terras baixas. (Foto de Lionel Healing/AFP via Getty Images)





Figuras 66 e 67. Acima, um guarda florestal do Parque Nacional Kahuzi-Biega, chama os gorilas Grauers ao seu redor, na floresta que abriga esta espécie criticamente ameaçada. 30 de setembro de 2019. - Desde o verão de 2018, algumas comunidades locais começaram a cortar madeira nesta área protegida, ameaçando o habitat dos gorilas. (Foto de Alexis Huguet- AFP via Getty Images). Abaixo, crânios de gorilas Grauer com dentes arrancados, apreendidos com caçadores ilegais expostos na sede do parque. Detalhe da etiqueta pendurada no crânio da esquerda, datada de 2008.



2.2.4 – Parque 3: Parque Nacional de Garamba



Figura 68 - Domínios do Parque de Garamba, no extremo oeste da RDC. Fonte: Natural World Heritage Site in Danger. 2021.

O Parque Nacional Garamba abrange 5.133 km², com 9.662 km² de domínios de caça adjacentes, e está situado no nordeste da República Democrática do Congo (RDC), na fronteira com o Sudão do Sul. É um dos parques nacionais mais antigos da África, designado em 1938, e em 1980 foi declarado Patrimônio da Humanidade. Mas esta paisagem de importância crítica teve um passado

trágico e é muitas vezes referida como o marco zero nas guerras de caça furtiva de elefantes em África. Outrora lar de 22.000 elefantes na década de 1970, os caçadores furtivos militarizados reduziram a população para menos de 1.200 hoje; e os rinocerontes brancos do norte foram caçados até a extinção local no início dos anos 2000. Durante três décadas, dos anos 1980 aos anos 2000, Garamba foi invadida por forças rebeldes e caçadores fortemente militarizados, deixando um rastro de devastação humana e ambiental.

Para impedir a destruição do parque e trazer estabilidade à área, a African Parks¹ assinou um acordo em 2005 para administrar Garamba com o Institut pour la Conservation de la Nature (ICCN). Dezenas de milhares de pessoas que vivem ao redor do parque se beneficiaram da segurança e estabilidade que o parque oferece e, além disso, são apoiadas por meio de escolas, assistência médica e investimentos em desenvolvimento sustentável e empreendedorismo. Em

¹ Em janeiro de 2016, a ONG African Parks renovou seu contrato de gestão de Garamba por mais 10 anos. Uma estratégia eficaz de aplicação da lei que foi concebida em 2016 resultou em quase zero na caça furtiva de elefantes.

uma região com poucas oportunidades econômicas, Garamba emprega mais de 500 funcionários locais em tempo integral. Uma crescente força de guardas florestais fornece segurança não apenas para a vida selvagem, mas também para dezenas de milhares de pessoas que vivem ao redor do parque.

Composto por imensas savanas, gramíneas ou arborizadas, intercaladas com matas ciliares ao longo de rios e depressões pantanosas, o parque abriga quatro dos maiores mamíferos do planeta: o elefante, a girafa, o hipopótamo e principalmente o rinoceronte branco, inofensivo e muito maior que o negro, dos quais apenas cerca de trinta indivíduos permanecem vivendo no parque. Seu limite norte se sobrepõe à fronteira com o Sudão, onde é contíguo com a Reserva de Caça Lantoto.

Rico em diversidade de fauna e flora, este parque é a casa de primatas (11 espécies), pholidotes (duas espécies), carnívoros (15 espécies) e artiodáctilos (20 espécies) No entanto, esta fauna tem sido severamente afetada pela caça furtiva exacerbada e pela instabilidade política da área. População de elefantes, por exemplo, era estimado em vinte mil indivíduos antes da guerra (que já dura uma década), enquanto atualmente não passam de quatro mil. Além dos grandes mamíferos, o número de micro mamífero (roedores, morcegos, insetívoros) é muito alto. O número total de mamíferos presentes em PNG é estimado em 130 espécies. As sub espécies mais comuns notável da Garamba é a girafa do Congo (a última subespécie ainda presente no país e o Elefante. O Rinoceronte Branco do Norte (*Ceratotherium simum Cottoni*) está extinto; sua população foi estimada em quatro indivíduos em 2007. Também é dotado de uma rica avifauna (285 espécies).

Composto por imensas savanas gramíneas ou arborizadas intercaladas com florestas de galeria e depressões pantanosas, o Parque Nacional de Garamba está localizado no nordeste da República Democrática do Congo (RDC), na zona de transição entre as densas florestas úmidas da Bacia do Congo e as savanas guineense-sudanesas. Este Parque também é caracterizado por uma biomassa excepcionalmente alta de grandes herbívoros, graças à produtividade vegetal do meio ambiente. Rodeado por 752.700 ha de três quintas de caça que contribuem para a proteção eficaz da propriedade contra as ameaças da zona envolvente, esta propriedade é um santuário excepcional pela sua incomum mistura de grande fauna espetacular. Eficaz

contra ameaças da área circundante, esta propriedade é um santuário excepcional por sua mistura incomum de grande fauna espetacular. Apesar de tudo isso, o Parque Nacional de Garamba e seus arredores de caça fornecem uma vasta extensão pontilhada com uma densa rede de pequenas nascentes permanentes que suportam uma produtividade vegetal excepcionalmente alta e biomassa herbívora. Essa biomassa se reflete após observação, por exemplo, na presença de grandes manadas de elefantes em certas épocas do ano, às vezes em manadas de mais de quinhentos indivíduos, um fenômeno natural excepcional existindo só neste Parque Nacional.



Figura 69 - Guardas parques em uma das sedes no centro sul de Garamba. Na placa se lê: "sítio do patrimônio mundial em perigo": proteger o parque de Garamba e reconstruir a RDC. Fonte Google Fotos. 2021

Situado em uma zona de transição entre os centros de endemismo Guineense-Congolês e Guineense-Sudanês, o parque e as zonas de caça vizinhas abrigam uma biodiversidade particularmente interessante com espécies típicas das duas zonas biogeográficas. Além do Rinoceronte e da Girafa, as espécies puras da savana incluem o Leão, a Hiena-Pintada e muitas espécies de Antílopes. Além disso, as espécies típicas da floresta densa incluem o Bongô, o Besouro alcoólatra, o Chimpanzé e cinco espécies de pequenos Primatas diurnos. Este parque é um dos poucos lugares na África onde encontramos o Elefante da floresta, *Loxodonta Africana Cyclotis* e o Elefante da savana *Loxodonta Africana*, além de elefantes com características morfológicas comuns

às duas subespécies. Uma grande população de Búfalos Africanos também apresenta formas intermediárias entre o Búfalo da floresta *Syncerus caffer Nanus* e o Búfalo da savana *Syncerus caffer Aequinoctialis*.

Seus limites com o Parque Nacional de Lantoto do Sudão do Sul, oferecendo possibilidades interessantes de proteção em uma escala transfronteiriça e regional. Em uma paisagem intocada, nenhuma presença humana ou assentamento foi relatado no parque no momento do FO Parque Nacional da Garamba é especificamente delimitado a leste, sul e oeste por grandes rios que constituem limites naturais precisos e conhecidos por todos. No Norte, ele compartilha registro e a população na periferia era baixa. O Parque Nacional da Garamba é cercado por três grandes áreas de caça contíguas, constituindo um ecossistema de uma área suficientemente grande (1.242.700 há) para suportar grandes populações de grandes mamíferos com seus padrões sazonais de migração local.

As quintas de caça contribuem para a proteção eficaz da propriedade contra as ameaças da zona envolvente. Seu valor é primordial, particularmente para os movimentos sazonais de elefantes e para a manutenção de populações viáveis de espécies florestais. Como requisitos para que seja bem protegido e ter uma boa gestão, O Parque Nacional de Garamba tem o estatuto de Parque Nacional desde 1938, e a autoridade de gestão é o Instituto Congolês para a Conservação da Natureza (ICCN). É gerido pelos três setores administrativos de Nagero, Gangala na Bodio e Beredwa no limite norte, cada um com infraestrutura imobiliária e rodoviária. O estabelecimento de um plano de manejo é condição essencial para o manejo do parque. Dada a importância dos locais de caça para a integridade da propriedade, eles devem se beneficiar de uma gestão integrada com o parque. É essencial que a integração das comunidades locais na gestão do parque e locais de caça periférica, através da abordagem de conservação comunitária, seja implementada através da gestão participativa dos recursos naturais.

A vigilância é assegurada pelos guardas por meio de patrulhas nas três áreas de caça e no parque, em conjunto com sobrevoos regulares de todas essas áreas. O aspecto turístico havia se desenvolvido ali e existia a possibilidade, única na África, do turismo de elefantes; esta atividade pode ser retomada quando a situação de segurança estiver mais estável. A parceria com

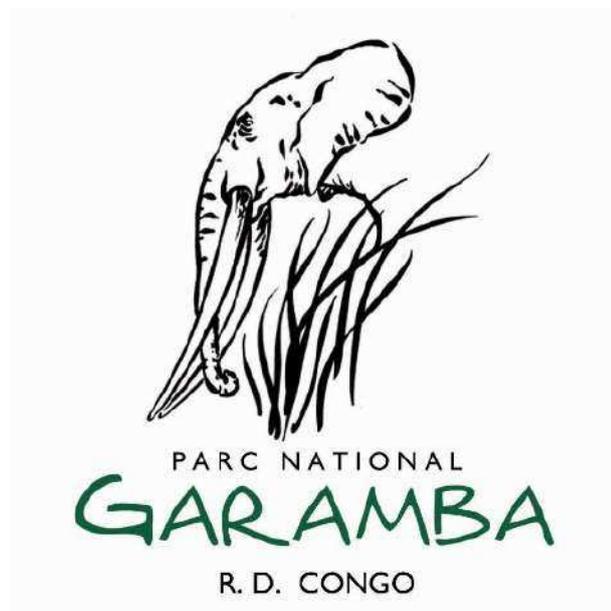
organismos internacionais e a busca de recursos financeiros suficientes para a conservação efetiva do patrimônio também devem ser fortalecidas, inclusive, idealmente, por meio da criação de um Fundo Fiduciário. Outras atividades exercidas pelo bem dentro deste parque são: a conservação da biodiversidade em áreas de conflito armado: preservando sítios do Patrimônio Mundial na República Democrática do Congo; o Fundo de Resposta a Emergências (RRF); o Patrimônio Mundial Natural na Bacia do Congo e o monitoramento ecológico no Parque Nacional da Garamba.

Apesar dos progressos relatados acima, a necessidade de manter uma relativa estabilidade no estado de conservação da Garamba continua a ser motivo de preocupação. O parque é também conhecido pelo seu programa de domesticação de elefantes africanos, programa que iniciou na década de 1960. No entanto, a sazonalidade da guerra e as políticas utilitaristas advindas desse processo acabaram dificultando a proteção dos animais das caças dos rebeldes e dos soldados. Nas últimas reuniões e análises, as conclusões do Centro do Patrimônio Mundial e da IUCN foi que os esforços empreendidos pelo Estado Parte e seus parceiros para fortalecer as medidas da APC tem sido muito bem-vinda. O aumento do número de vigilantes no Parque e o reforço da sua capacidade operacional permitiu aumentar o nível de cobertura de vigilância do local por patrulhas terrestres regulares (68%) contra 100% para patrulhas aéreas. Incentiva-se a manutenção de uma vigilância permanente e eficiente do Parque. A diminuição significativa do número de carcaças de elefantes caçadas, a apreensão de produtos de fauna bravia e a ausência de caça furtiva de girafas é positiva; mas a continuação da caça furtiva dentro do Parque é um motivo de preocupação, e as medidas para controlar esta ameaça devem continuar a longo prazo.

A estimativa da população de elefantes dentro do complexo da Garamba em cerca de 700 indivíduos indica o impacto significativo da caça furtiva na espécie. Recorde-se que a população de elefantes da propriedade foi estimada em mais de 11.000 indivíduos em 1995, e que o último censo de 2017 estimou a população em 1191 elefantes. Observando também que o elefante da savana africana (*Loxodonta Africana*) está “Em Perigo” na Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN em 2021, recomenda-se que o Estado Parte consolide e fortaleça os esforços de proteção da espécie.

Percurso imagético do Parque de Garamba

(Todas as Imagens utilizadas neste percurso foram destacadas dos sites da Getty Images, Google fotos e Natural World Heritage Sites in Danger)



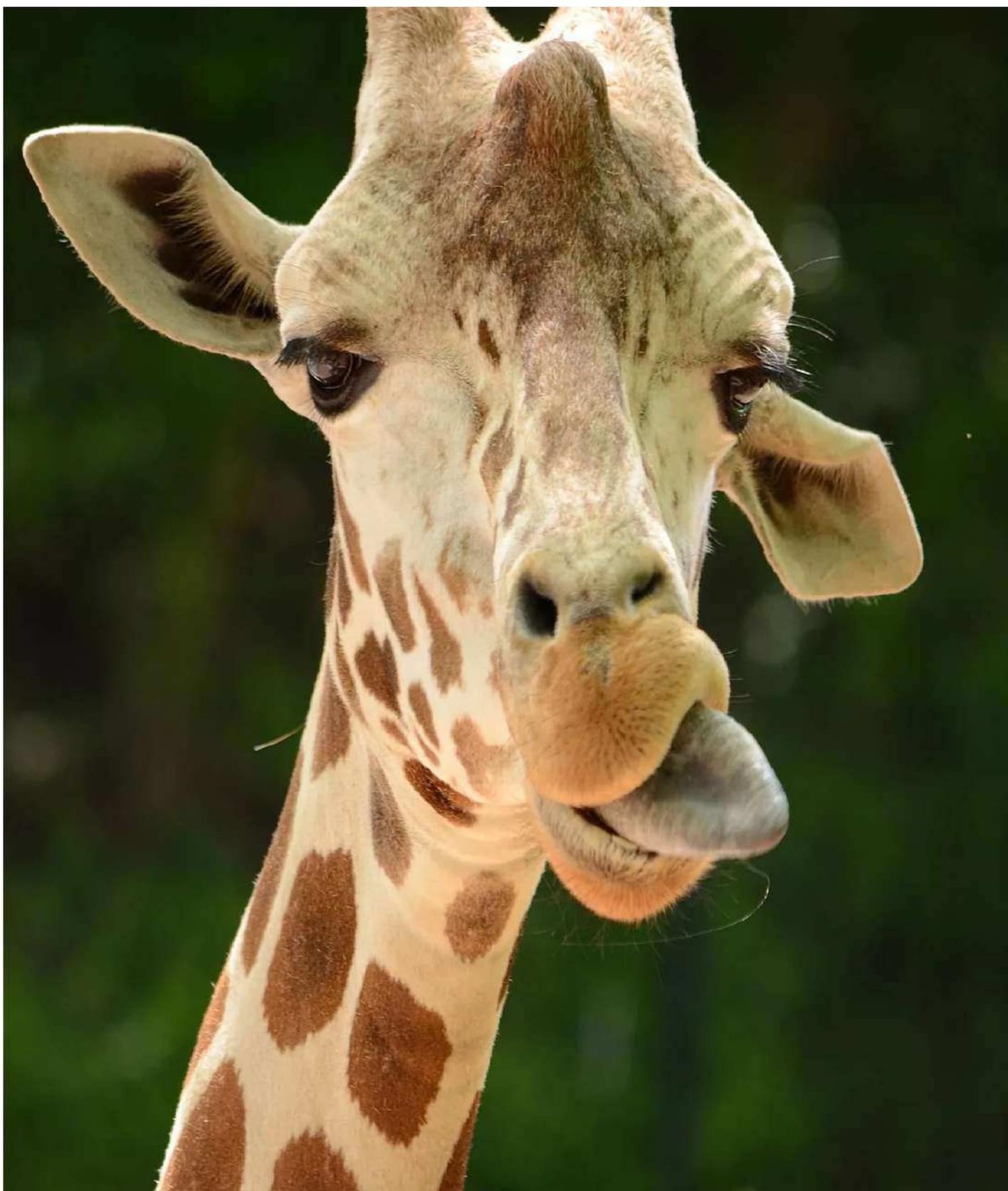


Figura 70 - Garamba e o lar das últimas girafas Kordofan remanescentes na RDC. A população de girafa Kordofan criticamente ameaçada, continua a crescer com mais de 70 indivíduos registrados em 2022. Fonte: Getty Images.



Figura 71 - porta de entrada do arque Garamba: paisagem típica e quilômetros quadrados de natureza selvagem, por arte dos animais e dos homens que os caçam. 2019.

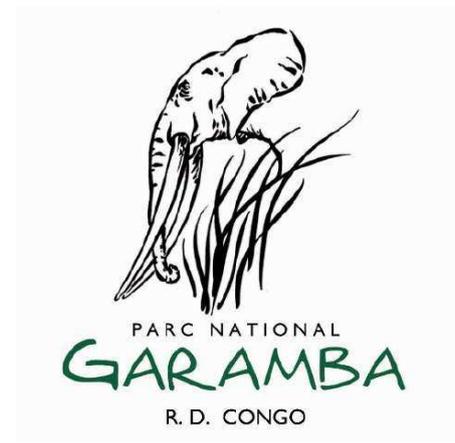


Figura 72 - Parques africanos recorrem à gestão privada para proteger a vida selvagem. Chefe da Polícia do Parque Nacional de Garamba, Major Pascal Adrio Anguezi. A liderança é sempre uma questão fundamental para esses guardas-florestais e em breve estima-se que deva haver treinamento ara novas lideranças. (Foto de Brent Stirton/Getty Images Reportage) 18 de abril de 2019. Figura 73 -Ao lado, logo do Parque de Garamba. 2023



Figura 74 - Guerras do Marfim: como a caça furtiva financia o terrorismo. Lucienne Alebhako Lanzwiwa, viúva do ICCN Ranger, é fotografada em sua casa esparsa no Parque Nacional de Garamba, RD Congo. Lucienne, a época com 41 anos, perdeu o marido, um oficial dos guardas florestais de Garamba do ICCN, em um ataque brutal do LRA ao QG dos guardas florestais em 2 de janeiro de 2009. O marido de Lucienne, Atolobako Vukoyo, foi preso pelo LRA ferido e, junto com outros abduzidos, levado para um de seus acampamentos a uma curta distância. O LRA levou o marido de Lucienne para fazer dele um exemplo. Quando os outros guardas florestais conseguiram encontrar o acampamento do LRA, encontraram apenas pedaços do marido de Lucienne suficientes para caber no caixão de uma criança pequena. O marido de Lucienne não foi o único Ranger morto no ataque. Este é apenas um exemplo de como é perigoso para muitos na linha de frente da conservação. (Foto de Brent Stirton/Getty Images Reportage). Foto de abril de 2014.



Figura 75 - Parques africanos recorrem à gestão privada para proteger a vida selvagem. O subchefe da Polícia de Vida Selvagem, John Dieu Atafo Aloma, é visto dentro da sala de confiscos fazendo um inventário das recentes apreensões. Ele está segurando uma pele de Okapi, duas das quais são visíveis nesta imagem. Este é um animal severamente ameaçado, do qual apenas um punhado permanece. Essas peles foram apreendidas de traficantes que as unidades de inteligência de Garamba rastream e capturaram. Há também uma nova pele de leão e duas peles de leopardo. Todos esses produtos apreendidos serão amostrados e os dados de DNA e SNP serão usados para aumentar o conhecimento sobre a população animal de Garamba. Trata-se de um dos parques mais antigos e complexos da África, com uma história difícil. Por muitos anos, foi um epicentro da caça furtiva de elefantes, com caçadores sudaneses fortemente armados e milícias do Exército de Resistência do Senhor dizimando populações de elefantes e atacando a população local. A African Parks assinou um MOU com o ICCN, a autoridade de conservação do Congo, em 2005. Desde então, vários guardas florestais continuaram a morrer no exercício de suas funções, mas lentamente o parque ganhou força contra caçadores locais e grupos armados estrangeiros. A partir de 2016, a estratégia de aplicação da lei foi completamente reformulada, os guardas florestais foram melhor equipados e a tecnologia tornou-se um componente vital na luta. A caça furtiva de elefantes caiu 50% em 2017 e em 2018 caiu ainda mais. Mais de 1200 elefantes permanecem e mais de 40 deles têm coleiras para fins de monitoramento. (Foto de Brent Stirton/Getty Images Reportage) 18 de abril de 2019.



Figura 76 - Crianças brincam no recreio de uma das escolas mantidas pelas ONGs parceiras do parque de Garamba. 2021.



Figura 77 – Caminhonete que servia ao parque e perfurada por vários tiros em situação de conflito com forças rebeldes e caçadores ilegais. 2022.



Figura 78- Matança de animais tem atingido níveis assustadores, segundo grupos de conservação; maior público consumidor do marfim é o chinês.

Figuras 79, 80, 81 e 82 - de - Cores e vidas entrelaçadas: hipopótamos, manadas de elefantes e de búfalos selvagens,

emolduram o final da tarde no verão do Garamba. Fotos Getty Images. 2019.





www.NaturalWorldHeritageSites.org/Peter Howard



Figura 83 - Manadas de Girafas Kordofan, pastam livres no meio de uma planície do Garamba. Após quase extintas no parque, começam aos poucos a repovoarem a parte central do parque. Foto: Google. 2019.



Figura 84 - Manada de Hipopótamos se mistura ao escuro das águas. Fonte: Google.2015.



Figura 85 - Crianças congolezas rezam em missa da paróquia contigua ao parque. Figura 86 - Guarda parque de prontidão contra a presença de caçadores ilegais. Imagem 87 - Presas de marfim: troféus de uma guerra quase perdida. Foto Getty Image. 2021.

2.2.5 - Parque 4: Reserva da Fauna dos Okapis

Localizada em Ituri, na Província Oriental de Kisangani esta reserva possui uma capacidade de 1.376.200 ha. Criada pelo decreto ministerial N°045/CM/ECN/92 de 2 de maio 1992, é uma reserva natural integral inscrita na lista de Sítios do Patrimônio Mundial da Unesco desde 1996. A Reserva de Vida Selvagem Okapi ocupa cerca de um quinto da Floresta Ituri, no nordeste do

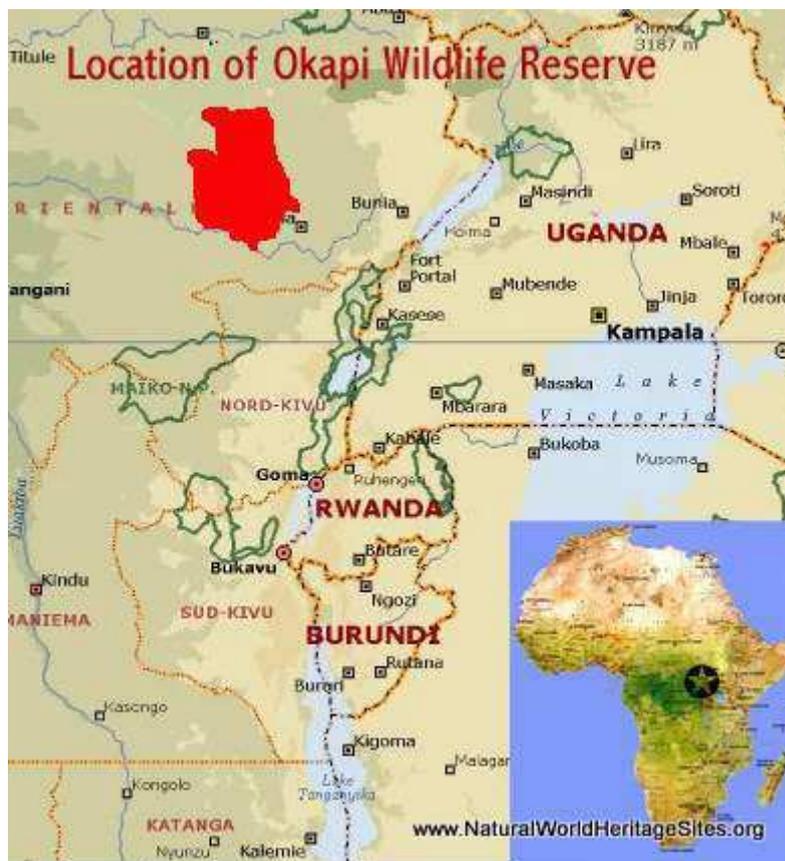


Figura 88 - Domínios da Reserva de fauna dos Okapis. Fonte: Natural World Heritage Site in Danger. 2021.

país. A bacia do rio Congo, da qual fazem parte a reserva e a floresta, é um dos maiores sistemas de drenagem da África. A reserva de vida selvagem é o lar de espécies ameaçadas de primatas e pássaros e cerca de cinco mil okapis, dos trinta mil que vivem na natureza. A reserva também possui locais panorâmicos excepcionais, incluindo cachoeiras em Ituri e Epulu. É habitada por populações nômades tradicionais de pigmeus Mbuti e caçadores Efe.

Sua história se define assim: uma reserva que tem uma consistente vida selvagem dos Okapis comum a flora excepcionalmente diversa e é o lar de muitas espécies endêmicas e ameaçadas, incluindo 1/6 da população de okapis existente. Esta Reserva protege 1/5 da floresta de Ituri, um refúgio do Pleistoceno dominado por uma densa floresta perenifólia de "Mbau" e uma floresta úmida semi-perene que se entrelaça com florestas pantanosas que crescem ao longo dos pátios. Água, com clareiras localmente chamadas de "edos" e inselbergs. Sobre a sua localização biogeográfica, seus biótopos

excepcionalmente ricos e a presença de numerosas espécies raras ou ausentes das florestas de baixa altitude adjacentes, sugerem que a floresta de Ituri provavelmente serviu, durante períodos climáticos anteriores mais secos, de refúgio para os tropicais floresta tropical. Ao norte da Reserva, os inselbergs de granito abrigam uma flora particular especialmente adaptada a este microclima, caracterizada por numerosas espécies endêmicas como o gigante Cycade (*Encephol arcusituriensis*).

A Reserva de Vida Selvagem Okapi cobre cerca de um quinto da antiga Floresta de Ituri no nordeste da RDC – uma área que sobreviveu como floresta tropical durante a última Idade do Gelo e, conseqüentemente, tornou-se um 'centro de endemismo' de onde as espécies se espalharam à medida que o clima esquentava e as florestas se expandiram. É uma área de biodiversidade excepcionalmente alta, com mais espécies de primatas diurnos do que qualquer outra floresta africana e um alto nível de endemismo de espécies. Sua principal reivindicação à fama, no entanto, é ser o lar de cerca de 20% do okapi do mundo - uma extraordinária 'girafa da floresta' descoberta apenas em 1901 e conhecida apenas na RDC. A reserva é habitada por povos tradicionais caçadores-coletores pigmeus das etnias Mbuti e Efe. De acordo com a Avaliação do Perspectiva de Conservação da IUCN (2014), os atributos específicos que qualificam a Reserva de Vida Selvagem Okapi como patrimônio mundial podem ser resumidos da seguinte forma: “trata-se de uma fauna que sobrevive graças a sua excepcionalidade e que por isso necessita ser salvaguardado sob a pena de, caso contrário a, patrocinarmos a extinção de mais uma espécie endêmica” (UNESCO, IUCN/RDC, 2023)

Com cabeça de girafa (é, com a girafa, uma das duas únicas espécies vivas da família dos *giraffidae*), corpo de antílope, patas dianteiras e traseiras listradas de preto e branco como uma zebra, e seu fenomenal lambar (40 centímetros de comprimento), o okapi é um animal cheio de mistérios, quase mítico, às vezes apelidado de unicórnio africano. A sociedade civil congoleza denuncia as licenças concedidas a empresas estrangeiras para a exploração mineira em Ituri, na Reserva de Fauna Okapi (RFO), espécie de mamífero endêmica das florestas da RDC, localizada em Ituri. Esta reserva, classificada como Patrimônio Mundial da Unesco, é explorada desde 2019, nomeadamente pela empresa chinesa Kima Mining. Vários advogados congolezes denunciaram

na terça-feira, 18 de outubro, uma extração mineira que descrevem como "ilegal".

Como área protegida, a Reserva de Vida Selvagem Okapi deve ser preservada de qualquer atividade de mineração. Isso é o que o código de mineração congolês fornece. Como nos lembra Augustin Mpoyi, membro do Conselho de Defesa Ambiental através da Legalidade e Rastreabilidade, acompanhado por Pauline Le Troquier da equipe editorial da África. Ele pede às autoridades que cancelem as licenças emitidas. "É uma clara violação da lei. É mesmo urgente que, a nível governamental, seja tomada uma opção clara no sentido de travar esta exploração que está a prejudicar a imagem do país nesta configuração em que o país se apresenta como parte importante da solução para a crise climática. » O advogado Augustin Mpoyi e seus colegas apontam que as licenças de mineração podem ser canceladas perante o Conselho de Estado. Passos difíceis para as organizações da sociedade civil, porque são caros. Durante a entrevista coletiva na terça-feira, 18 de outubro de 2022, os advogados também declararam que os recursos minerais localizados no território da reserva da RFO eram cobiçados por grupos armados. Uma fonte adicional de preocupação para eles, já que a reserva é o santuário dos últimos okapis. Uma espécie em extinção de acordo com a União Internacional para a Conservação da Natureza.

A Reserva possui 101 espécies de mamíferos e 376 espécies registradas de aves. A população da endêmica Okapi (*Okapia johnstoni*), uma girafa da floresta, é estimada em 5 mil indivíduos. Entre os outros mamíferos endêmicos da floresta nordestina da República Democrática do Congo, identificados na reserva estão também o geneta aquático (*Osbornictis piscivora*) e o geneta gigante (*Genetta victoriae*). A reserva abriga 17 espécies de primatas (incluindo 13 diurnos e 4 noturnos), o maior número para uma floresta africana, incluindo 7.500 chimpanzés (*Pan troglodytes*). Também está listada como uma das áreas protegidas mais importantes da África para a conservação de aves com a presença de muitas espécies emblemáticas como o pavão do Congo (*Afropavocongensis*), bem como muitas espécies endêmicas a leste da República Democrática do Congo.



Figura 89 - Pavão do Congo (Afropavocongensis), fotografado em plena exibição de acasalamento. Reserva de fauna dos Okapi. Fonte: Google Fotos. 2023.

Os esforços pela conservação do patrimônio fazem com que as florestas da reserva estejam entre as mais preservadas da bacia oriental do Congo, e sua área é considerada suficiente para manter sua fauna. Várias e diferentes medidas de proteção e gerenciamento são necessárias ao redor desta reserva, por exemplo: a propriedade é protegida por um status de reserva de vida selvagem. A reserva abriga uma grande população indígena, os pigmeus Mbuti e Efe, para os quais o ecossistema florestal é econômica e culturalmente essencial. Foi proposto um plano de manejo compreendendo três zonas de manejo dentro da Reserva. Tudo isso inclui uma área totalmente protegida de 282.000 ha, compreendendo 20% da reserva onde toda a caça é proibida e uma área de uso tradicional de 950.000 há, na qual a caça auto gerenciada por métodos tradicionais está autorizada para cobrir as necessidades básicas das pessoas populações humanas da Reserva em produtos florestais.

As instalações permanentes e o desmatamento agrícola são autorizadas em uma área de assentamento de 18.000 ha que inclui uma faixa estreita em ambos os lados da estrada nacional quatro, que atravessa o setor central da Reserva, e ao longo de outra estrada secundária que liga Mambasa a Mungbere, no extremo leste do bem. Está planejado que a área totalmente protegida seja

declarada parque nacional. Uma zona tampão de 50 km de largura foi definida ao redor da reserva. Para o Controle da imigração na área de assentamento, do mesmo jeito limitar as invasões agrícolas na área de 10 km de largura localizada ao longo da estrada e garantir o envolvimento das populações indígenas, pigmeus Mbuti e Efe, na gestão da Reserva serão os grandes desafios da gestão desta Reserva. Outra questão fundamental de gestão diz respeito ao controle da caça furtiva comercial e da mineração artesanal. Embora a Reserva se beneficie do apoio de várias ONGs e de financiamento adicional, torna-se imperativo obter recursos humanos e logísticos para garantir a gestão eficaz da propriedade e de sua zona de amortecimento. Afinal, o desenvolvimento de armas modernas e, em particular, o uso sistemático de bombardeios por terra ou ar, ampliou a violência da guerra, que já não se concentra apenas na linha de frente, mas afeta todos os territórios e, na maioria das vezes as espaços naturais onde se encontra os animais, então depois de todas essas destruições e matanças, aparecem várias respostas para preservar o seu patrimônio, alguns sítios tomam medidas mais ou menos radicais, que continuam a ser difíceis de tomar ou programar por razões econômicas. Essas medidas abrangem ações como: incentivar o turismo responsável e sustentável; regular aluguel temporário para manter a população local; impor taxas para limitar escalas curtas de passageiros turísticos que se degradam sem contribuir em nada para a economia; limitar o acesso por cotas; além de proibir o acesso ao local de visitas.

A ideia de que o patrimônio deve ser preservado goza atualmente de consenso global, sendo inclusive objeto de cooperação internacional. No entanto, os meios de preservá-lo não são óbvios: a preservação muitas vezes esbarra em questões geopolíticas e interesses econômicos. Em cada etapa da corrente patrimonial, os atores patrimoniais são obrigados a ter em conta múltiplos constrangimentos para procurar um compromisso ou um equilíbrio em que a proteção e valorização dos bens culturais ou naturais não sejam percebidas como um travão à economia ou ao desenvolvimento nacional.

Percurso imagético da Reserva dos Okapi

(Todas as Imagens utilizadas neste percurso foram destacadas dos sites da Getty Images, Google fotos e Natural World Heritage Sites in Danger)

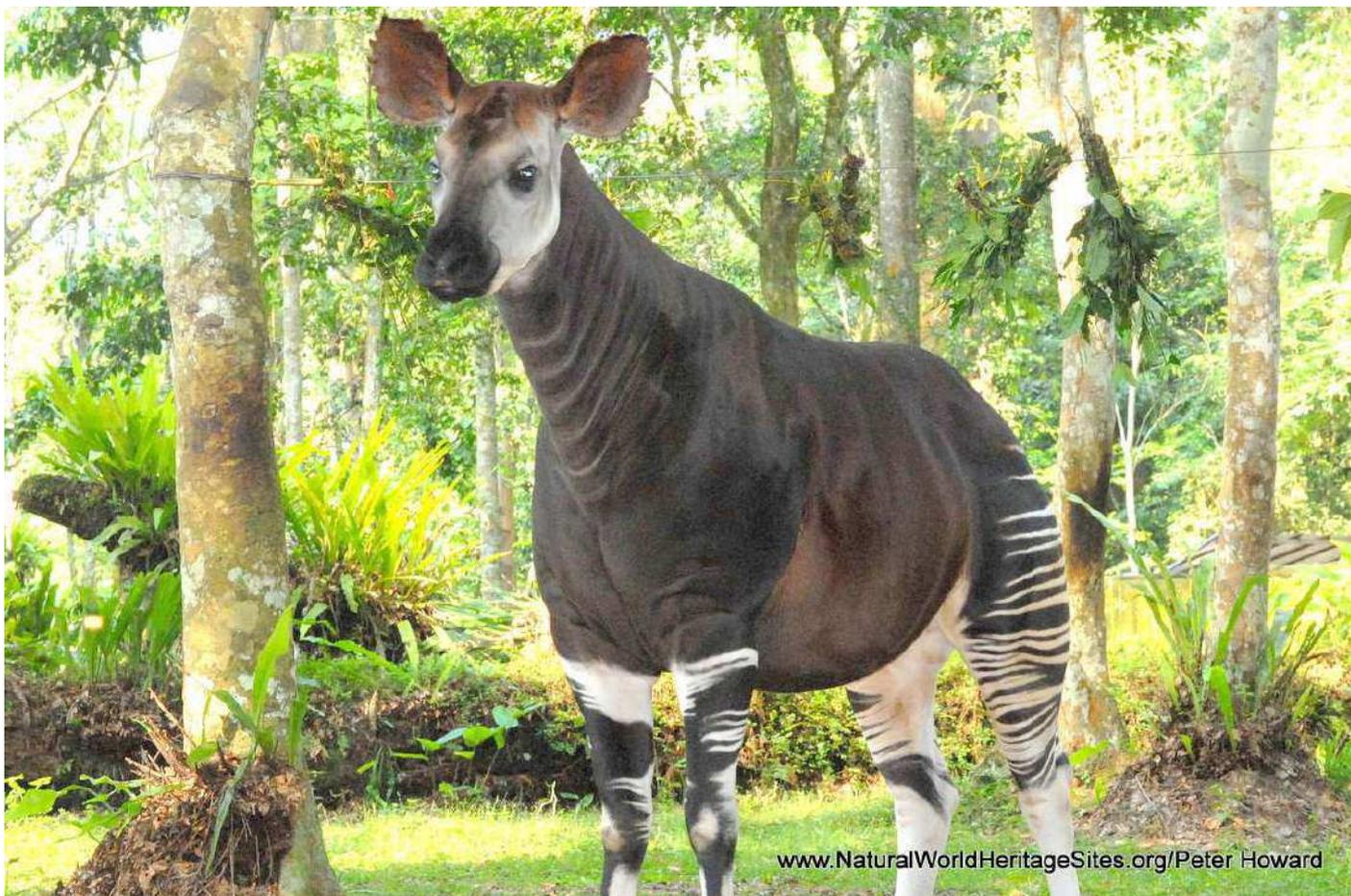




Figura 90 -ONGs e governo se juntam em iniciativas publico-rvadas objetivando a preservação da reserva. 2021.

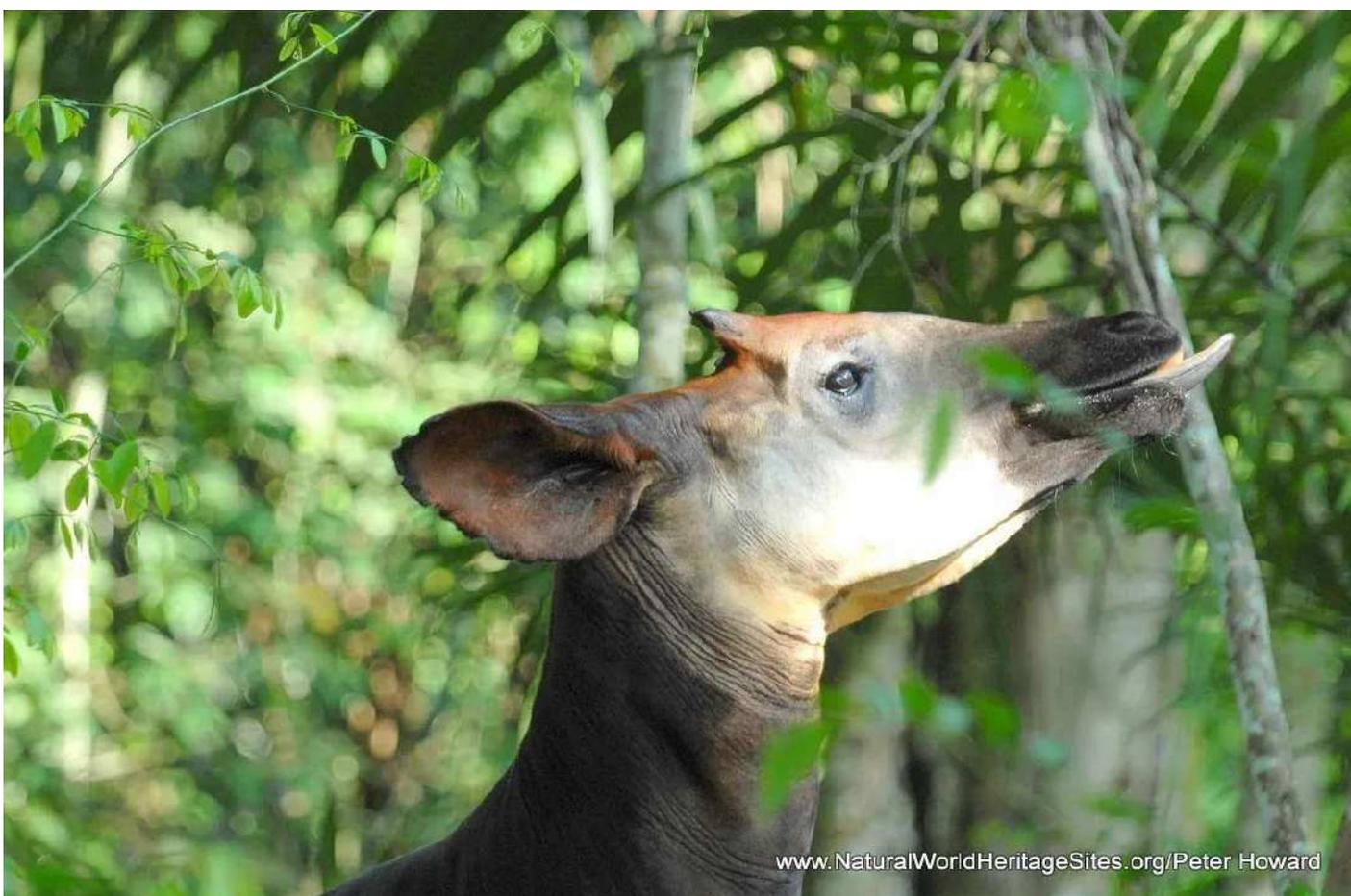


Figura 91 - Uma das lacas de identificação na entrada da reserva, em língua Lingala. Instituto de defesa da natureza congoleza. 2021.



[www.NaturalWorldHeritageSites.org/Peter Howard](http://www.NaturalWorldHeritageSites.org/PeterHoward)

Figuras 92 e 93 - rimo direto das girafas, os restam menos de uma centena de milhares ao redor do mundo.2021.



[www.NaturalWorldHeritageSites.org/Peter Howard](http://www.NaturalWorldHeritageSites.org/PeterHoward)

Figuras 94 a 101 - Moradores da reserva dos Okapi,
em plena extração de sua sobrevivência. 2021





[www.NaturalWorldHeritageSites.org/Peter Howard](http://www.NaturalWorldHeritageSites.org/PeterHoward)



[www.NaturalWorldHeritageSites.org/Peter Howard](http://www.NaturalWorldHeritageSites.org/PeterHoward)



[www.NaturalWorldHeritageSites.org/Peter Howard](http://www.NaturalWorldHeritageSites.org/PeterHoward)



[www.NaturalWorldHeritageSites.org/Peter Howard](http://www.NaturalWorldHeritageSites.org/PeterHoward)



[www.NaturalWorldHeritageSites.org/Peter Howard](http://www.NaturalWorldHeritageSites.org/PeterHoward)



[www.NaturalWorldHeritageSites.org/Peter Howard](http://www.NaturalWorldHeritageSites.org/PeterHoward)

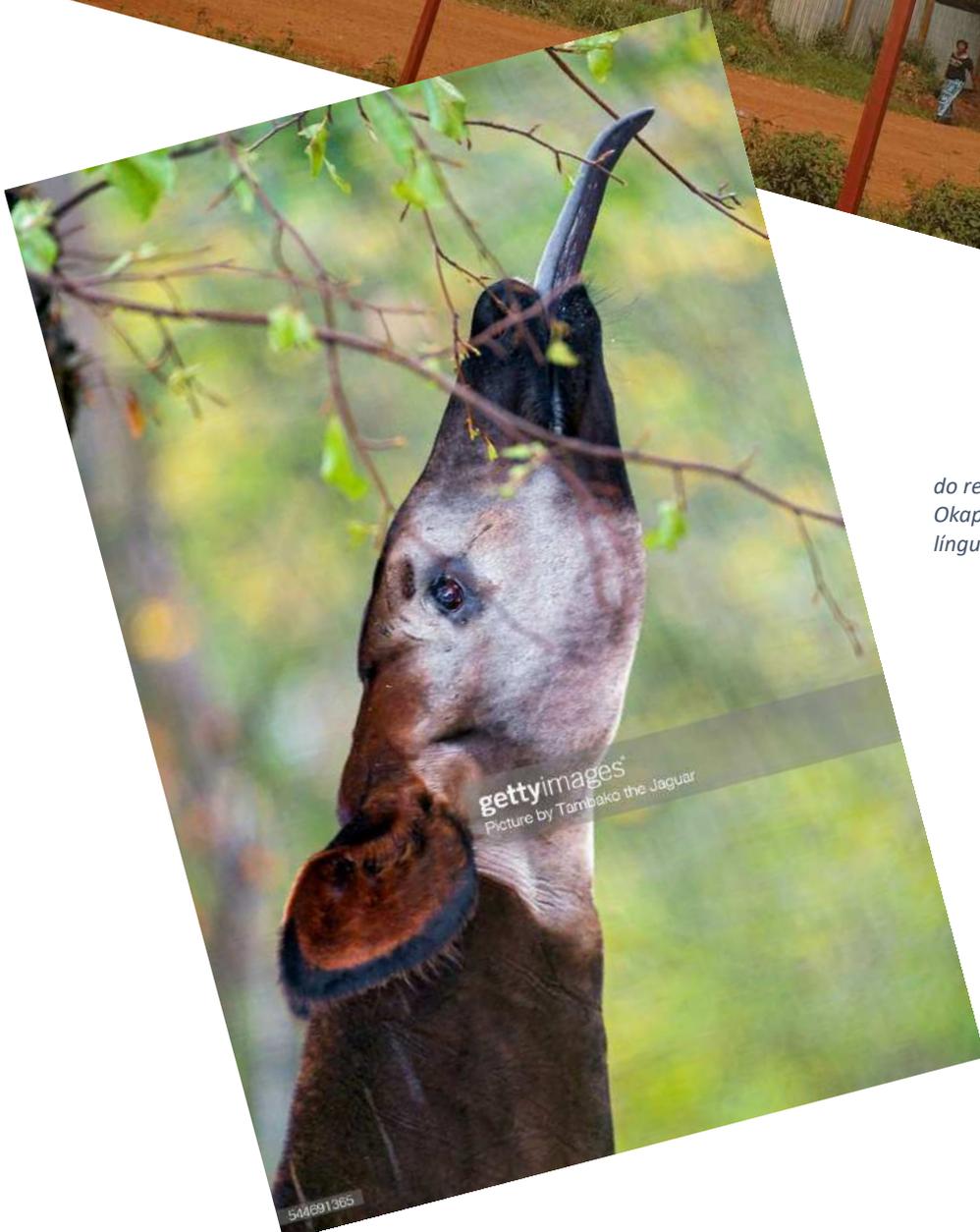


[www.NaturalWorldHeritageSites.org/Peter Howard](http://www.NaturalWorldHeritageSites.org/PeterHoward)

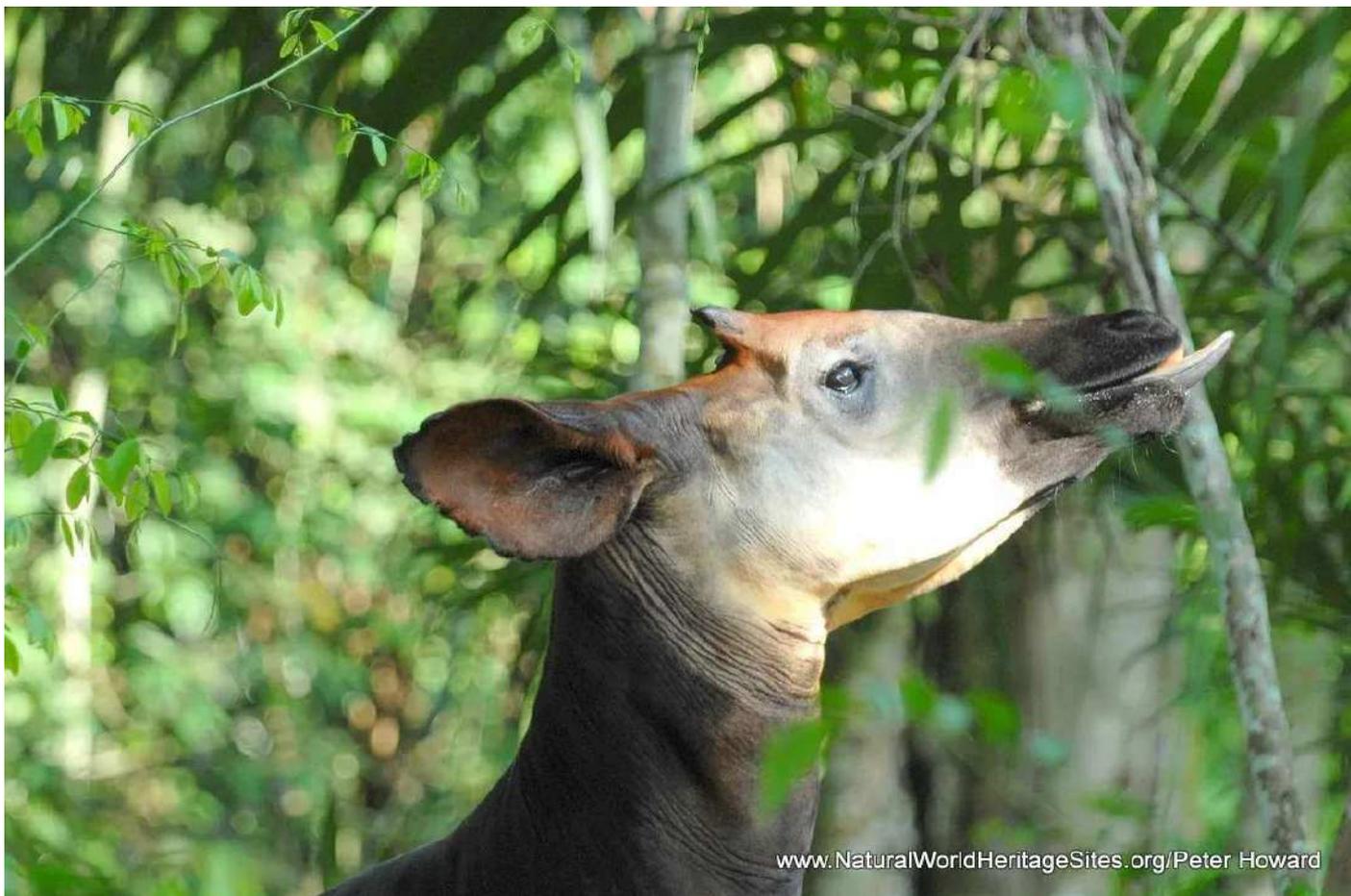
Figuras 102 e 103 - Na densa floresta, os moradores se encontram meio a fabulosa biodiversidade. Acima, detalhe da floresta tropical congoleza. Abaixo, um guarda da reserva, observa uma trilha de Okapis. 2021.



Figuras 104 e 105 - Acima, moradores da reserva caçam o almoço. Abaixo, curso d'água serpenteia o vale da reserva. 2021.



Figuras 106 e 107 – Acima, entrada do reserva em foto de 2018. Ao lado esquerdo, Okapi se esforça para alcançar uma folha. Sua língua chega a medir cerca de 25 cm.



Figuras 108 e 109 - Detalhe do protagonista... Getty Images - Mark Newman. Abaixo, longe da RDC, Kibali, um okapi do Zoológico de Marwell perto de Winchester, Hampshire, recebe um bolo especialmente assado da tratadora Debbie Kill em seu aniversário de 30 anos. Acredita-se que ele seja o Okapi sobrevivente mais antigo do mundo. (Foto de Chris Ison - PA Images/PA Images via Getty Images). Okapi Birthday Zoo.



830399080

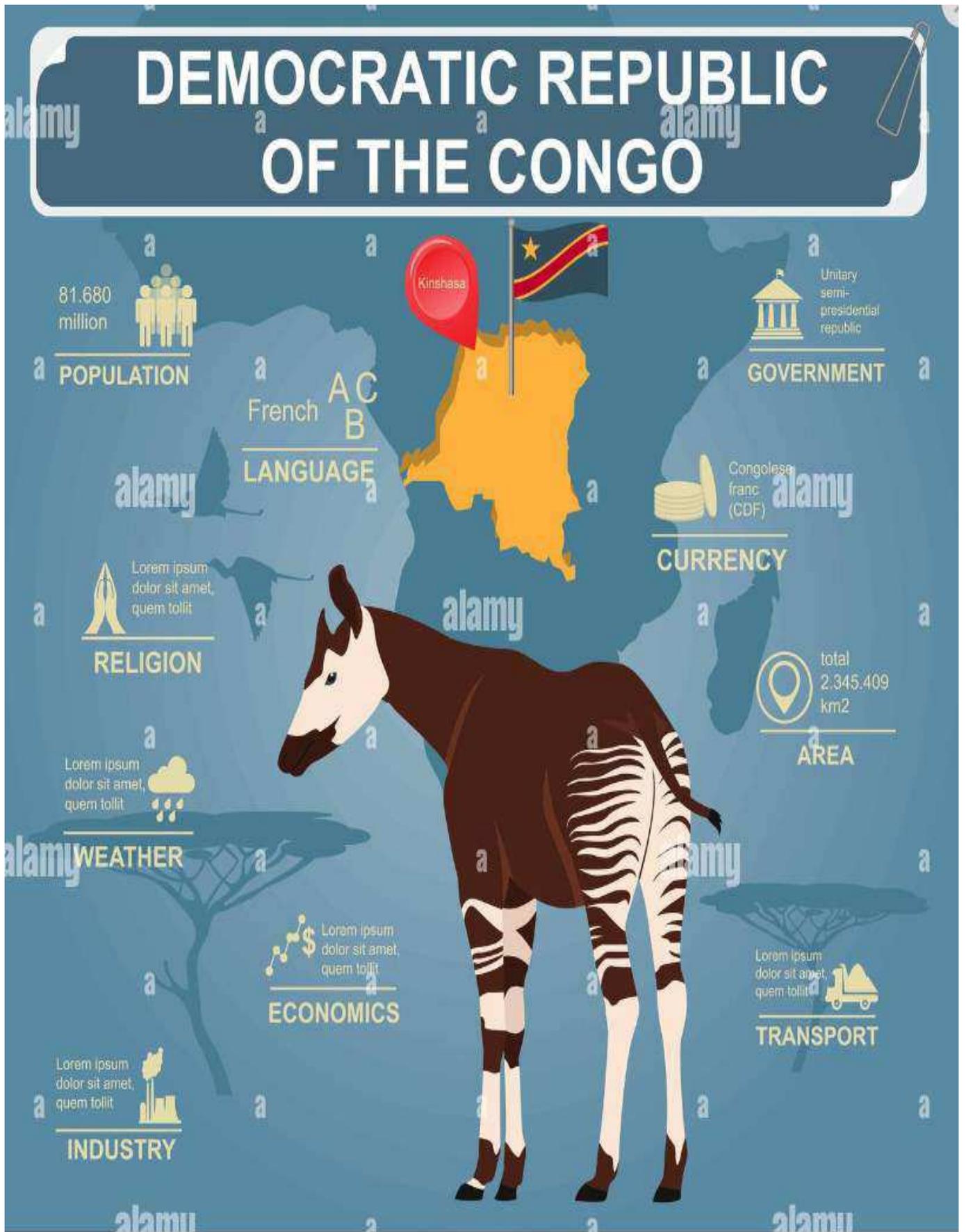


Figura 110 - Diagrama mostrando os Okapi no centro da questão ambiental. Mineração, desmatamento, industrialização, mudança climática. 2021.



[www.NaturalWorldHeritageSites.org/Peter Howard](http://www.NaturalWorldHeritageSites.org/PeterHoward)



2.6 – Parque Nacional de Solonga – um ponto fora da curva



Figura 112- Domínios do parque de Solonga, retirado da lista em 2021.
Fonte: Natural World Heritage Site in Danger. 2021.

Patrimônio mundial desde 1984, situado entre dois estados, de Kassai e de Equateur (Equador), este parque nacional possui uma área de 36.000 km². O Parque Nacional da Salonga é considerado a maior reserva de floresta tropical da África. Retirado da lista do Patrimônio Mundial em Perigo, recentemente, em 19 de julho de 2021, em reconhecimento aos esforços empreendidos

para preservá-lo, o monitoramento regular da vida selvagem mostrou que as populações de bonobos permanecia estáveis apesar das pressões passadas e que a população de elefantes da floresta começou lentamente a se recuperar. Considerado um tesouro natural situado no centro da Bacia do rio Congo, este parque é a maior área protegida de floresta úmida e densa do continente africano, quando as duas seções separadas do parque são levadas em consideração. Muito isolado e acessível apenas por água, este vasto parque (3.600.000 ha) abriga a evolução de importantes espécies e comunidades de espécies em uma área florestal que ainda está relativamente intacta.

Também desempenhando um papel fundamental na regulação do clima e sequestro de carbono, a floresta constituinte do parque faz parte de um habitat de várias espécies endêmicas ameaçadas de extinção, como o chimpanzé anão (Bonobo), o pavão do Congo, o elefante da floresta e o gavião africano e o chamado "falso crocodilo". Alguns dos critérios de preservação do parque ajudaram na sua consolidação e permanência: a) o Parque Nacional de Salonga

representa um dos raros biótipos absolutamente intactos ainda existentes na África Central. Também inclui vastas áreas pantanosas e matas de galeria quase inacessíveis, que nunca foram exploradas e que podem, portanto, ser consideradas como praticamente intocadas; b) outra característica que define o Parque de Solonga é sua fauna e flora únicas, constituindo um exemplo de evolução biológica e adaptação de formas de vida em um ambiente complexo de floresta equatorial. A grande área do parque garante a evolução contínua das espécies e comunidades de espécies em uma floresta que ainda está relativamente intacta.



Figura 113 - Detalhe de uma das entradas do parque. Foto do autor, 2018.

O Parque Nacional de Salonga foi criado em 1970, com uma área de 3.334.600 ha, e está dividido em dois setores (Norte e Sul) por um corredor externo ao parque com cerca de 40 quilômetros de largura. O parque é um dos maiores do mundo e sua área é grande o suficiente para fornecer habitats viáveis para sua flora e fauna. O fato de que o parque estar atualmente dividido em duas zonas distintas sugere que se devam providenciar corredores biológicos na lacuna não classificada entre estes dois setores, de forma a criar uma ligação ecológica contínua entre estas duas zonas. Cerca de um terço do setor sul do parque é o lar de grupos de pigmeus, e algumas das terras são reivindicadas por habitantes locais. Os limites da propriedade estão intactos graças à existência

de rios importantes que constituem limites naturais precisos e reconhecidos, apesar da presença de algumas aldeias dentro dos limites do parque.

Salonga é administrado pela portaria lei 70-318 de 30/11/1970 e lei 69-041 de 28/08/1969, relativa à conservação da natureza. Tem seis setores administrativos: Monkoto, Mondjoku, Washikengo, Yoketelu, Anga e Mundja que ainda não possuem uma infraestrutura imobiliária substancial. A autoridade habilitada e da sua gestão é o Instituto Congolês para a Conservação da Natureza (ICCN). O parque deve ter um plano de manejo, ainda que exista um Comitê de Coordenação do Local (COCOSI) que, pelo menos uma vez por ano, reúna os parceiros de apoio ao local, o gestor do local e seus colaboradores. No momento da sua inscrição, como patrimônio mundial, constatou-se que o Parque Nacional de Salonga tem estado sob pressão, como a caça furtiva e o corte de vegetação pela população local. Carece de uma estrutura de gestão, de pessoal qualificado em número suficiente e de um plano de gestão. O futuro do parque não pode ser assegurado sem o fortalecimento urgente das estruturas de gestão e dos fundos disponíveis.

Entre os problemas de gestão que requerem atenção de longo prazo, é necessário destacar a caça furtiva pelos métodos tradicionais e, mais recentemente, pelos militares com armas de guerra modernas; pressão humana e ocupação pelos Yá Elima na parte sul e pelos Kitawalistas no norte com impactos resultantes como incêndios, desmatamento para estabelecimento de plantações de alimentos, corte de lenha para aquecimento, colheita de mel e fabricação de canoas, a contestação dos limites do parque pela população em determinados locais; o tráfico comercial de carne de caça; extração de madeira por indivíduos na parte sul; e a poluição das águas do parque com produtos tóxicos usados para a pesca ilegal.

A integração das comunidades locais estabelecidas no corredor não classificado entre os dois setores do parque é uma condição importante e deve ser programada por meio da gestão participativa dos recursos naturais. A vigilância é realizada pelos guardas através de patrulhas regulares e é necessário garantir que os números aumentem em longo prazo para monitorar e administrar com eficácia essas áreas enormes e de difícil acesso. A parceria com organismos internacionais e a busca de fundos suficientes para a

conservação efetiva do patrimônio também deve ser fortalecida, inclusive idealmente por meio da criação de um “Fundo Fiduciário” (Trust Fund).



Figura 114 – rios serpenteiam a baixa do Salonga. Foto de KimS.Gjerstad.WHC.Unesco.2018.

Diferentes tipos e atividades são exercidas no Parque: como a Conservação da biodiversidade em áreas de conflito armado e a preservando dos sítios do Patrimônio Mundial na República Democrática do Congo. A partir dessas necessidades foi criado o Fundo de Resposta a Emergências (RRF), órgão responsável pelo fortalecimento da segurança nos Parques Nacionais na República Democrática do Congo, iniciado em 8 de setembro de 2015.

A Unesco decidiu remover o Parque Nacional de Salonga de sua lista de Patrimônio Mundial em Perigo devido a melhorias em seu estado de conservação. O anúncio foi feito pela Unesco em um comunicado à imprensa publicado em 19 de julho.

“O Comitê do Patrimônio Mundial, que está se reunindo online há alguns dias, decidiu remover o sítio de sua Lista do Patrimônio Mundial em Perigo. Cobrindo uma área de 36.000 quilômetros quadrados, o parque é a maior reserva de floresta tropical da África. Muito isolado e acessível

apenas por água, está localizado no coração da bacia central do rio Congo e abriga um mosaico de ambientes onde evoluiu uma rica biodiversidade. Existem, portanto, várias espécies endêmicas, incluindo o pavão do Congo, o elefante da floresta, o falso gavião africano e o Bonobo". (UNESCO, 2021)

Ao todo são cinquenta espécies de mamíferos, mais de 200 pássaros, cerca de 120 peixes e centenas de espécies de plantas em suas paisagens 95% cobertas por florestas. Pelas suas características marcantes, o parque nacional criado em 1970 foi inscrito na Lista do Patrimônio Mundial em 1984. Quinze anos depois, em 1999, a Unesco o incluiu em sua Lista do Patrimônio Mundial em Perigo devido à seguinte consideração: a guerra civil que atingiu parte do país, a caça furtiva e a instalação de moradias na região. O recente anúncio da Unesco é, portanto, uma boa notícia para o Parque Nacional de Salonga. A comissão justificou a sua decisão pelas melhorias introduzidas no seu estado de conservação. "A gestão do parque tem melhorado muito, principalmente no que diz respeito ao fortalecimento das medidas de combate à caça furtiva", afirmou a entidade no seu comunicado. Quanto ao monitoramento regular da vida selvagem mostra que as populações de bonobos permanecem estáveis dentro da propriedade apesar das pressões do passado e que a população de elefantes da floresta começou lentamente a se recuperar". As duas espécies ainda são classificadas como "em perigo" e "criticamente em perigo" pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).

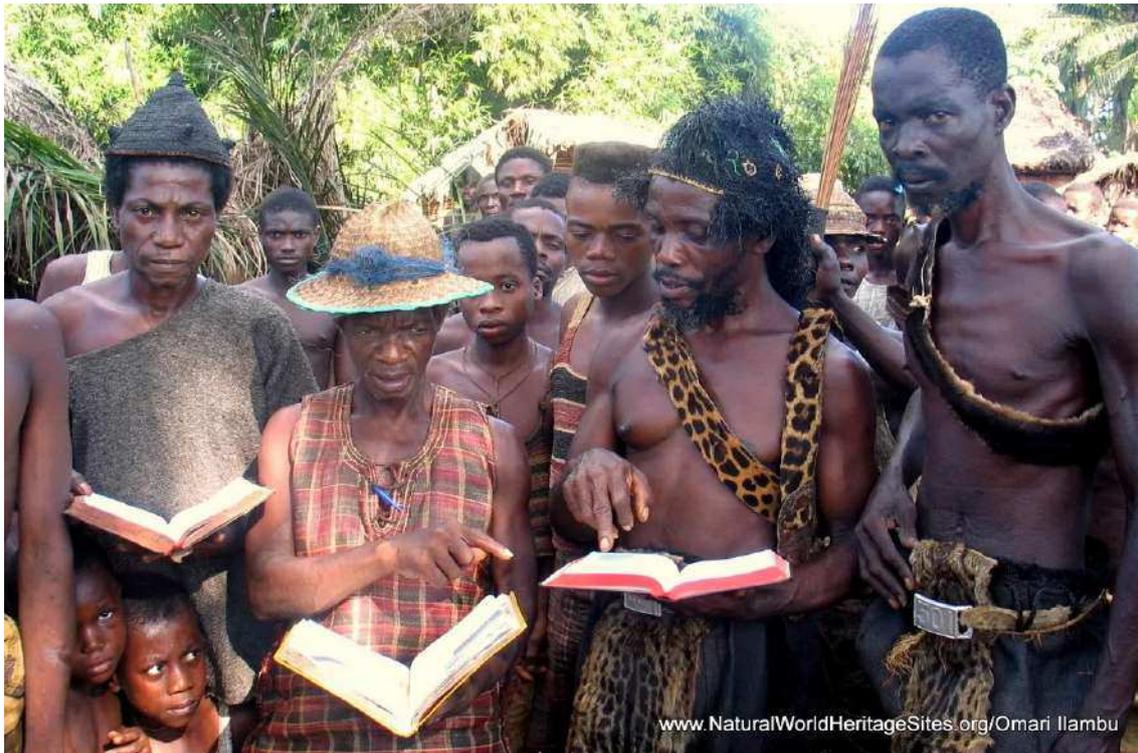


Figura 115- Comunidade interna ao arque de Salonga. Unindo esforços para a sustentabilidade do parque. 2019.

O Parque Salonga não é apenas o lar de ecossistemas preciosos. Mas, também contém grandes quantidades de petróleo, cuja exploração é exigida há muitos anos. Em dezembro de 2018, o presidente Joseph Kabila assinou um decreto formalizando a intenção de explorar o petróleo nos parques de Virunga e Salonga. Desde então, o governo congolês não parece ter renunciado totalmente. Até junho de 2021, quando as autoridades explicaram que as concessões de petróleo relativas ao Parque Nacional de Salonga eram nulas e sem efeito. "O Comitê do Patrimônio Mundial acolheu o esclarecimento prestado pelas autoridades nacionais", especificou a Unesco. O Ministério do Meio Ambiente congolês, por meio de seu porta-voz Isaac Moussa, disse estar "encantado" com a decisão do comitê. Segundo comentários repetidos pela Agência France Presse (AFP), esta iniciativa proporcionou "a oportunidade de repensar a gestão das turfeiras com vista a quantificar a sua capacidade de absorção de carbono emissões" (MOUSSA, AFP, 2021).

A Bacia do Congo é, de fato, o lar do maior conjunto de turfeiras do mundo, estendendo-se por cerca de 145.000 quilômetros quadrados. De acordo com um estudo divulgado em 2017 pelo Greenpeace, eles poderiam armazenar cerca de 30 bilhões de toneladas de carbono, o equivalente a três anos de emissões globais de CO₂. O World Wild Fund (WWF), que co-administra o

Parque Nacional de Salonga desde 2015 com o Instituto Congolês para a Conservação da Natureza (ICCN), também saudou esta retirada. “Esta decisão é um reconhecimento ao enorme trabalho realizado pelas Autoridades políticas e militares também os agentes da preservação trabalhando no Parque Salonga da República Democrática do Congo (RDC) e por todos os parceiros do parque ao longo de muitos anos”. O trabalho e boa conservação dos guardas e outras entidades nacionais e internacionais foram importantes para retirada deste parque na lista do patrimônio em perigo.¹

Também em Salonga, a IUCN foi informada pelo ICCN que a caça furtiva descontrolada de elefantes e bonobos, a falta de equipamento anti-caça furtiva, o número insuficiente de guardas e a formação inadequada destes guardas são os principais obstáculos à proteção eficaz do local. Apesar de tudo e das dificuldades enfrentadas pelos estados onde se encontra o parque, das quais destacam-se as guerras civis, a caça, o desflorestamento, podemos dizer que o Parque tem sua integridade bem conservada e desde então continua ser um patrimônio mundial de grande valor pelo o mundo e pela República Democrática do Congo.²

Após apresentarmos os parques, discutiremos a seguir, os desafios de sua preservação e apontaremos possibilidades de compreensão sobre seu processo de deterioração, buscando responder algumas questões seminais e tomando como suporte alguns Tratados Internacionais e a violação de suas bases por parte de alguns países africanos, sobretudo a RDC.

¹As informações contidas nesta parte foram extraídas dos seguintes documentos: Relatório de consulta sobre a situação das áreas protegidas e escritórios de ligação de ICCN (Robert K. Mwinyihali, 2006); Planos de gerenciamento do site onde eles existem Áreas protegidas da África francófona (Gérard Sournia, 1998); Cédric Vermeulen et al., 2006. A Herdade Bombo Lumene: uma área natural em perigo nas fronteiras de Kinshassa Parques e Reservas; Voo 61 #2. Bertrand Chardonnet, 2010. Relatório da missão ao Parque Nacional Kahuzi-Biega, República Democrática do Congo. Decretos ou leis ministeriais e outros documentos de gestão do parque.

² Ver: <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/wwf-no-parque-nacional-de-salonga-na-rdc-tortura-assassinato-e-estupro-coletivo/>

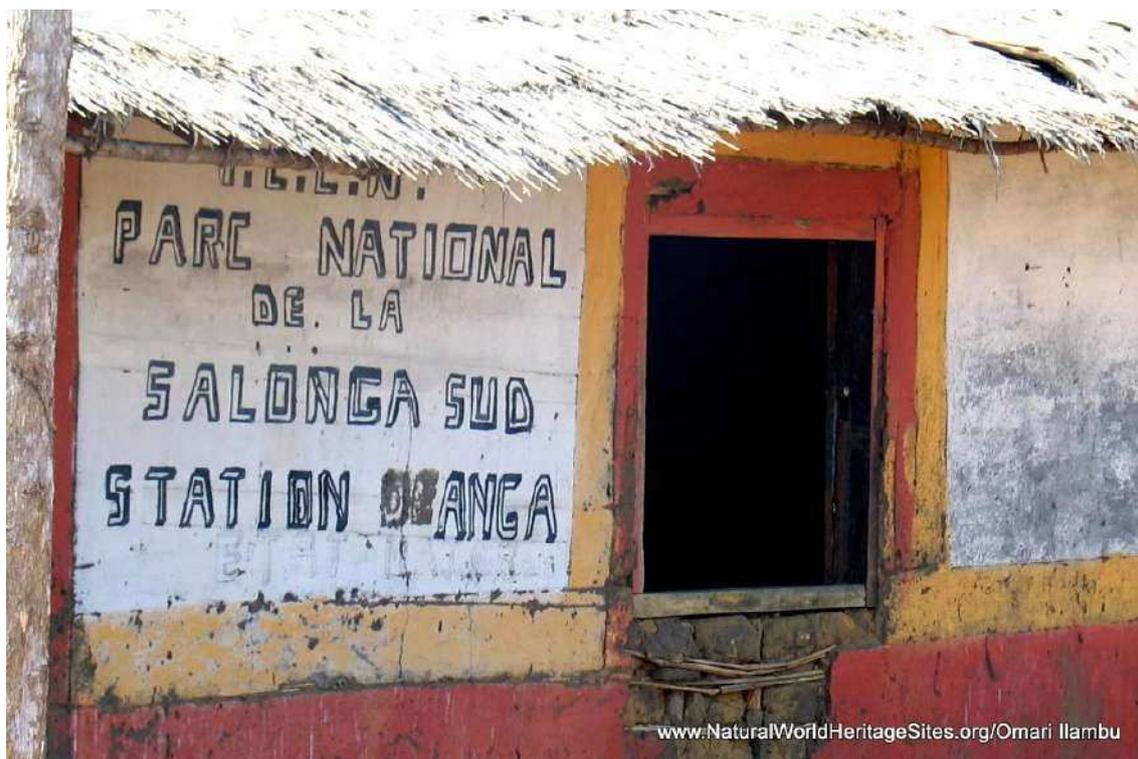


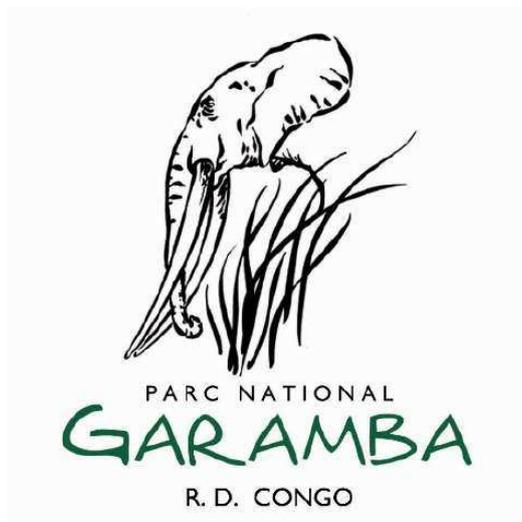
Figura 116 - Cabana de recepção dos visitantes do arque de Salonga. 2019. (antes de ser retirado da lista dos patrimônios em perigo, ocorrido em 2021).



SALONGA
CONSERVATION
INITIATIVE

Logos dos patrimônios naturais mundiais congolezes da lista em perigo

Marcas de resistência



Capítulo III

Projeções e sugestões de salvaguarda: os atores da preservação, entraves e soluções

“O sucesso da estratégia de preservação dos patrimônios naturais congolezes dependerá principalmente da dinâmica entre os Estados Partes envolvidos e os parceiros envolvidos. Para garantir a sua implementação, esta estratégia consistirá na organização de atividades de capacitação dos atores, a fim de desenvolver um estado de conservação desejado e implementar as medidas corretivas necessárias. A RDC é uma bomba relógio que precisamos desarmar”.

(Lazare Eloundou Assomo, Unesco, 2022).

“Outra exigência imperativa é de que a história (a natureza e a cultura) da África devem pelo menos ser vistas de dentro, não sendo medidas por régua de valores estranhos... Mas essas conexões têm que ser analisadas nos termos de trocas mútuas, e influências multilaterais em que algo seja ouvido da contribuição africana para o desenvolvimento da espécie humana”.

J. Ki-Zerbo, História Geral da África, vol. I, p. LII.

Os dois trechos selecionados como epígrafes deste capítulo são, em essência, o resumo das projeções e sugestões de salvaguarda dos parques patrimônios mundiais congolezes listados em perigo pela Unesco. O material adquirido pelas entrevistas realizadas com interlocutores privilegiados será, neste capítulo, analisado à luz da seguinte pergunta: **o que foi realizado em termos de preservação e salvaguarda sobre os Patrimônios Mundiais da República Democrática do Congo?** Para respondermos a esta questão é preciso, primeiramente, desmistificar o binômio patrimônio/natureza, compreendendo-o para além da chave da ambivalência. Queremos com isso dizer que, conforme nos mostra (Larsen, 2015, Larsen e Wijesuriya, 2017), houve, por vários anos, um chamado para desmistificar a divisão natureza/cultura na prática da gestão do patrimônio, incluindo a propriedade do patrimônio mundial, trazendo as pessoas para o centro dessa prática de gestão.

A visão integrada dos argumentos apresentados neste terceiro capítulo leva em consideração que existem alguns centros de valoração da preservação da natureza que merecem ser melhor compreendidos o Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauo de Bens Culturais (ICCROM), em

parceria com a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN)³, são dois desses organismos que merecem atenção especial. Com certeza que existem diferentes Regras de conduta essenciais para preservar os parques ecológicos e naturais de acordo com o ICCROM, porém, cada unidade a preservar tem suas normas específicas, de acordo com as características ambientais. em alguns casos, raras os parques ecológicos são unidades de conservação com vegetação e fauna sensíveis por isso, o respeito a normas de conduta é uma forma de garantir o uso da área sem prejuízos para a biodiversidade.

Neste caso, a salvaguarda começa com uma etapa do projeto de recategorização dos parques administrados pelo Instituto Congolês do meio Ambiente (IUCN). As normas de cada parque são definidas por meio de plano de manejo. O documento a ser elaborado teria que observar os novos critérios para recategorização das unidades. A retirada de vegetação e a caça de animais são proibidas em qualquer unidade de conservação. Ainda assim, há quem insista em descumprir a determinação, exposta em placas e letreiros. O cuidado dos agentes dos parques deve ser constante para evitar a destruição do ecossistema. Infelizmente, há quem insista em descumprir a determinação. Outra prática vetada é, por exemplo, alimentar os animais dos parques e para evitar isso teria a construir pontos de separação e proteção da espécie animal.

São as próprias pessoas que afugentam a fauna local. O parque só pode ter um portão de entrada para facilitar o controle do acesso e os usuários precisam estar atentos às práticas sustentáveis, sendo fundamental que a comunidade entenda as razões pelas quais as unidades de conservação são criadas. As unidades de proteção não são estabelecidas apenas pelo lazer, mas pela vocação, pelo interesse ambiental. O patrimônio Natural é a categoria da Conservação que tem como objetivo preservar a integridade de um elemento natural único, de extrema raridade ou beleza cênica, como, por exemplo, cachoeira, rochas e cânion, mata, animais, e também podem ser constituídas de áreas particulares se houver compatibilidade entre o objetivo de conservação da unidade e a utilização da terra e dos recursos naturais do local.

³ O Ministério dos Negócios Estrangeiros e Ambiente da Noruega, em consonância com esses dois organismos, iniciou um programa que coloca Pessoas-Natureza-Cultura como um amálgama no centro da gestão do patrimônio.

A visitação pública e as atividades científicas são permitidas nas unidades do grupo de proteção integral, mas devem seguir as normas estabelecidas pelo órgão administrador da unidade ou dos Parques, segundo um Plano de Manejo, e demais regulamentos. Entre os principais objetivos da preservação do Patrimônio natural dos parques também estão: a preservação dos sítios espeleológico, paleontológico e arqueológico; o incentivo de pesquisa científica, educação ambiental, prática da escalada e turismo ecológico; a preservação e a proteção da fauna e da flora; a conservação e recuperação ambiental e a manutenção das atividades rurais existentes, de acordo com seu Plano de Manejo. Na República Democrática do Congo existe uma lei para proteger a exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, para manter a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável. Um dos instrumentos que mais colaboram para este feito é a ação contínua de mapeamentos da biodiversidade local. A Red List da IUCN é um desses fundamentais instrumentos.

3.1 - A Red List dos animais ameaçados

A Red List de Espécies Ameaçadas da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), (lista que subsidiou a escolha do comitê do patrimônio mundial a indicar os patrimônios naturais congolezes na listada Unesco), tem mais de 134.000 espécies identificadas, das quais mais de 37.400 estão em perigo de extinção. Esta lista constitui-se num dos principais indicadores da saúde do planeta e a RDC depende muito dos indicadores desta lista. Desde sua primeira publicação, em 1964, a Lista classifica cada espécie em estudo em nove categorias, a saber: Não Avaliadas; Deficientes em Dados; Menos Preocupantes; Quase Ameaçadas; Vulneráveis; Ameaçadas; Criticamente Ameaçadas; Extintas na Natureza e Extintas.

As menos preocupantes são: "não avaliado", "dados insuficientes" e "menos preocupante". Aqui, estão três categorias de espécies ameaçadas: "vulneráveis", "em perigo" e "em perigo crítico". Finalmente, existem as espécies "extintas na natureza", ou simplesmente "extintas". A classificação em uma das três categorias de ameaça de extinção é realizada de acordo com cinco critérios baseados em diferentes fatores associados ao risco: tamanho da população,

taxa de declínio, área de distribuição geográfica, grau de população e fragmentação da distribuição. Para os especialistas, esses critérios não são muito flexíveis, quando se trata de avaliar o status de uma espécie específica. As Categorias e Critérios da Lista Vermelha da IUCN pretendem ser um sistema fácil e amplamente compreendido para classificar espécies com alto risco de extinção global. Depois de classificados, os estudos são submetidos aos especialistas, antes de serem transmitidos para uma Autoridade da Lista Vermelha competente para a espécie em questão. Após serem revisados, são submetidos ao Departamento de Lista Vermelha da UICN e, uma vez aprovados, são integrados à nova atualização da lista.

As espécies mais bem documentadas são, segundo a UICN, aquelas encontradas em ecossistemas terrestres, sobretudo, florestais. Já os peixes são relativamente pouco conhecidos. A Lista Vermelha da IUCN nos mostra onde e quais ações precisam ser tomadas para salvar os blocos da natureza da extinção. Ele fornece uma maneira direta de levar em consideração as necessidades de biodiversidade nos processos de tomada de decisão, fornecendo uma riqueza de informações úteis sobre as espécies. A Lista Vermelha da IUCN também serve para informar políticas, convenções e decisões tomadas por Acordos Ambientais Multilaterais. É frequentemente usada como um guia para revisar os anexos de acordos internacionais importantes, como a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas (CITES) e a Convenção sobre Espécies Migratórias (CMS).

De acordo com David Attenborough: “A Lista Vermelha da IUCN nos diz onde devemos nos preocupar e onde as necessidades urgentes são para fazer algo para impedir a espoliação deste mundo. É uma ótima agenda pelo trabalho dos conservacionistas.”⁴ Quando se usa o termo “Ameaçado” na Lista Vermelha da IUCN, isso significa que a espécie se enquadra em uma das três categorias abaixo: “Criticamente em Perigo”, “Em Perigo”, ou “Vulnerável”. A União Internacional para a Conservação da Natureza é um Corpo governante de locais protegidos e reúne mais de 1250 organizações, incluindo 84 governos

⁴ ATTENBOROUGH, AFP, Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/onu-homenageia-david-attenborough-com-premio-na-categoria>. 2022.

nacionais, 112 agências de governo e um grande número de organizações não-governamentais (ONGs) nacionais e internacionais, e cerca de dez mil membros individuais, que são cientistas e especialistas.

3.2 - A prevalência dos países periféricos na constituição das listas em dos patrimônios mundiais em perigo

No ranking dos países que mais possuem patrimônios mundiais em perigo, a República Democrática do Congo perde apenas para a Líbia (na África) e a Síria (no Oriente Médio). Isso significa que a RDC é terceiro país do mundo em quantidade de bens em perigo, de acordo com a Unesco. Enquanto a Líbia possui cinco sítios nesta situação e que entraram para essa lista nada seleta todos em 2016 (Sítio Arqueológico de Cirene; Sítio Arqueológico de Leptis Magna; Sítio Arqueológico de Sabratha; Cidade Velha de Ghadamès; Locais de arte rupestre de Tadrart Acacus) a Síria assinala a entrada de seus bens desde 2013, também em função da guerra civil que assolou o país e que possibilitou a ascensão de grupos radicais que destruíram parte significativa do espólio cultural material do país, dos quais destacamos: Cidade Antiga de Aleppo; Cidade Antiga de Bosra; Cidade Antiga de Damasco; Aldeias Antigas do Norte da Síria; Crac des Chevaliers e Qal'at Salah El-Din e Sítio de Palmira.

Diferentemente dos sítios da Líbia e da Síria que entraram na lista dos patrimônios em perigo, devido sobretudo ao conflito armado e quase todos em bloco, os parques naturais da República Democrática do Congo, entram nesta listagem paulatinamente, ao longo da década de 1990, conforme a deterioração democrática, dos conflitos internos e da mineração desenfreada que agiram no país. Conforme destacado várias vezes, ao longo dessa pesquisa, destacam-se nesta listagem: o Parque Nacional de Virunga, admitido em 1994; o Parque Nacional da Garamba (1996); o Parque Nacional Kahuzi-Biega (1997) e a Reserva de Vida Selvagem de Ocapí (1997). Por isso que o Continente Africano e em particular a República Democrática do Congo deverão colaborar com parceiros e instituições internacionais trabalhando pelo bem da salvaguarda.

Em 2022, celebrou-se o cinquentenário da Convenção do patrimônio mundial, de Paris (1972), tempo e oportunidade de olhar para o futuro e para as questões das mudanças climáticas, além, é claro, de uma melhor representação

regional dos sítios nas listas do patrimônio mundial em ascensão e em perigo. A Rede Global do Patrimônio Mundial⁵, cujo o objetivo é formar parte de uma comunidade internacional interconectada em prol do Patrimônio Mundial para conhecer, valorizar e divulgar o patrimônio cultural, natural e imaterial da humanidade, e também desenvolver habilidades e competências socio emocionais, atua como catalisador de valores como a cidadania global, a paz, o respeito, a sustentabilidade e a responsabilidade social. Trabalhar a inovação, as tecnologias e a criatividade passou a ser o lema dessa rede que desenvolve sua própria metodologia de educação patrimonial. Ela também ajuda a aumentar a conscientização sobre os efeitos das mudanças climáticas nas sociedades humanas e na diversidade cultural, na biodiversidade e nos serviços ecossistêmicos, bem como no patrimônio natural e cultural global.

Para o camaronês, Lazare Eloundou Assomo, Diretor Geral do World Heritage Centre, órgão diretivo da Unesco para o Patrimônio Mundial: “(...) hoje, uma das prioridades da Unesco é o Patrimônio Mundial na África” (ASSOMO, 2022). Hoje, a África subsaariana representa apenas cerca de um décimo dos sítios inscritos, ao passo que tinha um terço dos 12 sítios inscritos quando a Lista foi criada em 1978. Ao mesmo tempo, os sítios africanos representam quase 40% dos sítios ameaçados inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e devem ser melhor protegidos. Nos próximos anos, o patrimônio africano deve finalmente ser reconhecido por sua importância e relevância histórica, humana e natural.

Verifica-se claramente a superficialidade da crítica ao colonialismo que a rigor deveria ser mais explícita por parte do diretor do patrimônio mundial, não apenas por ser um africano, mas, sobretudo por ser absolutamente fundamental a compreensão e implementação de políticas de reparação promovidas pela Unesco. O órgão até vem tentando timidamente estabelecer alguns mecanismos, mas muitas vezes esbarra na pouca representatividade de países africanos em seus comitês centrais. Exemplo disso se deu em 9 de maio de 2022, quando a Unesco organizou uma reunião com alguns membros para discutir a retirada de propriedades africanas da lista do Patrimônio Mundial em Perigo. O encontro foi uma oportunidade para apresentar a estratégia de desenvolvimento do estado de conservação desejado

⁵ Formar parte de uma comunidade para trabalhar valores como a cidadania *global*, a paz, o respeito do meio Ambiente.

para a retirada de um bem da Lista do Patrimônio Mundial em Perigo (DSOCR6) na região de África (2021-2025), elaborada pela própria Unesco, com a Assessoria de órgãos como os já apresentados ICCROM, ICOMOS, IUCN e o Fundo do Patrimônio Mundial Africano (AWHF). Mais de noventa participantes dos 11 Estados Partes envolvidos (República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Guiné, Quênia, Madagascar, Mali, Níger, Senegal, Uganda e República da Tanzânia participaram, incluindo gerentes de seus respectivos sítios.

O Embaixador da África do Sul, Tebogo Seokolo; da Noruega, Per Egil Selvaag, e o Diretor Executivo do Fundo do Patrimônio Mundial Africano (AWHF), Souayibou Varissou discutiram uma oportunidade para os principais atores da África trocarem informações com a Unesco e os órgãos consultivos sobre o processo de desenvolvimento de um DSOCR e medidas corretivas associadas. De acordo com Tebogo Seokolo: “a força deste rascunho de estratégia é que ele leva em consideração as situações específicas de cada um dos sítios”. Seokolo lembrou também que “a responsabilidade primária de cuidar e preservar os locais é do Estado Parte”. Em contrapartida, Per Egil Selvaag afirmou que “a comunidade internacional deve unir esforços para enfrentar as ameaças aos sítios do Patrimônio Mundial, juntamente com os deveres e ações direcionadas dos Estados Partes envolvidos, além do compromisso político, a capacidade institucional e a solidariedade; tripé necessário para implementar plenamente a Convenção do Patrimônio Mundial e fazer bom uso das ferramentas disponíveis”.

Ainda neste encontro, Lazare Eloundou Assomo, Diretor do Patrimônio Mundial da Unesco sublinhou que:

O sucesso desta estratégia dependerá principalmente da dinâmica entre os Estados Partes envolvidos e os parceiros envolvidos. Para garantir a sua implementação, esta estratégia consistirá na organização de atividades de capacitação dos atores dos Estados Partes envolvidos, a fim de desenvolver um estado de conservação desejado e implementar as medidas corretivas necessárias. (ASSOMO, 2022).

⁶ Comissão de Desenvolvimento subsaariana da região oeste.

Como temos destacado ao longo deste texto, por diversas vezes, as falas do Diretor do patrimônio mundial, se mostram por vezes anódinas, por vezes até mesmo ingênuas e não atacam o centro das questões patrocinadas por décadas de colonialismo. As propriedades do Patrimônio Mundial da África enfrentam uma variedade de ameaças, desde conflitos armados até pressões de desenvolvimento, rápida urbanização, crescimento e mudanças climáticas, várias dessas propriedades estão localizadas em áreas de conflito e pós-conflito, o que cria desafios muito específicos para conservação e proteção. O impacto das mudanças climáticas constitui cada vez mais um desafio adicional de conservação. Outras ameaças significativas que afetam o estado de conservação de uma série de propriedades incluem gestão e fatores institucionais como estruturas de governação inadequadas, ineficácia ou falta de planos de gestão, bem como sistemas de gestão inadequados, pressão crescente de projetos de desenvolvimento incompatíveis com valores patrimoniais, falta de capacidades, usurpação, e, por fim, insustentável dos recursos naturais. Até o presente momento, as propriedades identificadas não desenvolveram um plano de manejo ou DSOCR. No entanto, é importante destacar a força política desta reunião, que potencializa a mudança significativa dos fatores que levaram esses países a entrarem nesta lista de patrimônios em perigo.

Ao definir objetivos e parâmetros de referência claros, o Centro trabalha cooperativamente para alcançá-los seguindo um DSOCR estabelecido e um conjunto de medidas corretivas, incluindo um cronograma para sua implementação. Desde que a Noruega ingressou no Comitê do Patrimônio Mundial em 2017, aumentou significativamente seu apoio à implementação da Convenção do Patrimônio Mundial da Unesco. O financiamento fornecido pelo governo norueguês ao Fundo do Patrimônio Mundial é dedicado à preservação de sítios do Patrimônio Mundial na África, em particular sítios naturais do Patrimônio Mundial inscritos na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo ou sítios sob séria ameaça.⁷ Esse financiamento norueguês permite ao Centro do

⁷ Para saber mais acessar:

<https://whc.unesco.org/fr/actualites/2387/>;

<https://whc.unesco.org/fr/actualites/2441/>;

<https://whc.unesco.org/fr/actualites/2387/>;

Patrimônio Mundial da Unesco desenvolver e implementar, juntamente com os Estados Partes e outros parceiros de conservação, diversas atividades ambiciosas destinadas a preservar sítios naturais, culturais e mistos na África. Projetos apoiados pela Noruega visam dar uma contribuição importante para a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os projetos implementam estratégias e práticas que contribuem para a gestão eficaz e equitativa dos sítios do Patrimônio Mundial, apoiam o bem-estar humano e a inclusão social das comunidades locais e desenvolvem a capacidade dos praticantes e instituições do patrimônio na África.

3.3 - Metodologias de preservação in loco: o que a RDC tem feito para preservar seu patrimônio mundial em perigo?

Objetivando a salvaguarda dos parques foi instaurado um processo de análise sobre os problemas decorrentes dessa situação de devastação da biodiversidade da República Democrática do Congo. Uma equipe de avaliação foi formada, composta por seis especialistas com quem tivemos contato. Destaca-se neste grupo: Isaac Moussa, do Projeto da agência de gestão da vida selvagem e áreas protegidas da República Democrática do Congo; Eulalie Bashige da (FFI =Fauna and Flora International); Christine Tam do World Wide Fund for Nature – WWF; Benjamin Balongelwa do Instituto Congolês da Conservação da Natureza; Béatrice Chataignere e Bora Masumbuko, da IUCN/PACO, (programa de áreas protegidas).

De acordo com a metodologia empregada neste projeto de preservação da natureza, os gestores e administradores tinham o conhecimento necessário para fornecer dados suficientes e confiáveis. Utilizada e desenvolvida pelo World Wide Fund for Nature (WWF) e o RAPPAM⁸ criou-se um método para avaliação rápida e estabelecimento de prioridades de gestão para áreas protegidas. Aliada à ferramenta de monitoramento de áreas protegidas desenvolvida pelo Banco Mundial, o WWF: Management Effectiveness Tracking Tool (METT), a estrutura de avaliação dessa metodologia foi desenvolvida pela Comissão Mundial de Áreas Protegidas (CMAP). Eles fornecem aos tomadores de decisão uma ferramenta para avaliar rapidamente a eficácia geral da gestão de áreas

⁸Avaliação Rápida e Priorização do Manejo de Unidades de Conservação.

protegidas em um país ou região em desenvolvimento particular, para então poder tomar decisões ad hoc para melhorar as práticas de gestão.

A Metodologia RAPPAM permite as seguintes propostas enumeradas: Identificar os pontos fortes e fracos da gestão; Analisar a extensão, gravidade, prevalência e distribuição de uma variedade de Ameaças e pressões; Identificar áreas onde a importância e a vulnerabilidade ecológica e social são Altas; Indicar a urgência e prioridade a ser dada à conservação das áreas protegidas; Auxiliar no desenvolvimento e priorização de intervenções políticas, medidas adequadas e de acompanhamento, para aumentar a eficácia da gestão das áreas protegidas.⁹

3.3.1 - Entre a metodologia e ação prática da preservação

Os parques da RDC tiveram seu acesso na lista do patrimônio em perigo, sobretudo, devido à guerra civil, à extensão da caça furtiva e ao desflorestamento. Um plano de resgate para esses quatro sítios foi estabelecido em mais uma reunião com autoridades congoleesas e a Unesco, visando resolver o problema. A IUCN sendo um órgão consultivo independente do Comitê do Patrimônio Mundial para sítios naturais, havia decidido convidar não apenas o governo da República Democrática do Congo e a comunidade internacional, mas também as indústrias extrativas a unir seus esforços para acabar com a constante degradação desses sítios excepcionais. Organismo responsável pela avaliação e monitoramento desses locais desde a inscrição de Virunga em 1979, o IUCN, observou que, embora a situação em alguns locais, dentro desses patrimônios tenha melhorado, em outros, em particular o Parque nacional de Virunga, lar do gorila da montanha, estava enfrentando novas ameaças, incluindo aquelas relacionadas à exploração de petróleo e gás.

⁹ Essa metodologia consiste de cinco etapas Etapa **1**: Determinar o escopo da avaliação; **2**: Avaliar as informações existentes para cada área protegida; **3**: Administrar o Questionário de Avaliação Rápida; **4**: Analisar os resultados; **5**: Identifique os próximos passos e recomendações. Ao final, o relatório leva em conta os elementos apresentados e discutidos por esses atores no curso do workshop, e não reflete necessariamente uma Imagesm estritamente conforme a realidade. Esse viés é, no entanto, mitigado pela mistura de participantes (Estado, gestores, ONGs, cientistas) durante o workshop e através do trabalho de facilitação e revisão realizado pelos avaliadores. Ver: <http://www.papaco.org>.

Os quatro sítios do Patrimônio Mundial na República Democrática do Congo possuem importância global e suas situações exigem também uma resposta global: um compromisso político mais forte do governo do país e da comunidade internacional para salvar esses locais excepcionais dos quais dependem grandes populações. É como se fala na República Democrática do Congo: “os sítios naturais mais preciosos do mundo são frequentemente os mais vulneráveis”.

Aimé Nianogo, Diretor do Programa da IUCN para a África Central e Ocidental afirma que: “Agora temos a oportunidade de mudar a situação e devemos aproveitá-la; caso contrário, corremos o risco de perder não apenas espécies icônicas, mas também ecossistemas florestais inteiros, que fornecem os bens e serviços necessários para a sobrevivência de 30 milhões de pessoas na África Central” (NIANOGO, 2022) Essa declaração foi proferida pelo IUCN junto com as autoridades da República Democrática do Congo e da Unesco, já que a IUCN é a maior e mais antiga organização ambiental do mundo com mais de mil membros, governos e ONGs, e cerca de onze mil especialistas voluntários, em cerca de 160 países. Para realização de suas atividades, a instituição utiliza uma equipe de mais de mil funcionários em sessenta escritórios e é apoiada por centenas de parceiros nos setores público, privado e ONGs em todo o mundo. Ela é o órgão consultivo independente do Comitê do Patrimônio Mundial para o patrimônio natural.

Outro exemplo de agente dedicado ao serviço da conservação e proteção dos parques na República Democrática do Congo é o Curador do Parque Nacional de Virunga, o belga Emmanuel de Merode, personagem que foi vítima de uma emboscada. Único estrangeiro com poderes judiciais na RD do Congo, o Príncipe de Merode, que tem a patente de Coronel, acabava de apresentar ao Ministério Público de Goma um processo contra a empresa britânica Soco, acusada de realizar explorações desavergonhadas a empresas petrolíferas no parque, com o apoio de Kinshasa, mas contrariando todos os compromissos internacionais do Congo em termos de meio ambiente.

Segundo o Emmanuel de Merode: “Quem não quer ser um guarda de parque é aquele quem não quer o bem do parque.” Especialmente quando este mede 7.900 quilômetros quadrados e abriga uma biodiversidade excepcional, sendo uma das mais ameaçadas do mundo por guerras e instabilidade crônica.

Nomeado curador do Parque Nacional de Virunga, em 2008, pelo ICCN (Instituto Congolês para a Conservação da Natureza), este antropólogo belga de 43 anos sabia que o desafio seria, em suas próprias palavras, “assustador”. No dia 15 de abril de 2014, por volta das 16h, bandidos esperavam que seu veículo 4x4 passasse na estrada que leva ao seu quartel-general em Rumangabo, para embosca-lo. Três balas o atingiram no estômago e nas pernas. Transportado de moto, depois de carro para Goma, foi evacuado para Nairobi (Quênia), onde se recuperou dos ferimentos. Será que ele vai voltar ao seu posto? Questionavam-se à época pessoas vinculadas à preservação dos parques no Congo. "Ele é corajoso, com moral de aço. Não é do tipo que bate em retirada", garantiu o Deputado Federal MR François-Xavier de Donnea, administrador da fundação que dirige este parque fundado no reinado do rei Albert I.

Filho do príncipe Charles-Guillaume de Merode e da princesa Hedwige de Ligne, duas principais das famílias da sociedade belga, Emmanuel casou-se com Louise Leakey, paleontóloga anglo-queniana, com quem teve duas filhas, Seiya (10 anos) e Alexia (8 anos), à época. Sua família não o acompanhou até o caldeirão congolês. "É difícil garantir 100% de proteção do Diretor do Parque nacional de Virunga (...) Talvez, tenhamos que restabelecer as escoltas ou usar carros blindados.", reconhece François-Xavier de Donnée. Criando um espírito de corpo dos guardas. Sua primeira preocupação foi criar um espírito de corpo quase militar. Ele convocou os ex para-comandos belgas¹⁰ para sua equipe de 400 guardas florestais, que sofreram perdas terríveis desde 1996.

Se o parque reabrir timidamente para os visitantes, será graças a esses congolezes que permaneceram lutando pela preservação, mesmo que contra todas as probabilidades. "Nem sempre são os grandes pensadores ou os grandes líderes que fazem a diferença, às vezes são os mais humildes, os sem voz, as pessoas nas sombras", disse de Merode em uma conferência em Genebra em 2011. Infelizmente, percebe-se que mais de uma década depois, quase nada foi modificado.

¹⁰ Soldados aposentados do Reino da Bélgica, quem ficam ao serviço do Rei e sua Familiares.



Figura 117- Emmanuel de Merode: Foto de: Luanne Cadd. Fonte: Getty Images. 2018..



Figura 118 - O líder rebelde Nkunda com o Conservador Emmanuel de Merode.. Getty Images. 2018.

Emmanuel de Merode conseguiu convencer o líder rebelde Laurent Nkunda a deixá-lo retomar suas atividades no parque após invasão do grupo rebelde de M23. Belga de coração, mesmo que só tenha descoberto o seu país

aos 12 anos, Emmanuel de Merode passa frequentemente por Bruxelas, nomeadamente para se reportar à Comissão Europeia que financia os seus projetos. Em 2012, (há uma década, portanto) esse ativista com um típico sotaque britânico veio falar sobre as ações da empresa Soco nos corredores do Parlamento Federal. "Muito discreto, não queria que ninguém soubesse de sua chegada", lembra o deputado do CDH Georges Dallemand, nascido e criado no Congo. Dado o recorrente ao pouco ou menor financiamento do parque, desenvolveu um site para angariar fundos. Isso lhe permite aumentar o mínimo de subsistência que o parque recebe da União Europeia. Seu trabalho também incluiu a promoção de briquetes de biomassa para substituir o carvão, cuja produção destrói a floresta. Durante seu juramento, Merode disse: "A intensidade do conflito dentro e ao redor do parque o torna um desafio assustador, mas é um grande privilégio trabalhar ao lado de uma equipe tão dedicada e corajosa de guardas florestais. Tenho verdadeira confiança em nossa capacidade de garantir um futuro para o parque para garantir que ele dê uma contribuição positiva para a vida do povo de Kivu do Norte". (MERODE, 2012)

Outro episódio que cumpre retratarmos foi a participação da ex Diretora-Geral da Unesco, Irina Bokova, e a Representante Especial Adjunta do Secretário-Geral da ONU, Leila Zerrougui. Na ocasião Zerrougui asseverou:

"Embora os desafios sejam enormes, nada afetará a determinação do Sistema das Nações Unidas de continuar a apoiar o Governo da República Democrática do Congo nos seus esforços nesta área", sublinhou durante esta reunião. Um desejo também manifestado pelo Diretor-Geral da Unesco. "A proteção, em primeiro lugar, e a renovação ecológica desses locais, então, são da maior prioridade". (Zerrougui, 2015)

De acordo com Irina Bokova, "o dilema entre preservação e exploração (da natureza) ganha todo o seu sentido quando um país foi devastado pela guerra, mas as soluções existem. Cabe a todos nós explorá-los". Acontece que nesta reunião a atual ex diretora geral da Unesco manifestou o desejo de que os quatro parques congolezes saíssem rapidamente da lista de sítios do Patrimônio Mundial em perigo, pois para ela, esses parques "são os símbolos e a alma da República Democrática do Congo e que as gerações futuras deveriam poder vir

por muito tempo para tirar dela os recursos morais dos quais o Congo de amanhã emergirá”. (BOKOVA, 2015)

Os perigos gerados pelas guerras causaram uma situação que levou à inclusão de todos estes sítios na lista do Patrimônio Mundial em Perigo. Além disso, a MONUSCO (a missão da ONU na República Democrática do Congo) está até hoje auxiliando o governo no âmbito do programa STAREC¹¹ para restaurar a autoridade do Estado no Leste do país isso deveria conseguir e permitir, a médio prazo, desenvolver algumas capacidades no domínio da proteção do patrimônio. A mesma missão militar da ONU na República Democrática do Congo também está fortemente envolvida junto ao governo na luta contra a exploração ilegal de recursos naturais. Elas estão se organizando a abrir cinco centros comerciais (cidades ou campos de exércitos) no Kivus e os Centros terão como objetivo limpar o setor de mineração e cortar grupos armados de uma importante fonte de renda.

Este projeto piloto da ONU foi alinhado com os esforços mais globais em termos de preservação do patrimônio. Ao final, graças ao apoio logístico da MONUC na altura, os agentes da conservação da natureza conseguiram, no dia 27 de abril 2011 transportar quatro bebês gorilas para o santuário zoológico da reserva Tayna, em Kasugho, no território de Lubero em Norte Kivu na República Democrática do Congo. Deve-se antes de tudo lembrarmos as inúmeras destruições dos monumentos históricos e artísticos causados pela guerra na República Democrática do Congo. Esta situação apresentou problemas difíceis de financiamento e especialização, exigindo a implementar o mais rapidamente possível de uma cooperação genuína entre as autoridades nacionais para a reconstrução ou restauração desses patrimônios. Encontramos, assim grande atenção particularmente concedida pela Unesco ao que mais tarde será incluído no termo de proteção e preservação do patrimônio mundial. Sobre a proteção do patrimônio vimos que em sua Constituição a Unesco já falava em “patrimônio universal”, e a noção de “patrimônio comum da humanidade “foi mencionado muito cedo.

¹¹ É um plano ou programa do governo para inverter a situação e garantir que a “agricultura e a agroindústria retomem o seu lugar”. Necessidade de ter os agricultores, pequenos e grandes, que utilizem meios e métodos modernos para reforçar a produtividade agrícola no País”

A própria expressão "patrimônio mundial" poderia até ter sido usada antes. No entanto, de acordo com Russell Train, que era então o presidente da "Conservation Foundation" nos Estados Unidos e que deve ser considerado um dos principais "pais" da Convenção, foi em Washington em junho de 1965, foi durante uma conversa com Joseph Fisher, presidente de "Resources for the Future", que nasceu a ideia de um patrimônio mundial identificado sob o conceito legal de "World Heritage Trust" e compreendendo bens culturais e sítios naturais. Tal ideia e o conceito foram endossados por um "Comitê de conservação e desenvolvimento dos recursos naturais", em uma conferência na Casa Branca sobre a cooperação internacional, no qual também participou o futuro presidente da UICN o Sr. Harold Coolidge. O "World Heritage Trust" deveria estimular essa cooperação, a fim de identificar e desenvolver, a beneficiar todos os cidadãos atuais e futuros, a descobrir e conhecer os mais belos locais naturais e históricos do mundo inteiro. Na verdade, a principal preocupação de tal comitê sobre os recursos naturais obviamente diziam respeito apenas só aos sítios naturais.

O IUCN, já em sua Conferência de 1962 apontou o "significado internacional" desses parques, em Seattle. A ideia de "patrimônio do mundo" aplicado à natureza foi de certa forma a transposição a nível internacional da própria noção de parque "nacional". Mas ao mesmo tempo, ao lado do Grand Canyon, do Serengeti e dos outros grandes sítios naturais, o Comitê de Washington não faltou a citar diferentes outros locais a serem protegidos. Nesse sentido, é importante sublinhar que uma proposta que associa tão intimamente sítios naturais e locais culturais dificilmente não poderiam nascer, exceto ao ser nos Estados Unidos, onde a proteção destas duas categorias dos bens naturais cai na jurisdição e na esfera estadual federal, numa e a mesma administração do Serviço Nacional dos Parques do Departamento do Interior, uma prática que é oposto do que acontece na maioria dos outros países do mundo onde, ainda hoje, desperta ainda alguma confusão. Foi em junho de 1966, durante a 9ª Assembleia Geral da UICN em Luzerna em um discurso proferido pelo próprio Joseph Fisher que se consagrou a ideia de colocar a proteção da natureza no mesmo nível que a proteção da cultura.

Uma verdade bem essencial e importante a saber é que: cada país é único e deve-se ter cuidado antes de transpor as abordagens de um país para outro. A situação atual na República Democrática do Congo é excepcional e este

país terá que desenvolver seus próprios modelos. No entanto, existem tendências internacionais com as quais a República Democrática do Congo pode aprender. Os contextos pós-conflito são quase sempre desastrosos para as florestas. Na maioria dos casos daremos alguns exemplos para esclarecer o assunto: Camboja, Mianmar, Laos, Moçambique, Nicarágua, Guatemala – a destruição das florestas se acelerou após a guerra. Primeiro, a maioria desses países corre alto risco de voltar à guerra. Metade dos países que emergem de uma guerra civil cai nela novamente dentro de cinco anos ou mais (Collier et al. 2003).

Muitas vezes, os fatores que iniciaram o conflito persistem, e alguns são até exacerbados, pois a guerra destrói o crescimento econômico e multiplica a massa de jovens desempregados. Os beligerantes têm dificuldade em se reintegrar na vida civil neste sentido, eles procuram a retomar às armas que pode ser uma opção atraente para recuperar seu status social de guerreiro e de dominador. Em segundo lugar, no contexto pós-conflito, os governos e as agências internacionais têm que lidar com tantas emergências, incluindo crises humanitárias, que é difícil para eles se concentrarem em questões de longo prazo, como o manejo florestal.

Os governos também estão procurando a reativar a economia, em particular para evitar voltar à guerra. Nos países ricos em florestas, a exploração madeireira é muitas vezes vista como uma das opções possíveis, mas devemos estar cientes de que a recuperação desse setor acarreta riscos sociais, ambientais e econômicos, e que os benefícios esperados dessa recuperação não ocorrerão com facilidade e automaticamente. O outro ponto da dificuldade é a indústria madeireira geralmente cresce muito mais rápido do que a capacidade da administração de controlá-la. Este foi o caso no Camboja, e provavelmente também será ou pode se tornar o caso na República Democrática do Congo, a menos que o governo toma medidas urgentes para fazer cumprir as regras básicas no terreno. Por fim, as florestas, vastas áreas escassamente povoadas, às vezes são percebidas como regiões anfitriãs de soldados desmobilizados e populações deslocadas. Este foi o caso da Colômbia, Guatemala e Nicarágua (FAO, 2004), e também é um caso muito presente e usual da República Democrática do Congo, especialmente no leste do país onde se encontram dois dos maiores parques: Virunga e Kahuzi-Biega.

A RDC, se difere de outros grandes países de floresta tropical, como Brasil, Indonésia, Malásia e Papua - Nova Guiné, em vários aspectos. Comparado a esses países, a República Democrática do Congo tem uma taxa média de desmatamento relativamente modesta só que a instabilidade política e sua infraestrutura em ruínas desencorajou investidores que poderiam ter desenvolvido atividades causadoras de degradação florestal. Ao que tudo indica, existe também o fato de que há pouca tradição e motivação na República Democrática do Congo para criar grandes extensões de pastagens como na América Latina, ou agricultura industrial como no Sudeste Asiático, e as florestas congolenses contêm uma densidade menor de alto valor comercial do que as florestas dos espaços citados.

No entanto, o rápido crescimento populacional pode em breve mudar a taxa de desmatamento na República Democrática do Congo. Por outro lado, os países tropicais ricos em florestas também têm alguns problemas em comum, elencados a seguir. Primeiramente, eles acham difícil capturar totalmente os benefícios de seu capital florestal. As deficiências nos sistemas de fixação de preços, arrecadação e redistribuição de receitas causam prejuízos substanciais para o Estado e para as comunidades locais. Na situação da República Democrática do Congo, teria que garantir uma partilha equitativa da renda florestal entre as empresas, o Estado e as populações locais; isso será e pode ser sem dúvida, um grande desafio. Em segundo lugar, a extração ilegal de madeira afeta a maioria desses países ricos em florestas. Os procedimentos impostos pelas administrações são muitas vezes complexos, e então é mais fácil contorná-los e pagar subornos, em vez de cumpri-los. Portanto, é importante que os regulamentos que são implementados na República Democrática do Congo reflitam a capacidade modesta das instituições responsáveis por aplicá-los e os riscos de corrupção.

Finalmente, muitos países tropicais tendem a descentralizar o manejo florestal para entidades provinciais e comunidades locais. Há algum tempo, países com estruturas federais, como Malásia, Nigéria, Índia, Brasil e México, caminharam nessa direção. A República Democrática do Congo pode aprender com essas experiências. No entanto, ao contrário dos países mencionados, está saindo de uma guerra civil e, portanto, deve gerenciar o processo de descentralização com cautela. Com os outros países da África Central, a

República Democrática do Congo pode tirar lições valiosas dos seus vizinhos, mas difere deles em vários pontos. Em primeiro lugar, a dimensão do seu território das suas florestas e da sua população excede em muito a dos seus vizinhos e contribui para tornar o país mais complexo e variado.

Em segundo lugar, embora seja o país menos urbanizado da região, só a metrópole de Kinshasa tem mais habitantes do que a República do Congo - Brazzaville, a República Centro-Africana, o Gabão e a Guiné Equatorial juntos. A República Democrática do Congo deve, portanto, levar em conta um mercado interno maior, que crescerá à medida que a paz se estabeleceu e os rendimentos aumentarão com sucesso. Terceiro, embora seja principalmente o governo central que tem autoridade sobre as florestas, as autoridades locais têm, na prática, maiores autonomia na República Democrática do Congo. Isso decorre da vastidão do país, da decadência das comunicações, do enfraquecimento da administração por décadas e do período de conflito durante o qual regiões inteiras viveram fora da dobra central. A República Democrática do Congo deverá ter em conta o papel das autoridades locais, administrativas e tradicionais na gestão das florestas. (CIFOR, Banque Mondiale et CIRAD, 2007.)

Uma boa fotografia é aquela que explicita uma história efetiva, sem nenhuma distração ou confusão, como por exemplo as fotografias utilizadas para ilustrar este trabalho. Uma fotografia equilibrada torna a paisagem fotografada mais clara e desejada. Por outro lado, uma fotografia desequilibrada costuma dirigir os olhares dos expectadores a um ponto específico da cena, mascarando muitas vezes sua complexidade. A imagem a seguir (figura 32) apresenta um voluntário que cuida dos espaços reservados em um dos parques estudados. Eles trabalham no reflorestamento do ecossistema dos espaços preservados. A iniciativa da ministra da Agricultura, Eve- Bazaiba, incentiva os políticos a plantarem mais árvores, mesmo que compradas.



Figura 119 - Verdura das árvores do jardim botânico de Kinshasa, em 20/06/2017 durante a celebração do Dia Mundial do Meio Ambiente. <https://www.radiookapi.net/2021/06/13/noticias/ambiente/> Kinshasa-Eve-Bazaiba-junto com outros deputados plantados quase 200-Árvores.

A República Democrática do Congo (RDC), dotada de ecossistemas variados e uma rica diversidade biológica específica e genética, subscreve a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CBD) desde 1994, porém: a discriminação, a herança colonial, a desigualdade e a falta de inclusão no setor de conservação, do planejamento e manejo das áreas florestais, bem como o deslocamento das populações indígenas que então dependem das florestas para se alimentar, morar e ter acesso a recursos, são parte significativa dos problemas causados pelo desmatamento, que impacta direta ou indiretamente sobre a natureza. Por fim, mas não menos importante, as dificuldades na República Democrática do Congo por causa do conflito armado e problemas de segurança também teriam que ser analisadas.

3.4 - Complexidades palpáveis: os problemas estruturais da República Democrática do Congo e a conservação da biodiversidade em áreas de conflito armado

A compreensão da condição em que se encontram a maioria do patrimônio na República Democrática do Congo, exige do pesquisador uma percepção que aglutine uma história de guerra, problemas econômicos e sensibilidades inerentes ao próprio conteúdo do patrimônio. Só assim é possível radiografar e compreender a situação dos parques da RDC. A compreensão de sua realidade requer uma complexidade de relações sociais que compreendem o espaço como produto histórico de uma sociedade, que também é histórica. Não se pode negar a importância de uma análise multiescolha que situe este patrimônio em um contexto mais abrangente dentro da história e do espaço. Mesmo assim, o patrimônio só pode ser efetivamente dimensionado, considerando as próprias escolhas da população que o detém – nos referimos à construção seletiva da memória social, o que implica em valer-nos das subjetividades inerentes às singularidades locais. **Em síntese, a materialidade histórica e a perspectiva existencial devem estar aliadas para a compreensão da trajetória e da situação do patrimônio da República Democrática do Congo.**

A dimensão da memória e do patrimônio tem assumido maior espaço nas buscas preservacionistas das últimas décadas. Embora nossas leituras apontem que, majoritariamente, os estudos sobre o patrimônio congolês dão foco à análise da (re)incorporação do mesmo, à economia política do país e às lógicas da economia global, tais estudos são muito relevantes para compreensão da modalidade do patrimônio como produto cultural e estético que estimulou a refuncionalização turística e o planejamento urbano de muitas cidades (Luchiari, 2005; Paes, 2012).

Os Estudos sobre as políticas culturais que envolvem a constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais, bem como os programas e o papel do Estado e da Unesco na inscrição de bens na lista de patrimônio já foram bem contemplados. Não é por falta de patrimônio histórico, cultural e especialmente natural que a República Democrática do Congo terá um número reduzido de locais classificados como Patrimônio Mundial pela Unesco.

Foi em 2000, que o Centro do Patrimônio Mundial da Unesco lançou o programa de Conservação da Biodiversidade em Áreas de Conflito Armado: Protegendo o Patrimônio Mundial na República Democrática do Congo, a fim de preservar a integridade dos cinco sítios do Patrimônio Mundial em uma situação de conflito prolongado. Até agora sabemos que a República Democrática do Congo possui cinco patrimônios na Lista do Patrimônio Mundial, só que o país já foi repensável pelo Mandato ao Comitê do Patrimônio Mundial; por produzir 135 relatórios de estado de conservação; além de 45 pedidos de assistência internacional aprovados, tornando-os aptos a receber anualmente, um valor de cerca de U\$ 1.178.205.00 de assistência internacional. No Sistema de Informação do Estado de Conservação o (SOC), se oferece uma riqueza de dados confiáveis sobre o estado de conservação dos bens do Patrimônio Mundial desde 1979 até os dias atuais e também as ameaças que enfrentaram no passado ou enfrentam atualmente.

Na República Democrática do Congo existem esses fatores de ameaças e os números na lista de baixo, mostra quantas vezes isso aconteceu nas áreas protegidos dos patrimônios mundiais congolezes, nas últimas duas décadas: 125 ameaças e atividades ilegais; 93 agitações civis; 88 guerras ou conflagrações armadas; 56 conversões de terras; 51 denúncias de mineração irregular; 04 de caça comercial e quatro erupções vulcânicas. A conclusão desses números é que todos esses acontecimentos revelam mudanças significativas e atestam que o ponto mais crítico de todos é o medo que as pessoas sentem de serem perseguidas pelo governo ou atacados pelas milícias que atuam hoje no país. Esse quantitativo foi possível de ser mensurado graças a uma série de entrevistas que foram realizadas com representantes privilegiados da conservação da natureza na RDC, que será analisada mais adiante.

3.4.1 - Não bastasse a mineração, o petróleo também se apresenta como perigo real

É conhecido pela maioria dos pesquisadores que a República Democrática do Congo (RDC) é o país mais rico do mundo em reservas de cobalto, um metal essencial para a produção de turbinas de avião, baterias de celulares, computadores, carros e outros manufaturados. Porém, nos termos de bem-estar da população, a RDC é um país pobre, cuja população é vítima de violência física e da xenofobia: duas das mais nefastas armadilhas dessa pobreza. A renda per capita (preços constantes em US\$ em poder de paridade de compra – PPPs) da RDC era de US\$ 2,5 mil em 1980 e caiu para menos da metade nos anos 2000, conforme dados do WEO do FMI de abril de 2021. A queda da renda per capita é o resultado do baixo crescimento econômico e do alto crescimento demográfico. Como a renda não cresce e a poupança não cresce, o país não tem recursos para investir no aumento da produtividade econômica isso gera conseqüentemente a não avanço da renda e do bem-estar.

Em 1950 a RDC tinha uma população de 12 milhões de habitantes e passou para 90 milhões de habitantes em 2020, crescimento de mais de sete vezes em 70 anos. Mesmo com a queda da fecundidade a população da RDC deve chegar a 195 milhões em 2050 e, na hipótese média da projeção da ONU, deve atingir 362 milhões de habitantes em 2100 que poderá ser o dobro dos cerca de 180 milhões de brasileiros do final do século.

Em 1961, a RDC tinha superávit ecológico de cerca de 1400%, pois tinha uma pegada ecológica per capita de 0,95 hectares globais (gha) e uma biocapacidade per capita de 14,4 gha em 1961. Por conta da armadilha da pobreza, a pegada ecológica que já era baixa caiu ainda mais e ficou em 0,75 gha em 2017. Mas como o crescimento intenso da população no período a biocapacidade foi reduzida para 2,52 gha por pessoa, dizendo que o superávit ecológico congelês se reduziu para 236%. Como a população da RDC deve dobrar nos próximos 30 anos, o mais provável será o desaparecimento do superávit ecológico. E bem claro que na segunda metade do século XXI a RDC deve apresentar déficit ambiental, mesmo tendo uma pegada ecológica muito baixa. Esse alto crescimento da população tem trazido empobrecimento econômico, social e ambiental. Embora a RDC tenha baixas emissões per capita

de gases de efeito estufa em função da queima de combustíveis fósseis, o desmatamento tem sido um problema considerável no país. Evidentemente, a transição demográfica é uma condição necessária embora não suficiente para a redução da pobreza social e ambiental. A República Democrática do Congo precisa de uma reestruturação interna e de apoio externo para sair dessa armadilha da pobreza e para evitar um colapso ambiental. A República Democrática do Congo está presa num ciclo vicioso, pois o país precisa ter crescimento econômico para reduzir a pobreza, mas não tem os meios para implementar este crescimento e nem as condições ambientais para sustentar a expansão da economia. os meios para implementar este crescimento e nem as condições ambientais para sustentar a expansão da economia.

Todos esses fatos fazem com que as ameaças contínuas destruam a integridade dos quatro parques estudados, todos localizados em uma área de conflito armado no Leste da República Democrática do Congo, gerando uma grande fonte de preocupação para a comunidade internacional. Durante os primeiros meses de 2001 até o presente momento em 2022, vários relatórios da mídia internacional e organizações conservacionistas destacaram a ameaça específica da mineração de “coltan” em dois dos quatro parques: Parque Nacional Kahuzi-Biega e Reserva de Vida Selvagem Okapi. O coltan é uma mistura de columbita e tantalita e está em alta demanda em sua forma processada por empresas de alta tecnologia que lidam com: medicina nuclear, circuitos eletrônicos e chips de computador, pesquisa de supercondutividade, telefones celulares e síntese de ligas resistentes à corrosão para uso em motores a jato. A IUCN observou que o minério se encontrava na África, principalmente na República Democrática do Congo na Austrália, Madagascar e no estado de Dakota do Sul, nos Estados Unidos da América. O Tantalum-Niobium International Study Center (TIC) localizado em Bruxelas, Bélgica, estima que menos de 15% da oferta mundial de tântalo venha da África.

Os mineiros que entram em Kahuzi Biega e na Selva das Okapis em busca de coltan são principalmente imigrantes. Mais de dez mil pessoas entraram em Kahuzi-Biega e quatro mil no Okapi nos últimos seis meses. Relatórios recebidos pela IUCN indicaram extensa caça ilegal de animais selvagens por mineiros, incluindo gorilas e elefantes ameaçados de extinção. Em Kahuzi-Biega, onde quase 90% do Parque ainda é inacessível ao pessoal, a

situação dos gorilas e elefantes das planícies é preocupante. A Diane Fossey Gorila Fund estima que a população de gorilas da planície ameaçados de extinção, cerca de 8.000 antes da guerra, pode ter caído para cerca de mil indivíduos; os elefantes tornaram-se uma visão rara em Kahuzi-Biega e a maior parte do declínio nas populações dessas duas espécies emblemáticas é atribuída à caça ilegal de mineiros e outros moradores ilegais do parque.

Na reserva de vida selvagem do Okapi, os esforços contra a caça furtiva e a mineração foram um pouco mais bem-sucedidos. As forças armadas Ugandenses ajudaram a expulsar vários caçadores furtivos do local no final de 2022. A remoção de todos os mineiros do local e do sítio e outras ações efetivas foram tomadas.

A Wildlife Conservation Society (WCS) dos Estados Unidos escreveu recentemente às autoridades de Uganda para agradecer seu apoio à conservação do Okapi. No entanto, a WCS expressou forte objeção a um incidente recente em que soldados Ugandenses supostamente agrediram um funcionário da reserva da Okapi. A WCS pediu às autoridades ugandenses que investiguem o assunto e tomem medidas para evitar que tais incidentes voltem a acontecer. O governo da Bélgica, emitiu um comunicado de imprensa condenando a mineração ilegal em Kahuzi Biega e as caças de Okapi nas outras áreas protegidas da República Democrática do Congo. Compromete-se a informar suas 66 empresas associadas na compra da mineração proveniente de África do centro em todo o mundo sobre as questões que envolvem atividades ilegais e suas consequências; apoiar os esforços das autoridades competentes para impor o despejo imediato de minerais dentro dos limites dos parques nacionais; e incentivar os principais processadores a adquirir tântalo e nióbio de fontes legais na África e em outras partes do mundo e abster-se de comprar materiais de áreas onde o meio ambiente ou a vida selvagem estejam ameaçados.

Um apelo foi lançado pelo Diretor Geral da IUCN em março de 2020 aos chefes de Estado da República Democrática do Congo, Uganda e Ruanda, bem como à mídia e grupos de interesse em todo o mundo. O apelo da IUCN pediu aos compradores de coltan que garantissem a compra do produto de fontes legais fora dos sítios do Patrimônio Mundial; pediu aos governos da República Democrática do Congo, Uganda e Ruanda que ajudem a impor a remoção

imediate dos mineiros de dentro dos limites dos dois locais afetados, e exortou os três governos envolvidos e os compradores de coltan a tomarem as medidas necessárias para encontrar meios de subsistência alternativos para todos os mineiros expulsos dos sítios do Patrimônio Mundial da República Democrática do Congo.

Em Salonga, o Diretor Geral do ICCN desenvolveu uma série de pequenos projetos de apoio à conservação de espécies-chave da vida selvagem em cooperação com novos parceiros, tais como: a Sociedade Zoológica de Milwaukee (ZSM) e o Instituto Max Plank (MPI) da Alemanha. Uma delegação do ICCN, em Kinshasa, juntou-se a vários parceiros como WCS, ZSM, UNF e UNFIP para lançar uma reunião na ONU, em Nova York, para sensibilizar os delegados da ONU sobre ameaças que pesam na conservação do Patrimônio Mundial e outras áreas protegidas na RDC. A reunião discutiu a necessidade de lançar programas de monitoramento eficazes para avaliar o estado da biodiversidade, incluindo a de espécies emblemáticas como gorilas, elefantes, rinocerontes e chimpanzés bonobos.

Apesar das melhorias acima referidas, a necessidade de manter a relativa estabilidade do estado de conservação da Garamba é uma preocupação permanente. Em Virunga, todos os outros indicadores de integridade do sítio, com exceção da população de gorilas da montanha, mostram tendências negativas: 45% do setor central do Parque é invadido por plantações e cerca de 2.500 moradores residem ao longo dos limites do Parque no setor central. E dizimando a cobertura florestal ao longo da escarpa de Kabasha. O cultivo de culturas alimentares, incluindo culturas de exportação, como chá e café, está aumentando nos setores orientais do parque. O setor leste serve como um corredor ecotonal entre Virunga e o Parque Nacional Rainha Elizabeth de Uganda, usado por elefantes para migrar entre os dois locais. A pesca pirata e a construção ilegal estão aumentando nos enclaves de pesca. Grande parte da área de caça de Rutshuru é ocupada por assentamentos e plantações ilegais. No setor norte, a floresta de 67.700 ha de Lubilia em Kasindi está sendo invadida por grupos de madeireiros e outros que estão construindo ilegalmente casas com permissão de políticos locais. Após comunicações entre a Divisão de Assuntos Jurídicos da Unesco e as ONGs parceiras, a execução dos contratos já começou. Estas negociações foram muito facilitadas pelas garantias dadas pelo doador,

nomeadamente o UNF, de que não responsabilizaria a Unesco pela perda de dinheiro numa zona de guerra devido a eventos e acidentes não relacionados, da sua vontade e dos seus parceiros contratuais.

Os pagamentos mensais de apoio, prêmios de desempenho e outras remunerações a mais de 500 funcionários em Virunga, cerca de 230 em Garamba e cerca de 60 em selva de Okapi estão atualmente a ser pagos. No caso de Salonga, os acordos contratuais foram finalizados. Com ZSM, conforme recomendado pelo projeto GTZ-PARCID e ICCN, Kinshasa e pagamentos de pessoal começaram em março de 2001 até hoje. ZSM e sua contraparte ICCN tiveram reuniões úteis com o Chefe de Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC) no início de abril 2021.

Outros arranjos para o desempenho do monitoramento da biodiversidade, treinamento do pessoal do local em monitoramento da aplicação da lei, compra e entrega de equipamentos essenciais para o desempenho das funções do pessoal estão sendo negociados com parceiros selecionados do projeto. As datas possíveis para uma missão diplomática de alto nível na RDC, Uganda e Ruanda, e as possibilidades de o Diretor-Geral da Unesco liderar tal missão, também estão sendo consideradas.

A Ação necessária foi o fato que o grupo convidou o Diretor-Geral da Unesco a escrever uma carta, citando os textos apropriados do relatório das Nações Unidas sobre a exploração ilegal de recursos naturais na República Democrática do Congo, aos Chefes dos Estados Africanos partes da Convenção em questão, lembrando suas obrigações de cumprir com o Artigo 6, parágrafo 3º da Convenção e convidando-os a assegurar que seus representantes e agentes na República Democrática do Congo se abstenham de tomar medidas que possam direta ou indiretamente ameaçar a integridade dos sítios do Patrimônio Mundial no país. O grupo insistiu para que o Centro e a IUCN estabeleçam um contato com a TIC para explorar formas e meios de iniciar um diálogo entre as empresas membros da TIC e seus respectivos governos que são Estados partes da Convenção. Esse diálogo deveria conscientizar os membros das TIC das obrigações decorrentes da Convenção do Patrimônio Mundial de proteger o patrimônio de todas as Estados partes da Convenção, incluindo a RDC.

Atualmente, a equipe dos parques continua fazendo o possível para garantir a máxima proteção do local. Mas, a presença de grupos armados

continua a representar grandes ameaças à segurança pessoal e à integridade do local, particularmente em Kahuzi Biega e na reserva dos Okapis. O Centro, com base numa sugestão do Diretor-geral Adjunto da Unesco, propôs um estudo dos habitats dos gorilas como atividade piloto da Iniciativa Unesco-ESA (Agência Espacial Europeia) para demonstrar a utilização de imagens de satélite e outras tecnologias espaciais, sob o acompanhamento do estado de conservação dos sítios. Essa iniciativa gerará informações de última geração sobre mudanças no uso da terra dentro e ao redor dos dois locais importantes como habitats de gorilas; ou seja, Virunga para o gorila da montanha e Kahuzi Biega para o gorila da planície. Estudos semelhantes sobre os habitats de outros grandes símios, como chimpanzés e bonobos, também estão planejados como parte das contribuições da Unesco ao recém-lançado Projeto de Sobrevivência dos Grandes Símios (GRASP) do PNUMA. Assim, de acordo com a Unesco, pesquisas de habitat de grandes primatas dentro e fora de áreas protegidas, incluindo sítios do Patrimônio Mundial, podem resultar em mudanças significativas de limites em Kahuzi Biega, Virunga e Salonga.¹²

O governo da República Democrática do Congo está reclassificando extensões de dois locais que são patrimônio mundial da Unesco: os Parques Nacionais da Salonga e de Virunga para permitir a realização de exploração petrolífera. Em nossa investigação, lançamos luz sobre as propriedades obscuras desta equação catastrófica, e sobre os negócios secretos de uma empresa que potencialmente ganhará com as tentativas do governo em abrir a área aos trabalhos petrolíferos, a quem foi atribuído um bloco de petróleo que se sobrepõe parcialmente ao Parque Nacional da Salonga. Além disso, os detalhes do contrato permanecem desconhecidos, em violação da própria lei do Congo relativa ao petróleo. A obscuridade à volta da empresa e os termos do negócio levantam sérias preocupações. A perspectiva de trabalhos petrolíferos representa uma grande ameaça ao ecossistema importante e frágil da Salonga, enquanto a falta de transparência é especialmente preocupante, já que o país continua envolvido numa crise política.

¹² Ver: Whc.Unesco.org/en/soc/?Action=list&id_search_state=45

Esta pesquisa se construiu alicerçada pelos depoimentos de agentes privilegiados, que atuam na linha de frente da preservação dos parques congolezes. Tanto as denúncias quanto os apelos encontraram eco na série de depoimentos que conseguimos para esta dissertação. **A seguir descreveremos como tais agentes verificam a deterioração dos parques e lutam para que o mundo enxergue a África para além dos estereótipos e das suas mazelas.**

3.5 - Dez questões para dez agentes

Neste subitem apresenta-se a análise das respostas de dez interlocutores privilegiados desta pesquisa. São gestores, diretores, pesquisadores, especialistas, chefes de unidades de preservação, encarregados de gerenciar a preservação e a conservação dos parques estudados. O que se lê abaixo é a compilação analítica de parte de suas respostas às dez questões elaboradas para a abordagem central desta pesquisa. Após as entrevistas realizadas junto aos responsáveis da Unesco e do Governo congolês selecionamos alguns trechos para serem analisados abaixo. Embora, de maneira geral, a maioria tenha respondido de forma similar, com respostas muitas vezes meramente protocolares, ainda assim vale a pena realizar uma leitura mais aprofundada dessas respostas.

NOME	FUNÇÃO
1. Georges Amuli	Diretor do Departamento Jurídico da UCCN na RDC/ Kinshasa
2. Aimé Nianongo	Diretor UICN África Central
3. Miriam Kenza Ali	Conservadora do Patrimônio Mundial \ África Central
4. Mfwamba Paul Albert	Especialista encarregado das adaptações nas mudanças climáticas, agente do Ministério do desenvolvimento da RDC.
4. Borjana Pervan	Encarregado das mídias sociais do Escritório da África Central.
5. Ir Serge Mokako	Engenheiro agrônomo no Parque Nacional de Virunga - RCD
6. Emmanuel de Merode	Diretor Geral do Parque Nacional de Virunga Rdcongo
7. Edmond Moukala	Chefe da Unidade da África do Heritage Centre
8. De –Dieu Bya’ombe,	Diretor Geral do Parque Nacional de Kahuzi-Biega
9. (procurar e contatar)	Diretor Geral do Parque Nacional da reserva dos Okapi
10. John Barret	Diretor Geral do Parque Nacional de Garamba

As Questões enviadas para todos os interlocutores via e-mail, após contato telefônico ou videochamada acabaram surtindo um efeito bastante positivo com relação ao que o grupo pensa sobre a degradação dos parques/patrimônios mundiais congolese. Foram questões abrangentes que cumpriram um papel de sensibilizador das memórias dos interlocutores.

Rol de questões

1. O que faz com que os parques da RDC se encontrem na lista dos patrimônios em perigo?
2. Qual é a relação ente o governo da RDC e os órgãos de proteção e preservação dos parques?
3. Qual o significado da lista dos patrimônios mundiais naturais em perigo da RDC?
4. O que a comitiva da RDC junto a Unesco tem realizado no sentido de intervenções políticas e angariamento de fundos para o combate a depredação do patrimônio natural congolês?
5. Quais ações o governo congolês tem realizado para viabilizar a retirada desses parques da lista congolese de patrimônios em perigo?
6. Em sua opinião, o que é preciso para que a RDC e seus parques voltem a ter visibilidade internacional, não por estarem na lista em perigo, mas por serem notáveis?
7. Sobre as espécies de fauna e flora que esses parques abrigam, o que tem sido feito para sua preservação?
8. Você conhece ações, projetos e ou intervenções que tenham auxiliado a preservação da natureza nos parques nacionais (patrimônio mundiais) da RDC?
9. Qual a maior diferença entre o parque que o senhor dirige e os demais parques presentes na lista de patrimônios em perigo?
10. O que a comunidade internacional (leia-se também, a Unesco) tem feito para ajudar na preservação dos parques e retirar-los da lista dos patrimônios em perigo?

Este conjunto de questões nos possibilitou dilatar a compreensão para além do lugar comum da crítica. Decorreu dessas respostas uma série de informações e compreensões que não tínhamos antes das entrevistas, o que por si só serviu de estímulo para nossa análise. Alguns tópicos foram mais marcantes. Um deles com relação à compreensão do que é preservar um patrimônio mundial em perigo.

Por outro lado, como essas questões foram originalmente endereçadas aos interlocutores internos, alocados em organismos congolezes, fez-se necessário emular outros questionamentos, visando outro grupo que representasse a Unesco e seus atores diretos. Foram formuladas duas perguntas específicas, uma ao Diretor do Patrimônio Mundial, o camaronês Lazare Eloundou Assomo, e outra aos representantes da Bélgica no comitê da Unesco (país que colonizou a RDC), a embaixadora Regine Vandriessche e o Delegado Geral Adjunto, Maxime Woitrin. Ambas, com potencialidades amplas de desdobramentos.

- 1) Queremos novos equilíbrios na lista do Patrimônio Mundial. O que pensa sobre o Comitê do Patrimônio Mundial não sugerir nenhuma outra inscrição de patrimônio europeus enquanto não houver maior equidade nesta lista, enquanto não houver, nos próximos anos, ao menos vinte novos elementos africanos nesta lista?**
- 2) Porque a Bélgica, que vem demonstrando um claro pendor para trabalhar em prol da Convenção do Patrimônio Mundial até o presente momento, jamais desenvolveu uma política de reparação voltada a RDC, que tivesse um olhar mais atento as suas questões, como respostas as longevas praticas coloniais ainda presentes?**

No entanto, infelizmente, até o final da redação dessa dissertação, nenhuma das questões haviam sido respondidas, a despeito das inúmeras tentativas de contato.¹³

¹³ Essas questões farão parte de um roteiro que está sendo elaborado para ser aplicado junto aos interlocutores da gestão central da Unesco (atores específicos ainda a serem contatados) visando termos uma compreensão ampliada de seus posicionamentos frente aos problemas enfrentados pela RDC, bem como seus patrimônios mundiais em perigo. Este roteiro será circunstanciado ao longo do doutorado.

Focaremos, portanto nas respostas obtidas nas dez perguntas iniciais buscando correlacionar as respostas e os esquivos destacando os excertos mais ricos ao longo do próximo item.

A diferença entre os parques naturais ao redor do planeta e os que foram inseridos na Lista do patrimônio em perigo pode ser determinada por fatores como o tamanho, a localização geográfica, o nível de ameaça, a diversidade biológica, a gestão e as políticas de conservação. É importante notar que a situação de todos os parques presentes desta lista requer medidas protetivas imediatas e por isso, todo o arcabouço pensado para essas entrevistas levou em consideração a imediatividade e a urgência dessas demandas de preservação.

A primeira questão, que a borda na opinião do interlocutor, o que faz com que os parques da RDC se encontrem na lista dos patrimônios em perigo obteve respostas quase uníssonas. Para Mfwamba Paul Albert, especialista encarregado das adaptações nas mudanças climáticas/agente do Ministério do desenvolvimento da RDC e Miriam Kenza Ali, conservadora do Patrimônio Mundial/África Central: a) o país não possui leis para proteger os parques e sua preservação; b) Além disso houve desvios de fundos investidos para manutenção dos parques na RDC, bem como falta da liderança nos parques e nos serviços da conservação da biodiversidade congoleza. Registram também que houve certo favoritismo para empregar a mão de obra nos guardas de parques, o que deu um caráter amadorístico essa função tão fundamental na preservação dos parques.

A falta de formação dos agentes, guarda parques e funcionários dos parques, bem como a falta de uma estratégia para preservar e conservar a biodiversidade, o ecossistema nos patrimônios na RDC acaba por determinar muitas vezes o insucesso das tentativas de preservação. Essa não é uma situação exclusiva da RDC, todos os países cujos patrimônios naturais estejam na lista dos patrimônios em perigo, sofrem do mesmo problema. Então indaga-se: o que a Unesco tem feito de efetivo no sentido de assessorar, os países no sentido de capacitar melhor seus funcionários? Afinal, a Unesco e os estados artes deveriam estar engajados a partir da Convenção para criar mecanismos e ajudar a sanar essas necessidades básicas dos países em situação de vulnerabilidade. Outra vez, a prova da ausência de uma ética relacional que

deveria existir no âmbito do Comitê do Patrimônio Mundial e que faz das assimetrias de relações entre países membros, uma vitrine que escancara o preterimento do continente africano pela organização.

De acordo com Emmanuel de Merode, Diretor Geral do Parque Nacional de Virunga, a relação entre o governo da RDC e os órgãos de proteção e a preservação dos parques é baseada no fato que o governo da República Democrática do Congo (RDC) é responsável por estabelecer políticas e regulamentos para a proteção e preservação dos parques nacionais e áreas protegidas do país. Esses regulamentos são implementados por órgãos governamentais especializados, como a Agência Nacional de Parques (ANPN) e a Direção Geral de Meio Ambiente, que trabalham para garantir a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas naturais. A colaboração efetiva entre o governo e esses órgãos é essencial para assegurar a proteção e preservação de longo prazo dos parques na RDC, o que neste momento tem se mostrado uma grande fragilidade.

Para Aimé Nianongo; Diretor UICN África Central. a Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza e Recursos Naturais (IUCN) é considerada uma importante ferramenta de avaliação da conservação das espécies e é amplamente utilizada para orientar decisões políticas e ações de conservação. Parques nacionais e patrimônios mundiais da RDC que possuem espécies listadas como ameaçadas na Lista Vermelha, como os quatro parques analisados nesta pesquisa, podem ser afetados pela diminuição da biodiversidade e do ecossistema, o que pode ter impactos negativos tanto no meio ambiente quanto na economia local. Além disso, a presença de espécies ameaçadas na Lista Vermelha pode impactar a classificação do parque como patrimônio mundial da Unesco, o que pode prejudicar a atração de turistas e a economia local, bem como a proteção e preservação do patrimônio natural da RDC. Em resumo, a Lista Vermelha pode ter um impacto significativo na proteção e preservação dos parques nacionais patrimônios mundiais da RDC, e é importante para a conscientização e tomada de ações para proteger as espécies ameaçadas.

Quando questionados sobre o que a comitiva da RDC junto à Unesco tem realizado no sentido de intervenções políticas e angariamento de fundos para o combate a depredação do patrimônio natural congolês? percebe-se

respostas lacônicas e exemplos pouco claros. Na maioria das vezes responderam afirmando ser comum que países membros da Unesco trabalhem em colaboração com a organização para proteger e preservar seus patrimônios naturais e culturais. Isso pode incluir ações como campanhas de sensibilização, projetos de conservação e desenvolvimento de planos de gestão para os patrimônios naturais do país. Além disso, a Unesco tem vários mecanismos financeiros, como o Fundo de Patrimônios Mundiais e o Fundo para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, que podem ser utilizados para apoiar projetos de conservação e desenvolvimento nos países membros, incluindo a RDC, afirmam os gestores entrevistados. Em suma, a comitiva da RDC junto à Unesco pode estar trabalhando em diferentes frentes para proteger e preservar o patrimônio natural do país, incluindo a angariação de fundos e a implementação de políticas e projetos de conservação, mas destacam a dificuldade crescente em implementar políticas de preservação em um país tomado por uma cultura da depredação.

No questionamento sobre quais ações o governo congolês tem realizado para viabilizar a retirada desses parques da lista congoleza dos patrimônios em perigo? As respostas foram ainda mais lacônicas. Os Governos têm tomado medidas para proteger e preservar suas áreas naturais e restaurar os ecossistemas ameaçados. Essas ações podem incluir a implementação de regulamentos e leis para a proteção da fauna e flora, o monitoramento do uso dos recursos naturais, ações de combate ao comércio ilegal de espécies e caças entre outras. No entanto, o governo da RDC trabalha em colaboração com organizações internacionais e parceiros de conservação para implementar projetos e programas de conservação e desenvolvimento, incluindo a restauração de habitats, a melhoria da gestão dos parques e a sensibilização e capacitação de comunidades locais. Ou seja, não realiza a tarefa sozinho, o que por vezes, gera conflitos de interesses. Ações que estão direcionadas para a remoção dos parques nacionais da Lista Vermelha congoleza, assim como para proteger e preservar a biodiversidade e os ecossistemas naturais da RDC tem sido cada vez mais o foco das políticas públicas nos últimos dez anos, o que pode direcionar para uma nova estratégia governamental frente o desafio de retirar da lista vermelha os parques congolezes.

De acordo com Edmond Moukala, Chefe da Unidade da África do Heritage Centre, para que a República Democrática do Congo e seus parques voltem a ter visibilidade internacional, é preciso mostrar, outros lados para além do fato de serem notáveis. Investimento em conservação e gestão de parques: é importante investir em programas de conservação e gestão de parques para proteger e preservar a biodiversidade e os ecossistemas naturais da RDC. Tópico muito bem desenvolvido pela fala de Moukala é o a necessidade de obtenção de um turismo responsável, que respeite o meio ambiente e a cultura local. Esse fator deve se tornar uma importante fonte de renda para a RDC e contribuir para a proteção dos parques e áreas naturais.

Outro elemento destacado de maneira genérica por nossos interlocutores é a colaboração com parceiros internacionais: a RDC pode colaborar com parceiros internacionais, incluindo organizações de conservação e universidades, para atrair mais atenção e apoio para seus parques e áreas naturais. Mas, tudo isso só será possível mediante uma comunicação eficaz: é importante comunicar de forma eficaz as atividades de conservação e as características notáveis dos parques e áreas naturais da RDC para atrair a atenção do público e dos meios de comunicação internacionais.

A interlocução e o envolvimento da comunidade local, também se torna um fator de destaque nesta equação de preservação: é importante envolver a comunidade local na gestão e conservação dos parques e áreas naturais para garantir a sustentabilidade nos dias futuros e longo prazo, pois essas ações podem ajudar a atrair a atenção internacional para a RDC e seus parques e contribuir para sua visibilidade como destinos notáveis para preservação da biodiversidade e turismo responsável.

Ao serem questionados sobre o que tem sido feito para sua preservação das espécies de fauna e flora que esses parques abrigam, as respostas foram também bastante abrangentes. John Barret, diretor Geral do Parque de Garamba atesta que nos parques da República Democrática do Congo, existem vários esforços para preservar as espécies de fauna e flora. Algumas das ações que têm sido implementadas incluem: monitoramento da vida selvagem: os parques realizam monitoramento regular da vida selvagem para avaliar a saúde das populações de animais e identificar quaisquer ameaças à sua sobrevivência; controle de caça ilegal: medidas são tomadas para combater a caça ilegal,

incluindo a patrulha dos parques por guardas florestais treinados e o fortalecimento da lei e da justiça ambiental; educação e sensibilização: programas de educação e sensibilização são realizados para envolver a comunidade local na proteção da vida selvagem e do meio ambiente e restauração de habitats: ações de restauração de habitats são realizadas para garantir que as espécies de fauna e flora tenham um ambiente saudável e sustentável para viver.

Barret destaca também a colaboração com parceiros internacionais: os parques da RDC colaboram com parceiros internacionais, incluindo organizações de conservação e universidades, para obter apoio e recursos para proteger a vida selvagem e o meio ambiente. Essas ações são importantes para preservar as espécies de fauna e flora nos parques da RDC e garantir sua sobrevivência em longo prazo. No entanto, é importante continuar investindo em conservação e gestão para garantir que as espécies e os ecossistemas naturais sejam protegidos e preservados para as gerações futuras.

De Dieu Bya'ombe, diretor Geral do parque Nacional de Kahuzi Bienga no sul Kivu, ao ser questionado se conhece ações, projetos e ou intervenções que tenham auxiliado a preservação da natureza nos parques nacionais afirmou existem várias ações, projetos e intervenções que têm auxiliado na preservação da natureza nos parques nacionais da República Democrática do Congo. Alguns exemplos incluem: projetos de conservação de gorilas: existem vários projetos de conservação de gorilas nos parques nacionais da RDC, que visam proteger essas espécies ameaçadas e restaurar suas populações; programas de monitoramento de vida selvagem: os parques nacionais da RDC realizam programas regulares de monitoramento de vida selvagem para avaliar a saúde das populações de animais e identificar quaisquer ameaças à sua sobrevivência; projetos de gestão de recursos hídricos: para preservar a biodiversidade, projetos de gestão de recursos hídricos são realizados para garantir a disponibilidade de água adequada para as espécies de fauna e flora; projetos de restauração de habitats: para restaurar habitats danificados ou degradados, projetos de restauração de habitats são implementados nos parques nacionais da RDC; programas de educação e sensibilização: programas de educação e sensibilização são realizados para envolver a comunidade local na proteção da natureza e do meio ambiente. Todas essas ações são importantes para

preservar a natureza nos parques nacionais da RDC e garantir sua sobrevivência em longo prazo. No entanto, é importante continuar investindo em conservação e gestão para garantir que as espécies e os ecossistemas naturais sejam protegidos e preservados para as gerações futuras.

Quando o questionamento abordava diretamente a Lista Vermelha, esta foi vista sem tergiversação, como uma lista nefasta de espécies ameaçadas de extinção, elaborada pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), e que inclui uma grande variedade de espécies, incluindo animais, plantas e fungos, de todo o mundo, mas sobretudo da África. Parques nacionais e outras áreas protegidas são importantes para a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas naturais, e muitos parques estão incluídos na Lista Vermelha devido a ameaças como a destruição de habitats, a caça furtiva, a exploração ilegal de recursos naturais e o crescimento humano desordenado, conclui, Bya'ombe.

A retirada de vegetação e a caça de animais são proibidas em qualquer unidade de conservação. Ainda assim, há quem insista em descumprir a determinação, exposta em placas e letreiros. Evitar que fenômenos naturais severos ocorram foge da capacidade humana. Entretanto, através da prevenção, podem-se desenvolver medidas que minimizem os impactos causados pelos mesmos. Existem dois tipos de medidas preventivas básicas: as estruturais e as não estruturais. As medidas estruturais envolvem obras de engenharia, como as realizadas para a contenção de cheias, tais como: barragens, diques, alargamento de rios, reflorestamento, etc. Contudo, tais obras são complexas e caras. As medidas não estruturais geralmente envolvem ações de planejamento e gerenciamento, como sistemas de alerta e zoneamento ambiental.

Neste caso, dois aspectos devem ser considerados: a implantação da infraestrutura necessária às atividades humanas deve ser orientada por um zoneamento ambiental que considere a possibilidade de riscos ambientais, o que, na prática, é representado por mapas de áreas de risco. As restrições de uso são dependentes do risco ao qual está submetida uma área. Por exemplo, em algumas áreas de alto risco são permitidas apenas as ocupações para fins comunitários: parques; no caso da existência de atividades humanas já implantadas em áreas suscetíveis a desastres, a criação de um sistema de alerta nestas áreas pode auxiliar na redução dos danos e prejuízos. Para tanto, os

principais fatores causadores dos desastres devem ser monitorados continuamente e, paralelamente, os dados devem alimentar um modelo capaz de simular os fenômenos em tempo.

Para retomar o ecossistema dos parques da República Democrática do Congo, são necessárias medidas como: Proteção contra a caça furtiva e a extração ilegal de madeira e minérios; investimento em programas de conservação e manejo de espécies ameaçada; restauro de habitats danificados através de técnicas de reflorestamento e conservação do solo; educação e envolvimento da comunidade local para a preservação do ecossistema; cooperação internacional para garantir o financiamento e o suporte técnico necessários. Essas medidas precisam ser implementadas de forma sistêmica e coordenada para garantir a restauração efetiva do ecossistema nos parques da RDC. Além disso, para tratar dos principais fatores causadores de desastres, é importante implementar medidas de prevenção e mitigação de riscos, que incluem: monitoramento e avaliação contínua dos riscos ambientais e sociais, como enchentes, terremotos, incêndios florestais, entre outros; desenvolvimento de planos de gestão de emergências e evacuação, para garantir a segurança da população em caso de desastres; investimento em infraestrutura e tecnologias resilientes para minimizar os danos causados pelos desastres; educação e conscientização da população sobre os riscos e como se preparar para desastres; cooperação e colaboração entre as autoridades locais, nacionais e internacionais para compartilhar recursos e melhores práticas.

A abordagem integrada e multissetorial para tratar dos fatores causadores de desastres é crucial para garantir a segurança e o bem-estar das comunidades afetadas e prevenir danos futuros, assevera Serge Mokako, Engenheiro agrônomo no Parque Nacional de Virunga. Com muitas incertezas, o Diretor do Departamento Jurídico da UCCN na RDC/ Kinshasa: Georges Amuli, confirma que não é possível prever o futuro dos parques do Congo com absoluta certeza, mas é importante destacar que os conflitos e a instabilidade política na região têm um impacto negativo sobre os esforços de conservação e proteção da biodiversidade. Além disso, as atividades ilegais, como a caça furtiva e a mineração, tendem a aumentar durante períodos de conflito, o que ameaça ainda mais a vida selvagem e os ecossistemas. É fundamental que as partes envolvidas trabalhem juntas para garantir a segurança dos parques e das

espécies que neles habitam, bem como promover a estabilidade e o desenvolvimento sustentáveis na região. Sem este *part pris*, os parques nacionais, hoje patrimônios mundiais em perigo permanecerão nesta lista por um longo tempo.

Entre respostas lacônicas e obviedades reiteradas, os depoimentos dos cientistas, preservadores e pesquisadores nos serviram de alerta sobre o quanto complexa é a realidade da preservação num país africano assolado pela guerra, corrupção e falta de visibilidade internacional. Do ponto de vista da percepção geral, os interlocutores demonstraram ter uma compreensão um tanto quanto superficial do problema. Ao mesmo tempo que buscam promover - sem muito sucesso - o diálogo entre o local e o global, estão pouco atentos a processos estruturantes e desenvolvem políticas de curto e não longo prazo. Nos parece que ainda não identificaram apropriadamente as raízes do problema, talvez, justamente por estarem embebidos em uma ideologia que não lhes permite compreender a realidade de maneira mais complexa. Portanto, se as respostas se apresentam lacônicas é porque os interlocutores não se percebem dentro de um contexto mais amplo, pensando muito mais dentro da lógica de políticas imediatistas e de curto prazo, do que em políticas reparadoras duradouras, de médio e longo prazo. Isto faz parecer estarem mais ligados ao tempo da imediatividade das notícias de jornal que, ao tempo das mudanças estruturais, ou o tempo da diplomacia, mais lento e complexo, um tempo de estado e não de governo. Se esses agentes não se percebem dentro dessa complexidade, se não conseguem estabelecer conexão entre o local e o global, dificilmente terão ciência do quão lacônicas foram suas respostas, e do quanto seria fundamental identificarem esses problemas.

Ainda na chave da problematização das ausências nas respostas de nossos interlocutores, chama atenção a ausência de menções aos problemas políticos, oriundos dos conflitos armados existentes no país. Como se a RDC vivesse em um estado pleno de democracia e direitos

humanos. Ou seja, há uma dissociação cognitiva entre a auto percepção e a realidade do local.

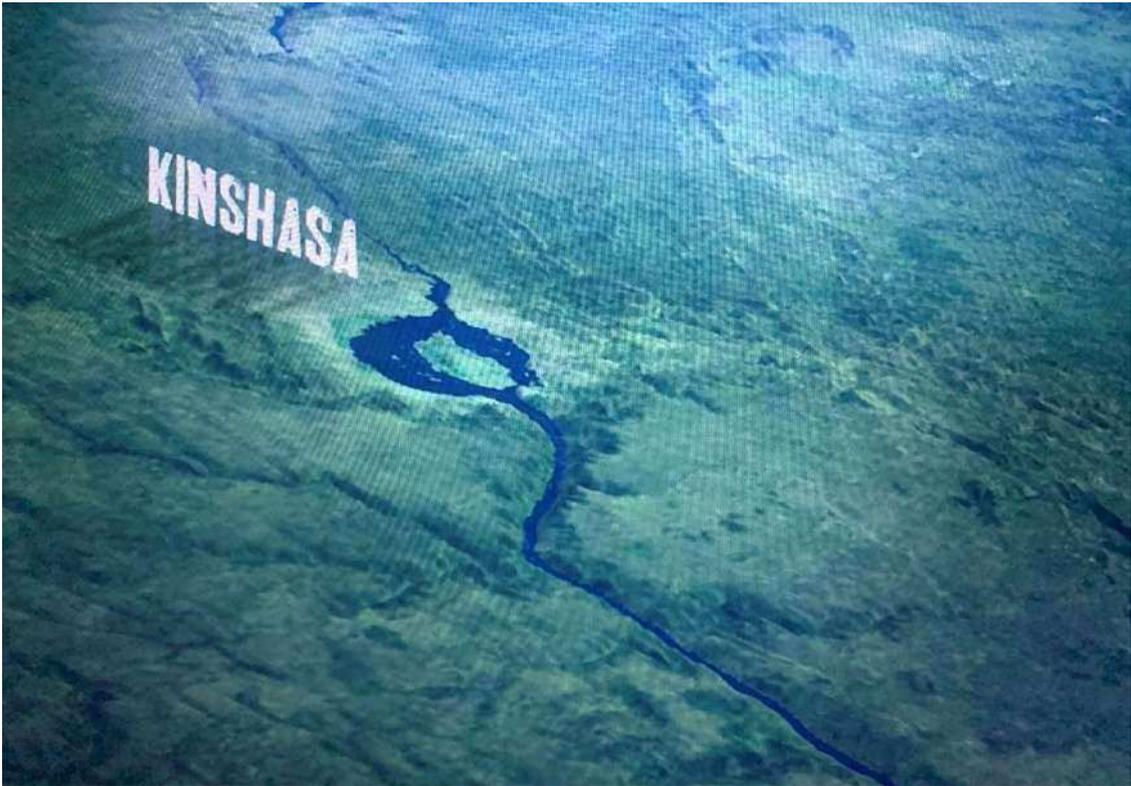
Pelos motivos elencados, fica claro que a lista do patrimônio em perigo da RDC é antes uma marca da exclusão, situação que o continente africano conhece como poucos. O fato dessa dissertação se preocupar com essas questões alude um compromisso de lançar luz a esta catástrofe natural que pode se tornar definitiva, caso não olhemos com lentes de aumento para seus impactos. Dentro e fora da África, a preservação dos patrimônios mundiais interessam a toda a humanidade. Começemos pelo começo: abramos mão do preconceito e da ignorância, só assim, África e Brasil, e seus patrimônios mundiais da humanidade plurais e únicos, poderão se congregar sem o intermédio da metralhadora ou da serra elétrica, para o bem da própria humanidade.

Imagens de satélite do território congolês



Figuras 120 e 121- Acima, RDC vista do espaço. Abaixo, destaque para o rio Congo, mais profundo do planeta.





Figuras 122 e123 - Detalhe da abertura de um delta nas imediações da capital, Kinshasa. Abaixo, o sol de fim de tarde preenche a moldura da vida no rio.



Conclusões inconclusivas

"Trate bem a Terra, ela não foi doada a você por seus pais,
mas emprestada a você por seus filhos."
(proverbio africano)

Uma ode ao futuro! É disso que trata este proverbio congolês, descrito acima. A República Democrática do Congo (RDC) é um país que quer olhar para o futuro, sem perder seu elo com o passado. Quer cuidar da biodiversidade de seu solo, sem deixar de olhar para o cume de suas arvores. Quer cuidar de sua fauna e flora, muitas vezes quase extintas, como cuida dos seus filhos. Quer poder viver em harmonia com tudo o que a natureza lhe trouxe de benesses. Quer enfim, lembrar-se de que está aqui não por doação de seus pais, mas por compromisso com seus filhos. Por isso, dono de uma rica diversidade cultural e natural, a RDC enfrenta muitos desafios na preservação de seu patrimônio. A lista de patrimônios mundiais em perigo da Unesco incluiu parques nacionais da RDC, que, conforme foi mostrado nesta dissertação, estão ameaçados por conflitos armados, desmatamento, caça furtiva e outros problemas.

Um dos principais desafios para a preservação do patrimônio na RDC é a instabilidade política e a violência em algumas regiões do país. A falta de segurança e a presença de grupos armados tornam difícil proteger os locais históricos e naturais da destruição e da exploração ilegal. Além disso, a pobreza e a falta de recursos financeiros limitam a capacidade das autoridades locais e dos grupos de conservação de investir na preservação do patrimônio. Muitos dos locais ameaçados na RDC também sofrem com a falta de infraestrutura básica, como estradas, eletricidade e água potável, o que torna difícil o acesso e a proteção dessas áreas. Para enfrentar esses desafios, é necessário um esforço coordenado entre o governo, grupos de conservação, comunidades locais e organizações internacionais. Isso pode incluir a criação de planos de gestão para cada local, investimentos em infraestrutura, o fortalecimento da segurança e a promoção do turismo sustentável.

O patrimônio fundado na guerra é um tema complexo e controverso, pois, embora possa ser considerada uma forma de preservação da história, muitas vezes envolve a glorificação de eventos violentos e traumáticos. No caso da lista

congolesa de seus patrimônios mundiais em perigo, é importante considerar o contexto histórico e político do país. A República Democrática do Congo foi palco de uma série de conflitos armados nas últimas décadas, que tiveram um impacto devastador em sua população e patrimônio cultural. A inclusão de espaços como os Parques Nacionais na lista de patrimônios mundiais em perigo reflete os desafios enfrentados pelo país em relação à conservação e proteção desses locais.

No entanto, é importante lembrar que a lista de patrimônios mundiais em perigo não é uma condenação definitiva e irreversível. Pelo contrário, ela serve como um alerta para a necessidade de ação urgente para proteger esses locais e preservá-los para as gerações futuras. Isso pode envolver esforços de conservação, ações de sensibilização e educação sobre a importância do patrimônio cultural e natural, bem como medidas para promover a paz e estabilidade no país. Em resumo, a inclusão de locais congolezes na lista de patrimônios mundiais em perigo reflete a necessidade de ação urgente para proteger esses locais em meio aos conflitos armados e desafios políticos enfrentados pelo país. É importante que sejam tomadas medidas concretas para preservar esses locais e promover a sua importância cultural e natural, tanto para os cidadãos da RDC quanto para o mundo em geral.

É destacado que esses parques têm enfrentado muitos desafios, como a caça furtiva, o desmatamento e a instabilidade política. No entanto, também são apresentadas iniciativas positivas para a proteção desses parques, como o trabalho de organizações não governamentais, o envolvimento de comunidades locais e a colaboração internacional. A proteção desses parques é crucial para garantir a sobrevivência de muitas espécies ameaçadas de extinção e a conservação de sua biodiversidade reflete um esforço conjunto de todos os setores da sociedade para garantir sua salvaguarda.

Em geral, os esforços de preservação dependem de uma série de fatores, incluindo a conscientização da população sobre a importância da preservação, a disponibilidade de recursos financeiros e humanos, a implementação de políticas públicas adequadas, a cooperação entre os diferentes atores envolvidos e a utilização de tecnologias. Os atores envolvidos na preservação podem incluir governos, organizações não governamentais, grupos comunitários, empresas privadas e indivíduos.

No entanto, esses atores muitas vezes enfrentam desafios significativos, como a falta de recursos, a falta de cooperação entre os diferentes atores e a falta de conscientização da população. Para superar esses desafios, é importante implementar políticas públicas adequadas e fornecer recursos financeiros e humanos suficientes. Além disso, a cooperação entre os diferentes atores é fundamental para garantir o sucesso dos esforços de preservação.

A salvaguarda deve incluir a criação de áreas protegidas, a implementação de políticas públicas adequadas, o uso de tecnologias e a promoção da conscientização da população. Em resumo, as projeções de preservação dependem da cooperação entre os diferentes atores envolvidos, da implementação de políticas públicas adequadas e da disponibilidade de recursos financeiros e humanos. Por isso, a preservação do patrimônio cultural e natural da RDC é um desafio complexo, mas crucial. É importante trabalhar coletivamente para garantir que esses locais sejam protegidos para as gerações futuras e para valorizar a diversidade e a beleza do patrimônio da República Democrática do Congo.

No entanto, após perscrutar todas as áreas possíveis duas questões se colocam inevitavelmente: qual o efetivo valor da lista dos patrimônios mundiais em perigo. **A lista em si é algo bom ou ruim? Criada com uma boa intenção, tem, paulatinamente se transformado em ponto de atrito e competição entre os estados parte do sistema Unesco, justamente pela falta de equidade entre os pares representativos. Tudo gira em torno do sistema de listas. Precisamos de alguma instituição para nos dizer que isso tem um valor excepcional? Afinal, qual sentido da lista diante da erosão e da perda de sua credibilidade? Ela possui um peso como mecanismo de política externa, mas tem o mesmo peso enquanto mecanismo cívico, de mobilização, de coesão, de pacificação, reparação de feridas abertas pelos conflitos internos e externos oriundos da colonização?** Ao continuar estudando este objeto no doutorado, esperamos conseguir responder a esses questionamentos.

Diante dessas questões, o fundamento que sustentou essa pesquisa foi pensar em que medida as ações de proteção dos patrimônios mundiais em perigo na República Democrática do Congo favoreceram ou dificultaram a preservação desse conjunto de patrimônios mundiais e como essa proteção

especial por parte do ordenamento jurídico vigente no país tem enfrentado o descaso de uma nação imersa em guerra civil, durante décadas. Ou seja: como o estado congolês permitiu que 90% do seu patrimônio mundial se deteriorassem de maneira quase definitiva? Em outras palavras: o que houve para tais patrimônios fossem incluídos na lista dos patrimônios em perigo?

A ausência de um comprometimento efetivo com o sistema de segurança coletivo por parte das autoridades da República Democrática do Congo e das nações proprietárias dos patrimônios Mundiais da lista aludida, bem como do comitê do patrimônio mundial, não zela o suficiente pela região, e a existência de um conjunto de procedimentos que dificultaram a articulação de uma estrutura coercitiva capaz de dargantias aos princípios afirmados na Convenção da Unesco de 1972: sobre a “salv guarda” ‘dos conjuntos histórico/naturais foram, certamente, fatores que potencializaram a entrada dos patrimônio congolese na lista dos patrimônios em perigo.

Como apresentado anteriormente, para reequilibrar a situação e dar um impulso à África, a Unesco tomou várias iniciativas, incluindo a criação em 2006 de um fundo africano, o AWHF. Em 2015, a Organização também lançou o Dia do Patrimônio Mundial Africano, estabelecido em 5 de maio de cada ano, para celebrar a riqueza cultural e natural do continente. Nesta ocasião, a Diretora Geral da Unesco, Audrey Azoulay, lembrou este ano que “África é uma prioridade para a Unesco”. Em consonância com a fala da diretora geral da, o primeiro africano a se tornar diretor do Patrimônio Mundial da Unesco, Lazare Eloundou Assomo, reforçou o argumento: "O patrimônio tem uma vocação universal. Não queremos uma visão centrada na Europa. Precisamos de uma participação ainda maior da região africana na Convenção". Faremos uma vigilância sobre este tema e esperamos poder aprofundar esta questão mais adiante, quando continuarmos esta pesquisa no doutorado.

Por hora, cabe registrar que uma série de indagações foi realizada ao longo dessa pesquisa. Muitas delas nortearam nossa busca pela compreensão do estado de preservação dos parques estudados. Outras, no entanto, foram pontes para outras dúvidas ainda mais complexas. Ao nos questionarmos sobre quais estratégias deveriam ser usadas para garantir a salv guarda e a requalificação desses bens, junto aos instrumentos de proteção já existentes; ou sobre quais os motivos da intensa ameaça desses parques naturais e os

impactos da deterioração desses patrimônios mundiais em território africano; ou ainda sobre qual a relação estabelecida entre as falhas da política preservacionista congoleza, no passado e no presente, **percebemos que apenas parte dessas indagações foram respondidas. Em comum a todas as respostas, uma certeza: os maiores problemas enfrentados por aqueles que lutam pela preservação do patrimônio são a falta de uma compreensão de que o interesse coletivo deve se sobrepor aos individuais e dos governantes.**

Portanto, muitas respostas deverão ficar para uma próxima etapa, quando no doutorado nos debruçaremos com mais precisão e profundidade nos temas que foram tratados superficialmente nesta dissertação. Buscaremos, no doutorado, analisar os projetos de cooperação e relatórios de conservação de projetos de assistência a RDC disponíveis no site do Centro do Patrimônio Mundial e responder sobre quais foram esses projetos? Em que áreas efetivamente atuaram? Quais os benefícios desses projetos para a proteção dos parques congolezes patrimônios mundiais? Pretendemos também retomar a discussão sobre os processos que levaram aos planos de manejo dos parques, bem como aprofundar as questões realizadas e não respondidas a alguns interlocutores fundamentais para a compreensão da dinâmica de proteção da Unesco.

Para dar conta desse propósito buscaremos entrevistar a Diretora Geral da Unesco, Audrey Azoulay e o Diretor do Patrimônio Mundial, o camaronês Lazare Eloundou Assomo, além de representantes da Bélgica no comitê da Unesco (país que colonizou a RDC), visando espriar as potencialidades e desdobramentos de questões que não foram respondidas nessa oportunidade. Essas indagações farão parte de um roteiro que está sendo elaborado para ser aplicado junto aos interlocutores da gestão central da Unesco (atores específicos ainda a serem contatados) visando termos uma compreensão ampliada de seus posicionamentos frente aos problemas enfrentados pela RDC, bem como seus patrimônios mundiais em perigo.

Ao fim dessa etapa, depreendeu-se, que os processos de preservação não foram efetivos na proteção dos patrimônios mundiais congolezes; que o movimento da degradação dos parques da República Democrática do Congo gerou uma deterioração constante do meio ambiente, em proporção direta ao

da progressão da pobreza e das dificuldades decorrentes de um mundo com recursos cada vez mais escassos; e que é necessário alcançar um equilíbrio entre as atividades humanas e o ambiente natural, caso queiramos de fato, que esses parques sobrevivam. Para o doutorado, aprofundaremos nossa análise sobre o mecanismo de listagem da Convenção de 1972 com seus diferentes atores (Comitê, Assembleia, Centro do Patrimônio Mundial, Fundo do Patrimônio Mundial, Órgãos de Avaliação) além do papel da IUCN.

Diante do que foi possível realizar, frente a um período de pandemia, entende-se que foi dado um primeiro passo rumo à compreensão mais acurada desse problema que aflige os países do centro da África, em especial a República Democrática do Congo. Ter pautado essa deterioração foi um brado de resistência, (de e para) um povo que viu sua vida ser forjada a luz da colonização e que vê na preservação de seus parques patrimônios mundiais um degrau para sua emancipação.

REFERÊNCIAS:

- ABUNGU, G., Probst, P. (eds). National Museums in Africa Identity, History and Politics. Routledge, London. 2021.
- ABUNGU, G.H.O. "Archéologie, pillage et restitution: la destruction du futur de l'humanité." In J.P. Demoule and B. Stiegler (eds.), L'Avenir du passé. Modernité de l'archéologie. Editions La Découverte, Paris. 2008a.
- Abungu, G.H.O. and Githitho, A. "Homeland of the Mijikenda People: Sacred Mijikenda Kaya Forests, Kenya." In Amar Galla (ed.), World Heritage: Benefits Beyond Borders. Cambridge University Press, UK. 2012.
- ABUNGU, George Okello & MUSONDA- HAMUSONDE, Musawa. A Divisão Natureza-Cultura na Classificação e Gestão do Património em África: Realidade ou uma Conveniência de Gestão. In: Gestão do Património Cultural em África. A Herança do Colonizado. Editado por George Okello Abungu , Webber Nodoro. Londres. Routledge, 2022.
- ADANDE Joseph C. Textiles in Suthern Benin. In: ARDOUIN, Claude Daniel & ARINZE, Emmanuel. Museums & History in West Africa. Por West African Museums Programme, International African Institute. 2000.
- AFP, "RDC: novo nascimento do gorila da montanha no Parque Virunga", em Disponível em: www.sciences et avenir.fr. Acessado em: 27 de agosto de 2021.
- AGBKA. Opêoluwa Blandine. Patrimoine et éthique publique : enjeux politiques et professionnels de la représentation et de la communication du patrimoine. Réalités et enjeux sur le plan de la pratique professionnelle. Patrimoine et patrimonialisations au Bénin: entre politiques nationales et réalités communautaires. Vol 17, nº 2, 2017.
- ALBELDA, José, PARREÑO, José Maria & MARRERO Henríquez, J. M. (Org.). Humanidades Ambientales: pensamiento, artes y relatos para el siglo de la gran prueba. Madrid: Catarata, 2018.
- ALI, Mazrui & WONDJI, Christophe. História Geral da África, VIII: África desde 1935, Ed. MEC/UFScar/UNESCO, 2010.
- ALMEIDA, Jozimar Paes de. A extinção do arco-íris: ecologia e história. Campinas: Papyrus, 1988.
- ARNOLD, D. The problem of Nature. Oxford: Blackwell, 1996.

ARRUDA, Gilmar (Org.). Natureza, fronteiras e territórios: Imagens e narrativas. Londrina: EdUEL, 2005.

ASDAL, K. The problematic Nature of Nature: the post-constructivist challenge to ASSOMO, Lazare Eloundou. Entrevista em celebração do Dia mundial do patrimônio africano. WHC. 5 Maio de 2022. Disponível em: <https://whc.Unesco.org/en/news/2427>. Acessado em 13/04/2023.

ASSUNÇÃO, Paulo de. A terra dos Bra-sis: a natureza da América. São Paulo: Annablume, 2001.

ATTENBOROUGH, David. AFP, 2022. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/onu-homenageia-david-attenborough-com-premio-na-categoria>

AYRES, Ana Carolina Moreira. O ciclo da caapora: a RMSP e Parque Estadual da Cantareira. São Paulo: Annablume, 2008.

BABOU, Igor. Contingências e mediações do Valor Universal Excepcional: interseções entre o local, o internacional e o universal a partir de dois parques naturais do patrimônio mundial. O público e o privado - Nº 22 - Julho/Dezembro - 2013

BABOU, Igor, Rationalité & nature. Une approche communicationnelle, Habilitation à Diriger des Recherches en sciences de l'information et de la communication (soute-nue le 10 février 2010), Paris : Université Paris 7.

BEINART, William & HUGHES, Lotte. Environment and empire. Oxford: Oxford University Press, 2007.

BEINART, William, and JoAnn McGregor, eds. Social History and African Environments. Oxford: James Currey, 2003.

BEINART, William. "African History and Environmental History," African Affairs 99 (2000): 269–302.

BELOT, Robert. "Abuso patrimonial e desordem geopolítica no início do terceiro milênio", Etnologias, 39, n °1, 2017.

BEUSEKOM, Monica van. Negotiating Development: African Farmers and Colonial Experts at the Office du Niger, 1920–1960. Portsmouth: Heinemann, 2002.

BEYERS, Rene L, HART, John, GROSSMANN, Falk & KLINKENBERG, Brian. the Democratic Republic of Congo - The Case of the Okapi Reserve. 2011

BIKAY, Fédorah. “An “ice pack” de garrafas plásticas cobre o rio Congo em Kinshasa”, Disponível em: <http://observers.france24.com>. Acessado em: 9 de maio de 2022.

BONNEUIL, Christophe, and Jean-Baptiste Frescoz. The Shock of the Anthropocene: The Earth, History and Us. London: Verso Books, 2016.

BORGES, Ana Carolina da Silva. Nas margens da história: meio ambiente e ruralidade em comunidades “ribeiri-nhas” do Pantanal norte (1870-1930). Cuiabá: UFMT/Carlini & Caniato, 2010. BURKE, Peter. A escrita da História: novas perspectivas. Trad. M. Lopes. 3ª edição. São Paulo: UNESP, 2001.

BORGES, Ana Carolina da Silva. Nas margens da história: meio ambiente e ruralidade em comunidades “ribeirinhas” do Pantanal Norte (1870-1930). Cuiabá: UFMT/Carlini & Caniato, 2010.

BOWLER, P. The Earth encompassed: a history of the environmental sciences. New York: Norton, 1992.

BRANCH, Adam; MARTINIELLO, Giuliano. “Charcoal Power: The Political Violence of Non-Fossil Fuel in Uganda.” *Geoforum* 97 (2018): 242–52.

BRANNSTROM, Christian & GALLINI, Stefania. “An introduction to Latin American Environmental History”. In : BRANNSTROM, Christian (Ed.). *Territories, commodities and knowledges*. London: Institute of Latin American Studies, 2004.

BRAUDEL, F. O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

BROWNELL, Emily. *Gone to Ground: A History of Environment and Infrastructure in Dar es Salaam*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2020.

BURKE, P. Afterword. In: SORLIN, S.; WARDE, P. (Org.) *Natures’s end: history and the environment*. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2009.

Cad. Pesq. Cdhis, Uberlândia, v.24, n.1, jan./jun. 201135Janeiro - século XIX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

CARAMEL, Laurence. “Florestas do Congo: cientistas por sua vez denunciam o projeto AFD”, *Le Monde*, 24 de julho de 2017.

CAREY, Mark. “Latin American Environmental History: Current Trends, Interdisciplinary Insights and Future Directions,” *Environmental History* 14 (2009), 221.

CAROLA, Carlos Renato. “Meio Ambiente”, In PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Novos temas nas aulas de História*. São Paulo: Contexto, 2009.

CARRUTHERS, Jane. *The Kruger National Park: A Social and Political History* (Pietermaritzburg: Natal University Press, 1995).

CARRUTHERS, Jane. "Police Boys' and Poachers: Africans, Wildlife Protection and National Parks, the Transvaal 1902–1950," *Koedoe* 36, no. 2 (1993): 11–22.

CARRUTHERS, Jane. "Pilanesberg National Park, North West Province, South Africa: Uniting Economic Development with Ecological Design—A History, 1960s to 1980s," *Koedoe* 53, no. 1. 2011.

Carta Encíclica *Laudato Si'*. Sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015.

CASTRO, Guillermo. *Para una Historia Ambiental Latinoamericana*. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2004.

CESAIR, Aimé. *Uma Temporada no Congo*. Temporal Editora; 1ª edição (4 novembro 2022). Kindle Types.

CHANDO, Javier. *A morte que estrangulou o coração da África O Assassinato Desumanizante de Patrice Lumumba do Congo e o Descarrilamento da antiga Colônia Belga* ebook Kindle. Tisi Books (4 dezembro 2019).

CHOAY, François. *As questões do patrimônio*. Lisboa. Edições 70. 2009

CHRISTOFOLETTI, R. & OLENDER, Marcos. (Org.) *World Heritage Patinas: action, alerts and risks*. Switzerland. Springer, 2021.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo & BOTELHO, Maria Leonor. Dossiê: Patrimônio e Relações Internacionais. *Revista Locus*. Vol. 26, nº 2, novembro de 2020.

CROSBY, A. The past and present of environmental history. *American Historical Review*, v.100, n.4, p.1177-89, 1995.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*. São Paulo: Companhia das letras, 2002. 114 *NOVA REVISTA AMAZÔNICA - VOLUME IX - Nº 03 - DEZEMBRO 2021*.

DA SILVA, Igor Castellano. *Congo, a Guerra Mundial Africana: conflitos armados, construção do estado e alternativas para a paz*. *Leitura XXI*, 2012.

Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?hl=pt-](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Be7d0W71YLgC&oi=fnd&pg=PA17&dq=guerra+do+congo&ots=IIU)

[BR&lr=&id=Be7d0W71YLgC&oi=fnd&pg=PA17&dq=guerra+do+congo&ots=IIU](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Be7d0W71YLgC&oi=fnd&pg=PA17&dq=guerra+do+congo&ots=IIU)

BhF7J_X&sig=RSPIDpP09oxRbGvgW9w98q3Y6U#v=onepage&q=congo%20belga&f=false> Acessado em: 25/05/2022

DARWIN, C. The origin of species. New York: New American Library, 1958.

DAVIS, Mike. Cidades Mortas. Trad. Alves Calado. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Trad. C. K. Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEAN, Warren. A luta pela borracha no Brasil. Trad. E. Brandão. São Paulo: Nobel, 1989. DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Trad. C. K. Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DESCHYVER, Christine Schuler. *City of Joy*: “algumas empresas usam milícias porque essas conhecem a selva e sabem como protegerem as minas”. Disponível em: <https://cityofjoycongo.org/meet-people-of-city-of-joy/christine-schuler-deschryver/>. Acesso em: 23 setembro de 2021.

D'HUART, JP. Ecologia de l'hylochère (Hylochoerus meinertzhageni THOMAS) no Parc National des Virunga. Exploration PN Virunga, Deuxième Série, Fasc.25. 156 pp. Fondation pour Favoriser les Recherches Scientifiques en Afrique. Bruxelas, 2016.

D'HUART, JP. Station de baguage de Lulimbi (Parc National des Virunga, Zaire): relatório de atividades 1971-1975. Le Gerfaut 67: 161-168.1977.

DIÉGUES, Antônio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. 3º ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DLAMINI, Jacob S. T. Safari Nation: A Social History of the Kruger National Park. Athens: Ohio University Press, 2020.

DLAMINI, Jacob S. T. Safari Nation: A Social History of the Kruger National Park. Athens: Ohio University Press, 2020.

Documentário não levou o Oscar, mas a luta de Virunga continua Agência de Notícias de Direitos Animais – ANDA. 2015. Por Fátima ChuEcco (da Redação) Andre Bauma com um dos gorilas órfãos (Foto: Divulgação). Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/documentario-nao-levou-o-oscar-mas-a-luta-de-virunga-continua/169982278>

DROUIN, J.-M. L'écologie et son histoire: réinventer la Nature. Paris: Flammarion, 1991.

DRUMMOND, José Augusto. Devasta-ção e preservação ambiental no Rio de Janeiro. Niterói: EdUFF, 1997.

DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos Históricos, v.4, n.8, p.177-97, 1991.

DRUMMOND, José Augusto. "O jardim dentro da máquina". Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, 1(2): 276-298.

DRUMMOND, José Augusto. Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro. Niterói: EdUFF, 1997.

DUARTE, Regina Horta. História & Natureza. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DUARTE, R. H. Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil. Luso-Brazilian Review, v.41, n.2, p.144-62, 2005.

ESCAYOL, Maria Antònia Martí. La construcció del concepte de natura a l'edat moderna. Barcelona: Bellaterra/Universitat Autònoma de Barcelona, 2005.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Sertão do rio Doce. Bauru: EDUSC, 2005.

EUROPA 1. "Ambiente: 12 milhões de hectares de florestas tropicais destruídas em 2018", 26 de abril de 2019.

FADEL, Simone. Meio ambiente, saneamento e engenharia no Império e na primeira República. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

FERNANDA REIS. Ilustrada. Filme mostra como exploração ilegal de petróleo ameaça gorilas. 20/02/2015. Disponível em:

<https://m.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/02/1591922-filme-mostra-como-exploracao-ilegal-de-petroleo-ameaca-gorilas.shtml>

FERREIRA, Gabriel Micael Contreira. A guerra do Congo. In: Internacional da Amazônia. "O olhar dos internacionalistas amazônidas para o mundo".30. maio de 2022.

FONTANA, Josep. Introdução ao estudo da História geral. Trad. H. Reichel. Bauru: EDUSC, 2000.

FRANCO, José Luis de Andrade & DRUMMOND, José Augusto. Proteção à natureza e identidade nacional no Bra-sil, anos 1920-1940. Rio de Janeiro: FIO-CRUZ, 2009.

FRANCO, José Luis de Andrade & DRUMMOND, José Augusto. Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

FREITAS, Marcos César. Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998.FREYRE, Gilberto. Nordeste. 7º edição. São Paulo: Global, 2003.

FUNES Monzote, Reinaldo (Ed.). *Naturaleza en declive: miradas a la historia ambiental de América Latina y el Caribe*. Valencia: UNED, 2008. FUNES Monzote, Reinaldo. *De los bosques a los cañaverales: una historia ambiental de Cuba (1492-1926)*. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2008.

FUNES Monzote, Reinaldo. *De los bosques a los cañaverales: una historia ambiental de Cuba (1492-1926)*. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2008.

GALLINI, Stefania. "História, ambiente, política: el camino de la historia ambiental en América Latina". *Nómadas* 30: 92-102, Bogotá: Universidad Central, abril/2009.

GALLINI, Stefania. "História, ambiente, política: el camino de la historia ambiental en América Latina". *Nómadas* 30: 92-102, Bogotá: Universidad Central, abril/2009. GRAVALDÀ, Marc. *La recolonización: Repsol en América Latina*. 2º edição. Barcelona: Icaria, 2004.

GAUGUE, Anee. *Les états africains et leurs musées : La mise en scène de la Naturel*. Harmattan, 1997.

GEO nº 403 de setembro de 2012 p. 90

GEWALD, Jan-Bart, Marja Spierenburg, and Harry Wels, eds. *Nature Conservation in Southern Africa: Towards Sentient Conservation?* Leiden: Brill, 2018.

GLAVE, DIANNE D; STOLL, Mark. *African American Environmental History*. Na Introduction. 20005.

GLEZ, Damien. RDC: le parc de la Salonga sauvé ? L'arbre ne doit pas cacher la forêt. *Jeune Afrique*. 23 juillet 2021. GEO nº 403 de setembro de 2012 p. 90

GROVE, R. *Green imperialism: colonial expansion, tropical Island Edens and the origins of environmentalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

GROVE, R.; DAMODARAN, V. *Imperialism, intellectual networks and environmental change: unearthing the origins and evolution of global environmental history*. In: SORLIN, S.; WARDE, P. *Natures's end: history and the environment*. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2009.

HARRIES, Patrick. *Work, Culture, and Identity: Migrant Laborers in Mozambique and South Africa, c. 1860–1910*. Portsmouth: Heinemann, 1994.

HAZAR, Benoir. *Scénarios du climat en Afrique de l'Est : un dévissage du monde?* e CNRS. Institut Interdisciplinaire d'Anthropologie du Contemporain (UMR 81 77 CNRS/EHESS). 2015.

HECHT, Gabrielle. "Interscalar Vehicles for an African Anthropocene: On Waste, Temporality, and Violence." *Cultural Anthropology* 33:1 (2018): 109–41.

HECHT, Gabrielle. *Being Nuclear: Africans and the Global Uranium Trade*. Cambridge: MIT Press, 2012.

HEYNEMANN, Claudia. *Floresta da Tijuca: natureza e civilização no Rio de Janeiro - século XIX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

HOAG, Heather J. *Developing the rivers of east and west Africa: an environmental history*. New York: Bloomsbury, 2013.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios: 1875 – 1914*. Paz e Terra, 2012.

Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4018951/mod_resource/content/1/A%20Era%20dos%20Imperios%201875-1914%20-%20Eric%20J.%20Hobsbawm.pdf>

Acessado em: 25/05/2022

HODGE, Joseph Morgan. *Triumph of the Expert: Agrarian Doctrines of Development and the Legacies of British Colonialism*. Athens: Ohio University Press, 2007.

HOGENDORN, J. S., and K. M. Scott. "The East African Groundnut Scheme: Lessons of a Large-Scale Agricultural Failure." *African Economic History* 10 (1981): 81–115.

HUGHES, J. D. *What is environmental history?* London: Polity, 2006.

ICOMOS, *Heritage Risk*, 1999

In Focus the IUCN Red List world heritage nº:49, Abril de 2008.

IUCN. In Focus. The IUCN Red List world heritage nº:49, Abril de 2008.

JORGE, Janes. *Tietê, o rio que a cidade perdeu*. São Paulo: Alameda, 2006. LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios*. Brasília: UnB/Paralelo 15, 1999. MARTINEZ, Paulo Henrique. *História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006.

JUNIOR, Mauro Kiith Arima. **Colonialismo e genocídio no Congo Belga**.

Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 24, n.5776, 25 abr.

2019. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/72711/colonialismo-e-genocidio-no-congo-belga>> Acessado em: 25/05/2022

KWASHIRAI, Vimbai C., FOSTER, Georg. *World environmental history – Environmental History of Africa*. Alexander von Humboldt Foundation, University Duisburg-Essen, Faculty of Humanities, History Institute, 45117 Essen, Germany. ©Encyclopedia of Life Support Systems (EOLSS), 2005.

LARSEN, Peter Bille e WIJESURIYA, Gamini. Interligações natureza-cultura no patrimônio mundial: preenchendo a lacuna. In: Fórum de George Wright. Publicado por: Sociedade George Wright. Vol. 34, nº 2 (2017), pp. 142-153

LATOURE, Bruno. Diante de Gaia: Oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. Trad. Maryalua Meyer. São Paulo: UBU editora, 2020.

LIMA, D. F. C. Patrimonialização e valor simbólico: o "valor excepcional universal" no patrimônio mundial. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/188419>. Acesso em: 29 abr. 2023.

LIMA, Diana Farjalla Correia. XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB) ISSN 2177-3688 GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação Comunicação Oral PATRIMONIALIZAÇÃO E VALOR SIMBÓLICO: O “VALOR EXCEPCIONAL UNIVERSAL” NO PATRIMÔNIO MUNDIAL, UNIRIO, 2021.

LUIG U. and VAN OPPEN A. (eds). Use of Nature as a Social and Symbolic Process, 149pp. Das Arabische Buch, Berlin: [Explores how little the world understands African ways of interacting with nature] (1995).

MADDOX, Gregory. “‘Degradation Narratives’ and ‘Population Time Bombs’: Myths and Realities About African Environments,” in South Africa’s Environmental History: Cases and Comparisons, eds. Stephen Dovers, Ruth Edgecombe e Bill Guest (Athens: Ohio University Press, 2003).

MARTINEZ, Paulo Henrique. “Gente pobre, gente rica nas florestas da Amazônia”, IN Territórios e Fronteiras, 4(1): 112-125, Cuiabá: ICHS/UFMT, 2011.

MARTINEZ, Paulo Henrique & MAHL, Marcelo Lapuente. História ambiental: passado e futuro. Nova revista amazônica - Volume IX - Nº 03 - Dez 2021.

MARTINEZ, Paulo Henrique (Org.). História Ambiental paulista. São Paulo: Senac SP, 2007.

MARTINEZ, Paulo Henrique. A vida e o mundo: meio ambiente, patrimônio e museus. São Paulo: Humanitas, 2020.

MARTINEZ, Paulo Henrique. História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINEZ-ALIER, Joan. “Reflections,” Development and Change 43, no. 1 (2012), 341–59.

MARTINS, Marcos Lobato. História e meio ambiente. São Paulo: Annablume, 2007.

MAUCH Christof and ROBIN Libby. Jane Carruthers e a história ambiental internacional RCC Perspectives , No. 1, Os Limites da História Ambiental: Uma Homenagem a Jane Carruthers (2014), pp. 5-8.

MCCANN, James C. Maize and Grace: Africa's Encounter with a New World Crop, 1950–2000. Cambridge: Harvard University Press, 2005.

MCCORMICK, John. Rumo ao Paraíso - A história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MCNEILL, J. R. Observations on the Nature and Culture of Environmental History. History and Theory. v. 42, 2003, p. 5-43.

MCNEILL, J. R.. An Environmental History of the Twentieth-Century World. New York: W. W Norton & Company, 2000.

MERCHANDT, Carolyn. The Anthropocene and the Humanities: From Climate Change to a New Age of Sustainability. Berkeley: Yale University Press, 2020.

MESKELL, L. Unesco's world heritage convention at 40: challenging the economic and political order of international heritage conservation. Current Anthropology, 2018.

MESKELL, Lynn. A future in ruins. Unesco, World Heritage, and the dream of peace. Oxford: Oxford University Press. 2018.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Meio Ambiente & Ciências Humanas. 3º ed.. São Paulo: Hucitec, 2002. MORAN, Emílio F.. Meio ambiente & florestas. São Paulo: Senac SP, 2010.

MOUKALA, Edmond. Message représentant de l'UNESCO au Mali à l'occasion du 2 décembre : Journée internationale pour l'abolition de l'esclavage. 2022.

MUKPO, Ashoka. "O 'desastre' ambiental se arrasta no sul da África deixando muitas perguntas sem resposta". Disponível em: fr.mongabay.com. Acessado em: 13 de outubro de 2021.

MURARI, Luciana. Natureza e cultura no Brasil (1870-1930). São Paulo: Alameda, 2009. OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de (Org.). As marcas do homem na floresta. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 2005.

MURARI, Luciana. Natureza e cultura no Brasil (1870-1930). São Paulo: Alameda, 2009.

NASH, Roderick. Wilderness and the American Mind. 4ª edição. (New Haven: Yale University Press, 2001).

NDORO, W. (2001). "Your Monuments our Shrines." The Preservation of Great Zimbabwe. Uppsala Department of Archaeology and Ancient History, Uppsala University, Uppsala. Ndoro, W., Mumma, A. and Abungu, G. (eds.) (2009), Cultural Heritage and Law: Protecting Immovable Cultural Heritage in English -Speaking sub-Sahara Africa. ICCROM Conservation Studies: 8, ICCROM, Rome.

NDORO, W. (2017) "World Heritage and Development in Sub-Sahara Africa." American Anthropologist 119 (1): 129–131. Ndoro, W. and Pwiti, G. (2001). "Heritage Management in Southern Africa, Local, National and International Discourse." In Public Archaeology 2, 21–31.

NIANOGO, Jacques, Aimé J. Davies, Jonathan, ONYANGO, Vivian, , BORA, Masumbuko, Somda. Manejo sustentável da terra em pastagens e pastagens: Publicação da IUCN. 2022.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de (Org.). As marcas do homem na floresta. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 2005.

OOSTHOEK, K. J. W. What is Environmental History? (2005) Disponível em: www.eh-resources.org/environmental_history.html. Acesso em: 01 Julho. 2023.

PÁDUA, José Augusto. "As bases teóricas da História Ambiental", Estudos Avançados, 24(68): 81-101, São Paulo: IEA/USP, 2010. PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PÁDUA, José Augusto. "As bases teóricas da História Ambiental", Estudos Avançados, 24(68): 81-101, São Paulo: IEA/USP, 2010.

PAPA Francisco. Laudato Si': sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015.

PENTEADO, Heloisa Dupas. Meio ambiente e formação de professores. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

PESA, Iva. Histories of Empire and Environmental- Legacies in Africa. Itinerario, Vol. 46, No. 1, 172–183. Published by Cambridge University, 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O desafio ambiental. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004.

PRESTES, Maria Elice B.. A investigação da natureza no Brasil colônia. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.

PRESTES, Maria Elice B. A investigação da natureza no Brasil colônia. São Paulo: Annablume, 2000. SACHS, Ignacy. A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento. Trad. R. F. D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RADIO OKAPI. " Kinshasa inaugura uma estação de tratamento de resíduos plásticos", 18 de novembro de 2015. Disponível em: <http://www.radiookapi.net>. Acessado em: 11 de maio de 2021.

RANCIÈRE, Jacques. *Malaise dans l'esthétique*. Paris: Galilée, 2004.

REPÓRTER. "A floresta na República Democrática do Congo é saqueada por grandes empresas, segundo um estudo", 4 de junho de 2015.

Resource Wars and Conflict Ivory: The Impact of Civil Conflict on Elephants in

SACHS, Aaron. "The Ultimate 'Other': Post-Colonialism and Alexander von Humboldt's Ecological Relationship with Nature," *History and Theory* 42 (2003): 111–35.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Trad. H. Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. SEVCENKO, Nicolau. "O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura". *Revista USP*. São Paulo, 30: 108-119, 1996.

SENGHOR, Léopold Sédar Senghor il cantore della negritudine. Testo francese a fronte. Ediz. bilingue. Gaye | 28 fev. 2020.

SOFFIATI, Arthur. "A ausência da natureza nos livros didáticos de história". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 9 (19): 43-56, 1989-1990.

SOFFIATI, Arthur. *O manguezal na história e na cultura do Brasil*. Campos: Faculdade de Direito de Campos, 2006.

STENGERS, Isabelle. *No tempo das Catástrofes*. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SYLLA, Abdou. *L'Architecture Senegalaise Contemporaine*. L'Architecture Senegalaise Contemporaine. L'HARMATTAN. 2017.

TARUVINGA, P. *World Heritage, Sustainable Development, and Africa*. In *Oxford Research Encyclopedia, Anthropology*. Oxford University Press, Oxford. 2020.

TARZI, Erica, FOSHER, Kerry, MACKENZIE, Laurence. *Culture General Guidebook for Military Professionals*. Independently Published. 2019.

TELLA, Oluwaseun. *Africa's soft power*. Global Africa. Routledge. 2021.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. Trad. J. R. Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. ZILLI, Ilaria (a cura di). *La natura e la città: per una storia ambientale di Napoli fra '800 e '900*. Napoli: Edizioni Scienti-fiche Italiane, 2004. Submetido em 25 de maio, 2011. Aprovado em 1 de junho, 2011.

THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural. Trad. J. R. Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 116 NOVA REVISTA AMAZÔNICA - VOLUME IX - Nº 03 - DEZEMBRO 2021.

UEKOETTER, Frank. The Turning Points of Environmental History. Pittsburgh; University of Pittsburgh Press, 2010.

UNESCO. Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. 1972.

VARINE-BOHAN, Hugues de. "Un musée éclaté: le Musée de l'Homme et de l'Industrie". *Museum*, XXV(4):242-249. _____. 1992a. "L'écomusée (1978)". In: André Desvallées; Marie Odile de Barry & Françoise Wasserman (coords.), *Vagues: une antologie de la Nouvelle Muséologie*. vol. 1. Collection *Museologia*. Savigny-le-Temple: Éditions W-M.N.E.S. pp. 446-487. 1973.

VARINE-BOHAN, Hugues de.. "La décolonisation de la muséologie". *Nouvelles de l'Icom*, 3:3. 2005.

Vawda, S. (2019). "Museums and the Epistemology of Injustice: From Colonialism to Decoloniality." *Museum International* 71, 2019 (1–2): 72–79.

VERMEULEN, Cédric Le domaine de chasse de Bombo Lumene: un espace naturel en péril aux frontières de Kinshasa. Volume 61 - fascicule 2 17/07/06 9:58

WALTZ, Kenneth. *The Man, The State and War*. Columbia University Press. 2018. Disponível em: <<https://cup.columbia.edu/book/man-the-state-and-war/9780231188050>> Acessado em: 25/05/2022

WESTCOTT, Nicholas. *Imperialism and Development: The East African Groundnut Scheme and Its Legacy*. Woodbridge: James Currey, 2020.

WORSTER, Donald. "Para fazer História Ambiental". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 4 (8): 198-215, 1991.

WORSTER, Donald. "Transformações da Terra: para uma perspectiva agroecológica na História". *Ambiente e Sociedade*. São Paulo, 6(1): 23-44, 2003.

ZERROUGUI, Leila, BOKOVA, Irina e WHITAKER Forest. *About the Africa, about the South Sudan*. 2015. Disponível em : <https://childrenandarmedconflict.un.org/2014/07/zerrougui-in-south-sudan/>

Links pesquisados:

<https://www.cbd.int/doc/world/cd/cd-nr-05-fr.pdf>

<https://whc.Unesco.org/en/list/>

<https://whc.Unesco.org/en/statesparties/cd>

<https://whc.Unesco.org/en/conservation-congo-basin/>

<https://whc.Unesco.org/en/soc/3843/>

<https://whc.Unesco.org/en/soc/3844/>

<https://whc.Unesco.org/en/soc/3845/>

<https://whc.Unesco.org/en/soc/3846/>

<https://whc.Unesco.org/en/soc/3847/> <https://www.iucnRed>

<List.org/resources/country-codes>

<https://whc.Unesco.org/en/danger/>

<https://whc.Unesco.org/en/news/2235/>

<https://whc.Unesco.org/en/news/2270/>

<https://whc.Unesco.org/en/news/2138/>

<https://cityofjoycongo.org/tag/christine-schuler-deschryver/>

<https://whc.Unesco.org/en/statesparties/cd><https://whc.Unesco.org/en/conservati>
<on-congo->

<basin/https://whc.Unesco.org/en/soc/3848,3844,3845>

<https://www.culture.gouv.fr/Actualites>

<https://whc.Unesco.org/en/statesparties/cd>

<https://www.theguardian.com/world/2019/aug/20/Unesco-urged-to-remove-belgian-festival-from-heritage-list-over-savage-in-blackface>

<https://apublica.org/2022/11/brasil-indonesia-e-republicado-congo-anunciam-cooperacao-para-preservar-florestas/>

<https://pt.Unesco.org/courier/2017nian-di-3qi/uma-resolucao-historica-proteger-o-patrimonio-cultural>

<http://virunga.org/donate/>

<http://virungamovie.com/takeaction>

<https://www.naturalworldheritagesites.org/the-list/sites-in-danger/>

<https://www.jeuneafrique.com/1207208/societe/rdc-le-parc-de-la-salonga-sauve-larbre-ne-doit-pas-cacher-la-foret/>

<https://www.jeuneafrique.com/1402657/politique/cop15-sur-la-biodiversite-la-rdc-denonce-le-verre-a-moitie-vide/>

<https://www.africanparks.org/the-parks/>

<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/caca-aos-elefantes-na-africa-esta-se-profissionalizando-3in63oyhsq4yws10k6b13351q/>

<https://www.rfi.fr/fr/afrique/20221019-rd-congo-les-okapis-menac%C3%A9s-par-l-exploitation-mini%C3%A8re-en-ituri>

<https://fblu.org/>

Fontes consultadas:

Acts of IUCN Red List World Heritage.

Acts of World Heritage Centre. Paris.

Decisão 42 COM 7A. (28, adotada em sua 42ª sessão Manama 2018).

Environmental Synopsis of Congo. IUCN, 1999.

Europa, 1991-Zaire.in: Africa South of Sahara. Europa publications Ltd, London, Uk.

ICOMOS, HERITAGE RISK, 1999.

IUCN – Relatórios, 2021.

IUCN, 2006. Sumários das estatísticas das espécies globalmente ameaçadas.

IUCN, Red List, 2008.

IUCN. 1990. Biodiversity in sub-Saharan Africa and its Islands: conservation, management and sustainable use. Stuart, S.N and Adams, Rj (Eds) IUCN, Gland, Switzerland.

LHE/22/17.COM 8 –Unesco. Intangible Cultural Heritage. 22.03.2022.

WHC.Unesco. 2019.

WHC.Unesco. 2020.

WHC.UNESCO. 2022.

WHC.UNESCO/RDC, 2017.

WHC/19/43.COM/7A.Add.3.Corr. Paris, 27 June 2019Unesco. Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage World Heritage Committee Forty-third session. Baku, Republic of Azerbaijan 30 June - 10 July 2019. Item 7A of the Provisional Agenda: State of conservation of the properties. Inscribed on the List of World Heritage in Danger.

Base de dados documental do centro do patrimônio mundial

<http://whc.Unesco.org/en/documents/>

A coleção documental de “Registos Oficiais” do Centro do Patrimônio Mundial da Unesco é pesquisável em linha e permite aceder às informações que constam dos relatórios do Comitê do Patrimônio Mundial e da Assembleia Geral dos Estados Parte na Convenção.

Entrevistas realizadas:

1. Georges Amuli. Diretor do Departamento Jurídico da UCCN na RDC/ Kinshasa. Entrevista realizada em 01/12/2022, via google meeting.
2. Aimé Nianongo Diretor UICN África Central. Entrevista realizada em 03/12/2022, via google meeting.
3. Miriam Kenza Ali. Conservadora do Patrimônio Mundial\ África Central. Entrevista realizada em 11/05/2022 via google meeting.
4. Mfwamba Paul Albert. Especialista encarregado das adaptações nas mudanças climáticas, agente do Ministério do desenvolvimento da RDC. Entrevista realizada em 01/11/2022, por telefone.
4. Borjana Pervan. Encarregado das mídias sociais do Escritório da África Central. Entrevista realizada em 01/12/2022, via aplicativo de mensagem.
5. Ir Serge Mokako. Engenheiro agrônomo no Parque Nacional de Virunga – RCD. Entrevista realizada em 01/09/2022, via google meeting.
6. Emmanuel de Merode. Diretor Geral do Parque Nacional de Virunga RdCongo. Entrevista realizada em 01/12/2022, por e-mail.
7. Edmond Moukala. Chefe da Unidade da África do Heritage Centre. Entrevista em 04/ 07/2022, via google meeting.
8. De –Dieu Bya’ombe. Diretor Geral do Parque Nacional de Kahuzi-Biega
9. Diretor Geral do Parque Nacional da reserva dos Okapi. Entrevista realizada em 01/12/2022, por e-mail.
10. John Barret. Diretor Geral do Parque Nacional de Garamba. Entrevista realizada em 14/08/2022 via google meeting.

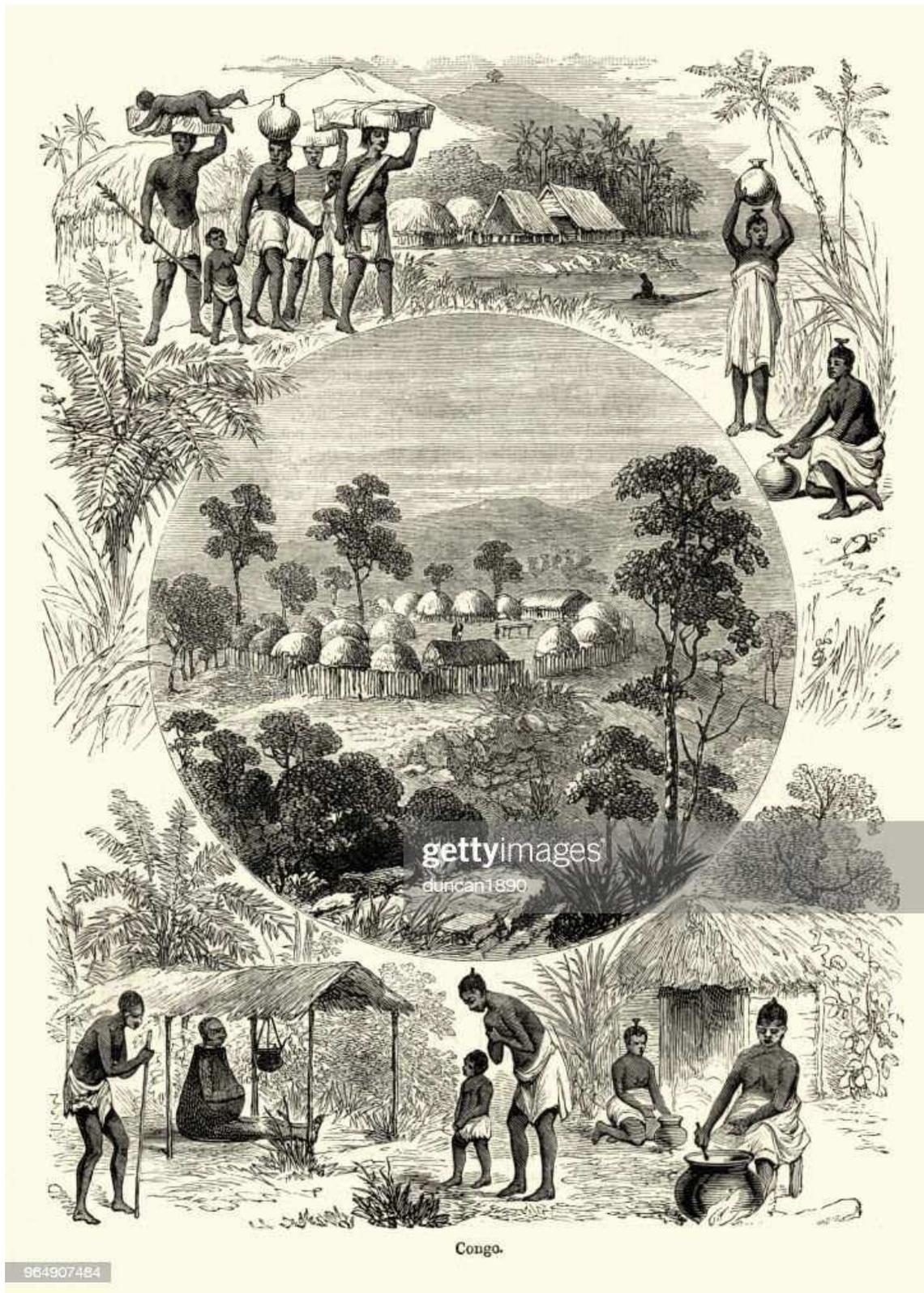


Figura 124 – Passado presente. Centro da atual RDC. Local no qual, cerca de um século depois, seriam criados os parques naturais nacionais congolese. Ilustração de Cenas no Congo, África, a vida na aldeia de nativos, século XIX. Getty Images. 2023.